

LUCIMARA KOSS
JOSÉ JUNIO DA SILVA
LOURENÇO RESENDE DA COSTA
- Organizadores -



FACES DO PARANÁ

(i)migrações, cultura e identidades



EDITORA
OLYVER

FACES DO PARANÁ

(I)MIGRAÇÕES, CULTURA E IDENTIDADES

DIREÇÃO EDITORIAL

Maria Camila da Conceição

COMITÊ CIENTÍFICO EDITORIAL

Prof. Dr. José Adelson Lopes Peixoto

Universidade Estadual de Alagoas | UNEAL (Brasil)

Profª Drª. Ana Cristina de Lima Moreira

Universidade Estadual de Alagoas | UNEAL (Brasil)

Profª Drª. Betijane Soares de Barros

Instituto Multidisciplinar de Maceió – IMAS (Brasil)
Absoulute Chistymas University – ACU (Estados Unidos)

Profª Drª. Laís da Costa Agra

Universidade Federal do Rio de Janeiro | UFRJ (Brasil)

Prof. Dr. Siloé Soares de Amorim

Universidade Federal de Alagoas | UFAL (Brasil)

Profª Drª. Nara Salles

Universidade Federal de Pelotas | UFPel (Brasil)

Profª Drª. Urânia Auxiliadora Santos Maia de Oliveira

Universidade Federal da Bahia | UFBA (Brasil)

Prof. Dr. Fernando José Ferreira Aguiar

Universidade Federal de Sergipe | UFS (Brasil)

Profª Drª. Karina Moreira Ribeiro da Silva e Melo

Universidade de Pernambuco | UPE (Brasil)

Profª Me Deisiane da Silva Bezerra

Universidade Federal Rural de Pernambuco | UFRPE (Brasil)

Profª. Me. Francisca Maria Neta

Universidade Estadual de Alagoas | UNEAL (Brasil)

Profª Drª. Iraci Nobre da Silva

Universidade Católica de Pernambuco | UNICAP (Brasil)
Universidade Estadual de Alagoas | UNEAL (Brasil)

Profª Me. Gisely Martins da Silva

Universidade Estadual de Alagoas | UNEAL (Brasil)

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva

Universidade do Estado da Bahia | UNEB (Brasil)
Universidade Federal de São Carlos | UFSCar (Brasil)

Prof. Dr. Hélder Manuel Guerra Henriques

Professor da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do
Instituto Politécnico de Portalegre (Portugal)

Profª. Drª. Maria Aparecida Santos e Campos

Doutorado em Actividad física y salud. Universidade de Jaen, UJAEN, Espanha

Prof. Dr. Diosnel Centurion, Ph.D

Universidad Católica Ntra. Sra. de la Asunción | Asunción (Paraguay)

Profª. Drª. Marta Isabel Canese de Estigarribia

Universidad Nacional de Asunción, Escuela de Ciencias Sociales y
Políticas | Asunción (Paraguay)

Profª Drª. Mariana Anecchini

Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires | (Argentina)
Instituto de Estudios Históricos y Sociales de la Pampa/CONICET/ Universidad Nacional de La
Pampa | (Argentina)

Prof. Dr. Miguel Angel Rossi

Universidad de Buenos Aires (Argentina)

LUCIMARA KOSS
JOSÉ JUNIO DA SILVA
LOURENÇO RESENDE DA COSTA
- Organizadores -

FACES DO PARANÁ

(I) MIGRAÇÕES, CULTURA E IDENTIDADES

Maceió-AL | 
2021

DIREÇÃO EDITORIAL: Maria Camila da Conceição
DIAGRAMAÇÃO: Luciele Vieira / Jeamerson de Oliveira
DESIGNER DE CAPA: Jeamerson de Oliveira
IMAGENS DE CAPA: Imagens Royalty Free - <https://pixabay.com/pt/>

O padrão ortográfico, o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas do autor. Da mesma forma, o conteúdo da obra é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu autor.



Todos os livros publicados pela Editora Olyver estão sob os direitos da Creative Commons 4.0 https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

2019 Editora Olyver
Aldebaran | Tv. José Alfredo Marques, Loja 05
Antares, Maceió - AL, 57048-230
www.editoraolyver.org
editoraolyver@gmail.com

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S278p

KOSS, Lucimara; SILVA, José Junio da; COSTA, Lourenço Resende da.

Faces do Paraná: (i)migrações, cultura e identidades. [recurso digital] / Lucimara Koss, José Junio da Silva, Lourenço Resende da Costa (Organizadores). – Maceió, AL: Editora Olyver, 2021.

ISBN: 978-65-87192-79-6

Disponível em: <http://www.editoraolyver.org>

1. Paraná. 2. Cultura. 3. Identidade. 4. Imigração. 5. Indígenas. 6. Colonização.
I. Título.

CDD: 980

Índices para catálogo sistemático:

1. História do Brasil 980

SUMÁRIO

PREFÁCIO

José Miguel Arias Neto..... 9

APRESENTAÇÃO

Lucimara Koss

José Junio da Silva

Lourenço Resende da Costa..... 16

CAPÍTULO 1

Povos indígenas no Paraná

Lucio Tadeu Mota..... 20

CAPÍTULO 2

Imigração no Paraná: questões teórico-metodológicas

Lucimara Koss

José Junio da Silva

Lourenço Resende da Costa..... 64

CAPÍTULO 3

Legislação imigratória nos núcleos coloniais do Paraná

Angela Caciano

Jair Antunes

Anderson Prado..... 87

CAPÍTULO 4

Revoada de posseiros, crescimento da população e migrações internas para o Paraná (1830-1850)

Carlos Alberto Medeiros Lima..... 103

CAPÍTULO 5

A fiscalização estatal nas escolas de imigrantes no Paraná nos anos de 1920

Valquiria Elita Renk

Elaine Cátia Falcade Maschio..... 133

CAPÍTULO 6

Violência, masculinidades, honra e armas de fogo: um estudo de caso da Comarca de Irati no início da década de 1930

Marcelo Douglas Nascimento Ribas Filho

Hélio Sochodolak..... 159

CAPÍTULO 7

Realidades disfarçadas na ficção: representações do Jaguncismo no Oeste do Paraná (1940-1970)

Claércio Ivan Schneider..... 177

CAPÍTULO 8

O trabalho infantil no desenvolvimento da lavoura cafeeira em São Pedro do Ivaí (1960-1978)

Eliane Aparecida Miranda Gomes dos Santos

Guilherme Gomes dos Santos..... 208

CAPÍTULO 9

Espaço geográfico, práticas sociais e patrimônio cultural nas comunidades faxinalenses de Imbituva

Cleusi T. Bobato Stadler..... 229

CAPÍTULO 10

Educação Infantil no Paraná: um estudo em escolas localizadas no campo nos municípios de Guamiranga e Prudentópolis

Adriana Senetra

Sandra Aparecida Machado Polon..... 247

SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS..... 274

PREFÁCIO

O Rio-Mar dos historiadores paranaenses no Tempo Presente

O estudo do Paraná, “do tupi mparanã, rio largo, rio mar”, implica em vários desafios para os historiadores e cientistas sociais.

Em primeiro lugar, a própria “invenção” do Paraná, isto é, a sua concepção intelectual e política representou a confluência de vários interesses, especialmente das elites ervateiras e madeireiras do sul, da região de Curitiba e Guarapuava e do governo central. Pelo lado dos futuros “paranaenses” a ampliação das possibilidades de exportação do mate e da madeira para os países da bacia platina era o principal objetivo. Pelo governo central, tratava-se de um objetivo estratégico de fortalecimento das defesas do país, cada vez mais envolvido nas tensões da mesma região, tensões que o próprio governo imperial cuidou de estimular e agravar.

Assim, dos relatórios do primeiro presidente da província, Zacarias de Góes e Vasconcelos, vê-se a preocupação com a construção de estradas que ligassem o litoral aos campos gerais e ao porto de Jataí, ramal importantíssimo para se chegar ao Mato Grosso e ao Paraguai. Jataí já era, desde 1851, sede da Colônia Militar, construída com objetivos de consolidação da defesa do sul. Entrevê-se claramente no relatório, a busca de rotas alternativas para o Mato Grosso e Paraguai, buscando contornar a entrada da Bacia do Rio da Prata, convulsionada pelos conflitos entre Brasil, Confederação Argentina, Uruguai e Paraguai. Ao mesmo tempo, a busca de fortalecimento e revigoração

de caminhos como os que ligavam o extremo sul do país a São Paulo e Minas Gerais, bem como ao Rio de Janeiro e o estímulo à navegação de cabotagem demonstram a vontade do governo imperial de fortalecer a integração e fortalecimento do espaço sul ao Império.

Já nos meados do século XX, a expansão cafeeira provocou mudanças drásticas no estado, com a criação do espaço norte-paranaense, identificado àquele produto. Nos anos cinquenta o próprio Paraná se identificava ao café. Em 1956, Vicente Barroso, publica o livro “O famoso Norte do Paraná, terra onde se anda sobre dinheiro”. Na capa um mapa do estado do Paraná estilizando o “Norte do Estado” como uma área coberta por cifrões, indicando a riqueza advinda da rubiácea. E que área era essa? O Norte do Paraná nesta ocasião recobria todo o Norte e Oeste do Estado, até as barrancas do Rio Paraná, chegando à Foz do Iguaçu. Na geografia pululou o debate sobre as frentes de expansão e as frentes pioneiras. Trabalhos clássicos como o de Pierre Monbeig “Pionniers e Planteurs de São Paulo” e de Leo Weibel “Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil”, abriram o caminho para reflexões feitas no âmbito da Geografia, das Ciências Sociais e da História. Tratava-se de identificar, para estes, as ondas migratórias humanas e de capital que se esparramavam pelo norte do Estado engolfando-o todo. Era a expansão do capitalismo cujo epicentro localizava-se, especialmente, São Paulo. Pessoas de todas as regiões migraram para a nova área em expansão num verdadeiro *boom* populacional e econômico. Todo o estado se transformou.

No plano ideológico, a “invasão dos paulistas” provocou conflitos e desequilíbrios. A historiografia “paranaense” dividiu o

estado em duas áreas: o chamado Paraná Tradicional – o sul - e o Paraná Moderno – a área de expansão do café. Estabeleceu-se o conflito entre duas identidades: o paranaense e o norte-paranaense, isto é, os paulistas. A historiografia se revestiu das cores destas disputas. A perspectiva de “Um Brasil diferente”, como no título do belo livro de Wilson Martins, manteve-se durante muito tempo como perspectiva na construção de uma “identidade paranaense” em oposição a uma “identidade norte-paranaense”. Em 1980, por exemplo, Jayme Antonio Cardoso e Cecília Maria Westphalen editaram um “Atlas Histórico do Paraná”, cujos mapas fazem derivar a ocupação “do espaço paranaense”, desde o período colonial até os dias atuais, em ondas sucessivas partindo do litoral até englobar todo o estado. Por outro lado, no norte do Estado se consolidava uma “memória seletiva acerca do pioneirismo bandeirante” como promotor da edificação do “Paraná Moderno”, muito marcada pela comparação com a Marcha para Oeste nos EUA. Muito mais propaganda e crônica essa perspectiva obedecia a impulsos identitários, mas principalmente políticos: tratava-se de buscar uma acomodação das novas elites cafeeiras na política estadual. O momento decisivo foi o governo de Bento Munhoz da Rocha que realizou notável esforço integracionista dessas elites.

A historiografia que nasce deste contexto é aquela que tem “uma concepção de História, como projeto escriturário que pressupõe a continuidade entre evento e narrativa, sendo o texto “uma superfície lisa que refletia a realidade dos eventos passados trazidos à sua forma textual pelo trabalho da pesquisa documental” como bem ressaltou

Manoel Luiz Salgado Guimarães¹. Em tempos mais recentes, as ondas migratórias do sul deram origem a mais uma “região” – o “Oeste”, com desdobramentos políticos e ideológicos semelhantes ao surgimento do “Norte”.

A emergência de uma nova historiografia paranaense se deu a partir de dois processos distintos, mas sincrônicos: a consolidação de um sistema estadual de educação superior e com o impacto de novas vertentes historiográficas no âmbito dos estudos históricos.

A consolidação de um sistema estadual de ensino superior caracterizou-se pela expansão das universidades com a criação da UEL, da UEM e da UEPG nos anos setenta do século XX, e posteriormente da UNIOESTE, UNICENTRO, UNESPAR E UENP, que se somaram à UFPR, a mais antiga e única – até recentemente - universidade federal paranaense. Hoje há cursos de graduação em História em alguns Institutos Federais e na UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Há ainda cursos de História em vários centros e faculdades².

Ao lado disto, as exigências crescentes de formação especializada em nível de pós-graduação, fez com que os historiadores paranaenses buscassem nos centros formadores a sua qualificação. Os programas de pós-graduação eram poucos, e, ao lado da UFPR, a USP

¹ GUIMARAES, Manoel L. S. O presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória. In ABREU, Marta et alii. (orgs.). **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.26.

² Para um mapeamento dos cursos de Graduação em História no Paraná ver o levantamento realizado pela ANPUH-PR em https://www.pr.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=435, acesso em 18/04/2021.

e a UNESP tiveram papel fundamental na formação dos novos quadros das Universidades paranaenses.

Ainda cabe destacar o papel da ANPUH-PR, que após um período de desarticulação, passou por uma grande reestruturação e revigoração nos anos 90 do século passado e se transformou rapidamente em um fórum verdadeiramente estadual de debates intelectuais e políticos-acadêmicos. Além dos Encontros Estaduais, a ANPUH-PR encampou as lutas da graduação e da pós-graduação, criando os Fóruns de Graduação e de Pós-Graduação do Paraná. Além disto, estimulou a criação dos vários Grupos de Trabalho que são o celeiro da renovação integrada dos profissionais de História, bem como têm sistematicamente procurado criar vínculos sólidos e permanentes com a Rede Estadual de Ensino Fundamental e Médio, pública e privada.

Este movimento desdobrou-se na criação dos cursos de pós-graduação em âmbito estadual. Até 1999 havia apenas o programa de pós-graduação da UFPR, criado no ano de 1972. Em 1999 surgiu o primeiro mestrado associado UEL/UEM, que, embora de curta duração, contribuiu para a formação de novos mestres na área para o sistema público e privado em todos os níveis de ensino. Este movimento foi crescente. Desfeito o associado UEL/UEM, a UEM reabriu o seu programa em 2004, a UEL em 2006, mesmo ano em que foi criado o programa da UNIOESTE. Posteriormente, foram criados os programas da UNICENTRO (2011), UEPG (2012) e mais recentemente, em 2019 o da UNESPAR. A diversidade teórica e metodológica, a pluralidade

temática caracteriza esse forte conjunto, variando da já tradicional História Social à História Pública.

Essas linhas e processos que se cruzam e intercambiam, produziram um efeito de superação interessantíssimo. Da historiografia regionalista (paranista, paulista etc.) que alimentava rivalidades e disputas regionalistas, passamos a um grande movimento integracionista cujo resultado tem sido uma colaboração cada vez mais intensa entre os diversos cursos, instituições bem como, com os docentes de ensino fundamental e médio.

Essa coletânea é produto desta colaboração e integração. Organizada por Historiadores e professores da SEED, congrega pesquisadores de quase todas as grandes instituições do Estado e, evidencia o quanto os estudos históricos avançaram entre nós. Em comum verifica-se que do singular passou-se ao plural das migrações, das identidades dos grupos, das trajetórias de sujeitos e de processos. Também não compartilham daquela história em que experiência e escrita, a história vivida e a história escrita se confundiam como se fossem espelho uma da outra, mas sim, de um projeto historiográfico que rompe com a empatia que o historiador historicista tem com o vencedor e escova a história a contrapelo³.

Assim, neste livro se encontra um imenso rio-mar, um Paraná de múltiplas dimensões socioculturais, múltiplas identidades, múltiplos processos que se interligam e se relacionam.

³ BENJAMIN, W. Sobre o conceito de História. In *O anjo da história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p. 12.

Convido o leitor para embarcar nessa viagem e conhecer novas dimensões da História do Paraná bem como, essa nova, instigante e fértil historiografia paranaense, que diz respeito ao nosso passado, mas está firmemente ancorada nesse novo tempo,

*Porque é irrecuperável toda a imagem do
passado que ameaça desaparecer com todo o
presente que não se reconheceu como presente
intencionado nela.*

Walter Benjamin, Sobre o Conceito de História.

Londrina, outono de 2021.

José Miguel Arias Neto

(Professor Associado na Universidade Estadual de Londrina – UEL)

(Doutor em História pela Universidade de São Paulo – USP)

APRESENTAÇÃO

A História paranaense possui muitas faces e, portanto, pode ser pensada/discutida sob diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, bem como a partir de recortes temporais e espaciais distintos. Impossível escrever uma História do Paraná que dê conta da totalidade. Mas tal impossibilidade não impede de fazermos exercícios reflexivos a respeito de suas vicissitudes. Com o livro *Faces do Paraná: (i)migrações, cultura e identidades* o intuito é contribuir com as discussões das variadas faces que a História paranaense possui, sem evidentemente esgotar nenhum dos temas tratados em cada capítulo do livro.

No início da década de 1850 o país aprovou leis e começou a executar ações na direção do fim da escravidão e da atração de imigrantes, tal contexto foi relevante para todo o país e para o Paraná de modo especial devido à recente emancipação política da província. O Paraná tornou-se independente de São Paulo em 1853, no contexto da execução da Lei de Terras e da Lei Eusébio de Queiroz. O Paraná, portanto, possui uma História marcada pela imigração e pelas migrações internas, deslocamentos populacionais que vão construir fronteiras identitárias e relações culturais que vão dar feição às faces paranaenses.

Evidentemente que a História do Estado não pode ser pensada apenas após a sua separação política de São Paulo ou apenas a partir da perspectiva da imigração europeia. O intuito, nesse livro, foi reunir textos de autores (as) que possuem pesquisas com variadas temáticas, tendo em comum o Paraná como recorte espacial.

No primeiro capítulo, Lucio Tadeu Mota (Doutor em História pela UNESP, professor da UEM e pesquisador do Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História) traz para o leitor uma discussão a respeito dos diferentes grupos indígenas que habitavam e habitam o território paranaense. O texto trata dos povos originários que percorriam a região muito antes da presença europeia. Além disso, a

situação atual dos indígenas no Paraná e sua cultura só podem ser compreendidas se soubermos um pouco da sua História.

No segundo capítulo, José Junio da Silva (Doutor em História pela UFPR, professor da FAP), Lourenço Resende da Costa (Doutor em História pela UFPR, professor da SEED-PR) e Lucimara Koss (Doutora em História pela UFPR, professora da SEED-PR) buscaram refletir a respeito de questões teóricas e metodológicas que podem ser utilizadas em pesquisas sobre o Paraná, principalmente em estudos sobre a imigração e identidades etnoculturais.

No terceiro capítulo, Jair Antunes (Doutor em Filosofia pela UNICAMP, docente da UNICENTRO), Angela Caciano (Mestre em História pela UEPG) e Anderson Prado (Doutor em História pela UNISINOS, docente no IFPR) buscaram descrever como o Governo do Paraná organizou o processo de colonização no interior do Estado, durante a Primeira República. Para tanto, os autores analisaram a legislação que norteava o processo imigratório.

No quarto capítulo, Carlos Alberto Medeiros Lima (Doutor em História pela UFRJ, docente da UFPR e pesquisador do CNPq) estuda a situação dos posseiros, bem como as migrações internas e o aumento populacional entre 1830 e 1850 no Paraná, período anterior à emancipação da província.

No quinto capítulo, Valquiria Elita Renk (Doutora em Educação pela UFPR, professora na PUCPR) e Elaine Cátia Falcade Maschio (Doutora em Educação pela UFPR, professora na UFPR) tratam da fiscalização realizada pelo governo nas escolas de imigrantes na década de 1920. No capítulo as autoras buscaram analisar o poder fiscalizador do Estado por meio das ações dos inspetores escolares. A ação desses inspetores era, entre outros aspectos, verificar se nas escolas étnicas a língua portuguesa era utilizada nas aulas. Isso porque nas áreas de imigração o vernáculo nacional era pouco utilizado.

No sexto capítulo, Marcelo Douglas Nascimento Ribas Filho (Doutorando em História pela UFPR, Mestre em História pela UNICENTRO) e Hélio Sochodolak (Doutor em História pela UNESP, docente da UNICENTRO) discutem questões relacionadas à violência,

masculinidades e honra na Comarca de Irati na década de 1930. Um inquérito policial acerca de um defloramento e um processo-crime de homicídio constituem a fonte histórica utilizada pelos autores.

No sétimo capítulo, Claércio Ivan Schneider (Doutor em História pela UNESP, docente na UNIOESTE) discute a representação do jaguncismo entre 1940 e 1970, tendo em vista os conflitos agrários em torno da ocupação de terras no Oeste do Paraná. Para tanto, o autor utiliza como fonte principal de análise o romance “Carangola: saga de um jagunço”. Além do objetivo principal do capítulo, o autor contribui com as discussões a respeito das relações entre a História e a Literatura.

No oitavo capítulo, Eliane Aparecida Miranda Gomes dos Santos (Mestre em História pela UNICENTRO) e Guilherme Gomes dos Santos (Mestre em História pela UEM) discutem a presença do trabalho infantil na cafeicultura no município de São Pedro do Ivaí entre os anos de 1960 e 1978, em um contexto em que a cafeicultura estava em franca expansão no Norte do Paraná.

No nono capítulo, Cleusi Terezinha Bobato Stadler (Doutoranda em Geografia pela UEPG, Mestra em História pela UNICENTRO) analisa práticas sociais e culturais em comunidades faxinalenses no município de Imbituva. O Faxinal é uma forma de ocupação da terra registrada no Sul do Brasil, com diversas comunidades no Paraná. O Faxinal é basicamente dividido em duas áreas: uma cercada, em que há criação de animais soltos pertencentes às diversas famílias da comunidade; e outra que fica fora do perímetro delimitado pelas cercas, onde cada família, na sua propriedade, realiza a plantação.

No décimo e último capítulo, Adriana Senetra (Graduada em Geografia e Pedagogia pela UNICENTRO, professora da SEED-PR) e Sandra Aparecida Machado Polon (Doutora em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná, professora da UNICENTRO), buscaram compreender as demandas da Educação Infantil nas localidades rurais nos municípios de Prudentópolis e Guamiranga. Na pesquisa as autoras procuraram considerar as especificidades rurais desses dois municípios que contribuem para suas configurações culturais e educacionais.

O Estado possui muitas faces construídas a partir da (e)imigração, das migrações e dos contatos culturais entre pessoas com origem em diferentes continentes. *Faces do Paraná: (i)migrações, cultura e identidades* chega ao leitor como uma contribuição dos (as) autores (as) para o conhecimento de novas faces da História paranaense.

Lucimara Koss

José Junio da Silva

Lourenço Resende da Costa

Ivaí / Maringá / Prudentópolis – Paraná, abril de 2021.

CAPÍTULO 1

POVOS INDÍGENAS NO PARANÁ

Lucio Tadeu Mota

INTRODUÇÃO

Quem são os povos indígenas que habitam o Estado do Paraná? De onde vieram? Essa pergunta é invariavelmente feita em quase todas as salas de aulas quando tratamos da presença de populações indígenas no Paraná. Em seguida são feitas outras como: por onde vieram? Quando chegaram? E muitas outras correlacionadas. Pretendemos apresentar aqui algumas das possíveis respostas a esses questionamentos, e uma síntese sobre as populações indígenas presentes no Paraná na atualidade.

Mas antes, é necessário dizer que os povos indígenas sustentaram com um fenomenal esforço os diversos tipos de ações que lhes impuseram os conquistadores. Não foram meros assistentes dos processos históricos ocorridos a partir da chegada de populações europeias no continente americano. Eles também foram protagonistas nesses processos. Formularam e aplicaram diversas estratégias para manutenção dos seus modos de vida e de seus territórios.

O protagonismo indígena fica evidente nos processos históricos quando se utiliza de metodologias adequadas. No campo da história de povos indígenas as ferramentas analíticas da antropologia política nos alertam para levarmos em conta a dinâmica “interna das sociedades ditas tradicionais, [...] todas as sociedades humanas produzem políticas, e todas são permeáveis ao fluido histórico”

(BALANDIER, 1987, p. 189)⁴. Também devemos prestar atenção para a noção de situação histórica, que privilegia as relações entre os diversos sujeitos sociais⁵ e seus interesses que compõem o campo político das relações entre indígenas e não indígenas, num determinado espaço e tempo. E, ainda no campo antropológico, onde as populações indígenas operam dentro de campos socioeconômico e político muito mais amplos do que o alcance de suas sociedades, estão operando dentro de uma situação colonial, isto é, estão em interação com sistemas sociais, econômicos e políticos de escala planetária⁶.

Nos processos sócio-históricos, John Monteiro (1999, p. 248) indicou que

Não basta mais caracterizar o índio histórico simplesmente como vítima que assistiu passivamente à sua destruição. Importa recuperar o sujeito histórico que agia de acordo com sua leitura do mundo ao seu redor, leitura esta informada tanto pelos códigos culturais da sua sociedade como pela percepção e interpretação dos eventos que se desenrolavam⁷.

E, para recuperar esse indígena como sujeito, além das ferramentas do campo antropológico e histórico, aqui apontadas, faz-se

⁴ Ver também Balandier (1976, p. 215), que critica as ideias de conformismo, de consenso, de repetição e de ausência de história de movimento que os antropólogos formaram das sociedades tradicionais.

⁵ João Pacheco de Oliveira Filho procura ver o objeto de investigação enquanto um campo, social, político, em que feixes de interesses de comunidades diferenciadas se entrecruzam e se reorganizam [...] o autor discute as teorias de contato interétnico sempre aproximando da construção da sua noção de situação histórica. Para uma maior definição dessa noção, ver Oliveira Filho (1988, p. 54-59).

⁶ Para maiores detalhes sobre as relações sociais, econômicas e culturais de sociedades tradicionais com os sistemas mais amplos, ver Balandier (1993), Eric WOLF, 2005.

⁷ No Brasil, muitos são os pesquisadores que têm tratado da história dos povos indígenas nas últimas quatro décadas. Não caberia aqui um balanço desses autores, mas é necessário destacar, pela perspectiva antropológica, os trabalhos de João P. de Oliveira Filho, e, de um ponto de vista histórico, os trabalhos de John M. Monteiro.

necessário buscar e aplicar os métodos da etno-história, os quais vêm sendo utilizados por historiadores e outros pesquisadores desde a Conferência de História Indígena ocorrida em Ohio, EUA, em 1953. Essa metodologia nos parece ser a mais apropriada para os estudos que visam processos históricos que contêm a participação de populações indígenas. Ela reafirma a importância do uso combinado de dados produzidos por outras disciplinas, como a linguística, os estudos ambientais, os dados de cultura material produzidos pela arqueologia, além dos dados etnográficos de cada sociedade; mas ela também alerta para a necessidade de considerar, na análise, as tradições orais e os etno-conhecimentos produzidos pelas sociedades tradicionais estudadas⁸.

Essa ancoragem teórico-metodológica nos possibilita um melhor foco de análise sobre a história dos povos indígenas que ocuparam e continuam habitando nos territórios que hoje constituem o Estado do Paraná. Procuraremos mostrar que eles agiram para contrapor a ocupação de seus territórios, o desmantelamento de seus modos de vida e a sua eliminação física. Identificaram os invasores e desenvolveram estratégias para lidar com cada um deles, qualificando-se como sujeitos históricos, e não como meros espectadores indefesos diante da expansão das sociedades não indígenas sobre seus territórios.

Ancorado nessa perspectiva teórico-metodológica procuraremos responder as questões apresentadas no início apresentando as principais populações que ocuparam e continuam presentes nos territórios que hoje constituem o estado do Paraná. Procuraremos mostrar que os indícios dessa ocupação estão por todo o território, e que eles trazem marcadores de populações culturalmente diferenciadas. Populações essas que se relacionaram com os povos

⁸ O debate iniciado na Conferência de Columbus, em Ohio (1953), continuou repercutindo no meio acadêmico norte-americano e teve vazão nas publicações da Revista *Ethnohistory*. A preocupação pela definição do que seria a etno-história foi tema da Oitava Reunião Anual da American Indian Ethnohistory Conference, realizada em novembro de 1960, na Universidade de Indiana. Os trabalhos ali apresentados foram publicados na *Ethnohistory*, v. 8, n. 1, em 1961, e os comentários relativos aos *papers* apresentados foram publicados nesse mesmo ano na *Ethnohistory*, v. 8, n. 2. Para uma síntese dessa discussão, ver Mota (2014).

européus, de formas singulares, próprias, evidenciando suas capacidades de lidar com o outro nas diversas conjunturas ocorridas nesses quinhentos anos de história. As particularidades de cada povo indígena e de suas relações socioculturais com as sociedades envolventes, em cada período histórico, não teria espaço para serem tratadas aqui, por isso nossa opção de privilegiar apenas alguns aspectos dessa presença.

A humanização do continente americano

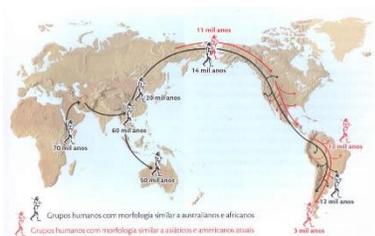
O debate sobre as questões relativas à humanização do continente americano tem sido intenso e rico. As disciplinas que tratam dessa temática, como a arqueologia, a história, e outras, apresentam pontos de concordância e muitos outros de discordâncias.

Hoje é de anuência dos pesquisadores de que as populações presentes nos territórios do continente americano não são autóctones de nosso continente. Isto é, o *homo sapiens-sapiens* que ocupou as Américas teve suas origens no continente africano em torno de cem mil anos antes do presente, espalhou-se pela Europa e Ásia e desta para as Américas.

O segundo questionamento, muito usual: se o homem não surgiu na América de onde ele veio? Uma grande parte dos estudos são unânimes em afirmar que as maiorias das levas humanas que ocuparam as Américas vieram pelo estreito de Bering no extremo norte do continente. Existem alguns estudos que afirmam que o continente também foi povoado por grupos humanos vindos das ilhas do Oceano Pacífico, navegando do oeste para o leste e desembarcando na costa oeste da América Central e do Sul. E ainda existe quem afirme que também recebemos migrações de grupos humanos pelo extremo sul do continente que chegaram na Terra do Fogo vindos da Austrália e Nova Zelândia. No entanto essas afirmações carecem de comprovações.

As pesquisas mais recentes têm defendido, além da migração pelo interior do continente, do Norte para o Sul, uma migração seguindo a costa oeste desde Bering até o extremo sul do Continente.

Figura 1: Possíveis rotas de migração e dispersão humana no Continente Americano



Fonte: Os pioneiros das Américas. Nossa história, Ano 2 N. 22, agosto 2005, p. 17



Fonte: NEVES, PILÓ. 2008, p.84

A terceira pergunta talvez a mais polêmica, é a que questiona qual foi a época da chegada dos primeiros humanos no continente americano. Aqui temos um debate intenso que está longe de terminar. Existem autores que afirmam que os primeiros humanos chegaram na América a mais de 300 mil anos antes do presente (AP). A hipótese defendida pela arqueóloga Niede Guidon da presença de humanos no Parque Nacional da Serra da Capivara no Piauí em torno de 40 mil anos AP. Mas as datações mais aceitas pelas comunidades científicas são aquelas que giram em torno de 12.000 AP. A grande maioria dos pesquisadores aceitam a presença do primeiro homem americano em torno de 11.000 a 12.000 AP, porque situa-se nesse período as datações dos esqueletos humanos mais antigos encontrados no continente. Como é o caso do crânio de uma mulher batizada de Luzia encontrada em Minas Gerais que data de 11.500 AP.

A ocupação humana dos territórios que hoje constituem o Paraná

Os territórios hoje denominados Paraná vêm sendo continuamente habitados por diferentes populações humanas desde cerca de 9.000 anos antes do presente, de acordo com os vestígios materiais mais antigos encontrados e datados pelos arqueólogos.

As pesquisas arqueológicas têm uma longa tradição no Paraná, e produziram dados que mostram presença humana muito antiga na região. Em 1958, um grupo de arqueólogos do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Paraná foi comunicado acerca de achados arqueológicos nas margens do rio Ivaí, no extremo oeste do Estado, na localidade de Cidade Gaúcha. Quando fizeram as escavações, no sítio denominado José Vieira, ficou demonstrada a existência de dois povoamentos no local. O material lítico, colhido nos níveis mais profundos das escavações, e submetido à datação, registrou uma idade entre o sexto e o sétimo milênio antes de nossa era. Isso significa assentamentos humanos nas barrancas do rio Ivaí há quase sete mil anos AP.⁹

Por todo o Paraná as pesquisas arqueológicas têm encontrado vestígios de antigos assentamentos humanos. Um dos mais antigos deles, o sítio arqueológico Ouro Verde datado de 9040 ± 400 AP, foi encontrado por Claudia Parellada, arqueóloga do Museu Paranaense, no município de Boa Esperança do Iguaçu (PARELLADA, 2008). No presente a mais antiga evidência de humanos no Paraná estão em um sítio arqueológico encontrado pelo pesquisador Igor Chmyz no município de Curiúva, no vale do rio das Cinza, datado em 9190 ± 60 AP (CHMYZ et al., 2008). Conforme as pesquisas avançam novas datas são produzidas. Se considerarmos a cronologia dos territórios vizinhos que foram ocupados em épocas anteriores, é provável que ainda possam

⁹ Cf. LAMING, Anete; EMPERAIRE, Jose. A jazida Jose Vieira: um sítio Guarani e pré-cerâmico no interior do Paraná. **Arqueologia**, Curitiba, v. 1, 1969. Nesse trabalho, os autores também fazem observações em possíveis sítios arqueológicos na região de Apucarana.

ser obtidas datas que poderão atestar a presença humana em períodos mais recuados, podendo alcançar até 11 ou 12.000 AP.

Quadro 1 - Sítios arqueológicos com mais de 4.000 anos antes do presente no Estado do Paraná

| Data A.P | Município ou rio | Tradição Arqueológica | Referencia |
|------------|-------------------------|-----------------------|-----------------------|
| 9190 ± 60 | Curiúva | Umbu | Chmyzetal., 2008 |
| 9040 ± 400 | Boa Esperança do Iguaçu | Umbu | Parellada, 2005 |
| 8115 ± 80 | Baixo rio Paranapanema | Umbu | Chmyz; Chmyz 1986 |
| 6910 ± 75 | Foz do Iguaçu | Humaitá | Chmyz, 1983 |
| 6683 ± 355 | Cidade Gaucha | Humaitá | LamingEmperaire, 1968 |
| 6505 ± 105 | Foz do Iguaçu | Humaitá | Chmyz, 1983 |
| 6265 ± 80 | Foz do Iguaçu | Humaitá | Chmyz, 1983 |
| 5380 ± 110 | Mirador | Humaitá | Chmyz, 1977 |
| 5241 ± 306 | Cidade Gaúcha | Humaitá | LamingEmperaire, 1968 |
| 4065 ± 75 | Guairá | Humaitá | Chmyz, 1983 |

Fonte: O autor

As populações que viveram no Paraná entre 9.000 mil e 2.500 anos antes do presente aproximadamente, são denominadas pela arqueologia de caçadores coletores pré-cerâmicos. A arqueologia classifica essas populações caçadoras coletoras em três tradições tecnológicas de fabricação de artefatos líticos: a tradição Humaitá, a Umbu e a tradição Sambaqui.



Tradição Humaitá

As populações que os arqueólogos convencionaram chamar de “Tradição Humaitá”, não deixaram aparentemente, descendentes historicamente conhecidos. Por enquanto, é sabido que ocuparam todos os Estados do Sul do Brasil e as regiões vizinhas do Paraguai e Argentina. Nos estudos realizados em seus vestígios, verificou-se que elas possuíam as características das culturas do tipo bando, compostas de pequenos grupos (40-60 pessoas) que viviam dentro de amplos territórios. Viviam da caça de pequenos animais, da pesca, coleta de diversos tipos de insetos comestíveis, de frutos, sementes e raízes de uma variada gama vegetais disponíveis. A exemplo de outros povos caçador-coletores sul-americanos, também deveriam ter uma série de acampamentos sazonais espalhados dentro de um território definido. Estes acampamentos estariam relacionados a uma série de atividades de subsistência, obtenção e preparação de matérias-primas, rituais e lazer. Suas habitações poderiam ser, desde uma simples meia-água até casas mais elaboradas de madeira coberta por palha ou folhas de palmáceas. Eventualmente poderiam ocupar abrigos sob rocha (reentrâncias em paredes rochosas).

Seus vestígios mais estudados até o presente restringem-se aos instrumentos de pedra, pois a maior parte de seus objetos era provavelmente confeccionada com materiais perecíveis, que se destruíram ao longo do tempo. Entre as ferramentas de pedra podemos mencionar os grandes instrumentos lascados bifacialmente, lascas usadas para raspar, rasgar, cortar, torneiar, bem como ferramentas para polir, furar, amolar, macerar, moer, pilar e ralar.

Figura 2 - Ferramentas líticas da Tradição Humaitá



Fonte: Acervo: Coleção Arqueológica do Museu Histórico de Santo Inácio – PR.
Foto de Edmar Alencar Jr / Josilene A. de Oliveira

Tradição Umbu

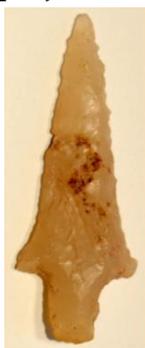
Também as populações que fabricavam artefatos líticos, e que os arqueólogos denominam “Tradição Umbu”, não deixaram descendentes historicamente conhecidos. Seus vestígios, marcadamente as pontas de projéteis e resíduos de lascamento, são encontrados em toda a região Sul do Brasil, e partes do estado de São Paulo. Esses vestígios foram datados entre 12.000 e 1.000 antes do presente demonstrando a longa persistência dessa tradição nos mais variados ambientes da região. Os artefatos líticos dessa tradição são

encontrados preferencialmente nas regiões de maior altitude, nos planaltos do Paraná, principalmente os interflúvios dos principais rios. Nesses locais construíram suas habitações tanto a céu aberto como nos abrigos sobre rochas.

Figura 3: Pontas de projeteis da Tradição Umbu



Acervo: LAEE-UEM.
Foto: Lúcio Tadeu Mota



Acervo do Museu Histórico de Londrina



Tradição Sambaqui

Os pescadores/coletores do litoral Sul do Brasil ocuparam uma vasta faixa entre o mar e a serra, desde o Rio Grande do Sul até a Bahia desde 6.000 até 1.000 anos depois de Cristo. Seus principais vestígios são os inúmeros montes – conhecidos por Sambaquis – que construíram intencionalmente. Neles são encontrados, conchas, artefatos de ossos, ferramentas líticas, carvões de antigas fogueiras, vestígios de sepultamentos humanos com zoólitos e vestígios de antigas moradias com restos alimentares. Construídos tanto nas planícies costeiras como em encostas, diretamente na areia ou sobre o embasamento rochoso, as baías, estuários e lagunas apresentam normalmente grandes concentrações desses sítios arqueológicos. A implantação dos Sambaquis nesses ambientes estuarinos não foi fortuita, ela se deu devido à existência de várias espécies de peixes, moluscos, crustáceos e outros animais, componentes riquíssimos da dieta alimentar desses grupos humanos.

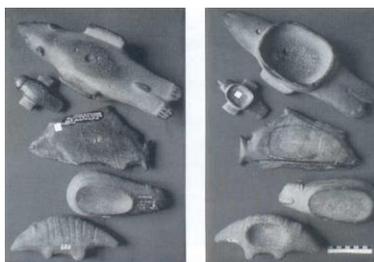
Figura 4: Sambaquis do litoral sul do Brasil.



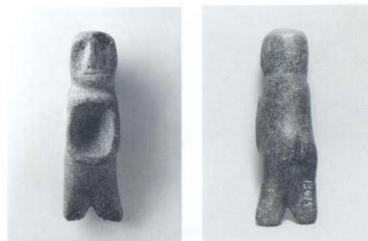
1. Observe o tamanho e a proximidade dos sítios. Sambaquis da Figueirinha-I e II, SC.



2. Mineração do sambaqui Pernambuco-II, um dos grandes depósitos conchíferos de Santa Catarina. Hoje esse sítio encontra-se destruído.



8 e 9. Esculturas feitas em pedra. Coleção Padre Rohr, IPHAN, SC.



10 e 11. Escultura representando homem, recuperada na Ilha do Desterro, sítio Pântano do Sul. Exposição do Museu Nacional, RJ.

Fonte: Gaspar (2000, p 49-53)

As populações indígenas históricas: os ceramistas agricultores

Por volta de 2.500 anos antes do presente (A.P), populações indígenas com técnicas de cultivo de diversas variedades de plantas e com tecnologia de fabricação de vasilhas cerâmicas passaram a ocupar a região onde hoje é o Paraná.

Uma dessas frentes iniciou a ocupação pela bacia do rio Paraná e depois espalhou pelos seus afluentes, os rios Iguaçu, Piquiri, Ivaí, Paranapanema, Pirapó, Tibagi, Itararé e outros rios menores. Eram populações falantes da língua Guarani, que vinham ocupando sistematicamente os territórios da bacia do Rio Paraguai e depois chegando nos rios Paraná e Rio da Prata. Podemos dizer que esses agrupamentos tinham em comum a língua e a produção de artefatos cerâmicos.

A outra frente de ocupação, com populações falantes de línguas do tronco Macro-Jê, alcançou os territórios do segundo planalto paranaense cruzando os rios Paranapanema, Itararé e Ribeira. Tinham

como preferência os planaltos acima de 700 metros de altitude repletos de campos abertos com capões de pinheirais (*araucária angustifolia*).

Os vestígios da cultura material dessas populações agricultoras ceramistas são denominados pela arqueologia como Tradição Tupiguarani, Tradição Itararé e Tradição Taquara.

As mais antigas populações de ceramistas começaram a chegar à bacia do rio Paraná em torno de dois mil e quinhentos anos AP como mostram uma série de sítios arqueológicos datados na região pelas metodologias de C-14 (Carbono 14) e termoluminescência.

O rio Paranapanema, em sua junção com o médio Paraná, é considerada para o caso dos falantes do Guarani como a “porta de entrada” para o Paraná e o sul do Brasil (BROCHADO 1984). O conjunto das pesquisas indica que essas populações, em contínuo processo de crescimento demográfico e de expansão territorial, teriam sucessivamente ocupado a área do atual Mato Grosso do Sul e, através da bacia do Paraná, ingressado no sul do Brasil pelo noroeste paranaense.

No caso dos Jê do Sul (os Kaingang e os Xokleng), como apontam os indícios da cerâmica de Tradição Itararé, a porta de entrada dessas populações para o sul do Brasil teria sido os campos e cerrados do interflúvio dos rios Paranapanema/Itararé e Ribeira.

Trabalhando com a hipótese de que os grupos Jê que se deslocaram do Brasil central para o sul, foram ocupando regiões semelhantes as que ocupavam em seus locais de origem, podemos afirmar que após ocuparem os planaltos de cerrados entre os rios Tietê e Paranapanema eles iniciaram a ocupação dos Campos Gerais no Paraná. Esses campos se estendem desde o sul de São Paulo - região de Itapetininga até Itararé, entre as cabeceiras dos rios Paranapanema e Itararé - até a margem direita do rio Iguazu no segundo planalto paranaense. No século XVII os padres jesuítas fundadores das reduções anotam a presença de grupos não Guarani não região, que eles denominaram de Cabeludos e Gualachos (MOTA, 2000, p. 8).

As informações arqueológicas nos permitem afirmar que a bacia do rio Paraná e seus afluentes da margem esquerda onde é hoje o estado do Paraná foi densamente povoada, até a chegada dos espanhóis e portugueses, por populações caçadoras/coletoras pré-ceramistas e pelos agricultores ceramistas, falantes do Guarani e de grupos falantes de língua do tronco Macro-Jê.¹⁰ E que nesse processo de instalação os povos agricultores ceramistas incorporaram os grupos de caçadores coletores pré-cerâmicos aqui existentes. Em seguida passaram a disputar esses territórios entre si até a chegada das populações não indígenas vindas da Europa. Quando os europeus aqui pisaram eles encontraram os territórios entre os rios Paranapanema até o Uruguai ocupados pelos povos indígenas que até hoje neles permanecem.



Fonte: o autor

¹⁰ Existem ainda informações arqueológicas sobre a presença de vestígios cerâmicos diferentes das tradições discutidas acima, e também existem informações históricas sobre a presença de populações não Guarani e Kaingang principalmente na margem direita do médio Paranapanema, informações importantes para o entendimento da ocupação da região que discutiremos aqui.

As populações indígenas falantes de línguas do Tronco Macro-Jê

Devido a similaridade da língua e de características sócio-culturais que os vinculam aos povos Jê do Brasil Central, os Xokleng e os Kaingang são nominados pela literatura acadêmica recente como Jê do Sul. Mas essa nomenclatura é restrita aos trabalhos acadêmicos, eles se reafirmam em suas denominações antigas.

O povo Xokleng

A denominação “Xokleng”, para os grupos que ocuparam extensos territórios na Serra do Mar, desde o Paraná passando por Santa Catarina até o nordeste do Rio Grande do Sul, já aparece em documentos do século XIX, mas foi popularizada pelos trabalhos do antropólogo Silvio Coelho dos Santos que os estudou de forma sistematizada na segunda metade do século XX. Atualmente eles se auto-denominam como *Laklanô*, o povo do sol (WIIK, 1999).

No passado eles ocuparam diversos pontos no território paranaense, mas hoje estão concentrados em Santa Catarina, com destaque para Terra Indígena Ibirama, a de maior extensão territorial nos municípios de Rio Negrinho, Doutor Pedrinho, Vitor Meireles, José Boiteux e Itaiópolis, e Terra Indígena Rio dos Pardos em Porto União. Essa ocupação antiga de grupos Xokleng/Laklanô em diversos pontos no Paraná como no vale do Rio Iguaçu, nas encostas da Serra do Mar e em localidades do litoral ainda precisam ser estudadas para uma melhor compreensão da espacialidade dos seus territórios nessa região.

Não vamos abordar aqui aspectos dessa população pelo fato de seus territórios hoje estarem em Santa Catarina, mas cabe informar que existem muitas famílias descendentes dos Xokleng/Laklanô vivendo junto com a população Kaingang em algumas Terra Indígenas no Paraná.

O povo Kaingang

A denominação “Kaingang” define genericamente, e ao mesmo tempo, a população e o nome da língua por ela falada. Os resultados de estudos comparados - Arqueologia e Linguística - apontam o Brasil central como a região de origem dos Jê do Sul (Kaingang e Xokleng). Ao migrarem para o sul foram ocupando extensas áreas do estado de São Paulo, os territórios do Planalto Sul Brasileiro até o leste da Província de Misiones na Argentina.

Com a chegada dos falantes do Guarani pelos vales dos grandes rios, ocorreram disputas territoriais que podem ser destacadas nos estudos históricos da documentação colonial. As informações históricas geradas pelos conquistadores europeus, é que até a primeira metade do século XVI os falantes Guarani estavam ocupando o litoral e os vales dos grandes rios, e os Kaingang e Xokleng nas regiões do planalto. A partir da segunda metade do século XVII, quando as populações Guarani tiveram uma drástica redução devido às doenças, guerras e diásporas, os Kaingang voltaram a se expandir por todo o centro do Paraná, e em meados do século XIX temos o retorno de populações falantes do Guarani de regiões do Mato Grosso para o vale do rio Paranapanema.

No século XVIII, as expedições militares coloniais que percorreram a região central do Paraná gerou dados que nos propiciou conhecer parcialmente a toponímia empregada pelos Kaingang para nominar seus territórios..

| Quadro 2: Nomenclatura Kaingang para alguns rios da região no século XIX | | |
|--|------------------------|--|
| Denominação Kaingang | Denominação Portuguesa | Fonte |
| <i>Goio-bang</i> | Paraná | Aparece na documentação provincial do Paraná e em mapas da primeira metade do século XIX. |
| <i>Goio-Covo</i> | Iguaçu | Aparece na documentação provincial do Paraná e em mapas da primeira metade do século XIX |
| <i>Xupin</i> | Chopim | Xu = “ruído que produz o fogo ao apagar-se na agoa” + pin = fogo. Apagou o fogo - BORBA.1908 |
| <i>Xá-embetkó</i> | Chapecó | Xá = salto, cachoeira, + Embetkó = “modo de caçar ratos a noite com fachos” . - BORBA, 1908. |
| <i>Goio-aint</i> <i>Goio-en</i> | Uruguai | Goio = água + aint = invadível – BORBA, 1908 |

Estabelecidos na região os Kaingang ocuparam preferencialmente os campos de altitudes nos interflúvios dos grandes rios. Mas a partir do século XVII esses locais são preferidos pelos fazendeiros para estabelecimentos de suas propriedades de gado, passa a ocorrer então os processos históricos de conquista desses territórios com a implantação das fazendas e vilas como Castro, Guarapuava, Palmas, Campo Mourão e muitas outras, desalojando os Kaingang de seus territórios originais.

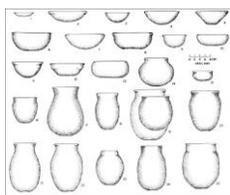
Quadro 3: Nomenclatura Kaingang para as regiões de campos no século XIX

| | Kaingang | Portugues |
|---|------------------------|------------------------------------|
|  <p>Mappa Chorographico da Província do Paraná. Desenhado por João Henrique Elliot. 77 x59 cm. Secção Cartográfica do Arquivo Nacional (MVOP A-25) A numeração correspondente as regiões no mapa de Elliot foi feita com dados de ocupação do Paraná fornecidos pelos Kaingang a Telêmaco Borba na segunda metade do século XIX, Telêmaco BORBA. Actualidade Indígena. Coritiba: Impressora Paranaense, 1908.</p> | 1 Desconhecido | Campos Gerais |
| | 2 <i>Koran-bang-rê</i> | Guarapuava |
| | 3 <i>Kreie-bang-rê</i> | Palmas |
| | 4 <i>Xanxa-rê</i> | Xanxere |
| | 5 <i>Kampo-rê</i> | Campo Erê |
| | 6 <i>Kavaru-koya</i> | São Pedro das Missões Argentina |
| | 7 <i>Pahy-ke-rê</i> | Campos do Mourão |
| | 8 <i>Nerinhê</i> | Laranjeiras do Sul |
| | 9. <i>Inhoó</i> | São Jeronimo |
| | 10 Desconhecido | Rolandia, Araongas |

Além da toponímia outros indícios da cultura material Kaingang evidenciam a sua presença nesses territórios.

Um deles são os vestígios da cerâmica conhecida pela arqueologia como Tradição Itararé e Taquara, relacionadas aos povos Jê do Sul, esses vestígios são encontrados em quase todo o território paranaense.

Figura 5: Cerâmica Itararé associada aos Kaingang



Formas reconstruídas de recipientes cerâmicos da Tradição Itararé no Paraná. CHMYZ, 2009:18



Vasilha reconstituída a partir de fragmentos encontrados em uma casa subterrânea no RS. Schmitz, 2002



Mulher Kaingang confeccionando cerâmica na T. I. Vanuíre em SP. MELATTI, 1976

Outra evidência são as casas semi-subterrâneas construídas para abrigo na estação de frio, e associadas a elas poderia haver galerias que as interligavam. Elas são encontradas em todos os estado do Sul do Brasil.

Figura: 6: Vestígios de Casas Kaingang e representação



Local de uma Casa Semi-subterrânea. Sítio PR*UB-4 em Ubiratã PR. CHMYZ & SAUNER, 1971:26



Sítio RS-A-29, antes do início da escavação. Schmitz. 2002: 24



Desenho de uma Casa Semi-subterrânea La Salvia (1987, p. 19).

Figura 7: Casas semi-subterrâneas associadas ao Kaingag



Ilustração de Casas Semi-subterraneas com galerias. GUARINELLO. 1994:39

Proximo às casas também encontramos os mounds, estruturas contruídas com a finalidade abrigar enterramentos. Os padres jesuítas, no século XVII, registraram a realização de rituais mortuários praticados por populações ancestrais dos Kaingang no vale do rio Piquiri. E, Telêmaco Borba, no século XIX, também anotou evidências similares de enterramentos em regiões que estariam nos territórios descritos pelos jesuítas como pertencentes aos índios Camperos e/ou Cabeludos na bacia do Rio Tibagi. Em seu livro *Actualidade Indígena* ele escreveu que em suas andanças pelo município de Tibagi, no final do século XIX e início do XX, Borba observou (...) *modos distintos de enterramentos indígenas*, um deles eram os mounds (*montículos*) muito comuns nos pontos mais elevados dos campos nas proximidades das florestas de pinheiros (*Araucária angustifolia*), que aparentavam os túmulos dos Kaingang da época.

Procedemos á excavação de um destes montículos; a um metro e cincoenta (1,50) de profundidade do solo, deparamos com uma lage de quarenta centímetros de comprimento sobre trinta de largura; removendo-a encontramos: carvão e cinzas sobrepostos a uma lage horizontal, e duas em sentido vertical. Depois temos procedido a outras excavações em monticulos semelhantes, e o resultado tem sido identico. D´ahi a convicção de que estes monticulos são tumulos ou sepulturas, de uma nação ou tribu que uzava a cremação de seos mortos. (BORBA, 1908, p.124-125)

Esse modo de cuidar dos mortos, praticado pelos Kaingang, também foi encontrado em seus territórios em São Paulo.

Enterramentos Kaingang

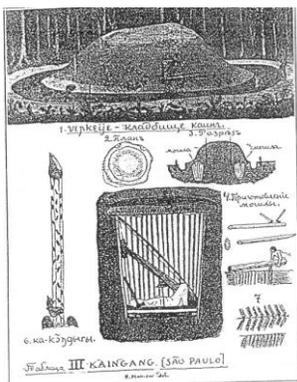


Figura 8: Enterramento Kaingang em SP, 1915. Fonte: Manizer, 1930.



Figura 9: Mound na Serra do Cadeado, Paraná em 2005. Fonte: O autor

Os Jê do Sul também construíram estruturas para suas celebrações e cerimônias. Elas são nominadas pela arqueologia de “praças cerimoniais”, “danceiros” e/ou “aterros anelares”, com ou sem enterramentos em seu centro. A arqueologia associa essas estruturas anelares a celebrações mortuárias e as relaciona com as estruturas de poder das sociedades que os construíram.

São estruturas em forma de anel com variações em torno de 15 a 80 metros de diâmetro e menos de um metro de altura feito de terra compactada. As datações encontradas nessas praças chegam a 1640 anos AP. São abundantes nos planaltos e serras de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e começam a ser evidenciadas no Paraná. Claudia Parellada registrou uma dessas estruturas no município de Turvo no centro do Paraná, com oitenta metros de diâmetro (PARELLADA, 2016, p.162).

Estruturas anelares



Figura 10: Praça cerimonial
Campo Belo do Sul, SC.
Fonte: Souza et al, 2016



Figura 11: Ao centro uma estrutura
anelar – Turvo PR Fonte: Google -
Landsat / Copernicus, Imagem de
14/07/2014

Nas corredeiras dos rios e riachos próximos às suas aldeias, os Kaingang construíram estruturas, armadilhas de captura de peixes, conhecidas pelo nome de *Pari*. São estruturas construídas de rochas no leito dos rios para captura de peixes no pós-piracema, quando as diversas espécies fizeram as desovas e estão descendo os canais dos rios. Seus assentamentos ribeirinhos quase sempre estão associados a essas armadilhas de pesca. As informações históricas e a cartografia paranaense do século XIX nos trazem dados da existência de grandes aldeamentos associados às atividades de coleta de peixes nesses *pari* (MOTA; NOELLI; SILVA, 1996).

Armadilhas de pesca Kaingang

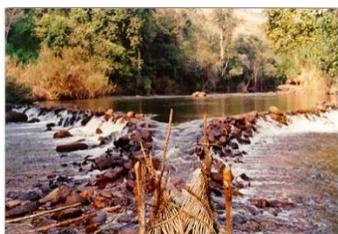


Figura 12: Um parí dos
Kaingang em atividade no
rio Apucarantina em 1998
Fonte. Acervo do autor.



Figura 13: Pari no rio Ivaí em 2012
Fonte: Acervo do autor



Figura 14: Pari fotografado por Reinhardt Maack em um
afluente do Rio Tibagi na década de 1920

Fonte: Museu Histórico de Londrina.

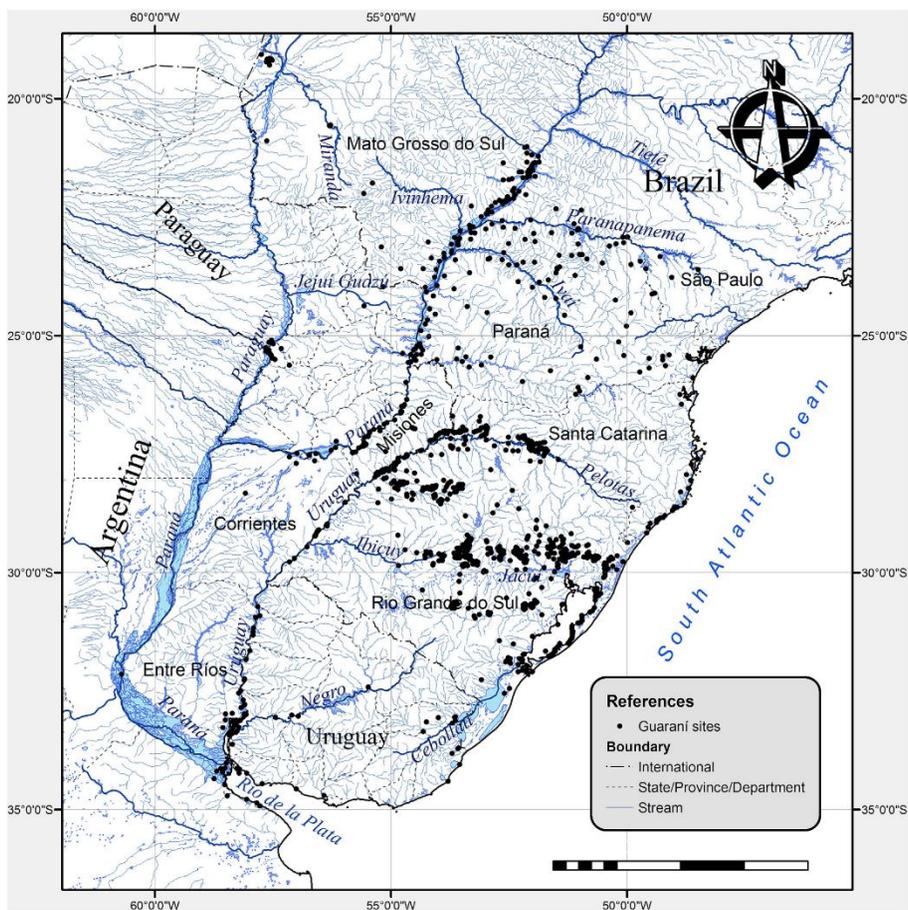
As evidências da ocupação Kaingang estão por quase todo o território paranaense. São centenas de sítios com vestígios e dezenas de datações que mostram a antiguidade dessa ocupação.

Os Guarani

A população indígena falante da língua guarani é a mais conhecida em termos arqueológicos, históricos, antropológicos e linguísticos. A denominação Guarani define, ao mesmo tempo, a população e o nome da língua por eles falada.

Uma serie de estudos comparados – arqueológicos e linguísticos realizados no leste da America do Sul, indica que os Guarani migraram das bacias dos rios Madeira e Guaporé. A partir daí, ocuparam continuamente diversos territórios ao longo das bacias dos rios Paraguai e Paraná. Expandiram-se ainda para a margem esquerda do rio Paraná, nos atuais Estados de São Paulo e Paraná. Conforme as datações já obtidas, eles estão na região desde 2.500 anos AP. Estavam em expansão nesses territórios até a chegada dos primeiros europeus no litoral Sul do Brasil em 1504, e a partir dessa data milhares de documentos produzidos pelos conquistadores europeus registram os limites do vasto domínio Guarani.

Mapa 1: Distribuição geografico dos sitios arqueológicos Guarani



Fonte: BONOMO, 2015, p. 57.

Os Guarani ocuparam partes do litoral e os vales e as terras adjacentes de quase todos os grandes rios e seus afluentes no Paraná. A maioria dos sítios arqueológicos da Tradição Tupi-guarani a eles relacionados estão inseridos em áreas cobertas por florestas, seguindo o padrão de estabelecer as aldeias e as plantações em clareiras dentro da mata. Com o crescimento demográfico, as aldeias subdividem-se num processo de expansão ao longo dos canais fluviais mais importante

da região. Conforme expandiam levavam suas técnicas de cultivo de diversas espécies vegetais, sua tecnologia de fabrico de vasilhas cerâmicas, e todo o seu modo de vida Guarani.

As aldeias tinham tamanhos variados, podendo comportar mais de mil pessoas organizadas socialmente por meio de relações de parentesco e de alianças políticas. Essas famílias extensas viviam em casas clônicas e cada aldeia poderia ter diversas dessas casas. Elas eram construídas de madeira e folhas de palmáceas, podendo alcançar cerca de trinta ou quarenta metros de comprimento por até sete ou oito metros de altura. Algumas aldeias, dependendo de sua localização, poderiam ser fortificadas, estando cercadas por paliçadas.

Em 1503 o capitão francês Binot Paulmier de Gonneville partiu de Honfleur na Normandia a bordo do navio Esperança de 120 toneladas, com 60 marujos. Depois de uma escala em Cabo Verde ele se perdeu no Atlântico e foi parar na costa catarinense onde hoje está São Francisco do Sul em Santa Catarina, onde aportou em cinco de janeiro de 1504. Ali encontrou um povo “cordial” que hospedou os normandos por seis meses, de janeiro até julho de 1504, data de sua partida de volta à França. Gonneville tinha desembarcado diretamente no sul do Brasil em pleno território Guarani, que alguns anos mais tarde espanhóis e portugueses nominaram de *Carijós*. Apesar de não dar informações quanto ao tamanho das casas Guarani, Gonneville informou o tamanho de suas aldeias: cada uma tinha de trinta até oitenta cabanas (PERRONE-MOISES, 1992)

Esse dados nos permite inferir que a população Guarani que habitava o litoral Sul brasileiro deveria ser muito maior que os relatos feitos cinquenta anos depois quando ela já havia sofrido o impacto das doenças trazidas da Europa.

A cultura material da população Guarani era composta por centenas - talvez milhares - de objetos confeccionados para servirem a diversos fins, sendo a maioria feita com materiais perecíveis como ossos, madeiras, penas, palhas, fibras vegetais, etc.

O capitão Gonneville observou que entre os Guarani, tanto os homens como as mulheres, se cobriam com espécies de saiotos que podiam ser tecidos de fibras ou confeccionados de couro ou de penas de pássaros. Os homens os usavam mais curtos até os joelhos e os das mulheres eram mais compridos. Também afirmou que os homens usavam longos cabelos soltos, e que acima de suas cabeças estavam os cocares de penas coloridas e bem dispostas. Gonneville nos traz mais elementos para análise etnográfica ao descrever que os cocares dos caciques principais eram de penas de uma só cor, no caso do cacique Arosca, que o hospedou em São Francisco do Sul, eram verdes, enquanto os dos caciques subordinados eram multicores contendo algumas penas da mesma cor que as dos cocares de seus caciques principais. As mulheres não usavam cocares e sim trançavam os cabelos e os enfeitavam com cordéis tingidos de cores vivas. O uso de cocares pelos homens expressam a hierarquia da organização social dos Guarani do litoral.

A imensa quantidade de objetos de uso cotidiano e/ou decorativo fabricados de material perecível não sobreviveu ao tempo. Restaram-nos dos Guarani da época da conquista, uma pequena parcela de sua cultura material confeccionada de material não perecível como as vasilhas cerâmicas, as ferramentas líticas, corantes minerais e, eventualmente, esqueletos humanos e de animais diversos, conchas e ossos usados como ferramentas ou enfeites.

As vasilhas cerâmicas e/ou seus fragmentos são um dos principais vestígios da cultura material Guarani. Elas eram fabricadas pelas mulheres e podiam ser utilizadas para cozinhar e armazenar alimentos e algumas delas com pinturas, eram utilizadas em cerimônias de cunho político e/ou religioso.

Em pesquisas realizadas na margem esquerda do Rio Paraná, Igor Chmyz escavou o sítio PR-XA-001 nas margens da Lagoa Xambrê no município de Altônia. Nessa escavação ele encontrou vestígios cerâmicos da população guarani e recuperou vasilhas com enterramento datado em 250 anos antes do presente

Nessa mesma localidade existem outros sítios arqueológicos com material cerâmico Guarani cadastrados no município de Altônia. O sítio Córrego da Lagoa 2, registrado no CNSA com o número PR00963, foi descoberto na década de 1990 pelos proprietários que limpavam o terreno. Ao se depararem com o material arqueológico, entraram em contato com o LAEE/UEM que realizou três campanhas de salvamento, de 1996 a 1997. Essas campanhas resultaram em uma das maiores coleções arqueológicas brasileiras obtidas em um único sítio, contendo 63.110 fragmentos e/ou vasilhas cerâmicas, além de material lítico e pedras de fogueira (PEREZ; MOTA, 2010).

Muitas dessas vasilhas contêm ricos desenhos externa e internamente feitos com pinturas vermelhas em fundo branco ou contêm incisos (desenhos) feitos diretamente na vasilha. As vasilhas denominadas Yapepó eram utilizadas no cozimento de alimentos e os Cambuchi, com grafismos, eram vasilhas utilizadas em cerimoniais.

Figura 15: Escavação e vasilhas recuperadas no sítio PR-XA-001



Escavação do sítio em setembro de 1976 às margens da Lagoa Xambrê.

Fonte: Acervo do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas, CEPA/UFPR.



Conjunto funerário n. 1042 acervado no Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas, CEPA/UFPR.

Fonte: MACARI, 2013, p. 68

Figura 16: Vasilhas acervadas na Reserva Técnica do LAEE/UEM. Fotos LAEE/UEM



Yapepó corrugado



Cambuchi Pintado



Cambuchi Caguabâ pintado



Fragmento cerâmico Guarani.
Acervo: Laboratório de
Arqueologia, Etnologia e Etno-
história da UEM. Foto: Lucio Tadeu
Mota



Fragmento cerâmico Guarani.
Acervo: Laboratório de
Arqueologia, Etnologia e Etno-
história da UEM. Foto: Lucio Tadeu
Mota

Um dos maiores estudiosos da cerâmica Guarani, o professor Jose Proenza Brochado, afirma que a expansão dos Guarani no leste da América do Sul pode ser observada desde o primeiro século depois de Cristo (d.C). Em 1984, ele contabilizou cinquenta sítios Guarani datados com a metodologia do carbono 14, e mostrou que entre 100 a 200 anos d.C os Guarani ocupavam grandes territórios desde o rio Ivaí até o Jacuí no Rio Grande do Sul (BROCHADO, 1984, p. 365). Os dados arqueológicos mostram grandes aldeias nas margens dos grandes rios e lagunas litorâneas e aldeias menores conforme se distanciavam dos locais de abundância de alimentos, principalmente peixes. A data mais antiga relacionada à presença dos Guarani na margem esquerda do

Rio Paraná foi feita pelo arqueólogo Igor Chmyz no sítio Dona Carlota, o PR-FI-140, 7 (CNSA PR00534) datado em 60 ± 75 a.C. (CHMYZ, 1983:103)

OS XETÁ

O povo Xetá¹¹ é nominado de diversas formas: 1) **Botocudos** - pelas populações brancas no século XIX e parte do XX; 2) **Kuruton** - pelos índios Kaingang que com eles conviveram no vale do rio Ivaí; 3) **Yvaparé** - pelos índios Guarani do vale do rio Tibagi e Paranapanema; 4) **Aré** por Telêmaco Borba que afirmou que era assim que eles se autodenominavam. Outros autores ainda os nominam como **Héta**, **Chetá**, **Setá** e **Ssetá**.

Os Xetá foram o último grupo indígena contatado no Paraná quando a frente de ocupação cafeeira chegou nos seus territórios do baixo rio Ivaí no final da década de 1940 e início de 1950. Mas, a presença dos Xetá, na bacia do rio Ivaí e seus afluentes, foi registrada, quando expedições financiadas pelo Barão de Antonina fizeram contato com alguns grupos no médio rio Ivaí em 1840. Desde então, por mais de 100 anos, têm-se notícias, relatos, descrições, e informações oficiais do governo do Paraná e do governo brasileiro sobre esse povo nesses territórios do rio Ivaí.

O primeiro registro parece ter sido feito na década de 1840, quando Joaquim Francisco Lopes e John H. Elliot - empregados do Barão de Antonina - fizeram contato com alguns deles nas imediações da foz do rio Corumbataí no Ivaí.

Anos mais tarde, em agosto de 1873, o jovem engenheiro inglês Thomas P. Bigg-Wither, estava imerso nos vastos ‘sertões’ do rio Ivaí

¹¹ O nome indígena Xetá está redigido com a primeira maiúscula, sem flexão de gênero e número, conforme a *Convenção sobre a grafia dos nomes tribais*, da Associação Brasileira de Antropologia. Para maiores detalhes sobre os Xetá, numa perspectiva antropológica ver os trabalhos de Carmen Lucia da Silva, e para uma síntese seu texto disponível no site <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/xeta>. Com uma perspectiva documental e historiográfica ver: MOTA, 2013; MOTA, 2017; MOTA, FAUSTNO, 2018.

trabalhando na demarcação da ferrovia transcontinental que cortaria a província paranaense. Nesse mês de agosto, as barracas de suas turmas de trabalho estavam armadas nas corredeiras da Ariranha, hoje municípios de Ivaiporã/Rio Branco do Ivaí. Na madrugada do dia 18 de agosto de 1873, Bigg-Wither capturou um grupo Xetá constituído de dois homens, quatro mulheres e cinco crianças. O pequeno grupo foi levado para o seu acampamento no salto da Ariranha, onde chegaram no mesmo dia 18 de agosto à noite, perseguidos por uma onça que teimava em acompanhá-los nesse trajeto de retorno. Uma semana depois, foi capturado um outro grupo de quatorze Xetás, que também foram levados para o acampamento do Salto do Ariranha, reunindo ali 26 pessoas. Bigg-Wither supôs que essa era a população total dos índios existentes num raio de 16 km que amedrontavam seus camaradas.

Após 15 dias de estada no Salto da Ariranha, eles foram enviados em canoas para a colônia Teresa Cristina, ficando no acampamento apenas duas crianças: uma menina de oito anos e um menino de nove anos que Bigg-Wither resolveu separá-las dos pais e criá-las para servir de intérpretes no futuro. Mas, o destino dos Xetá capturados em seus territórios na margem direita do rio Ivaí foi trágico. Deixemos o engenheiro relatar o ocorrido com os membros dos dois grupos Xetá capturados.

Pobres Bugres! Foi triste o fim deles. Morriam um por um, alguns antes de chegar à Colônia. Uma disenteria epidêmica grassou no meio deles, provavelmente causada por mudanças de alimentação, especialmente pelo sal que não o conheciam em seu estado selvagem. Primeiro a doença vitimou as crianças e depois rapidamente atingiu os adultos, os quais morreram um após o outro. Quando um mês depois fui à Colônia, encontrei apenas dois Índios vivos de vinte e cinco que partiram de nosso acampamento. (BIGG-WITHER, 1878)

O mesmo fim teve uma das crianças que Bigg-Wither tinha separado do grupo para criá-las em seu acampamento. O menino de nome 'Oita' e menina 'Oitana' - era assim que eles se

autodenominavam nos dias que viveram no acampamento - ficaram doentes. O menino apresentou melhoras, mas a menina adoeceu e depois de oito dias faleceu no dia 4 de setembro. Foi enterrada em pequeno cemitério improvisado nas margens do Ivaí junto com o camarada Pedro Batista que morreu afogado no rio enquanto se divertia numa canoa num domingo, 7 de setembro de 1873.



Figura 17: Cacique Xetá capturado por Bigg-Wither nas serras próximas ao Salto da Ariranha no rio Ivaí no dia 17 de agosto de 1873.
Fonte: Bigg-Wither (1878)..



Figura 18: Tumulo da menina Xetá Oitãna que morreu no acampamento de Bigg-Wither no Salto do Ariranha.
Fonte: Bigg-Wither, 1878

No início do século XX, em 1910, Albert V. Fric, cientista e fotógrafo tcheco, ouviu dos Kaingang aldeados na confluência do rio Ubazinho no Ivaí a informação da presença de pequenos grupos Xetá nas serras da margem esquerda do rio Ivaí, onde hoje estão os municípios de Manoel Ribas e Ivaiporã. Junto com cacique Paulino Arak-Xó, Fric realizou uma expedição para encontrar um desses grupos Xetá. Depois de vasculharem cuidadosamente as pistas deixadas pelos Xetá, encontraram uma trilha que seguia rio Azul, afluente da margem esquerda do Ivaí, acima em direção às serras, por onde seguiram as pistas deixadas pelos Xetá. Foram examinando os vestígios como restos de fogueiras, trilhas, restos de caça, e quando estavam próximos, os

Kaingang subiam nos pinheiros para observar sinais de fumaça dos fogos. Passaram a andar à noite em direção aos sinais observados durante o dia, até que localizaram o grupo Xetá, que foi levado para a aldeia do cacique Paulino no rio Ubasinho. Onde ficaram alguns dias e onde Fric coletou um vocabulário Xetá-Tcheco mais tarde publicado no seu livro *Indiani Jizni Ameriky* - Índios sul-americanos.



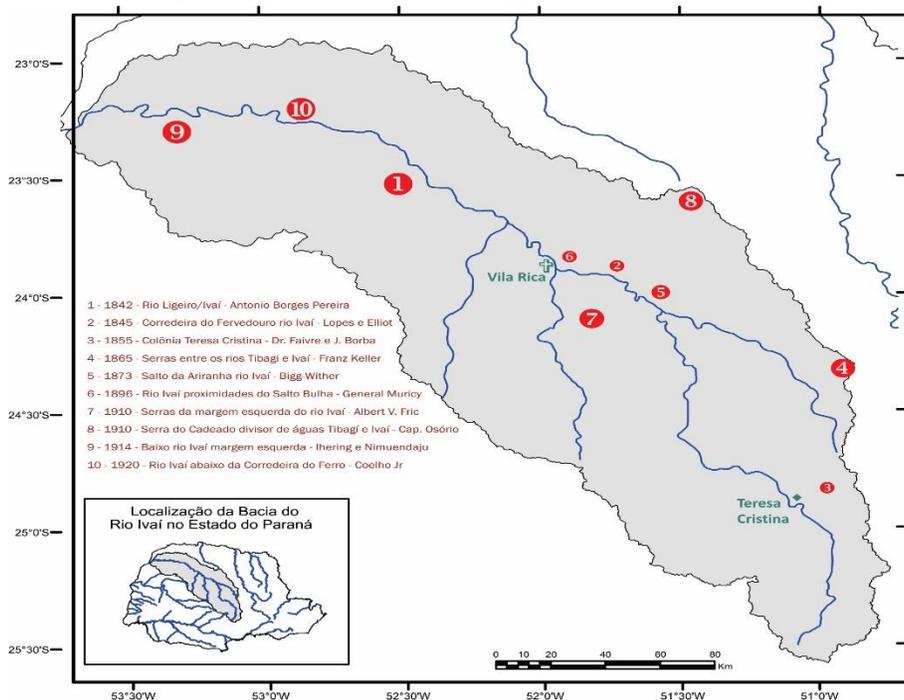
Figura 19 - Fric no centro da fotografia, com os Kaingang e o grupo Xetá.
Foto: Albert Vojtech Fric, 1911



Figura 20 - Albert Vojtech Fric com os Xetá no *emá* (aldeia) do cacique Arikishóa no rio Ubasinho.

Foto: Albert Vojtech Fric, 1911

Mapa 2: Os Xetá no vale do rio Ivaí 1840 – 1920



Fonte: Lúcio Tadeu Mota e Marcos Rogério de Oliveira.

Nessas primeiras décadas do século XX muitos outros contatos foram noticiados, mas foi na região conhecida como Serra dos Dourados, onde hoje estão implantados os municípios de Umuarama, Ivaté, Douradina, Icaraíma, Maria Helena, Nova Olímpia, entre outros, que a partir de 1949 ocorreu o mais documentado encontro de grupos Xetá com a sociedade envolvente. Entre 1950 e 1967 foram feitas diversas expedições, desde as realizadas por integrantes das Cias Loteadoras das terras na Serra dos Dourados, as realizadas pelo SPI - Serviço de Proteção aos índios, até as de cunho científico efetuadas por pesquisadores da UFPR, e outras apenas com os pesquisadores da universidade.



Figura 21: Os Xetá: Serra dos Dourados – julho 1952. A captura do menino *Tikuein Ueió* - Kaiuá - Antônio Guairá Paraná, e seu tio.

Pode-se ver na foto da esquerda para a direita: Deocleciano de Souza Nêne, o índio Xokleng Vaipan, os irmãos japoneses Tadao e Massayochi Ito fiscais da Cia Miyamura; sr. Jose Alves do SPI, a frente um Xetá adulto de nome Pixapa, o pequeno Kaiuá, entre dois japoneses o cozinheiro do acampamento, e outros trabalhadores japoneses da Cia Myamura
 Fonte: Hidemitsu Miyamura. Filme antigo (2) A Colonização da Serra dos Dourados.

<http://www.discovernikkei.org/pt/journal/2013/6/5/filme-antigo-2>



Figura 22: Os Xetá na Serra dos Dourados. 5ª Expedição do SPI, realizada em novembro de 1955.

Foi nessa expedição que o SPI levou para Curitiba a menina Hann irmã do menino Kaiuá capturado em 1952
 Fonte: Museu do Índio

Apesar dos esforços dos professores da Universidade Federal do Paraná (UFPR), do Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI) e de alguns membros do SPI no Paraná, o Governo do Estado do Paraná negociou os territórios Xeta com as Companhias de Colonização que os lotearam para revenda aos interessados no cultivo de café na região.

Até a década de 1990 os Xetá eram tidos pelo órgão indigenista brasileiro Fundação Nacional do Índio – FUNAI – como grupo extinto ou quase extinto, pois constam nos seus dados populacionais apenas cinco pessoas. No entanto, a pesquisa antropológica de Carmen Lúcia

da Silva apontou que ao contrário do que se afirmava nos levantamentos oficiais, os Xetá não estavam extintos.

Em 1997, por solicitação dos Xetá, foi realizado o primeiro encontro dos sobreviventes dos Xetá em Curitiba intitulado “Encontro Xetá: Sobreviventes do Extermínio”, com o apoio do Instituto Socioambiental (ISA) e Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR (MAE) do qual participaram todos os sobreviventes do grupo, crianças, jovens, mais velhos e cônjuges, além do Prof. Dr. Aryon Dall’Igna Rodrigues, que efetuou os primeiros estudos da língua Xetá junto a um grupo familiar na década de 1960 (1960, 1961) e posteriormente em 1967.

Como resultado desse encontro, esse grupo solicitou seu reconhecimento enquanto pertencentes à etnia Xetá e a retificação de seus nomes nos registros civis levando em conta os registros que já vinham trabalhando na pesquisa antropológica, onde os mesmos apresentavam como se dava o sistema de nomenclatura do grupo. Também colocaram em pauta a indenização financeira de suas perdas e a recuperação de seus territórios tradicionais na Serra dos Dourados, bem como reivindicaram o retorno a seu território de origem nominando-o como Terra Indígena Herarekã Xetá.

Atualmente os Xetá somam aproximadamente mais de 100 (cem) pessoas, 25 (vinte e cinco) famílias. Estão em processo de luta para terem seu território tradicional reconhecido junto à FUNAI, para terem seus direitos reconhecidos e reconstituírem-se enquanto povo e revitalizarem a sua cultura. Além da demanda para reaverem parte de seus territórios, os Xetá solicitaram ao Estado do Paraná um atendimento específico e diferenciado de: educação escolar indígena bilíngüe Português/Xetá; o ensino da sua história na escola; produção de literatura e materiais didáticos que retratem a realidade do povo, trazendo inclusive a memória coletiva da antiga sociedade narrada por seus pais, hoje considerados “guardiões da memória Xetá” (SILVA, 2007). E os Xetá não querem mais aparecer na história, nos livros e na imprensa, como um povo extinto.



Figura 23: Encontro Xetá:
Sobreviventes do Extermínio
Tiküein, Tuca Tiküein, Hann,
Tiguá e Kuein. Foto: Márcia
Rosato, 30 de agosto, 1997,
Curitiba, Paraná



Figura 24: JANÉ REKÓ PORANUHÁ
- O Contar de Nossa Existência.
Oficina na UEM em 2010
Foto: LAEE

Quadro 4: População indígena no Paraná - 2010

Dados Demográficos

| Ano/Censo | Brasil | | |
|--------------------|---------|---------|---------|
| | 1991 | 2000 | 2010 |
| População Indígena | 294.131 | 734.127 | 817.963 |

População indígena atual no Estado do Paraná

| Ano | Em aldeias | Centros urbanos | Total |
|------|------------|-----------------|--------|
| 2010 | 11.934 | 14.625 | 26.559 |

São 3 etnias: Kaingang, Guarani (Kaiowa, Mbya, Nhandeva), Xetá

Distribuídos em 30 Terras Indígenas (Funai, 2014)

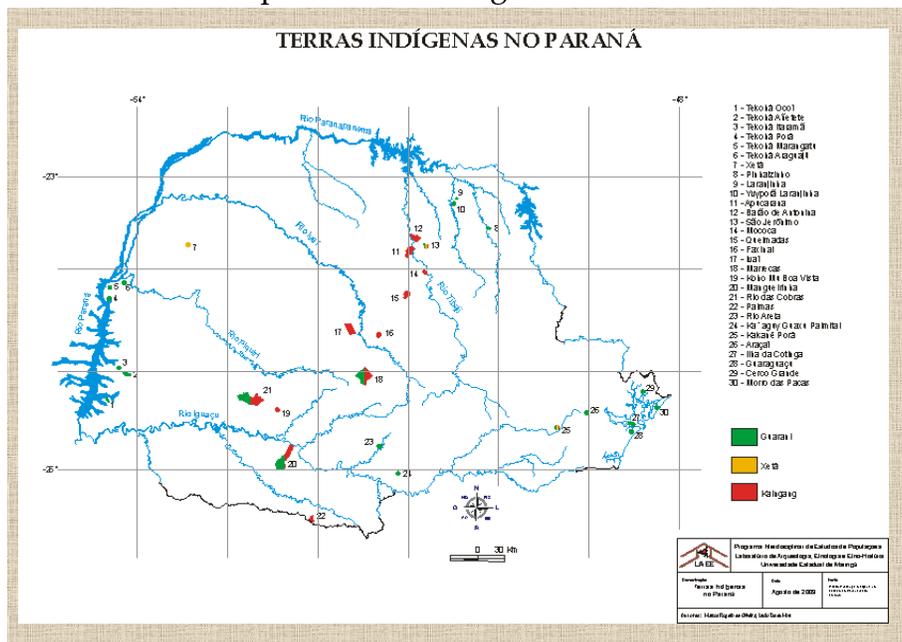
Quadro 5. Terras Indígenas no Paraná por Bacias Hidrográficas

| Bacia do Rio Paraná | | | | | |
|----------------------------|-------------------------|-----------------------|--|--------------------------|---------------------------|
| Nº | Terras Indígenas | Etnias | Município(s) | Área (Ha) (Funai) | População (Funasa) |
| 01 | Tekohá Ocoí | Guarani Nhandéwa | São Miguel do Iguaçu | 231 | 589 |
| 02 | Tekohá Añetete | Guarani Nhandéwa | Diamante D'Oeste | 1.744 | 216 |
| 03 | Tekohá Itamarã | Guarani Nhandéwa | Diamante d'Oeste | 242 | 68 |
| 04 | Tekohá Porá | Guarani Nhandéwa | Guaira | 56 | 28 |
| 05 | Tekohá Marangatu | Guarani Nhandéwa | Guaira | 80 | 105 |
| 06 | Tekohá Araguaçu | Guarani Nhandéwa | Terra Roxa | 20 | 79 |
| 07 | Xetá | Xetá | Umuarama e Ivaté | 164.371 | 110 |
| | Terras Indígenas | Etnias | Município(s) | Área (Ha) (Funai) | População (Funasa) |
| 08 | Pinhalzinho | Guarani Nhandéwa | Tomazina | 593 | 156 |
| 09 | Laranjinha | Guarani Nhandéwa | Santa Amélia | 284 | 282 |
| 10 | Yvyporã Laranjinha | Guarani Nhandéwa | Abatiá, Cornélio Procópio e Ribeirão do Pinhal | 1.238 | 238 |
| | Terras Indígenas | Etnias | Município(s) | Área (Ha) | População |
| 11 | Apucarana | Kaingang | Tamarana | 5.575 | 1.358 |
| 12 | Barão de Antonina | Kaingang | São Jerônimo da Serra | 3.750 | 383 |
| 13 | São Jerônimo | Kaingang Guarani Xetá | São Jerônimo da Serra | 1.339 | 573 |
| 14 | Mococa | Kaingang | Ortigueira | 859 | 114 |
| 15 | Queimadas | Kaingang | Ortigueira | 3.077 | 433 |
| | Terras Indígenas | Etnias | Município(s) | Área (Ha) | População |
| 16 | Faxinal | Kaingang | Cândido de Abreu | 2.043 | 587 |
| 17 | Ivaí | Kaingang | Manoel Ribas e Pitanga | 7.306 | 1.212 |
| 18 | Marrecas | Kaingang e Guarani | Turvo e Guarapuava | 16.838 | 653 |
| | Terras Indígenas | Etnias | Município(s) | Área (Ha) | População |

| 19 | Koho Mu Boa Vista | Kaingang | Laranjeiras do Sul | 7.344 | 45 |
|--|------------------------|-------------------------|--|-----------|-------------|
| | Terras Indígenas | Etnias | Município(s) | Área (Ha) | População |
| 20 | Mangueirinha | Kaingang e Guarani | Mangueirinha, Chopinzinho e Coronel Vivida | 16.375 | 2.159 |
| 21 | Rio das Cobras | Kaingang Guarani M'byá | Nova Laranjeiras, Espigão Alto do Iguaçu | 18.681 | 2.316 |
| 22 | Palmas | Kaingang | Palmas (PR) e Abelardo Luz (SC) | 3.800 | 737 |
| 23 | Rio Areia | Guarani Nhandéwa | Inácio Martins | 1.352 | 143 |
| 24 | Ka'águy Guaxu Palmital | Guarani | União da Vitória | 72 | 25 Famílias |
| 25 | Kakané Porá | Guarani Kaingang e Xeta | Curitiba | 44 | 35 Famílias |
| 26 | Araçaí | Guarani M'byá | Piraquara | 70 | 70 |
| | Terras Indígenas | Etnias | Município(s) | Área (Ha) | População |
| 27 | Ilha da Cotinga | Guarani M'byá | Paranaguá | 1.701 | 63 |
| 28 | Guaraguaçu | Guarani M'byá | Pontal do Paraná | 670 | 15 |
| 29 | Cerco Grande | Guarani M'byá | Guaraqueçaba | 54 | 26 |
| Total: 30 Terras Indígenas: 20 demarcadas, e 10 Terras Indígenas a serem identificadas 17 Guarani 01 Xetá 08 Kaingang 04 Guarani, Xetá e Kaingang | | | | | |

Fonte: LAEE, dados de 2009

Mapa 3: Terras Indígenas no Paraná



CONCLUSÃO

Apesar de consolidadas as informações sobre a presença de populações indígenas nos territórios paranaenses no mínimo a nove mil anos antes do presente. De ser do conhecimento geral que as populações indígenas que habitam o Paraná são das etnias Kaingang, Guaraní e Xetá. Que elas estão em contato com não indígenas desde 1500, que continuam existindo e recriando suas práticas ancestrais e reivindicando sua sobrevivência como sociedades específicas. Muitos são os mitos e estereótipos que povoam o conhecimento dos não indígenas sobre as sociedades indígenas no Paraná.

Uma percepção muito comum é a do índio genérico, que não respeita as especificidades e singularidades dos grupos. Outra é o conceito de que os elementos da cultura dos povos indígenas são estáticos, não mudam com o tempo, isso leva a querer que as sociedades indígenas fiquem paralisadas num tempo passado, e não percebe que as

relações socioculturais são de mãos duplas, as trocas culturais, os fluxos culturais ocorrem dos dois lados, e as culturas modificam-se com o tempo. Outra visão muito difundida é de que o indígena é sempre um “bom selvagem” transformando-os em sujeitos não históricos. Essa do bom selvagem desenvolvida pelo Iluminismo europeu continua presente em grande parte dos textos escolares. Em muitos deles aparece o relacionamento entre índio e branco, onde o índio é apresentado apenas como um ser dócil que trabalha em troca de quinquilharias, não havendo referência alguma a qualquer tipo de protagonismo empreendido por ele ao longo da história.

REFERÊNCIAS

BALANDIER, Georges. **Antropología política**. Lisboa: Presença, 1987.

BALANDIER, Georges. **Antropológicas**. São Paulo: Cultrix, 1976.

BALANDIER, Georges. A noção de situação colonial. **Cadernos de Campo**, 3, 1993, p. 107-131

BIGG-WITHER, Thomas Plantagenet. **Pioneering in south Brazil: three years of forest and prairie life in the province of Paraná**. J. Murray, 1878.

BONOMO, Mariano et al. A model for the Guaraní expansion in the La Plata Basin and littoral zone of southern Brazil. **Quaternary International**, v. 356, p. 54-73, 2015.

BORBA, Telêmaco. **Actualidade indígena**. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1908.

BROCHADO, J. P. **An ecological model of the spread of pottery and agriculture into Eastern South America**. Tese de Doutorado em Antropologia, University of Illinois at Urbana-Champaign, 1984.

CHMYZ, I; SAUNER, Z. C. Nota prévia sobre as pesquisas arqueológicas no vale do rio Piquiri. *Dédalo*. Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo - SP, v. 13, p. 7-36, 1971.

CHMYZ, I. **Sétimo Relatório do Projeto Arqueológico Itaipu**. Itaipu/IPHAN, Curitiba, 1983.

CHMYZ, Igor. Relatório Final das Etapas 1 e 2 do Projeto para Constatação e Resgate do Patrimônio Arqueológico na área do Eixo Metropolitano de Transporte da Cidade de Curitiba (Linha Verde). Curitiba: CEPA/UFPR, 2009.

CHMYZ, I. et al. A arqueologia da área da LT 750kV Ivaiporã-Itaberá III, Paraná - São Paulo. **Arqueologia**, v. 5, p. 1-305, 2008.

FRIC, Albert V. **Indiáni Jézni Americy**. Praga : [s.n.], 1943.

FRIC, A. V. Race of pygmies discovered in South American. **The New York Times**, Nova York, 5 fev. 1911.

GASPAR, Madu. **Sambaqui: arqueologia do litoral brasileiro**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 1999.

GUARINELLO, Norberto Luiz; RODRIGUES, Marly; PAES, Maria Helena Simões. **Os primeiros habitantes do Brasil**. Atual, 1994.

LAMING, Anete; EMPERAIRE, José. A jazida Jose Vieira: um sítio Guarani e pré-cerâmico no interior do Paraná. **Arqueologia**, Curitiba, v. 1, 1969

LA SALVIA, Fernando. **A habitação subterrânea: uma adaptação ecológica.** A arquitetura do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, p. 7-56, 1983.

MANIZER, Henry Henrikowitch. Les Kaingang de São Paulo. **23th International Congress of Americanists.** New York. 1930. pp. 760-791.

MELATTI, Delvair M. **Aspectos da organização social dos Kaingang Paulistas.** FUNAI, 1976.

PERRONE-MOISES, Leyla. Vinte Luas: viagem de Paulmier de Gonneville ao Brasil: 1503 – 1505. São Paulo : Cia das Letras, 1992.

MONTEIRO, John Manuel. Armas e armadilhas: história e resistência dos índios. In: NOVAES, Adauto (Org.) **A outra margem do ocidente.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999

MOTA, Lucio Tadeu, NOELLI, Francisco Silva, SILVA, F. A. Pãri: armadilha de pesca utilizada pelos índios Kaingang no sul do Brasil. **Universidade Sociedade.** v. 11, p. 21 - 25, 1996.

MOTA, Lúcio Tadeu. A invasão dos territórios do povo Xetá na Serra dos Dourados/PR em meados do século XX. **Diálogos,** v. 21, n. 3, p. 4-25, 2017.

MOTA, Lucio Tadeu. Os índios Kaingang e seus territórios nos campos do Brasil meridional na metade do século passado. In: **Uri Wãxi: estudos interdisciplinares dos Kaingang.** Londrina, Eduel, 2000.

MOTA, Lúcio Tadeu; FAUSTINO, Rosângela Célia. O SPI e os Xetá na Serra dos Dourados - PR: acervo documental 1948 a 1967. 1. ed. MARINGÁ: Eduem, 2018. 425p

MOTA, Lúcio Tadeu. Os Xetá no vale do rio Ivaí 1840 - 1920. 1. ed. Maringá: Eduem, 2013. v. 1000. 209p .

MOTA, Lúcio Tadeu. **As Guerras dos Índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769 - 1934)** / Lúcio Tadeu Mota; apresentação de Carmen Sylvia de Alvarenga Junqueira - Maringá: EDUEM, 1994. (ISBN 85-85545-06-2)

MOTA, Lúcio Tadeu. Etno-história: uma metodologia para abordagem transdisciplinar da história de povos indígenas.

Patrimônio e Memória (UNESP), v. 10, p. 5-16, 2014.

NEVES, Walter Alves; PILÓ, Luís Bethoven. O povo de Luzia. São Paulo: Globo, 2008

PARELLADA, C. I. Revisão dos sítios arqueológicos com mais de seis mil anos BP no Paraná: discussões geoarqueológicas.

Fundamentos, São Raimundo Nonato, n. 7, p. 118-135, 2008.

PARELLADA, C.I., Paisagens transformadas: a arqueologia de povos Jê no Paraná, sul do Brasil. *R. Museu Arq. Etn.*, 27: 158-167, 2016

PEREZ, Glauco Constantino; MOTA, Lúcio Tadeu. Etnoarqueologia dos grafismos guarani: estudo do acervo cerâmico do sítio arqueológico Córrego da Lagoa 2–Altônia-PR. **Diálogos**, v. 14, n. 3, p. 669-672, 2010.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. **O nosso governo: os Ticunas e o regime tutelar**. São Paulo: Marco Zero, 1988.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. As casas subterrâneas: fragmentos da história dos índios kaingang. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 181, p. 22-29, 2002.

SOUZA, JG; CORTELETTI, R; ROBINSON, M; IRIARTE, J. The genesis of monuments: Resisting outsiders in the contested landscapes of southern Brazil. **Journal of Anthropological Archaeology**. Vol 41, March 2016, pgs 196–212.

WIIK, FLAVIO BRAUNE. Xokleng: Verbete da Enciclopédia on-line dos Povos Indígenas no Brasil. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1999 (Texto em site na <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xokleng>).

CAPÍTULO 2

IMIGRAÇÃO NO PARANÁ: QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Lucimara Koss

José Junio da Silva

Lourenço Resende da Costa

INTRODUÇÃO

O Paraná deixou de ser a quinta comarca de São Paulo em 19 de dezembro de 1853. No século XIX, os presidentes da província e os governadores do Estado, após a Proclamação da República, buscaram aumentar a densidade demográfica: “No início do século XIX, era o território paranaense uma região mal povoada, com sertões brutos e desabitados, inclusive em áreas não muito distantes da capital” (WACHOWICZ, 1972, p. 109).

Diante desse desafio alguns governantes do Paraná buscaram instalar colônias nos arredores das cidades maiores, principalmente nos arrabaldes da capital paranaense. Na década de 1870, sobretudo no governo de Adolpho Lamenha Lins, o sucesso do modelo de colonização parecia total. No entanto, as regiões distantes do interior continuaram sem a mesma atenção (COSTA, 2020).

No contexto das discussões abolicionistas a província buscava atrair pessoas, mas sofria uma concorrência forte das regiões cafeeicultoras, sobretudo São Paulo, pois a grande maioria dos imigrantes que desembarcaram nos portos brasileiros entre 1850 e 1918 foi deslocada para os municípios paulistas (NADALIN, 2001, p. 70).

Além disso, conforme ressaltou Andreazza e Nadalin (1994, p. 64), quando se analisa a História do Paraná a imigração foi muito mais focada na colonização do que na substituição da mão de obra escrava.

É importante destacar que o Paraná, dentro de uma perspectiva maior, buscou também uma colonização que visava um modelo de população a partir das ideias raciais em voga na virada do século XIX para o XX (SANTOS, 2001; NADALIN, 2001).

Portanto, o Paraná não estava alheio ao que ocorria no restante do país no que se referia às políticas de atração de pessoas, mas a dinâmica paranaense possuía as suas singularidades. A produção de alimentos e o comércio interno, aliado à colonização propriamente dita, foram um norte importante da política imigratória paranaense (KOSS, 2017).

A chegada de milhares de pessoas no segundo quarto do século XIX e primeiras décadas do século XX fez do Estado um mosaico etnocultural ainda maior. Impossível em um capítulo dar conta da História do Paraná. O objetivo desse texto é tão somente propor algumas reflexões teórico-metodológicas que podem ser utilizadas no momento de analisar algumas “faces do Paraná”¹².

O capítulo é dividido em três partes. Na primeira é discutida a construção/reconstrução de fronteiras identitárias, bem como a ressignificação cultural e étnica, tendo em vista o modo de colonização do Estado. Na segunda parte, as considerações teóricas versam a respeito da construção e prática dos espaços, trazendo algumas diferenças entre as políticas imigratórias do Sul e Sudeste brasileiro. Já na terceira e última parte, o intuito é pensar a relevância da História Oral e das concepções teórico-metodológicas da geração nos estudos sobre o Paraná.

Cultura e identidades no plural

O sociólogo Stuart Hall (2013, p. 33) já alertou que “nossas sociedades são compostas não de um, mas de muitos povos. Suas origens não são únicas, mas diversas”. O que foi ressaltado pelo autor

¹² Evidentemente os autores teóricos e suas considerações teórico-metodológicas podem ser utilizados em pesquisas com diferentes recortes espaciais.

não é necessariamente uma novidade, mas é algo fundamental que precisa ser pautado, pois o desejo e/ou busca de uma homogeneização ocorre muitas vezes. Não raramente, grupos minoritários acabam tendo sua cultura e sua identidade desrespeitada em nome da univocidade.

O Paraná contemporâneo é resultado de um processo de ocupação e de relações sociais de longa data e, portanto, não é surpresa que possua múltiplas identidades e uma cultura plural. Além dos imigrantes europeus é fundamental não desconsiderar a imigração africana, ainda que realizada de maneira forçada durante séculos, bem como milhares de indivíduos de origem não europeia, podendo citar os japoneses que juntamente com os povos ameríndios, que já viviam no território, dão feição às muitas faces do Paraná.

Hall (2014) já assinalou a importância que as discussões acerca das identidades ganharam no século XX. O pesquisador salienta a relevância de compreender que tal tema precisa ser apreciado levando-se em conta o discurso: “É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e instituições específicas” (HALL, 2014, p. 109). Ao buscar um imigrante laborioso e morigerado, as autoridades paranaenses contribuíam para a construção de um ideário imigrante.

Na discussão quando as identidades paranaenses estão em pauta é sempre relevante tratá-las de maneira coletiva, pois elas se constroem e se reconfiguram a partir das relações com a sociedade receptora, seja em relação aos imigrantes desembarcados nos portos brasileiros nas viagens transoceânicas, sejam aqueles que migraram dentro do território: “Deve-se considerar que a identidade se constrói e se reconstrói constantemente no interior das trocas sociais” (CUCHE, 2002, p. 183).

Os imigrantes, das mais variadas origens, trouxeram uma cultura que foi sendo transformada por seus descendentes à medida que novas relações sociais eram estabelecidas. Lembrando que o termo *cultura* é aqui compreendido numa definição ampla que vai desde as

mentalidades e representações, até artefatos produzidos e utilizados pelos grupos e indivíduos (BURKE, 2003, p. 16).

Nos estudos que pautam o tema é imprescindível não confundir cultura com identidade, embora sejam dois conceitos de definição muito fluída e que não ocorrem de maneira independente um do outro. É necessário compreender e estabelecer a distinção: “A cultura depende em grande parte de processos inconscientes. A identidade remete a uma norma de vinculação, necessariamente consciente, baseada em oposições simbólicas” (CUCHE, 2002, p. 176).

Quando os primeiros imigrantes japoneses chegaram ao Brasil, em 1908, desembarcaram trazendo uma cultura que era praticada inconscientemente pelas pessoas (SILVA, 2019, p. 83). Mas, quando se analisa a relação que os primeiros japoneses estabeleceram com a sociedade receptora já estamos no campo da identidade, pois a constatação da diferença era algo consciente.

Os okinawanos que chegaram com o *Kasato-Maru* continuaram realizando diferentes atividades e agindo, em muitos aspectos, de maneira similar ao que faziam no sul do arquipélago do Japão, pois fazia parte de seu arcabouço cultural. Mas, na relação com a sociedade anfitriã e/ou mesmo com o restante da sociedade japonesa, sua identidade se manifesta na percepção da diferença (SILVA, 2019, p. 84).

Esses apontamentos teóricos, evidentemente, devem ser observados para o estudo dos demais grupos imigrantes e migrantes. Caso dos ucranianos, que assim como os japoneses, chegaram ao Brasil já no período republicano. O Paraná foi um dos principais destinos dessas pessoas que no estado reconstruíram sua identidade em face dos contatos com a sociedade local (COSTA, 2019; TAMANINI, 2017; ANDREAZZA, 1996).

No que diz respeito à identidade étnica, assim como a cultural, ela não ocorre no isolamento e as fronteiras entre os grupos são porosas, ou seja, as pessoas podem externar sua etnicidade ou não na medida em que se sentirem seguras para fazer (BARTH, 2011). Os imigrantes, sejam de origem europeia, asiática ou africana, ao entrarem em contato

uns com os outros edificavam seus liames étnicos: “As identidades são diversas e cambiantes, tanto nos contextos sociais nos quais elas são vividas quanto nos sistemas simbólicos por meio dos quais damos sentido a nossas próprias posições” (WOODWARD, 2014, p. 33).

As famílias quando chegaram ao Paraná precisaram se adaptar ao local em que foram instaladas e à sociedade da qual agora faziam parte. Mas, essa adaptação não necessariamente significava abandonar os traços identitários trazidos na “bagagem” etnocultural. A identidade étnica pressupõe que os grupos podem ultrapassar as fronteiras sem perder sua identificação: “No decorrer do tempo as fronteiras étnicas podem manter-se, reforçar-se, apagar-se ou desaparecer” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011, p. 154).

Portanto, os grupos étnicos não ficam obrigatoriamente restritos a um local e o deslocamento espacial não inviabiliza a etnicidade, pois ela é constantemente reconstruída em um processo ininterrupto e dialético. Os deslocamentos populacionais pelo interior brasileiro colocam diferentes grupos etnoculturais distintos em contato e o Paraná não é exceção. O sistema monetário, ou melhor, a reduzida circulação de papel moeda fazia com que as distinções étnicas e as tradições culturais se entrecruzassem sem a anulação do sentimento de pertença (KOSS, 2019, p. 191).

Imigração e a prática dos espaços: diferenças entre as políticas imigratórias do Sul e Sudeste do Brasil com ênfase no Estado do Paraná

Partindo-se do pressuposto de que tática é “um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível; e que estratégia é o cálculo das relações de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um ‘ambiente’” (CERTEAU, 2008, p. 46). Pode-se dizer que as políticas imigratórias do Sul e Sudeste do Brasil, possuíam táticas e estratégias distintas para atrair o imigrante ideal conforme as especificidades de cada lugar. Isso se deu

principalmente devido à forma como esses espaços eram praticados dentro e fora do contexto que as antecedeu.

Destarte, entendendo que o espaço é algo construído, reconstruído e dividido socialmente através dos valores e das ações dos sujeitos que o praticam cotidianamente (CERTEAU, 2008), o Sul e o Sudeste brasileiro de fins do século XIX e início do XX, eram espaços praticados economicamente de formas distintas. Portanto, não é possível dizer que os imigrantes foram atraídos para o Brasil unicamente para substituir a mão de obra escrava visando a produção voltada ao mercado externo.

Nesse contexto, enquanto o Sudeste brasileiro estava voltado mais para a economia do mercado externo nas grandes propriedades agrícolas, pautada principalmente na mão de obra escrava, sobretudo nos cafezais paulistas. Os estados do Sul do Brasil estavam ligados mais ao mercado interno baseado no desenvolvimento da pequena propriedade agrícola (KOSS, 2017). Um dos objetivos era criar colônias em que os imigrantes praticassem o espaço devoluto e cultivassem alimentos para desenvolver e abastecer o mercado interno.

Portanto, as políticas imigratórias tinham objetivos distintos conforme o espaço brasileiro em que o imigrante era desejado. Isso também influenciou na escolha dos destinos por parte dos imigrantes. Conforme as atividades que desenvolviam em seus países de origem, escolhiam se queriam trabalhar como empregados nos espaços das fazendas de café em São Paulo, ou como pequeno agricultor no Sul do Brasil (KOSS, 2019). Portanto, não é possível olhar para as políticas imigratórias brasileiras sem levar em conta as especificidades de cada região, de cada espaço que necessitou atrair o imigrante europeu.

No caso do Sul do Brasil, mais especificamente em relação ao Estado do Paraná, as políticas imigratórias estiveram voltadas para a concessão de terras. Porém, os imigrantes receberam pequenas quantidades, pois o objetivo não era produzir em grande extensão para o mercado externo, mas sim colocar habitantes em espaços não

povoados para praticá-los com a estratégia¹³ de diversificar a economia paranaense, visando o abastecimento do mercado local com os mais variados produtos.

No Paraná de fins do século XIX e início do XX, imigrantes europeus que viviam em regiões agrícolas europeias, mas não tinham terra para produzir devido à densidade demográfica, foram atraídos pelas políticas migratórias paranaenses. Essa preferência se deu principalmente devido às estratégias utilizadas pelo governo com o intuito de atrair agricultores para o Paraná, entre elas estava a concessão de terras. Essa era prometida nas propagandas que circulavam na Europa em regiões como a Galícia¹⁴. Sendo assim, os imigrantes que se dirigiram para o Paraná poderiam se tornar donos de suas próprias propriedades. Conforme mensagem do governador do Estado, Dr. Vicente Machado da Silva Lima, enviada ao Congresso Legislativo em 1º de fevereiro de 1905:

A localização do colono no Paraná é um facto e a sua permanência e estabilidade no nosso meio de trabalho agrícola ou industrial, se evidenciam pelo nosso regime de colonização, que só tem frutificado aqui e nos dois Estados vizinhos, Santa Catharina e Rio Grande do Sul.

De facto, já pelos seus gêneros de cultura, já pelo modo porque está distribuída a propriedade territorial, ricos Estados, como o de S. Paulo, Minas-Geraes, Rio de Janeiro e outros, não podem assegurar ao colono, emigrante dos países europeus, a aquisição de terra, como proprietário directo do sólo, em que tem de aplicar toda a potência e productividade de seu trabalho. Este facto torna excepcionalmente preferido o Estado do Paraná, como ponto de destino do imigrante, que se desloca da pátria de nascimento, em busca de trabalho e de fortuna, porque aqui e de prompto elle realiza a seu maior desejo, sempre entrevisto nos sonhos do proletariado, que trabalhado pela descrença de obter um pedaço de terra em que possa exercer a sua actividade, se atira aos mares em busca de

¹³ O conceito de “estratégia” na perspectiva de Michel de Certeau (2008).

¹⁴ Região dividida entre o Império Austro-Húngaro e o Império Russo. Da Galícia se originam muitos imigrantes ucranianos e poloneses que vieram para o Brasil.

uma segunda pátria, que lhe dê o pão e que lhe ampare as aspirações de bem estar e de liberdade. O que nos cumpre, pois, é bem aproveitar a vantagem dessa afortunada situação. Estou firme e inabalavelmente convencido da eficácia do resultado de uma propaganda criteriosa, constante e inteligentemente feita, das nossas condições especiais e que ella só pode determinar em encaminhamento da corrente immigratoria para aqui (LIMA, 1905, p. 39-40).

As propagandas que visavam atrair imigrantes para o Paraná em fins do século XIX e início do XX, “fisgaram” principalmente poloneses e ucranianos, oriundos de uma região em que dominavam o ofício agrícola, mas não eram proprietários de terras devido à alta densidade demográfica e concentrações fundiárias. Em 1900, período de chegada de muitos poloneses e ucranianos no Brasil, a Galícia possuía cerca de 100 agricultores por quilômetro quadrado de área agrícola. Conforme consta nos levantamentos realizados pela Seção Histórica do Ministério do Exterior Britânico, publicado em Londres em 1920:¹⁵

Galicia has the densest agricultural population in europe. according to the censos of 1900 there were 100 agriculturists per square km. of the agricultural area, the western half of the country being the more densely populated. it is quite impossible for this supply of labour to fin local employment; and a large surplus remains which must redort to emigration or become absorbed in industry. the former process goes on extensively; the later alternative gives little relief owing to the small development of industry in the province¹⁶.

¹⁵ **Austrian Poland.** Handbooks prepared under the direction of the historical section of the foreign office, nº 46. London: 1920. Disponível em: <https://www.wdl.org/pt/item/9175/view/1/1/> . Acesso em 25 de junho de 2018.

¹⁶ Tradução: A Galícia tem a população agrícola mais densa da Europa. Segundo o censo de 1900, havia 100 agricultores por quilômetro quadrado da área agrícola, a metade ocidental do país é a mais densamente povoada. É completamente impossível que esta oferta de mão de obra encontre emprego local; e permanece um grande excedente que deve recorrer à emigração ou ser absorvido pela indústria. O primeiro processa extensivamente; a última alternativa dá pouco alívio devido ao pequeno desenvolvimento da indústria na província (**Polônia austríaca**. Manuais elaborados

Portanto, pode-se dizer que o sonho de grande parte dos imigrantes provenientes da Galícia era tornar-se dono de propriedade agrícola, coisa praticamente impossível na terra natal, pois muitos dos galicianos eram descendentes de agricultores e dominavam esse ofício passado entre gerações. Porém, com o aumento da população em uma pequena área geográfica e com a concentração de terras nas mãos dos grandes latifundiários do Império Austro-Húngaro, em época de colheita muitos camponeses tinham que deixar sua terra natal e trabalhar como empregados em lavouras de outros lugares vizinhos¹⁷. Tinham que se reinventar cotidianamente e desenvolver táticas para sobreviver em meio à escassez de terras, pois segundo Certeau (2008), o cotidiano é composto por diversas práticas que não seguem os padrões impostos pela sociedade, os indivíduos modificam e dão significados distintos aos lugares os transformando em espaços.

Processo análogo ocorreu entre os ucranianos, conforme foi apontado pela Seção História do Ministério do Exterior Britânico:

The line of cleavage between agricultural and other labour is not so sharp in the Ukraine as in most other communities. The claims of agriculture are the greater by far, but the increase in the number of landless peasants who find it difficult to live in the coutry districts though the long winter has led to the creation of a large class who winter has led to the creation of a large class who migrate occording to the season, working for wages on the land in summer and moving to the towns in search of work in winter.¹⁸

sob a direção da seção histórica do Ministério do Exterior, nº 46. Londres: 1920. Disponível em: <https://www.wdl.org/pt/item/9175/view/1/1/> . Acesso em 25 de junho de 2018, p. 45-46. Tradução nossa).

¹⁷ **Austrian Poland**. Handbooks prepared under the direction of the historical section of the foreign office, nº 46. London: 1920. Disponível em: <https://www.wdl.org/pt/item/9175/view/1/1/> . Acesso em 25 de junho de 2018, p. 46-47.

¹⁸ Tradução: A linha de clivagem entre agricultura e outros não é tão acentuada na Ucrânia como na maioria das outras comunidades. As reivindicações da agricultura são, de longe, as maiores, mas o aumento no número de camponeses sem terra que têm dificuldade de viver nos distritos do país durante o longo inverno levou à criação de uma classe grande que migra de acordo com a estação, trabalhando na terra por

Portanto, eram duas realidades distintas que se completavam. As propagandas feitas pelos agentes brasileiros na Europa, de que o Brasil era o país dos sonhos e poder-se-ia tornar-se senhor de suas próprias terras, ludibriaram milhares de poloneses e ucranianos a embarcarem para o Brasil.

Sendo assim, se na Galícia (região em que residia grande parte dos ucranianos e poloneses que migraram para o Brasil) muitas pessoas não tinham terras para trabalhar, já no Brasil desejava-se camponeses para colonizar espaços parcamente povoados, sobretudo, para: 1) produzir alimentos; 2) desenvolver o mercado interno; 3) assegurar a posse do território perante os Estados e países que faziam fronteira. Foi com esse intuito que muitas colônias de imigrantes foram se formando no Sul do Brasil em fins do século XIX e início do XX.

Já em relação ao Sudeste Brasileiro, mais especificamente ao Estado de São Paulo, as formações de colônias de imigrantes não obtiveram sucesso justamente devido a essas diferenças na forma de se praticar o espaço. Isso pode ser observado nas pesquisas de Angelo Trento, conforme o autor:

(...) o insucesso das colônias em São Paulo não se deveu tanto à qualidade da terra ou às dificuldades de acesso aos centros comerciais (pelo menos muito menores que no Sul), e sim as maiores vantagens que o imigrante via em trabalhar nas fazendas de café em vez de cultivar um pequeno lote com cereais. Além disso, o objetivo dos setores que estimulava a imigração – fazendeiros e classes dirigentes – foi, desde o início e sobretudo depois de 1888, arrebatar força de trabalho para substituir os escravos nas fazendas (TRENTO, 1990, p. 33).

salários no verão, e se mudando para as cidades em busca de trabalho no inverno (A **Ucrânia**. Manuais elaborados sob a direção da seção histórica do Ministério do Exterior, nº 52. Londres: 1920 Disponível em: <https://dl.wdl.org/9172/service/9172.pdf>. Acesso em 25 de junho de 2018, p. 71-72. Tradução nossa).

Portanto, se em relação ao Sul do Brasil as estratégias estavam voltadas para atrair imigrantes e formar pequenas colônias, já em relação ao Sudeste o objetivo era desenvolver estratégias para atrair imigrantes que substituíssem a mão de obra escrava nos cafezais devido à abolição da escravidão em 1888. Portanto, para aquele imigrante que desejava ser agricultor e ter seu próprio pedaço de terra, como era o caso de grande parte dos ucranianos e poloneses, não era atrativo se dirigir para o Sudeste brasileiro. É em função desse motivo também que as políticas imigratórias paulistas lançavam suas propagandas em países com trabalhadores assalariados, como por exemplo, Itália. Foi assim que São Paulo aglomerou uma quantidade significativa de imigrantes italianos, porcentagem muito maior do que nos estados sulistas (KOSS, 2019).

Além desses objetivos, as políticas imigratórias, tanto do Sul quanto do Sudeste brasileiro, estavam camufladas pela ideia de branqueamento racial. Desejava-se o imigrante europeu como estratégia para clarear a raça brasileira e colocava-se nos negros a culpa pelo atraso brasileiro, principalmente em termos de desenvolvimento de técnicas agrícolas.

Contudo, o preconceito racial não se restringiu somente aos negros, o imigrante considerado ideal era o europeu e não o asiático ou o africano. Segundo Marcia Yumi Takeuchi, os japoneses eram vistos como seres “inassimiláveis, eugenicamente inferiores e produtores de pobreza nos países que os recebiam. Tal imagem dos japoneses repercutia desfavoravelmente nos meios políticos e acadêmicos” (TAKEUCHI, 2008, p. 174). Portanto, o espaço no Brasil deveria ser praticado pelo imigrante considerado ideal para atingir os objetivos desejados dentro das políticas imigratórias.

Imigração, Geração e História oral

Entre os diversos imigrantes que deram ao estado do Paraná suas múltiplas faces, os japoneses são lembrados por suas particularidades culturais, podendo ainda ser destacado o estilo próprio de colonização,

com a participação do estado japonês durante todo o processo¹⁹. O sucesso da tipologia de colonização desenvolvida pelo governo japonês na América do Sul e no Brasil permitiu, entre outros aspectos, a prosperidade das colônias e a ascensão social dos colonos (SAKURAI, 2000, p. 92-93). Com grandes lotes de terras adquiridos na região norte do Paraná, margeando a fronteira com o estado de São Paulo, ocorreu uma migração, a partir das primeiras décadas do século XX, de japoneses e seus descendentes, anteriormente emigrados para São Paulo²⁰. Nesse sentido, japoneses natos e nipo-brasileiros organizam suas vidas no norte do Paraná, onde cada geração está ligada de forma particular à história da região.

Com enormes áreas devolutas no norte do Estado, ocorreu algo similar aquilo já demonstrado com imigrantes europeus. Imigrantes japoneses fixam-se no território paranaense como pequenos e médios proprietários de terras, produzindo na maioria das vezes para o mercado japonês, mas também desenvolvendo o mercado local e regional.

Antes mesmo da entrada dos primeiros imigrantes japoneses no Brasil em 1908, muito se discutiu nas altas esferas do poder público sobre a possibilidade desse tipo de imigrante. Pesava contra os japoneses as experiências ocorridas em solo norte-americano e também o fato de não serem brancos e nem católicos. Certamente os japoneses não eram vistos como os imigrantes ideais pretendidos pelas políticas nacionais de atração de trabalhadores, pelo contrário, eram muitas vezes classificados como inassimiláveis e desordeiros, o que acabou levando

¹⁹ A Emigração Tutelada foi uma política desenvolvida pelo governo japonês no Brasil, a partir de 1924, que tinha como objetivo expandir investimentos, comprando principalmente terras, mas também investiu na fundação de colônias, cooperativas agrícolas e bancos. As terras adquiridas eram gerenciadas por companhias de colonização, que tinham como objetivo principal fixar os imigrantes, fazendo a terra produzir, com suporte aos envolvidos. Com a supervisão das companhias de colonização os japoneses marcam eficiência e racionalização na produção agrícola, responsável pelo rápido crescimento nesse setor e conseqüente ascensão social.

²⁰ A aquisição de terras no Brasil fazia parte do processo iniciado a partir de 1924 pelo governo japonês denominado como fome de terra. Nesse processo, que buscava terras em vários países pelo mundo, traria ao Japão a produção de bens indispensáveis para a sua indústria.

uma parte da elite política brasileira a fazer campanhas contrárias à imigração e até mesmo a continuidade no envio de novas levas. E isso não ocorria somente no Brasil, mas também em outros países sul-americanos, como é o caso do Peru. Em 1917, foi criada a Aliança Antijaponesa formada por intelectuais peruanos que exigiam a proibição da entrada de japoneses no país, temendo a influência negativa sobre a raça (TAKEUCHI, 2008).

Em outras partes da América, como nos Estados Unidos, os japoneses eram muitas vezes confundidos com os chineses que vinham emigrando de forma descontrolada para o país desde o século XIX. Ainda pesava sobre o imigrante japonês a fase imperialista que passava o Japão, bem como a rivalidade que travava com os Estados Unidos por territórios no Pacífico, dificultando sua aceitação no território americano. Em território estadunidense, acreditava-se que entre os imigrantes existiam espiões do Estado, cujo objetivo era registrar tudo que chamasse a atenção e enviar para seu governo. Eram constantes as disputas por trabalho com a população local, gerando atritos e desentendimentos, levando o país a inibir e até mesmo proibir a imigração de japoneses. O fato é que tudo isso acabava prejudicando a imagem do imigrante japonês pelo mundo, diminuindo sua aceitação em vários países, inclusive no Brasil.

Visando neutralizar as iniciativas dos países americanos em não aceitar os imigrantes japoneses, o governo japonês iniciou um processo de intervenções e auxílio ao seu imigrante. No Brasil temos esse processo definido como Imigração Tutelada (1924-1941). Na verdade, essa política foi baseada no interesse de governos e elites de ambos os países, com dois principais objetivos: expansão capitalista e estabilidade interna. Estes dois objetivos foram manifestados em um coerente programa de migração, expansão do comércio internacional e ordem interna. No Japão, traduziu-se em uma campanha articulada por agências governamentais e oficiais, corporações e bancos para exportar pessoas e capital para o Brasil. No Brasil, foram feitos esforços para cooperar com agências da emigração japonesa para administrar e regular as atividades dos imigrantes japoneses. O sucesso dessa

diplomacia foi produto de uma campanha organizada, que explorou efetivamente a dinâmica do trabalho imigrante e das relações capitalistas.

Vários estudos foram realizados retratando o sucesso das colônias e até mesmo a dinâmica regional desenvolvida pelos imigrantes japoneses, sendo que em muitos casos há o retrato do estudo geracional e também o uso da metodologia da História Oral²¹.

Sobre o estudo geracional, buscamos referências em Karl Mannheim, “o fenômeno social geração nada mais representa do que um tipo particular de identidade de situação de grupos de idade, mergulhados num processo histórico social” (MANNHEIM, 1928, p. 137). Todas as pessoas convivem juntas, mas cada uma de um grupo etário, o mesmo tempo cronológico pode representar um tempo social diferente (MANNHEIM, 1928, p. 124). O que permite Mannheim pensar dessa forma é o peso que ele estabelece sobre as experiências individuais que os sujeitos produzem com seus respectivos contextos sociais. O estudo geracional tem sua importância a partir do momento que possibilita entender que as gerações não se sucedem simplesmente no tempo cronológico, mas cada geração possui uma temporalidade específica e entende as mudanças a partir de seu próprio contexto.

Nesse sentido, de uma geração à outra, o caráter das fronteiras étnicas modifica-se, mas não tendem a desaparecer. As novas gerações

²¹ ANDRADE, João Correa de. **A Colônia Esperança**: o japonês na frente pioneira norte paranaense. (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1975.; KIMURA, Rosângela. **Políticas restritivas aos japoneses no estado do Paraná 1930-1950** (de cores proibidas ao perigo amarelo). (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006.; SILVA, José Junio da. **Imigrantes japoneses e seus descendentes em Uraí, Paraná**: reconfigurações de identidades culturais (1936 – 2018). (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.; SILVA, José Junio da. **Configurações de identidades culturais de imigrantes japoneses**. (Colônia Pirianito: 1936-1956). Maringá, (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009.; YAMOCHI, Yoshikazu. **Imigração japonesa: ontem e hoje**. O exemplo dos japoneses da comunidade Nikkei de Uraí (Pr-Brasil). (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, 1991.; WAWZYNIAK, Sidinalva Maria. **Histórias de estrangeiro**. Passos e traços de imigrantes japoneses (1909-1970). (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, 2004.

tendem a manter novas sociabilidades e estabelecer novas experiências, configurando novos limites para as fronteiras identitárias.

As gerações somam histórias individualizadas de imigrantes, filhos, netos e bisnetos, cada qual com seu ciclo de vida independente. Nesse sentido, os ciclos de vida têm temporalidades singularizadas e características próprias, relacionam-se com os ciclos de vida em momentos distintos. Desta forma, cada geração possui uma visão de mundo tendo em vista uma experiência vivida, uma vez que pais, filhos, netos e bisnetos contariam histórias diferentes de si mesmos e dos fatos que porventura venham a se relacionar. Portanto, a construção das identidades culturais do grupo, dependeria entre outras coisas, das contradições, resultado das articulações de histórias geracionais superpostas simultaneamente ao longo dos seus respectivos ciclos de vida (NADALIN, 2007, p. 21).

O processo de substituição das gerações manifesta-se por um processo complexo de trocas, marcadas por transmissões de herança cultural por vias diacrônicas e sincrônicas. Diacronicamente, as gerações são substituídas linearmente, de maneira sequencial, do passado para o presente; entretanto, podemos entender o processo de substituição geracional de maneira sincrônica, pontuando as temporalidades conjunturais da história de Uraí superpondo as gerações ao longo dos seus respectivos ciclos de vida. Gerações mais novas entram em contato com o passado tendo experiências diferentes com as mais velhas, formadas pelos pais ou avós (NADALIN, 2007, p. 22).

No estudo da História paranaense a análise a partir de *coortes geracionais* se mostra uma perspectiva teórica e conceitual interessante, pois a cultura e principalmente a identidade, conforme defende Cuche (2002), se manifestam a partir dos contatos. Portanto, as relações sociais entre os diferentes grupos que compõem a população do Estado e a construção de liames, ocorreram em diferentes momentos e cada grupo etário, cada geração, possui uma memória a partir de suas experiências. A reunião de entrevistas com pessoas da mesma geração, por exemplo, pode ser uma metodologia utilizada no estudo dos mais diversos grupos etnoculturais do Paraná.

No que diz respeito à História Oral, a entendemos como uma metodologia usada para estabelecer e ordenar procedimentos de trabalho. Nesse sentido, ela é utilizada para selecionar os diversos tipos de entrevistados e suas possíveis implicações para a pesquisa, bem como as possibilidades de transcrição dos depoimentos e as diversas formas de o historiador relacionar-se com seus depoentes e as influências disso sobre seu trabalho, funcionando como ponte entre teoria e prática (AMADO; FERREIRA, 2006).

Segundo Thompson, para a entrevista ser produtiva deve ser preparada antes mesmo da sua execução. Deve ser criada uma relação entre entrevistador e entrevistados, que permita que se auxiliem mutuamente durante o processo. Nesse sentido, para o autor,

há algumas qualidades que o entrevistador bem-sucedido deve possuir: interesse e respeito pelos outros como pessoas e flexibilidade nas reações em relação a eles; capacidade de demonstrar compreensão e simpatia pela opinião deles; e acima de tudo, disposição para ficar calado e escutar. (THOMPSON, 1998, p. 254).

No momento da pesquisa, o entrevistado pode refletir sobre sua prática, pode ser apanhado por emoções e repensar suas ideias frente ao entrevistador que o indaga e o escuta. Sendo assim,

as entrevistas permitem ao entrevistado uma reformulação de sua identidade, na medida em que ele se vê perante o outro. Ele se percebe criador da história a partir do momento em que se dá conta que, mesmo minimamente, transformou ou transforma o mundo. (...) ele para e reflete sobre sua vida [...] se vê como um ator social. Essas pessoas, de objetos da pesquisa, se tornam sujeitos, pois percebem não só sua história pessoal, mas seu projeto de vida nesse processo de autoanálise (LE VEN et al, 1996, p. 64).

Ao mesmo tempo que a entrevista procura aproximar entrevistado e entrevistador, lembramos que eles possuem interesses distintos: ao pesquisador interessa ouvir e registrar a narrativa, enfim,

preocupa-se com aquilo que vem a contribuir para a sua pesquisa; ao entrevistado interessa aquilo que é significativo, que de certa forma marcou sua vida e merece ser relatado. A professora Janaína Amado procura desconstruir o fato de somente o entrevistador ter interesse na entrevista, realçando o papel do entrevistado no processo:

(...) quando alguém concorda em ser entrevistado, tem objetivos concretos a atingir, relacionados não ao historiador, mas a si próprio, ou seja: conceder ou não a entrevista é um ato voluntário, integrante de um complexo universo de interesses e estratégias ao qual, muitas vezes, o historiador sequer tem acesso” (AMADO, 1997, p. 153).

As fontes orais podem trazer novas perspectivas para a historiografia a partir do momento em que o historiador necessita de vários tipos de fontes, não apenas os escritos, para a execução do seu trabalho. Segundo Alberti, a prática da história oral tem alcance limitado, sendo desenvolvida a partir de historiadores da contemporaneidade.

(...) a história oral apenas pode ser empregada em pesquisas sobre temas contemporâneos, ocorridos em um passado não muito remoto, isto é, que a memória dos seres humanos alcance, para que se possa entrevistar pessoas que dele participaram, seja como atores, seja como testemunhas. É claro que, com o passar do tempo, as entrevistas assim produzidas poderão servir de fontes de consulta para pesquisas sobre temas não contemporâneos (ALBERTI, 1990, p. 4).

Nesse sentido, a História Oral centra-se na memória humana e na sua capacidade de rememorar o passado enquanto testemunha do vivido. Ressaltamos que a partir das lembranças, individuais e coletivas, o passado é recuperado, nunca na sua totalidade, são fragmentos à espera do profissional historiador para seu entendimento, a sua reconstrução. Não são somente reminiscências individualizadas, tendo em vista que os indivíduos estão inseridos em contextos

familiares e sociais, de tal forma que suas lembranças são permeadas de coletividade. Para Maurice Halbwachs, toda memória é coletiva, sendo essencial na construção da identidade de um grupo, na percepção de si mesmo e dos outros (HALBWACHS, 2004, p. 85).

Portanto, a memória é sempre um processo construtivo que parte do presente com evidências ocorridas no passado. O que conhecemos como História Oral não é uma prática moderna, visto que a história surgiu contada, até constituir-se em história escrita do depoimento realizado, das impressões e da legislação que a estabelece. Lembramos que as fontes orais e as fontes escritas são complementares na reconstrução do passado. A opção pelas fontes orais na pesquisa a respeito do Paraná é pertinente tendo em vista que permitem analisar impressões, vivências, contrastes e lembranças de indivíduos que aceitam compartilhar suas memórias individuais com a coletividade e, dessa forma, a realidade do vivido com mais riqueza de detalhes.

Valores que permeavam a sociedade de origem dos japoneses, por exemplo, são reativados num primeiro momento, resultado do contato com a cultura nacional e, posteriormente, os valores são reconfigurados, dando sentido às novas experiências, num processo temporal próprio, seguindo ritmos definidos pelas experiências singularizadas de cada geração (BARTH, 2005, p. 15-30). Para Sahlins (1990, p. 180-189), “se há sempre um passado no presente, um sistema *a priori* de interpretação, há também uma vida que se deseja a si mesma”.

O ponto de partida para a leitura das fontes orais é a delimitação de um problema. É a partir dos seus interesses que o historiador irá organizar os acontecimentos rememorados pelo entrevistado, considerando que cada vida corresponde a um fluxo de lembranças (SANTOS, 1995). O depoimento é uma técnica utilizada para a obtenção de declarações dos entrevistados, mas estas não podem ser entendidas como verdades puras sobre os fatos do passado, tendo em vista que cada declaração é marcada por características das trajetórias de vida de cada indivíduo. Os papéis sociais definem atitudes e expectativas do entrevistado e estão relacionados à existência física de

cada um, desta forma, ao transitar pelas lembranças dos depoentes, temos contato com as práticas e relações sociais de cada um. Nesse sentido, cada depoimento é único e cada indivíduo conta aquilo que de certa forma interpreta como importante, e muitas vezes supervaloriza um acontecimento em decorrência de outro. Por isso, reorganizar um depoimento significa identificar recorrências e agrupá-las, relacionando o que foi relatado pelo entrevistado com acontecimentos que marcaram sua vida e, assim, organizar a narrativa.

Considerações finais

O capítulo que se finda não foi uma tentativa de estabelecer um conjunto fixo de teorias e metodologias para a compreensão das vicissitudes paranaenses. O intuito nesse texto foi discutir, a partir das nossas experiências, algumas *possibilidades* teóricas e metodológicas a respeito no estudo da História do Paraná.

Tendo em vista que a população do Estado é heterogênea e é formada em um processo de deslocamentos contínuos e reconfigurações constantes, a cultura e a identidade (étnica e cultural), precisam ser pensadas de maneira ampla e nunca de modo unívoco. Portanto, quando diferentes atores culturais, de distintas condições políticas e econômicas, convivem no mesmo lugar, este ganha significações múltiplas e se torna um *espaço praticado*. Pensar tais questões foi parte do nosso esforço.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **História oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

AMADO, Janaína. A culpa nossa de cada dia: ética e história oral. In: **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 15, p. 145-155, abr. 1997.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ANDREAZZA, Maria Luiza; NADALIN, Sérgio Odilon. O cenário da colonização no Brasil Meridional e a família imigrante. In: **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. Campinas, 11. 1994.

ANDREAZZA, Maria Luiza. **Paraíso das delícias**: estudo de um grupo imigrante ucraniano 1895-1995. Curitiba, 1996. 412 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1996.

BARTH, Fredrik. Etnicidade e conceito de cultura. In: **Antropolítica**: Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política, Niterói, n. 19, p. 15-30, 2. sem. 2005.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. 2ª ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

BURKE, Peter. **Hibridismo cultural**. São Leopoldo: UNISINOS, 2003.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer. 15. ed. Tradução de Epharaim Ferreira Alves. Rio de Janeiro – Petrópolis: Vozes, 2008.

COSTA, Lourenço Resende da. Imigração, legislação e política de Estado: O Brasil, o Paraná e Prudentópolis no final do século XIX e início do XX. In: Ramos, Odinei Fabiano; OLINTO, Beatriz Anselmo (Orgs). **Prudentópolis**: cultura, história e sociedade. Guarapuava – PR: Ed. da UNICENTRO, 2020.

COSTA, Lourenço Resende da. **A prática da língua ucraniana em Prudentópolis, Paraná**: preservação da identidade e das fronteiras étnicas (1940-2018). Curitiba, 2019. 263 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. 2ª ed. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. 2ª Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

KOSS, Lucimara. Carroceiros tropeiros & a moeda ambulante: trajetórias de imigrantes e suas contribuições para o desenvolvimento do comércio paranaense. In: COSTA, Hilton, et al (Orgs). **O Paraná pelo caminho: Histórias, trajetórias e perspectivas – V. 3, Movimentos**. Curitiba: Máquina de Escrever, 2017.

KOSS, Lucimara. **Imigrantes europeus, migrantes brasileiros e quilombolas na colônia Federal Ivaí – PR durante a primeira metade do século XX**. Curitiba, 2019. 287 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

LE VEN, Michel Marie; FARIA, Érika; MOTTA, Miriam Hermeto de Sá. História oral de vida: o instante da entrevista. In: **Varia História**, Belo Horizonte, n. 16, p. 57-65, set. 1996. p. 64.

LIMA, Vicente Machado da Silva. **Mensagem ao congresso Legislativo do Estado do Paraná**. Curitiba 1º de fevereiro de 1905, p. 39-40. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/paran%C3%A1>. Acesso em 05 de junho de 2018.

MANNHEIM, Karl. O problema das gerações. Tradução de Maria da Graça Barbedo. In: MANNHEIM, Karl. **Sociologia do conhecimento**. Porto: Res-Editora, 1928.

NADALIN, Sérgio Odilon. **Paraná: Ocupação do território, população e migrações.** Curitiba: SEED, 2001.

NADALIN, Sergio Odilon. A respeito de uma demografia histórica de contatos culturais. In: **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 9, n. 11, p. 11-31, 2007.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade:** seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. 2ª ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas da história.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

SAKURAI, Célia. **Imigração tutelada:** os japoneses no Brasil. 2000. Tese (Doutorado em Antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2000

SANTOS, Antônio Cesar de Almeida. **Memórias e cidade:** depoimentos e transformação urbana de Curitiba (1930-1990). 1995. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1995.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. **Vida material e econômica.** Curitiba: SEED, 2001.

SILVA, José Junio da. **Imigrantes japoneses e seus descendentes em Uraí, Paraná:** reconfigurações de identidades culturais (1936 – 2018). Curitiba, 2019. 270 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

TAKEUCHI, M. Y. (2008). A comunidade nipônica e a legitimação de estigmas: o japonês caricaturizado. In: **Revista USP**, (79), 173-182. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i79p173-182>

TAMANINI, Paulo Augusto. **A prece ucraniana na pressa da cidade: as renegociações das práticas religiosas ucranianas nos espaços da cidade de Curitiba a partir de 1960.** Curitiba: CRV, 2017.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado.** Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

TRENTO, Angelo. Miséria e esperanças: a emigração italiana para o Brasil: 1887-1902. In: ROIO, José Luiz Del. **Trabalhadores do Brasil.** São Paulo: Ícone, 1990.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná.** 3º edição. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1972.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** 15ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CAPÍTULO 3

LEGISLAÇÃO IMIGRATÓRIA NOS NÚCLEOS COLONIAIS DO PARANÁ

Angela Caciano
Jair Antunes
Anderson Prado

O CONTEXTO REPUBLICANO

No Brasil, em função de suas dimensões continentais, não raras foram as vezes em que estudos acadêmicos, seja na área da comunicação, da história, antropologia, ou outra disciplina social, abarcaram o contexto da imigração como objeto de pesquisa. Segundo Prado (2017), as correntes migratórias que tiveram o Brasil como destino nos séculos XIX e XX, acabaram se tornando o foco de estudos de diversos programas de pós-graduação, que, com o passar do tempo, abriram espaços à estas discussões possibilitando o surgimento de uma produção considerável sobre o tema.

Assim, o estudo referente à imigração destinada ao povoamento das chamadas Terras Públicas paranaenses através de núcleos coloniais, amparados na pequena propriedade de auto exploração familiar, não é uma História que deixou de ser contada. Pelo contrário, desde a vinda destes imigrantes, principalmente após a promulgação da Lei de Terras de 1850, quando o governo imperial propunha a venda ou doação destas terras a estrangeiros ao invés dos naturais do Brasil (PETRONE, 1982), e com mais intensidade após a abolição da escravatura em 1888. O assunto esteve em pauta nos documentos oficiais do Estado e do país, na literatura da época e nos trabalhos acadêmicos de ontem e de hoje.

Para darmos contribuição a este estudo, pretendemos por meio da análise do discurso proferido pelos órgãos governamentais da época, em especial os relatórios da Secretaria Estadual de Negócios, Obras

públicas e de Colonização, buscar a construção da imagem do Paranaense durante a I República e que ainda hoje, muitas vezes é tida como retrato do Paraná.

Buscaremos em tal documentação o discurso referente ao imigrante, pautado na proposta de imigração do Paraná, sendo denominado ‘morigerado’ e ‘laborioso’ que traria o progresso em sua bagagem. No entanto não seria um aventureiro, mas um pai de família trabalhador, que daria seu suor pelo pão de cada dia. De preferência um agricultor que introduziria as novas tecnologias como o arado que faria a terra prosperar e dar frutos, além de proporcionar o fenômeno da modernidade aos campos paranaenses.

O recorte temporal que abarca o período da I República – 1889-1930 – foi proposto por ser este o contexto referente a construção desta identidade paranaense. Também foi neste período a vinda dos imigrantes que viriam a povoar os núcleos coloniais, organizados pelo governo Estadual ou Federal, promovendo o adensamento demográfico do chamado Paraná Tradicional. Buscamos como recorte espacial a região denominada de Paraná Tradicional²² justamente por possuir características históricas e culturais propiciadas pela imigração subvencionada pelo Estado. Além disso, na época o restante do território paranaense, principalmente a parte norte e oeste, não foi colonizado e suas fronteiras eram praticamente incertas, a cidade de Guarapuava era o último reduto antes dos sertões do Oeste.

A contextualização do assunto imigração destinada aos núcleos coloniais do chamado Paraná Tradicional remete ao período de transição entre Monarquia Imperial e a República. Momento de muitas mudanças desencadeadas pela chegada de um novo paradigma moderno, mas ao mesmo tempo de muitas permanências. Esta característica não poderia deixar de existir já que a República não foi

²² Em termos espaciais, o Paraná Tradicional compreende as regiões do litoral, Primeiro e Segundo Planalto Paranaenses, seu ponto limite a Oeste é a cidade de Guarapuava. Chama-se Paraná tradicional porque foi o que antes foi ocupado.

um fenômeno imediato, veio de uma longa transição, de um processo de desgaste da monarquia perante a elite.

Durante os anos correspondentes à segunda metade do século XIX o mundo passa por uma transformação profunda, é a chegada da ‘modernidade’. Eric Hobsbawm (1982, p. 49) chama de o ‘boom’ da Segunda Revolução Industrial e ainda segundo ele foi o momento em que “o mundo tornou-se capitalista e uma minoria significativa de países “desenvolvidos” transformou-se em economias industriais.” Ou seja, novos modos de se viver eram implantados pelo mundo, ao mesmo tempo em que ele se tornava capitalista, suprimindo os tradicionalismos. As novas invenções tecnológicas como o trem, navios a vapor, telégrafo, eletricidade, espalhavam-se pelo mundo, criando uma noção de progresso. Enquanto isso, as potências industriais expandiam suas fronteiras comerciais, inaugurando a era do Neocolonialismo.

Este período ficou conhecido como a ‘Belle Époque’, no qual a burguesia dos países ricos, movida pelo consumismo, possuía um grande poder de compra e que proporcionava um bem-estar social. Essa belle époque chegou ao Brasil mais tarde e durou até o período da Primeira Guerra Mundial (SEVCENKO, 1997). No entanto, a outra face desta sociedade era amedrontadora. Os países de origem das pessoas que constituíam as colônias possuíam um nível de vida precário. A mecanização da produção excluía muita mão de obra, a grande maioria dos imigrantes vindos para a América no final do século XIX e início do XX vinha desta situação (HOBSBAWM, 1982).

Outra forma de modernização no país foi a Lei de Terras de 1850. Esta lei foi crucial para a organização e defesa da propriedade privada no Brasil, além de excluir o pobre do acesso a terra e conservá-la para a imigração. Desta forma o paradigma da modernidade pode adentrar na realidade brasileira, fazendo da terra uma mercadoria. Neste período ocorreu a transição entre tradicional e moderno no que diz respeito à posse de terras. Após a promulgação da Lei n.º 601 de 18 de setembro de 1850 ficaram proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra (STAUT JR, 2009, p. 211).

Era a modernidade adentrando aos rincões mais longínquos, com sua característica principal: as estradas de ferro. No Paraná não foi diferente, durante a segunda metade do século XIX e início do XX foram implantadas várias medidas de modernização, como o povoamento de terras devolutas através da construção de núcleos coloniais, melhoria na infra-estrutura como a abertura de estradas de ferro e de rodagem. No entanto, a principal delas talvez tivesse sido a abertura para a imigração europeia em larga escala, pois acreditava-se que o imigrante europeu traria todas estas mudanças em seu espírito morigerado e laborioso.

O historiador José Murilo de Carvalho (1987) relata que a população do Rio de Janeiro assistiu a passagem da Monarquia para a República Bestializada, sem entender o que acontecia. A participação do povo foi praticamente nula, sendo desconhecida nos sertões mais longínquos pela população pobre. Ao invés da participação popular, a República consolidou-se com o acordo das velhas oligarquias, fortalecendo os laços que as mantinham no poder.

No Paraná não foi diferente. O estado foi um dos últimos a conseguir autonomia administrativa, foi no período da província ainda em meados do século XIX. Segundo Santos (1995), o Paraná tornou-se província graças ao crescimento econômico regional proporcionado pela alta nas exportações de erva-mate. O mate também trouxe a ascensão de uma elite local que se estabeleceu nos grandes centros urbanos como Curitiba. É esta elite, juntamente com a elite campeira, proveniente do tempo das tropas, quem ditam as regras no campo político. O que não quer dizer que eram de todo conservadores, haviam também grupos republicanos, entretanto não possuíam um partido (PEREIRA, 1998).

Com a Proclamação da República, seus partidários de cada Estado tomaram posse dos governos locais. Apesar disso o Estado do Paraná não conseguiu obter o êxito esperado, nem auxílios da União, da mesma forma como não o conseguia no Império. Através da Constituição Republicana de 1891 é instaurado o princípio federativo, o qual permite a descentralização administrativa e a autonomia dos

Estados. Este fato trouxe benefícios, mas o Paraná passou por dificuldades econômicas (PEREIRA, 1998).

Sua economia era praticamente extrativista, houveram muitas quedas com o fim da escravidão e a agricultura de subsistência era escassa tendo que se trazer de outros estados muitos alimentos (SANTOS, 1995). Além disso, o Estado não era muito reconhecido no âmbito nacional, sendo pouco valorizado e lembrado apenas como local de passagem de rotas comerciais, o novo sistema federativo obrigava-o a se auto-afirmar (PEREIRA, 1998).

Cria-se uma preocupação em reerguer a região paranaense da queda econômica, falta de alimentos e principalmente uma identidade. A imigração mais tímida do final do Império ocorre com mais intensidade no início da República, como salvação para a crise.

Quanto a isso, ainda no Império temos presidentes de províncias incentivando a imigração. Um exemplo foi Lamemba Lins, grande incentivador, além de que propunha a organização das colônias mais próximas aos centros urbanos. Vemos a preocupação com que se refere ao imigrante e os devidos cuidados que se devem ter com as colônias:

Por este modo poderemos conseguir em breve tempo uma grande população laboriosa e morigerada, já afeita ao nosso clima, identificada com nossos costumes e preparada para, derramando-se pelo interior desta vasta provincia, explorar e aproveitar os inexgotaveis thesouros que elle encerra.

O colono europeu, por via de regra desanima diante de nossa mattas virgens, porque para elle é completamente ignorada essa cultura extensiva, da derrubada, da queima e das sementeiras a vôo, e é por isso que internados nas colonias afastadas dos centros populosos, elles fogem de entregar-se a este trabalho improbo, que lhes é inteiramente desconhecido, acontecendo muita vez que o desastre que na primeira derrubada fere a um, basta para amedrontar uma expedição inteira.

É preciso, pois, preparar o colono, para penetrar nas regiões de mattas virgens, riquissimas de uberidade, e de seiva, porém cuja rude majestade os assombra e intimida (PARANÁ, 1877, p. 80).

O trecho refere-se as dificuldades enfrentadas pelos colonos nos núcleos coloniais afastados. Sem os centros urbanos por perto para fornecer suprimentos e ajuda às colônias iniciais, as dificuldades aumentam de tamanho. Segundo Petrone (1982), os primeiros núcleos coloniais foram construídos em locais afastados, geralmente em territórios de fronteiras. Isto se explica pela necessidade de proteção destas fronteiras e garantia das mesmas, tendo em vista a imprecisão dos mapas da época e da existência de limites indefinidos e em litígios. A imigração foi um fator tido como ideal para o povoamento dos vazios demográficos nacionais, assumiu o mesmo fator no Estado do Paraná. Junta-se a isso o fator branqueamento populacional e a busca de se atribuir ‘civilidade’ e ‘bons valores’ à população brasileira (PETRONE, 1982).

O trecho também demonstra o discurso elogioso em favor do imigrante, percebemos a ideia que se tinha na época sobre o trabalhador nacional. Representado como sem ânimo para o progresso e acostumado com a cultura extensiva da derrubada, da queima e das sementeiras a vôo. Este discurso é característico deste período e remete bastante ao perfil do trabalhador nacional pobre e muitas vezes posseiro. Sendo o período pós abolicionista, existiam ex escravos na região, já que as fazendas de gado e a empresa do mate faziam uso deste tipo de trabalho (SANTOS, 1995).

O tipo nacional que está sempre em xeque nos relatórios tanto provinciais como estaduais é o chamado posseiro, ou nacional, que tanto poderia ser um ex escravo como um descendente de indígena, ou europeu. Eram indivíduos pobres, que muitas vezes por falta de informação seguiam a antiga tradição imperial na qual, para a ocupação das terras devolutas o governo central autorizava o apossamento destas terras sem nenhum tipo de burocracia (STAUT JR, 2009, p. 211).

O governo republicano via com maus olhos aquele posseiro que migrava de um lado a outro apenas praticando o extrativismo, sem estabelecer raízes no local. Esse tipo era malquisto porque não poderia estabelecer fronteiras ou oferecer defesa territorial, pois nessa época o

Paraná estava com suas fronteiras ao norte em litígio com São Paulo e ao sul com Santa Catarina, na região conhecida como Contestado.

Com o intuito de povoamento das terras públicas, receber as levas e fazer a distribuição das famílias de imigrantes nos lotes coloniais, o governo do Estado do Paraná em 1892, durante o governo de Francisco Xavier da Silva, cria a Secretaria de Negócios de Obras Públicas e de Colonização. A secretaria foi criada após a Constituição Republicana de 1891, que passou o domínio das terras devolutas ao Estado. Em 1894 foi criada a lei orçamentária, pela qual imigração e colonização tornam-se atribuições do Estado (RAMOS, 2006). Esta passa a ser a secretaria encarregada do Progresso do Estado, já que tratava de Negócios, Obras Públicas (estradas de ferro e de rodagem, pontes e prédios públicos, etc.) e de Colonização, como podemos observar na citação proferida pelo secretário Cândido Ferreira de Abreu, referindo-se a esta secretaria:

No ramo de serviços que me desvarieço de dirigir e que mais de perto dizem respeito ao progresso economico do Estado, porque se referem á produção ás industrias, á viação, ao augmento de braços úteis, etc., mais sensível terá sido a acção entorpecedora das difficuldades econômicas que nos assoberbam.

As nossas necessidades de progresso, a expansão de nossas forças productoras, a prosperidade material do Estado, deveriam encontrar inevitáveis tropeços no domínio irresistível da desconfiança e do receio, explicáveis nos momentos de augustia com que a pouco tempo atravessamos e que estão felizmente terminados para a glória da Republica (PARANÁ, 1896, p, 3).

A Secretaria dos Negócios, Obras Públicas e Colonização possuía muitos engenheiros entre seu pessoal, o conhecimento técnico, um dos símbolos da modernidade, passou a ser bastante utilizado. Esta característica não poderia faltar em um trabalho considerado tão promissor e importante como nas construções de colônias e obras públicas. O aumento deste tipo de empreendimento, principalmente estradas de rodagem e de ferro, e a criação de novos núcleos coloniais,

podem ser notados apenas pelo fato da criação de uma secretaria específica para tratar deles. Apesar da situação financeira do Estado ser bem precária, estando evidente este fato em praticamente todos os relatórios desta secretaria

A última década do século XX foi a de mais intensidade nas migrações européias, ao menos para o Paraná, persistindo até os anos 1920. Nesta fase é dada grande importância ao projeto de colonização, no qual foram criadas o maior número de colônias no Estado, incluindo Prudentópolis, que recebeu a primeira e maior leva de imigrantes em 1895-1896.

No decurso do anno findo até o mez de Março do corrente, entraram no Estado treze mil immigrants polacos de nacionalidade Austriaca, constituindo cerca de duas mil e seiscentas famílias, as quaes foram estabelecidas por conta do Governo Federal, em terras devolutas, de acordo com as disposições do art. 209 do Decreto n° I de 8 de Abril 1893, que baixou para a execução da lei n°68 de 20 de Dezembro de 1892.

Esses immigrants foram localizados nas colônias de Prudentopolis e Euphrosina, aquella fundada á margem do rio dos Patos, na estrada de Guarapuava, e esta no território servido pelos Rios Iguassú, Claro e Putinga, e nos núcleos General Carneiro, Antonio Candido e Alberto de Abreu; os dous primeiros collocados á margem da estrada de Palmas e a ultima em terrenos cedidos pela Municipalidade da Villa União da Victória (PARANÁ, 1896, p. 7-8).

Neste trecho do relatório da Secretaria dos Negócios de Obras Públicas e de Colonização, podemos observar vários aspectos do empreendimento imigratório do Estado. Primeiramente com a localização das colônias, percebemos que os núcleos coloniais citados encontram-se nas proximidades de rios, estradas de rodagem ou linhas férreas. Marcos geográficos são usados freqüentemente nos relatórios pelo pouco conhecimento da geografia das chamadas “terras devolutas”. É justamente nessa época de fundação de colônias um pouco mais afastadas dos centros urbanos que os mapas vão ficando

cada vez mais exatos. Estas colônias localizam-se perto de estradas ou caminhos pelo fato de ter já uma infra-estrutura de acesso a estes núcleos coloniais e mais que tarde poderiam dar vazão ao excedente das produções dos colonos.

Outro aspecto de importância vital para a Colonização no Paraná é a situação financeira do Estado, como já foi dito anteriormente, a região passava por uma crise econômica, tanto em decorrência da queda das exportações de erva-mate quanto da falta de uma agricultura de subsistência para abastecer a região. Com os cofres praticamente vazios, o Estado Federativo pedia frequentemente o auxílio da União, o trecho do relatório da SNOPC²³ acima citado fala da entrada de 13 mil imigrantes no estado do Paraná por conta da União, isso mostra que mesmo após 1894 o Governo Federal auxilia os Estados sem recursos, como o Paraná, no serviço de imigração (RAMOS, 2006).

No ano de 1907 o Governo Federal cria as Bases Regulamentares para o Serviço de Imigração do Solo Nacional, aprovadas pelo decreto 6.455 de 19 de abril de 1907, de acordo com a autorização contida na lei 1.617 de 30 de dezembro de 1906. Por esse decreto a União passa a agir diretamente na criação de alguns núcleos coloniais, sendo na criação dos chamados Núcleos Federais ou continuando a ajudar na manutenção dos Núcleos Estaduais em andamento e nos que seriam criados. Os Estados que eram ajudados pela União, incluindo o Paraná, deveriam seguir estas bases (BRASIL, 1908, p. 64). No Paraná foi criado o decreto n. 218 – de 11 de junho de 1907, que trata das Bases Regulamentares Para o Serviço de Colonização do Estado do Paraná. O Estado segue as bases do serviço nacional, com algumas modificações que dizem respeito ao orçamento (PERNETTA, 1907).

²³ Secretaria de Negócios Obras Públicas e de Colonização.

O sistema de núcleos coloniais

Segundo o decreto n. 6. 455 de 19 de abril de 1907, que trata das Bases Regulamentares para o Serviço de Imigração do Solo Nacional (BRASIL, 1911, p. 74):

Art. 87.º Linha colonial, na conformidade deste decreto, é uma estrada de rodagem ladeada de lotes, medidos e demarcados, seguidamente ou próximos uns dos outros, destinados a ser povoados por imigrantes, como seus proprietários.

Art. 88.º As linhas colonias deverão situar-se em zonas que satisfaçam as condições essenciais exigidas par os núcleos, e serão de preferência abertas em terras devolutas, em terras particulares desaproveitadas, ou mal utilizadas, quando os accidentes do terreno ou a sua constituição em faixas de melhor natureza e mais acentuada fertilidade, ou outras circunstancias eventuaes, aconselharem a adoção desse systema para o seu melhor aproveitamento.

As linhas coloniais são parte de um todo maior que constitui um núcleo colonial, que é constituído de lotes rurais e urbanos. Os lotes urbanos são formados na maioria das vezes por quadras planejadas que constituem o centro de um núcleo, nele ficam o comércio e a igreja. É construído estrategicamente como podemos observar na fala anterior, funciona como um organismo vivo com todas as estradas de rodagem ladeadas por lotes que vão para o centro comercial onde há outras estradas que interligam os núcleos coloniais. As estradas de rodagem são como veias de um organismo, as quais trazem dos núcleos coloniais os produtos da terra para os grandes centros urbanos, fazendo desta forma, a economia funcionar (RAMOS, 2006).

Após a demarcação dos lotes, eles poderiam estabelecer morada, recebiam o título provisório de seu lote até quitarem a dívida colonial. Para conseguirem pagar a dívida o governo oferecia trabalhos nas obras públicas do Estado como na construção de linhas férreas e estradas de rodagem, pontes, estradas coloniais, entre outros (RAMOS, 2006).

Vendo desta forma, o processo de colonização parece bem eficiente, no entanto, realmente era bastante falho e dificultoso, primeiramente por ser bastante caro aos cofres públicos como já citei anteriormente, por isso a imigração teve essa noção de investimento no progresso. Temos também a questão da eficiência dos trabalhos de construção de colônias e obras públicas. Constantemente, mesmo nos relatórios da Secretaria de Negócios, Obras Públicas e de Colonização, observamos reclamações pela demora na demarcação de lotes, ou falha neste serviço, alguns funcionários abusando da falta de conhecimento dos imigrantes, donos de armazéns cobrando preços altos demais pelos suprimentos, enfim, não podemos rotular o procedimento da imigração e colonização, cada lugar teve suas especificidades e cada indivíduo suas experiências.

As Bases Regulamentares para o Serviço de Povoamento do Solo Nacional demonstram a seleção feita entre os imigrantes. Se procurou estabelecer um modelo ideal para a colonização destinada aos núcleos coloniais, excluindo desta forma os indesejáveis.

Quanto a isso, Jair de Souza Ramos (2006), analisa as políticas de imigração desenvolvidas pelo Estado Brasileiro, por meio das ações e representações de seus agentes de povoamento. Nesta perspectiva, o autor identifica três tipos de imigrantes dirigidos ao Brasil: os subsidiados, os espontâneos e os indesejáveis.

Os subsidiados eram aqueles convocados pelos agentes brasileiros que faziam propaganda no exterior. Quase sempre famílias que se dirigiam aos núcleos coloniais, estes eram estimulados a emigrarem, com promessas de vida melhor, lotes de terras e passagens de 3º classe por conta do governo. Os espontâneos dirigiam-se ao Brasil por conta própria, arcando com os custos das viagens transatlânticas.

Entre os planos do Povoamento, estava o estímulo de novos contingentes imigratórios, através do sucesso de subsidiados, que através da correspondência, relatavam a vida nas colônias. Por meio deste mecanismo o governo poupou gastos com as passagens dos imigrantes espontâneos, que também eram esperados nos núcleos coloniais. Encontramos referência a esse tipo de imigração no Paraná:

O quadro que dou em seguida mostra o auspicioso número de imigrantes espontaneos, de que teve conhecimento esta Repartição, entrados desde 1º de setembro de 1897 até hoje, e que foram recebidos e localizados sem despeza alguma, nas colonias Rio Claro, Antonio Olinto e Prudentópolis.

São todos gallicianos, e vêm attrahidos pelos meios faceis de vida, que dá o nosso Estado a quem quer trabalhar, e pela bondade reconhecida e proclamada do nosso clima, pela uberidade do nosso solo.

Muitos delles vieram a chamado de parentes seus, aqui localizados e gosando de um bem-estar que lhes era desconhecido.

Muitos outros imigrantes de diversas nacionalidades deram entrada espontaneamente em nosso Estado prescindindo do transporte e da collocação nas colonias, que lhes são garantidos pelo Governo estadual (PARANÁ, 1898, p. 11).

O trecho proferido pelo Secretário de Estado de Negócio, Obras Públicas e de Colonização, Candido Ferreira de Abreu, diz respeito à forma espontânea, também comenta o fato da atração de imigrantes por meio da correspondência. As cartas que os colonos enviavam a seus parentes diziam respeito à situação encontrada no Paraná, que muitas vezes era promissora, atraindo desta forma outros imigrantes, que não viam outra saída senão migrar. Desta forma o Estado seria visto como um lugar seguro para recomeçar a vida, a ponto de os imigrantes arcarem com a despesa da viagem transatlântica.

Os indesejáveis eram um caso a parte. Quando o Brasil desenvolveu a política de imigração e povoamento do solo, ele tinha um objetivo traçado, uma sociedade ‘civilizada’, o imigrante laborioso, trabalhador, católico. Alguns imigrantes espontâneos não se enquadravam nesse perfil, por isso, eram de alguma forma rejeitados. Como por exemplo, os citados anteriormente: os maiores de 60 anos, os que possuem doenças contagiosas, profissionais ilícitos, criminosos ou dementes, desordeiros, mendigos, vagabundos, inválidos.

Vemos que os excluídos dos planos de colonização possuíam perfil negativo, não poderiam trabalhar honestamente e nem trazer o progresso para a região. Os nacionalismos exacerbados também eram

rejeitados, pois a finalidade era criar um sentimento de patriotismo e paranismo. Após a Primeira Guerra Mundial, questões relativas ao nacionalismo tornaram-se fundamentais para a imigração. Imigrantes alemães foram rejeitados, assim como os japoneses, a guerra avivou os nacionalismos, em todo o mundo praticamente, os países de nacionalismo mais inflamado, foram considerados nocivos ao povoamento (RAMOS, 2006).

O trabalhador nacional, muitas vezes encaixa-se no plano das colônias como indesejável, tendo parte das terras destinadas a ele nos núcleos coloniais, muito abaixo ao percentual de imigrantes. Isto fica bastante claro nas Bases Regulamentares para o Serviço de Imigração do Solo Nacional:

Art. 53.º Em núcleos auxiliados pela União, a percentagem de lotes destinada a nacionais não deverá exceder de 10% dos reservados a agricultores estrangeiros.

Sem o auxílio da União, poderá o Estado formar com o número de lotes que entender, secções contíguas reservadas a nacionais (BRASIL, 1908, p. 69).

CONCLUSÃO

A asseguaração das fronteiras do Paraná por meio desta referida identidade e da construção de núcleos coloniais ao longo do corpo territorial do Estado foi um processo estrategicamente formulado e levado a cabo pelos funcionários da Colonização e Obras Públicas no Paraná.

O que se procurou mostrar com este trabalho foi como o governo estadual articulou a imigração e os mecanismos de auxílio oferecidos pelo Estado aos imigrantes, como a doação das sementes para os primeiros plantios, funcionando como um poder tutelar. O imigrante passa a ser alvo de interesse de um poder maior que de uma forma ou de outra acaba manipulando-o a seu favor. E o imigrante que se rebelasse era tido como arruaceiro e inconveniente para a colonização.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Relatório do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas**. v. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional,1908. Disponível em<<http://www.crl.edu/brazil/ministerial/agricultura>> acesso em 18/03/2011.

BRASIL. **Relatório do Ministério de Agricultura Indústria e Comércio**. v. 1. Rio de Janeiro: Oficinas da Directoria Geral de Estatística,1911. Disponível em<<http://www.crl.edu/brazil/ministerial/agricultura>> acesso em 18/03/2011.

PARANÁ. **Relatório do Presidente da Província, Apresentado a Assembleia Constituinte**. Curityba: Typ. Da Viuva Lopes, 1877. disponível em<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel_1877_a_p.pdf> acesso em 22/11/2010.

PARANÁ. **Relatório da Secretaria de Negócios, Obras Públicas e de Colonização**. Cututyba: A Vapor Modelo, 1896. disponível em<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosSecretarios/Ano_1896_MFN_653.pdf> acesso em 22/11/2010.

PARANÁ. **Relatório da Secretaria de Negócios, Obras Públicas e de Colonização**. Curityba: Typ. E Lith. A vapor impressora Paranaense, 1898. Disponível em <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosSecretarios/Ano_1898_MFN_660.pdf> acesso em 22/11/2010.

PERNETTA, Júlio. Bases Regulamentares Para o Serviço de Colonização do Estado do Parana; Decreto n. 218 de 11 de junho de

1907. **Boletim Colonial e Agrícola do Estado do Parana**, Curitiba, n.2, p. 53-55, set. 1907.

Prudentópolis, 1929. Curitiba: Empreza Editora Olivero, 1929.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. O objeto em fuga: algumas reflexões acerca do conceito de região. **Fronteiras**, Dourados, n. 17, p. 55-56, jan/jun. 2008. disponível em <<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/viewFile/62/72>> acesso em: 07/07/2011.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2007.

BURGUIÈRE, André. Antropologia histórica. In: LE GOFF, Jaques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jaques. **A história nova**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CARVALHO, José Murilo. **Os Bestializados**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HOBSBAWM, Eric J. **A era do capital: 1848-1875**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

PETRONE, Maria Thereza Shorer. **O imigrante e a pequena propriedade (1824-1930)**. 2. ed. Brasiliense, 1982.

PRADO, Anderson. **O jornal ucraniano – brasileiro Prácia: Prudentópolis e a repercussão do Holodomor (1932 – 1933)**. São Leopoldo, RS: Tese doutorado, UNISINOS, 2017.

RAMOS, Jair de Souza. **O poder de domar do fraco: construção de autoridade e poder tutelar na política de povoamento do solo nacional**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2006.

ROSEVICS, Larissa. **O Instituto Histórico e Geográfico Paranaense e a construção de um imaginário regional**. Curitiba, 2009, 138p. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Disponível em
<<http://www.pg socio.ufpr.br/docs/defesa/dissertacoes/2009/rosevics.pdf>> acesso em 12/07/2011.

SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da vida privada no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

STAUT JR., Sérgio Said. **A posse no direito brasileiro da segunda metade do século XIX ao código civil de 1916**. Curitiba, 2009, 211p. Tese (Doutorado em Direito). Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná. Disponível em
<<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/19305/TESE-COMPLETA-STAUT.pdf;jsessionid=0B4389D42D9434AAE31E544423190BB8?sequence=1>> acesso em 12/07/2011.

CAPÍTULO 4

REVOADA DE POSSEIROS, CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO E MIGRAÇÕES INTERNAS PARA O PARANÁ (1830-1850)

Carlos Alberto Medeiros Lima

Esse texto reúne informações produzidas em diversos estudos anteriores, acrescentando-lhes alguns resultados novos. Destina-se a pôr acento no crescimento da população livre do Paraná durante o segundo quarto do século XIX, entendendo que tal crescimento remete a movimentos de migração interna que serão, vez que outra, chamados, no que se segue, de *revoada dos posseiros*. Apresenta, em sua maior parte, alguns resultados relacionados aos planaltos. Conclui com uma breve discussão bibliográfica a respeito dos processos de nível imperial que podem ajudar a entender a movimentação. A razão para pôr acento, grosso modo, nas décadas de 1830 e 1840 reside no fato de a principal das atividades econômicas mais mercantilizadas – o tropeirismo – ter estado em processo de retração em virtude tanto da Revolução Farroupilha (1835-1845), quanto das dificuldades econômicas enfrentadas por todo o mundo atlântico durante o segundo quarto do século. Não foi ela que atraiu povoadores, e a indagação a respeito do que o fez será recolocada diversas vezes à frente.

Entre 1822 e 1854, a população livre e liberta paranaense cresceu segundo a muito respeitável taxa geométrica de 2,3% ao ano, pois avançou de 25850 na primeira data para mais de 52 mil, na segunda (BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN, s/d., v. 4, p. 129; BALHANA, 1972; não considero quanto a isso a população cativa porque essa época foi de crise na oferta de escravos e de mudança na relação das atividades locais com o cativo). Para padrões brasileiros da época, esse ritmo de crescimento é forte, enorme mesmo. Boa parte

dele deve ser creditado à movimentação dos habitantes das diversas partes do Império, e converge para essa percepção, além da própria taxa de crescimento, o fato de que alguns locais (Guarapuava, Palmas, Ponta Grossa, Jaguariaíva) mostravam, no final do percurso, maiorias masculinas entre os que viviam em liberdade (isso se manifestava, levemente, até mesmo em Curitiba; cf. BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN, s/d., v. 4, p. 129), sendo que predomínios numéricos de homens denunciavam, no período pré-moderno, migrações, quer se tratasse da imigração internacional, quer fosse o caso de migrações internas, sendo estas as mais prováveis no Paraná da primeira metade do século XIX (as migrações internacionais só se tornariam realmente impactantes na década de 1880; cf. NADALIN, 2017, p. 58 *et seq.*). Um exemplo: observando os 515 habitantes livres ou libertos de Palmeira que em 1835 tinham 15 anos de idade ou mais, vê-se que 118 deles (23%) haviam nascido fora da localidade; deles, pouco mais de 2/3 eram homens (Maços de população, Palmeira, 1835, Arquivo Público do Estado de São Paulo).

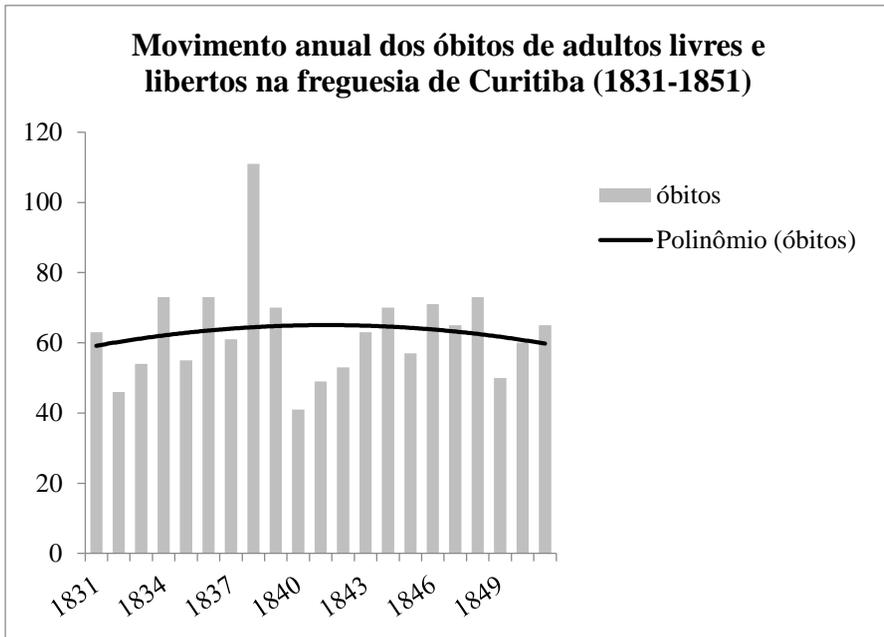
Esse crescimento é de difícil explicação em termos econômicos. A atividade mais dinâmica – o negócio de tropas de mulas – foi fortemente afetada pela Revolução Farroupilha, de 1835-1845 (KLEIN, 1989, p. 356-357; SUPRINYAK, 2008, p. 324), e pela recessão atlântica do segundo quarto do século XIX (LIMA, 2012b). O enquadramento social desses (quase certos) processos migratórios internos deverá ser buscado alhures.

O caso de Curitiba e arredores esclarece muita coisa. Observo-o por intermédio de registros de óbito, por julgar que eles, especialmente os relativos aos que morreram em idade adulta (15 ou mais anos), indiciam algumas características da população viva alguns anos antes (quanto ao uso de registros de óbito na história social, ver ENGEMANN; ASSIS; FLORENTINO, 2003). Vejam-se, a esse respeito, os gráficos 1 e 2. Eles mostram o movimento anual de óbitos de adultos livres nas paróquias de Curitiba, Campo Largo e Palmeira, que, na verdade, faziam parte, junto com outras, do enorme município de Curitiba da época. Usam-se os sepultamentos porque eles podem

fornecer uma visão indireta sobre o tamanho da população em momentos um pouco anteriores. Manejam-se os de adultos por haver variação demais nos de crianças. Adicionou-se uma linha de tendência para deixar bem claro que o movimento de mortes só fornece informação grosseira e indireta sobre os vivos.

Observando conjuntamente o gráfico 1, sobre a freguesia (e não sobre o município) de Curitiba, e o gráfico 2, relativo a Campo Largo e Palmeira, nota-se ter havido estagnação do crescimento das áreas mais antigas, ou de importância mais antiga, sendo elas representadas por Curitiba e Palmeira. Embora esta última fosse mais distante do núcleo curitibano do que Campo Largo, era parte que tivera centralidade em períodos mais recuados que os da outra paróquia, por constituir a parcela de Curitiba mais voltada para as grandes fazendas agropastoris dos Campos Gerais (de fato, tratava-se da parte de Campos Gerais, isto é, de segundo planalto, do enorme termo da vila de Curitiba). Tanto era assim que a freguesia se separara daquela de Curitiba já em 1813 como paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Tamanduá (a freguesia de Campo Largo só foi desmembrada da de Curitiba em 1831). Ocorre que havia crise do tropeirismo no final dos anos 1830 e primeira metade da década seguinte, em virtude da Revolução Farroupilha, que desestruturou temporariamente o negócio de mulas e bovinos. Assim, enquanto a paróquia de Curitiba passou por estabilidade nessa época (o ressalto de 1838 parece ter representado crise de mortalidade, e não sinal de aumento anterior da população livre, conforme se verá adiante), Palmeira teve recuo significativo em sua capacidade de reter habitantes livres.

Gráfico 1

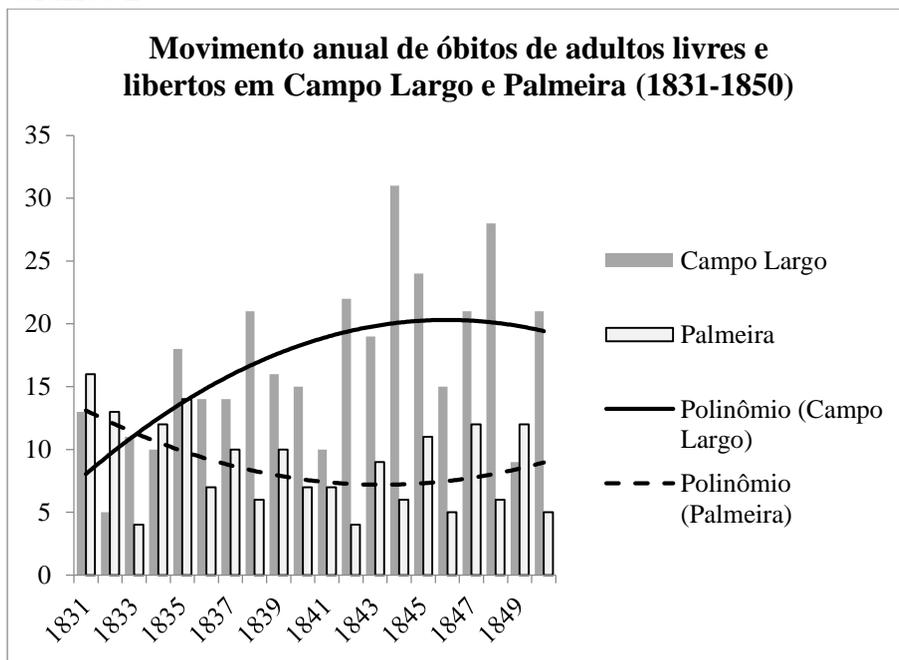


Fontes: Paróquia de N. S. da Luz dos Pinhais de Curitiba, Óbitos, 1831-1851.

Enquanto isso, Campo Largo crescia muito, mesmo desligada de atividades voltadas para as partes mais mercantilizadas da vida econômica. Permanecera relativamente vazia entre o núcleo curitibano e as fazendas da atual Palmeira, mas nessa época recebia muitos povoadores novos, provavelmente migrantes pobres. Informação indireta a respeito desses povoadores pode ser obtida nos falecimentos de 1876 e 1877, de acordo com o Registro Civil (Cartório de Bateias). Nesses dois anos, dos homens que faleceram com mais de 40 anos de idade, 44% havia nascido fora da vila (Registro Civil, Bateias, 1º Livro do Registro Civil de óbitos de janeiro de 1876; quanto ao uso do Registro Civil com esse tipo de finalidade, ver COSTA, 2016 e KOSS, 2019, cap. 4). Faço apenas uma anotação a essa questão dos registros civis da década de 1870. Em geral, eles só se consolidaram no período republicano da história brasileira, mas houve tentativas anteriores a isso de implementá-los, inclusive com conflitos bastante bem conhecidos (MATTOS, 1995). Isso conduz a olhar com atenção os de Campo

Largo, iniciados em 1876, para verificar se não fracassaram na cobertura. Confrontando-os com os da igreja (Paróquia de N. S. da Piedade de Campo Largo – Óbitos, 1831-1877), vê-se que, em 1877, ao menos, eles foram até mais completos. A quantidade verificada de adultos mortos foi a mesma nos dois, assim como a sazonalidade dos óbitos dos mesmos adultos (poderia também haver falha nas datas lançadas): o mês de mais mortes foi junho, com um segundo e um terceiro picos em março e novembro. Quanto aos óbitos de crianças, há mais assentos no registro civil do que na igreja, mostrando maior completude. A diferença cria imagens diversas quanto à sazonalidade desses óbitos: segundo os registros da igreja, o mês de mais mortes de crianças foi julho, com picos secundários em março e outubro; de acordo com o registro civil, o auge das mortes foi em janeiro e fevereiro, mostrando-se julho como um pico secundário.

Gráfico 2



Fontes: Paróquia de Palmeira, Batismos, livro 1; Paróquia de Palmeira, Óbitos, 1836-1850; Paróquia de N. S. da Piedade de Campo Largo – Óbitos, 1831-1877.

A ocupação colonial/imperial de Campo Largo não era, então, algo recente; essa parte da antiga Curitiba tinha povoadores havia quase dois séculos (LOPES, 2007, p. 170; sobre Campo Largo, ver também MARQUES, 2009 e BARCIK, 1992). Mas certamente prosseguia relativamente vazia na primeira metade do século XIX, de modo que nessa época ainda recebia povoadores, especialmente homens (conforme era habitual nas migrações anteriores à imigração europeia, inclusive nas migrações internas).

Quanto à presença negra nessa área, um estudo realizado em 2009 montou abstratamente uma espécie de trajeto Leste-Oeste que partia, em 1835 e 1836, das partes centrais de Curitiba e avançava na direção oeste, passando por um primeiro segmento de circunferência ao redor do centro, em seguida por Campo Largo e depois por Palmeira para, finalmente, chegar a Guarapuava. Os fogos pertencentes a negros e pardos livres podem ser considerados um sinal acerca da presença da pobreza livre, nessa sociedade que diferenciava as pessoas por riqueza, mas também por cor atribuída, sinalizando presença ou ausência de ascendência escrava. Nas partes centrais, esses fogos eram apenas 7,5% do total, o que se mantinha no primeiro segmento de circunferência na direção oeste. Em Campo Largo, a participação negra na chefia de domicílios subia rapidamente, para 40%. Caía ao passar-se para Palmeira, área das fazendas agropastoris (para 34%), e voltava a crescer, astronômicamente, para 48% do total de fogos na fronteira extrema representada por Guarapuava, que nessa época não pertencia ao município de Curitiba, mas sim ao de Castro (LIMA, 2009, p. 74-75). Observar o crescimento da população de Campo Largo equivale a notar o aprofundamento de um tipo de povoamento que comportava a presença dessa pobreza livre e autônoma.

Ademais, é preciso considerar a origem desses povoadores, usando aquele tipo de hipótese que é muito próxima da certeza, por se tratar da única coisa possível. De onde teriam surgido esses negros e pardos livres? Em áreas de antiga e maciça ocupação escravista, sempre se deverá considerar que eles vinham de muitas décadas de efeitos cumulativos das alforrias e de um forte crescimento da população

descendente desses libertos (RUSSELL-WOOD, 2007), inclusive porque, em uma sociedade escravista marcada pelo desenraizamento dos cativos, alcançar, consolidar e usufruir de liberdade constituíam elementos grandemente associados a formar unidades familiares, com seus efeitos de pertencimento (PATTERSON, 2008; PATTERSON, 1993; MEILLASSOUX, 1992; FLORENTINO; GÓES, 1997). Como a população escrava de Curitiba era recente, dado que apenas tardiamente sua importância ultrapassou a dos indígenas administrados (isso deve ter acontecido nos anos 1760; cf. LIMA, 2012a, p. 332), o contingente escravizado local não havia tido tempo para originar uma camada de negros e pardos livres dessas dimensões (o grande crescimento da população negra e parda livre foi notado também em PENA, 1990; quanto a alforrias em Curitiba na passagem do século XVIII para o seguinte, ver LIMA, 2001). Eram migrantes internos.

Na freguesia de Curitiba, houve momentos nos quais se lançava no registro de óbitos uma cor para as pessoas mortas. É possível observar processos interessantes se olharmos para o intervalo 1825-1839 (tabela 1).

Tabela 1 - Falecidos adultos livres e libertos em Curitiba – total, óbitos de descendentes livres e libertos de escravos, razão de sexo desses óbitos e participação percentual no total de óbitos de adultos (1825-1829; 1832-1839)

| | A) Óbitos de negros, pardos e bastardos adultos | B) Total de óbitos adultos | A/B (%) | Razão de sexo (negros, pardos e bastardos) |
|---------|---|----------------------------|---------|--|
| 1825 | 7 | 67 | 10,4 | |
| 1826 | 13 | 69 | 18,8 | |
| 1827 | 3 | 63 | 4,8 | |
| 1828 | 13 | 65 | 20,0 | |
| 1829 | 23 | 70 | 32,9 | |
| 1825-29 | 59 | 334 | 17,7 | 78,8 |
| 1832 | 8 | 46 | 17,4 | |
| 1833 | 25 | 54 | 46,3 | |
| 1834 | 24 | 73 | 32,9 | |
| 1835 | 22 | 55 | 40,0 | |
| 1836 | 42 | 73 | 57,5 | |
| 1837 | 23 | 61 | 37,7 | |
| 1838 | 25 | 111 | 22,5 | |
| 1839 | 16 | 70 | 22,9 | |
| 1832-39 | 185 | 543 | 34,1 | 68,2 |
| Total | 244 | 877 | 27,8 | |

Fontes: Paróquia de N. S. da Luz dos Pinhais de Curitiba, Óbitos, 1825-1839.

É notável a subida de patamar na presença negra livre quando se passa dos anos 1820 para a década seguinte. Morria mais gente negra, e sua proporção no total aumentava. Isso significa que crescera a presença, mesmo tendo sido destacada de Curitiba uma parte muito negra livre da freguesia – Campo Largo.

Apesar de o litoral em seu conjunto ter crescido pouco em comparação com o mundo serra acima (entre 1822 e 1854, a população livre cresceu cerca de 45% no litoral e aproximadamente 110% serra acima; cf. BALHANA, 1972; BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN, s/d., v. 4, p. 129; GUTIÉRREZ, 1987, p. 299), na

planície litorânea paranaense e no “pé de serra” adjacente também se detectavam processos expansivos discretos, mas importantes. Observe-se o caso de Morretes, parte por muito tempo do município de Antonina, que, em 1822, abrigava 3970 habitantes (BALHANA, 1972, p. 21). Em 1836, tão somente 14 anos depois, apenas uma parte desse município, Morretes, nem de longe muito habitada em 1822, contava com mais de 2400 moradores de qualquer condição jurídica, o que se relacionava às primeiras projeções do processamento da erva mate paranaense, ao passo que em 1854 a população total havia ultrapassado os 3700 habitantes.

Na Morretes de 1836, 18% dos chefes de fogo que não fossem brancos haviam nascido fora da localidade. Caso se atente apenas para os cabeças de domicílio brancos, chegava a 48%, alcançando incríveis 61% quando se faz referência aos chefes de fogos escravistas (Maços de população, Morretes, 1836, Arquivo Público do Estado de São Paulo; WEBER, 2009). Esse processo migratório realizou-se pelo alto, é verdade. Mas há nuances que demandam atenção. Essas informações são condizentes com as circunstâncias de que, antes daquele ano de meados da década de 1830, a área era habitada como uma periferia de Antonina, portanto com grande presença de descendentes livres de escravos, para os quais o que sobrava mesmo eram as partes mais distantes das vilas da então província de São Paulo (LIMA, 2012a). Se isso havia sido assim nos anos 1820, o crescimento das atividades ligadas ao mate produziria, provavelmente na virada para o decênio seguinte, uma forte migração de brancos e especialmente de senhores de escravos, pois a área deixava de ser periférica.

Na fronteira do criatório, o que se nota é a expansão e a multiplicação de cabeças de ponte. No centro do estado atual, Guarapuava formou-se no período joanino, consolidando-se por volta dos anos 1840, mas expandindo-se adicionalmente até alcançar Palmas (TAKATUZI, 2005; FRANCO NETTO, 2007). A expansão obedeceu a impulso tão radical que a municipalidade tomou a forma de uma imensa meia lua ligando o município então mais ao norte do atual Paraná (Castro) à fronteira com as áreas também em processo de

ocupação do atual Rio Grande do Sul. O sertão contido nessa meia lua era tão alargado e inóspito que, nos anos 1840, os administradores da vila de Castro solicitaram que o controle dessas tão distantes áreas passasse a outro município, abrindo mão de jurisdição. Em 20 de abril de 1844, a Câmara de Curitiba acusava ao presidente da província de São Paulo o recebimento de portaria de 23/02/1844 determinando-lhe pronunciar-se sobre a “pretensão da Câmara de Castro para que a nova povoação de Palmas pertença a seu município, e igualmente qual a divisa que deve servir de limite aos dois municípios no certão ao norte da estrada actual” (Ofícios diversos, Curitiba, 20/04/1844, Arquivo Público do Estado de São Paulo). Nos anos 1840, ao atingir Palmas, a área expansiva alcançava quase o território do atual Oeste Catarinense, enquanto incursões eram realizadas por paranaenses no que hoje constitui Passo Fundo (o aldeamento de Nonoai), no alto Uruguai (NONNENMACHER, 2000).

O crescimento a que se alude aqui só podia resultar da chegada de migrantes, e essa chegada assumia um ritmo tal que se torna impossível afirmar ter-se tratado sempre, ou mesmo majoritariamente, de abastados. O que podia atrair esses moventes empobrecidos era certamente a facilidade para se estabelecerem, e é possível abordar isso de uma outra forma. Como afirmam habitualmente os estudiosos do Brasil antigo, “quem casa quer casa” (FARIA, 1998), ou seja, famílias formavam-se, normalmente, em articulação com o sucesso em se estabelecerem (“casa” não faz referência apenas a unidade residencial). Quando as pessoas se unissem muito jovens, isso significava ser possível ter acesso à terra com relativa facilidade (BIDEAU; BURMESTER; BRUNET, 1993). É o que se nota no caso do Paraná, merecendo acento o fato de isso se manifestar em relação a ambos os grupos de livres (brancos e não brancos).

Para verificá-lo, faz-se uma incursão em Castro usando a metodologia que John Hajnal, seu autor, denominou SMAM (*singulate mean age at first marriage*). Ela permite, com documentação de tipo censitário, estimar a idade média com a qual homens e mulheres se casavam pela primeira vez (HAJNAL 1953; BASSANEZZI, 1994, v.

1, p.381-396). A estimativa é feita medindo o tamanho médio do intervalo em anos durante o qual cada pessoa permaneceu solteira. Como esse estado conjugal podia mudar de duas maneiras – através do casamento ou da morte – a principal vantagem do método é a de concentrar a observação nas faixas etárias de mortalidade muito baixa (tabela 2).

Tabela 2 - Estimativa da idade média no momento da primeira união (SMAM) por cor e gênero em Castro (1835)

| | Homens | Mulheres |
|-----------------|--------|----------|
| Pardos e negros | 24,4 | 17,5 |
| Branco | 23,8 | 19,2 |

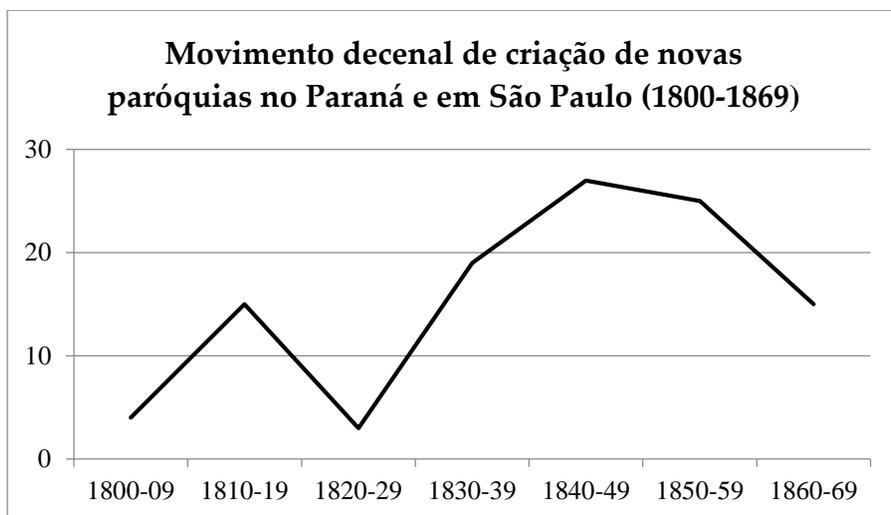
Fonte: Maços de população, Castro, 1835, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Como se vê, os casamentos eram muito precoces, especialmente os das mulheres. Além de isso se manifestar em relação a ambos os grupos de livres, é notável casarem-se as moças pardas e negras ainda mais cedo que as brancas. Conforme vem sendo defendido repetidamente neste trabalho, os acontecimentos típicos da vida dos negros e pardos livres podem ser considerados algo próximo da vida da pobreza livre de uma maneira geral. Pobres arranjavam “casa” com alguma facilidade, fruto do quase deserto paranaense.

O movimento de criação de paróquias em São Paulo e no Paraná que se pode entrever em Marques (1980) Leão (1928) e São Paulo (2011) pode ser posto em confronto com esse espalhamento de povoadores. Uma paróquia nova podia representar tanto um reforço da instituição religiosa, quanto a criação de um novo ramo para a consagração institucional da preeminência de potentados locais (segundo o esquema da igreja como extensão da fazenda), mas em qualquer caso significava a consagração institucional de um processo expansivo que já ocorrera ou que estava ocorrendo. Isso se dava em meio a contínuos atritos entre clero reformista, padres ultramontanos (depois romanizados) e Estado imperial, além do fato de que o movimento de criação de paróquias em São Paulo e no Paraná

obedeceu, obviamente, a uma cronologia política e institucional. Podem-se comparar as cerca de 90 paróquias da província de São Paulo em 1836 (MÜLLER, 1978, p. 120-121, deixadas de lado as capelas curadas) com as mais de 160 de São Paulo e do Paraná em 1872, de acordo com o Recenseamento Imperial (1872). Se o ritmo tivesse sido homogêneo e as paróquias tivessem sido criadas a um ritmo regular, ter-se-ia tratado da criação de uma nova paróquia a cada intervalo de menos de 170 dias (gráfico 3).

Gráfico 3



Fontes: LIMA, 2013.

Juntando São Paulo e Paraná, tem-se um movimento fraco de criação de freguesias entre 1800 e 1809, com intensificação joanina entre 1810 e 1819, mas novo retrocesso de ritmo na década de 1820, como resultado das turbulências ligadas à Independência e aos destinos do padroado. No período 1830-1839 houve avanço no processo, avanço este que, embora ainda discreto, refletiu, a partir de 1834, a descentralização do Ato Adicional, que facultou às Assembleias Provinciais a decisão sobre a divisão eclesiástica da província (art. 9º). O auge mesmo foram os anos 1840 e 1850, durante os quais o

movimento chegou bem perto de uma paróquia nova a cada cinco meses. O fato de que essa dinâmica foi muito própria da primeira metade do século, apesar da crise, transparece com alguma clareza na redução do movimento após 1850, tendo ele caído com ainda mais força a partir de 1860. O gráfico 3 estampa o movimento de criação de freguesias, observando-se conjuntamente o Paraná e São Paulo.

Assim, a descentralização dos anos trinta manifestou seu impacto na questão. Mas uma possível reação provincial à centralização do II Reinado pode ter se manifestado com agressividade na criação acelerada daquele tipo de circunscrição, que tinha implicações eleitorais. Esse movimento testemunha o avanço da ocupação, tanto quanto as disputas de autoridade nele implicadas.

Anteriormente, quando se expôs o movimento de óbitos de livres e libertos da paróquia de Curitiba, afirmou-se que possivelmente ocorreu uma crise de mortalidade em 1838. Ela ocorreu de fato, e observar alguma coisa a seu respeito ilumina o ambiente bem crítico em que se moviam esses grupos sociais. Observei crises de mortalidade realizando uma adaptação do método proposto por Jacques Dupâquier (1979), consistindo a adaptação em usar esse método para comparar estações do ano, e não anos (ao invés de comparar de modo regrado o movimento de sepultamentos de 1838 com os verificados em 1828-1837, confrontei o movimento de óbitos do inverno de 1838 com os observados nos dez invernos dos anos 1828-1837 e assim por diante). Levando em conta todas as mortes (de qualquer sexo, idade ou condição jurídica) e somando as observações relativas às paróquias de Curitiba e Campo Largo, o procedimento conduziu a identificar estações durante as quais ocorreram crises médias e fortes (quadro 1).

Vê-se no quadro 1 a incidência da crise em 1838, mais especificamente no seu inverno e na sua primavera. Caso se isole o inverno, é interessante observar o que ocasionou tal crise. Para isso, comparo as doenças causadoras das mortes no inverno de 1838 com as matadoras das estações frias de 1836 e 1837, assim como de 1839 e 1840. Isso só é possível porque na segunda metade da década de 1830 e em parte da seguinte, e somente na paróquia de Curitiba, os

responsáveis pelos registros passaram a lançar nos registros de óbito a causa por eles imaginada para as mortes (vide KUBO, 1974, p. 92-94). Nesse caso, é melhor observar a questão por idade e por condição jurídica. A varíola não causou nenhuma morte durante os invernos de 1836, 1837, 1839 e 1840. No inverno de 1838, ela também não matou nenhum escravo de nenhuma idade e levou ao falecimento de apenas duas crianças livres (num total de 28 mortes). O que desperta interesse mesmo é fato de as “bexigas” terem conduzido à tumba, durante essa estação fria de 1838, 23 adultos livres (em um total de 36 falecimentos, compondo a triste participação de quase dois terços dessas mortes).

Quadro 1 - Crises de mortalidade em Curitiba/Campo Largo – toda a população (1831-1857)

| Tipos de crise | | | | |
|----------------|-----------|-------|---------|-----------|
| Média | | Forte | | |
| Ano | Estação | Ano | Estação | |
| 1830-31 | Verão | | | |
| 1831 | Outono | | | |
| 1831 | Inverno | | | |
| 1838 | Outono | | | |
| | | 1838 | | Inverno |
| | | 1838 | | Primavera |
| 1838-39 | Verão | | | |
| | | 1852 | | Inverno |
| 1856 | Outono | | | |
| 1856 | Inverno | | | |
| 1856 | Primavera | | | |
| 1856-57 | Verão | | | |

A raridade e o fato de poucas crianças terem sido afetadas indica não se ter tratado de um mal endêmico da localidade. A circunstância de tal crise ter ocorrido no inverno e na primavera tem relação direta com o fato de a transmissão se realizar de pessoa a pessoa, dependendo, portanto, da estação seca, durante a qual os deslocamentos inter-regionais se intensificavam; também importava o fato de a menor

umidade aumentar a eficiência da transmissão, no caso da varíola (por exemplo, BIRABEN, 1984, p. 126). O fato de escravos terem ficado de fora do contágio – eles que sempre estavam entre os mais afetados pelas “bexigas” (RODRIGUES, 2005, p. 270) – leva a crer que o circuito segundo o qual o mal se transmitia não era o do negócio de tropas, que envolvia os cativos (e esse negócio estava em relativa paralisia por causa da guerra dos Farrapos; cf. KLEIN, 1989; SUPRYNIAK, 2008). A circunstância, por fim, de os mais afetados terem sido os adultos livres empurra o raciocínio diretamente na direção da guerra e da movimentação de tropas. Realmente, movimentos de soldados no século XIX costumavam deixar atrás de si um rastro de varíola, pois outros tipos de aglomeração eram muito difíceis de ocorrer fora das cidades e das embarcações no interior do deserto brasileiro da época. O movimento dos casos segue na tabela 3.

Tabela 3 - Mortes de adultos livres por varíola na paróquia de Curitiba em 1838 e 1839

| | | Mortes por varíola | Total de mortes de adultos livres |
|------|-----------|--------------------|-----------------------------------|
| 1838 | janeiro | - | 2 |
| | fevereiro | - | 2 |
| | março | - | 7 |
| | abril | - | 6 |
| | maio | - | 6 |
| | junho | 2 | 5 |
| | julho | 4 | 5 |
| | agosto | 17 | 26 |
| | setembro | 12 | 16 |
| | outubro | 11 | 20 |
| | novembro | 4 | 7 |
| | dezembro | 4 | 9 |
| 1839 | janeiro | 2 | 14 |
| | fevereiro | - | 4 |
| | março | - | 4 |
| | abril | - | 11 |
| | maio | - | 5 |
| | junho | - | 4 |
| | julho | - | 5 |
| | agosto | - | 4 |
| | setembro | - | 4 |
| | outubro | - | 7 |
| | novembro | - | 4 |
| | dezembro | 1 | 4 |

Fontes: Paróquia de N. S. da Luz dos Pinhais de Curitiba, Óbitos, 1838-1839.

Para além da morbidade, é preciso circundar alegações eventuais de que a receptividade do Sul brasileiro tenha refletido alguma espécie de igualitarismo, como se houvesse algum lugar no Brasil passível de ser considerado um “Brasil diferente” (isto é, menos desigual). Para isso, permitindo-me um momento comparativo, confronto registros de batismo de Campo Largo e de uma localidade do Sertão Nordestino – Patos, na Paraíba –, na busca de indícios acerca do apego a fórmulas hierárquicas de relação social.²⁴

Em 1866 e 1867, as duas paróquias tinham aproximadamente o mesmo tamanho. Em Patos, foram realizados mais de seiscentos batismos naqueles dois anos, 7% dos quais correspondentes a crianças escravas. A situação era similar em Campo Largo: quase seiscentos batismos, compondo as crianças escravas 7% do conjunto. No sertão paraibano, um oitavo de todas as 128 relações de propriedade de escravos referidas na fonte no tocante aos dois anos de 1866 e 1867 tinham na ponta senhorial da relação de propriedade o sobrenome Nóbrega (senhores declarados de batizando, de pais e mães de batizando e de padrinhos e madrinhas escravas), remetendo a parentela de grande centralidade na província como um todo (LEWIN, 1987).

²⁴ A localização de Patos é o chamado Alto Sertão paraibano. Uma aproximação à organização desta província no século XIX pode ser obtida lembrando-se que comportava cinco partes relativamente específicas: o litoral da Zona da Mata; a chamada Caatinga-Agreste, de alta fertilidade, com forte papel na produção de gêneros alimentícios; o que se chama habitualmente de Brejo, que se confundia com o pé da Serra da Borborema, e que terminava em Campina Grande, espécie de porta do Sertão; o primeiro e ambientalmente mais terrível sertão, o do Cariri, em cima da serra; e o Alto Sertão, onde fica Patos, beneficiado no século XIX pela proximidade com rotas internas que podiam levar à Bahia, pela presença de bacias fluviais que, embora não fossem perenes, traziam alguma confiabilidade, e pela expansão do algodão ao longo do século, mas especialmente a partir da Guerra de Secessão norte-americana (LEWIN, 1987, p. 40-66).

Tabela 4 - Número de batismos por padrinho e títulos presentes nos nomes dos pais e padrinhos dos batizados (Campo Largo, Paraná, e Patos, Paraíba, 1866-1867)

| N. de batismos por padrinho | Distribuição dos batismos | | | | Distribuição dos padrinhos | | | |
|---|---------------------------|------------------|-----------------|--|----------------------------|------------------|-----------------|------|
| | Campo Largo | | Patos | | Campo Largo | | Patos | |
| | n. absoluto | % | n. absoluto | % | n. absoluto | % | n. absoluto | % |
| 1 | 315 | 54,2 | 296 | 46,3 | 315 | 76,8 | 296 | 71,5 |
| 2 | 124 | 21,3 | 144 | 22,5 | 62 | 15,1 | 72 | 17,4 |
| 3 ou + | 142 | 24,5 | 200 | 31,2 | 33 | 8,1 | 46 | 11,1 |
| Totais | 581 | 100 | 640 | 100 | 410 | 100 | 414 | 100 |
| Títulos nos nomes dos pais (percentagens do total) | | | | Títulos nos nomes dos padrinhos (percentagens do total de livres) | | | | |
| Campo Largo | Patos | Campo Largo | Patos | Campo Largo | Patos | Campo Largo | Patos | |
| Pais: 3,2% | Pais: 0,3% | Padrinhos: 10,8% | Padrinhos: 2,2% | Padrinhos: 10,8% | Padrinhos: 2,2% | Padrinhos: 10,8% | Padrinhos: 2,2% | |
| Mães: 4,4% | Mães: 0,2% | Madrinhas: 18,3% | Madrinhas: 0,6% | Madrinhas: 18,3% | Madrinhas: 0,6% | Madrinhas: 18,3% | Madrinhas: 0,6% | |

Fontes: LIMA, 2009.

Para avaliar aqueles indícios de apego à hierarquização, um passo interessante é comparar a presença relativa de padrinhos extremamente conspícuos como indicador da prevalência do poder pessoal no estabelecimento do significado, em nível local, do compadrio. Padrinhos conspícuos representavam assimetria entre padrinhos escolhidos e pais dos batizados e, no Sul, isso parece ter sido quase tão comum quanto em Patos. Outro tipo de indício é o da presença de títulos de distinção associados aos nomes das pessoas (basicamente, patentes da Guarda Nacional, quanto aos homens, e o apelativo “dona” associado aos nomes das mulheres). Isso mostra o tamanho do reconhecimento societário e estatal da diferenciação social (ver tabela 4).

A proporção de padrinhos muito conspícuos (mais de um apadrinhamento por ano), apontando para a ligação entre compadrio e poder pessoal, era similar nas duas paróquias. Ficou, em ambas, na casa dos dez por cento, tendo esta proporção sido responsável por entre um quarto e um terço dos apadrinhamentos. Esse indicador de diferenciação aproximava o caso de Campo Largo daquele do sertão do Nordeste, ao qual se costuma imputar muita patronagem.

Outros indicadores podiam mostrar até mais apego à hierarquia na localidade sulista. A incidência de títulos e patentes ligados aos nomes das pessoas mencionadas nos registros de batismo apresentou padrões muito diferentes. A comunidade, na sulista Campo Largo, mostrou ligação muito mais intensa que a localidade do Sertão Nordestino com a ostentação de insígnias de prestígio social. Para que se tenha uma ideia do que representavam os 11% de titulados entre os padrinhos e os 18% de “donas” entre as madrinhas de Campo Largo, pode-se comparar isso com a participação de titulados entre as pessoas que se casaram na paróquia de São José do Rio de Janeiro, freguesia central e que concentrava muita gente prestigiada. Nesta última, entre 1790 e 1844, mais de oito mil pessoas livres se casaram. Delas, apenas 16% possuíam marcas de distinção (LIMA, 1997, v. 2, p. 454-470; BORGES, 2014, p. 24-25 também notou a proliferação de títulos de distinção nos arredores de Curitiba desde a época em que os liberais locais evitaram “fazer a ponte” entre os Farrapos, no extremo Sul, e os liberais paulistas de 1842). No tocante ao quesito dos padrinhos conspícuos, Campo Largo era tão hierarquizada quanto Patos. No que respeitava ao outro – o apego aos títulos, denotando o reconhecimento societário e estatal da hierarquia dos livres nesses universos, que não eram tão abastados assim –, a localidade paranaense ultrapassava o Sertão Nordestino.

* * *

A movimentação de pobres e ricos na direção de um grande número de fronteiras agrárias, mobilizava uma característica fundamental do contexto, a desregulamentação. A supressão de regras para a expansão agrária obedeceu a uma periodização tortuosa. Em

1822, a concessão de sesmarias foi suspensa, e só haveria nova regulação da ocupação de baldios em 1850, com a Lei de Terras. A posse, de alguma forma, sempre fora parte do jogo, originando unidades agrárias de todo e qualquer tamanho. Mas as sesmarias introduziam alguma arbitragem estatal no processo. A supressão desse tipo de concessão como que abriu uma tampa, multiplicando conflitos e processos desordenados de apropriação (MOTTA, 1998).

A revoada de posseiros derivada da desregulação da apropriação de baldios ocorreu em meio ao ambiente de instabilidade política do pós-Independência (na verdade, de *qualquer* intervalo pós-independentista; cf. BATES; COATSWORTH; WILLIAMSON, 2007). Por outro lado, a vida econômica dava sinais contraditórios para esses produtores de alimentos, para além das dificuldades de transporte. É preciso enfatizar isso, pois, além de movimentos migratórios que deram origem a áreas exportadoras, houve pelo Brasil afora muitos processos expansivos parecidos com os paranaenses, atraindo migrantes pobres para as áreas onde o que estava à mão era a produção de alimentos, sendo enorme a importância do abastecimento inclusive para a conformação dos contatos comerciais entre as regiões brasileiras (MARCONDES, 2009). Luna e Klein (2005, cap. 2), assim como Marcílio (2000, cap. 9) e Canabrava (2005), põem forte acento na fronteira paulista no final do século XVIII e princípio do seguinte. Ela na verdade era bem próxima da cidade de São Paulo, e só a rarefação do povoamento brasileiro, associada a uma taxa de mortalidade certamente muito alta, pode explicar o porquê de áreas como Campinas se posicionarem como fronteira dois séculos e meio após a fundação de São Paulo.

Quanto às condições econômicas da época, elas tiveram como dados críticos, no período posterior ao setembro de 1822, primeiramente, uma recessão atlântica incidente no segundo quarto do século (LIMA, 2012b). É verdade que a fase depressiva de uma onda longa se iniciara no Atlântico em seu conjunto em meados dos anos 1810, mas, segundo João Fragoso, havia alguma autonomia das flutuações internas em relação às atlânticas, de modo que exportadores

conseguiram empurrar a incidência das dificuldades para os meados da década de 1820 (FRAGOSO, 1992).

Outro sinal negativo associou-se a um estrangulamento da oferta de escravos. A primeira proibição do tráfico africano não acabou com a atividade, o que deve ter levado à importação de mais de 700 mil cativos entre 1831 e 1851 (ELTIS e equipe <www.slavevoyages.org>), mas mudou muita coisa nos preços e na elasticidade da oferta de cativos (cf., por exemplo, LIMA, 2012b, 2014).

Um terceiro elemento, de sinais mais contraditórios, associou-se a forte turbulência de origem monetária. Ela pode ter aumentado preços mesmo no meio de uma recessão. Ao longo do I Reinado, transitara-se do ouro à prata, desta às “quebras de padrão”, daí ao cobre, deste às notas do Banco do Brasil, que, extinto, devolveu o lugar ao cobre, logo “coadjuvado” pela moeda de cobre falsificada. Tudo conduziu a tendência inflacionária, abordada como uma “crise monetária e cambial” no início dos anos 1830 (PELÁEZ; SUZIGAN, 1976, p. 59 *et seq.*). Essa última década, inflacionária, dará lugar, como remédio amargo, ministrado ainda durante as dificuldades atlânticas, à contracionista década de 1840 (PELÁEZ; SUZIGAN, 1976, p. 80-83). Esse decênio de restrições monetárias, no entanto, também foi palco de forte expansão dos preços dos produtos ligados ao abastecimento, certamente em virtude do aumento de preços dos escravos (LOBO, 1971). Crescia a tentação para abocanhar parcelas, embora ínfimas, da fronteira agrária para produzir alimentos, pois o desconcertante do quase deserto brasileiro do período era a receptividade dessa mesma fronteira expansiva à pobreza autônoma, produtora de alimentos (MATTOS, 1995; MOTTA, 1998).

No Brasil rural antigo, altas doses de movimentação de pobres na direção de áreas desocupadas para eles se estabelecerem autonomamente conviviam sem muitos problemas com uma medida também elevada de reiteração da disparidade de condições. Havia oportunidades para estabelecer-se autonomamente na fronteira agrária, o que não constituía exatamente uma grande notícia, pois essa autonomia era paga com muita pobreza e péssimas condições de vida.

Isso é mais ou menos o mesmo que dizer, nos termos usados hoje, que a desigualdade de rendimentos e prestígio pôde conviver e reforçar-se em face de alguma medida de igualdade de oportunidades: a iniquidade quanto à renda limita a mobilidade, mas esta, quando aumenta, não necessariamente diminui a discrepância de rendimentos. O que afirmo é que a desigualdade foi reiterada em face da relativa igualdade de oportunidades (só para livres).

Alguns desses processos cabem na conhecida periodização do “renascimento agrícola”, segundo a qual os movimentos do açúcar, do café e da escravidão/abolição no Caribe, acoplados ao fomentismo ilustrado, teriam aberto oportunidades para produtores brasileiros (PRADO Jr., 1970, cap. 10). Outros foram parecidos, embora não tenham sido enfatizados pela historiografia do “renascimento” (o cacau mais ao norte do Império, por exemplo). Outros ainda foram muito próprios das implicações demográficas da instabilidade política e da depressão econômica dos anos 1830 e 1840.

O vazio demográfico brasileiro permitia isso, com seus menos de cinco milhões de habitantes por volta de 1822 e seus pouco menos que dez milhões em 1872, tendo o território extensão análoga à de hoje em dia. Os processos migratórios a que se alude aqui põem em contato com a capacidade de reiteração da disparidade de condições em meio a uma espécie de febre de estabelecimentos autônomos de pobres. Da mesma forma que não reduzia a desigualdade, a movimentação para fronteiras também não punha em xeque a dominação social. Como vem sendo notado (FRAGOSO; FLORENTINO, 2001), tal dominação era exercida menos por latifundiários e mais pelo capital mercantil, inclusive quando as duas posições se misturavam. A formação de comunidades de agricultores pobres podia apartar-se da rede de domínio exercida por grandes proprietários. Mas certamente não escapava à dominação mercantil.

A expansão para a fronteira tinha uma dimensão estrutural. O domínio exercido pelo capital mercantil significava uma fortíssima extração exercida pelos negociantes em sociedade agrária preponderantes desde o mundo colonial tardio. A viabilidade da

agricultura sob domínio mercantil exigia o barateamento e a elasticidade das ofertas de terras, alimentos e escravos. Enquanto a “farra” do tráfico africano propiciava o terceiro elemento, o primeiro e o segundo eram garantidos exatamente pela expansão da fronteira. Acresce que o predomínio mercantil significava esterilização de fatores, dada a posição monopolista dos comerciantes. Em virtude disso, o sistema só “girava” caso o capital mercantil também financiasse mais expansão agrária e assim por diante, configurando o que Fragoso e Florentino denominaram “esterilização que não esgota”, e somente a expansão para a fronteira permitia que realmente não se inviabilizasse o conjunto. Isso já se organizava assim no final do século XVIII, mas a Independência destravou muito desses processos expansivos, aprofundando-os (FRAGOSO; FLORENTINO, 2001; FRAGOSO, 1992).

REFERÊNCIAS

BALHANA, A. P. Estruturas populacionais no Paraná no ano da Independência. **Boletim do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná**, Curitiba, n. 19, p.5-26, 1972.

BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, s/d.

BARCIK, V. **Campo Largo, 1832-1885**. 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1992.

BASSANEZZI, Maria Silva C. Beozzo. Considerações sobre os estudos do celibato e da idade ao casar no passado brasileiro. In: **Anais do IX Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. São Paulo: ABEP, 1994, v. 1, p.381-396.

BATES, Robert H.; COATSWORTH, John H.; WILLIAMSON, Jeffrey G. Lost decades: Postindependence performance in Latin America and Africa. **The Journal of Economic History**, La Crosse, v. 67, n. 4, p.917-943. 2007.

BIDEAU, A.; BURMESTER, Ana Maria de O.; BRUNET, G. Les familles de Curitiba (Brésil) au XVIIIe siècle: approche de la fécondité. **Annales de Démographie Historique**, Paris, p.7-24, 1993.

BIRABEN, J.-N. Epidemias na história da população. In: MARCÍLIO, Maria Luiza (org.). **População e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1984, p.110-136.

BORGES, Luiz Adriano Gonçalves. **Senhor de homens, terras e animais**. A trajetória política e econômica de João da Silva Machado (província de São Paulo, 1800-1853). 349 f., Tese (Doutorado em História) - PPGHIS, UFPR, Curitiba, 2014.

CANABRAVA, Alice Piffer. **História econômica: estudos e pesquisas**. São Paulo, Hucitec; Editora da Unesp; ABPHE, 2005.

COSTA, Carlos Eduardo C. da. O registro civil como fonte histórica: contribuições e desafios dos registros civis nos estudos do pós-abolição, Rio de Janeiro (1889-1940). **Veredas da História**, v. 9, n. 1, p.117-139, 2016.

DUPÂQUIER, J. L'analyse statistique des crises de mortalité. In: CHARBONNEAU, H.; LAROSE, A. (Orgs.). **The great mortalities**. Liège: IUSSP, 1979, p. 83-112.

ENGEMANN, C.; ASSIS, M. de; FLORENTINO, M. Sociabilidade e mortalidade escrava no Rio de Janeiro – 1720-1742. In: FLORENTINO, Manolo; MACHADO, Cacilda (org.). **Ensaio sobre a escravidão (I)**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003.

FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento**. Fortuna e família no cotidiano colonial Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto Pinto de. **A paz das senzalas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FRAGOSO, J. **Homens de grossa aventura**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

FRAGOSO, J.; FLORENTINO, M. **O arcaísmo como projeto**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRANCO NETTO, Fernando. **População, escravidão e família em Guarapuava no século XIX**. Guarapuava: Ed. da UNICENTRO, 2007.

GUTIÉRREZ, Horacio. Demografia escrava numa economia não-exportadora: Paraná, 1830-1830. **Estudos econômicos**, São Paulo, v. 17, n. 2, p.297-314, 1987.

HAJNAL, John. Age at marriage and proportion marrying. **Population studies**, v. VII, n. 2, p.111-136, 1953.

KLEIN, Herbert S. A oferta de mueres no Brasil Central: o mercado de Sorocaba, 1825-1880. **Estudos econômicos**, São Paulo, v. 19, n. 2, p.347-372, 1989.

KOSS, Lucimara. **Imigrantes europeus, migrantes brasileiros e quilombolas na Colônia Federal Ivaí-PR durante a primeira metade do século XX**. 287 f. Tese (Doutorado em História) - PPGHIS, UFPR, Curitiba, 2019.

KUBO, Elvira Mari. **Aspectos demográficos de Curitiba: 1801-1850**. 1974. Dissertação (Mestrado em História) –Departamento de História, UFPR, Curitiba, 1974.

LEÃO, Ermelino Augusto de. **Contribuições Historicas e Geographicas para o Diccionario do Paraná**. Curitiba: Empreza Graphica Paranaense, 1929.

LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba**. Rio de Janeiro: Record, 1987.

LIMA, Adriano B. M. **Trajetórias de crioulos**. Dissertação (Mestrado em História) – PPGHIS, UFPR, Curitiba, 2001.

LIMA, C. A. M. 110 anos de desigualdade açucareira e brasileira (São Francisco do Conde, 1730-1840). **Tempos Históricos**, Marechal Cândido Rondon, v. 18, n. 2, p.426-456, 2014.

LIMA, C. A. M. A ilegitimidade escrava no Centro Sul brasileiro na 1ª metade do século XIX. In: **VI Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Florianópolis, 2013.

LIMA, C. A. M. Distância na carne: mundo agrário, escravidão e fronteira nos Campos de Curitiba (séculos XVIII e XIX) In: XAVIER, Regina Celia de Lima (org.). **Escravidão e liberdade**. São Paulo: Alameda, 2012a, p. 305-338.

LIMA, C. A. M. Cafeicultores, produtores de açúcar e tráfico de escravos na província de São Paulo (1825-1850). **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p.168-199, 2012b.

LIMA, C. A. M. A comparação e o nível microrregional (Brasil, século XIX). In: CODATO, Adriano; TRIBESS, Camila (Orgs.).

Política, História e sociedade: perspectivas comparadas. Curitiba: NUSP-UFPR / PPGCP-UFPR / DECISO-UFPR, 2009, p.70-105.

LIMA, C. A. M. **Pequenos patriarcas:** pequena produção e comércio miúdo, domicílio e aliança na cidade do Rio de Janeiro (1786-1844). Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História, UFRJ, Rio de Janeiro, 1997.

LOBO, E. M. L. Evolução dos preços de do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, p.235-265, 1971.

LOPES, José Carlos Veiga. **Aconteceu nos Pinhais.** Curitiba: Progressiva, 2007.

LUNA, Francisco Vidal; Klein, Herbert S. **Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850.** São Paulo: Edusp, 2005.

Maços de população, Castro, 1779, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Maços de população, Morretes, 1836, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Maços de população, Palmeira, 1835, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836.** São Paulo: Hucitec / Edusp, 2000.

MARCONDES, Renato Leite. **Diverso e desigual: o Brasil escravista na década de 1870.** Ribeirão Preto: FUNPEC, 2009.

MARQUES, Leonardo. **Por aí e por muito longe**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. **A província de São Paulo**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.

MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

MEILLASSOUX, C. **Antropologia da escravidão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas fronteiras do poder**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura; Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

MÜLLER, Daniel Pedro. **Ensaio d'um quadro estatístico da província de São Paulo**. São Paulo: Governo do Estado, 1978 (1ª ed., 1837).

NADALIN, Sergio O. **Paraná: ocupação do território, população e migrações**. 2ª ed., Curitiba: SAMP, 2017.

NONNENMACHER, Marisa Schneider. **Aldeamentos Kaingang no Rio Grande do Sul (século XIX)**. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.

Ofícios diversos, Curitiba, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Paróquia de N. S. da Conceição da Palmeira, Batismos, livro I; Óbitos – 1837-1873.

Paróquia de N. S. da Luz dos Pinhais de Curitiba, Óbitos, 1825-1857.

Paróquia de N. S. da Piedade de Campo Largo – Óbitos, 1831-1877.

PATTERSON, Orlando. **Escravidão e morte social**. São Paulo: Edusp, 2008.

PATTERSON, Orlando. **La libertad**. Santiago: Editorial Andrés Bello, 1993.

PELÁEZ, Carlos Manuel; SUZIGAN, Wilson. **História monetária do Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1976.

PENA, Eduardo Spiler. **O jogo da face**. 1990. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1990.

PRADO Jr., Caio. **História Econômica do Brasil**. 12ªed., São Paulo: Brasiliense, 1970.

Recenseamento Geral do Império, 1872.

Registro Civil, Bateias, 1º Livro do Registro Civil de óbitos de janeiro de 1876.

RODRIGUES, Jaime. **De costa a costa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Escravos e libertos no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SÃO PAULO. **Municípios e distritos do estado de São Paulo**. São Paulo: Governo do estado de São Paulo / Secretaria de Economia e Planejamento / Coordenadoria de Planejamento Regional / Instituto Geográfico e Cartográfico, 2011.

SUPRINYAK, Carlos E. O mercado de animais de carga no Centro-Sul do Brasil Imperial: novas evidências. **Estudos econômicos**, S. Paulo, v.38, n.2, p.319-347, 2008.

TAKATUZI, Tatiana. **Águas batismais e santos óleos**: uma trajetória histórica do aldeamento de Atalaia. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) -Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Unicamp, Campinas, 2005.

WEBER, Silvio Adriano. **Além do cativo**: a congregação de escravos e senhores na Irmandade do Glorioso São Benedito da vila de Morretes, século XIX. Dissertação (Mestrado em História) - PPGHIS, UFPR, Curitiba, 2009.

CAPÍTULO 5

A FISCALIZAÇÃO ESTATAL NAS ESCOLAS DE IMIGRANTES NO PARANÁ NOS ANOS DE 1920

Valquiria Elita Renk
Elaine Cátia Falcade Maschio

ALGUMAS PALAVRAS PARA INICIAR

**Impressionam bem aqueles rostos corados,
de linhas bonitas, com os olhos quase
sempre azuis e os cabelos dourados da cor
dos trigais em novembro.**

O texto em forma de epígrafe que abre este capítulo traduz a representação do Inspetor Geral do Ensino César Prieto Martinez registrada em seu relatório do ano de 1924, após se lançar na empreitada de visitar as escolas étnicas nos ignotos territórios imigrantes, espalhados por todo o estado paranaense. Esse cenário caracterizado pela presença massiva de crianças alemãs, polacas, ucranianas, italianas que, em escolas cuidadosamente organizadas pelos imigrantes, não falavam uma palavra em português, chamava a atenção das autoridades. Nos anos de 1920, as escolas étnicas no Paraná, por ensinarem a língua e a cultura de origem do grupo étnico ou de forma bilíngue, foram alvo das ações das autoridades do ensino por estar ‘desnacionalizando’ a infância” (RELATÓRIO, 1920, p.23). No estado havia mais de duzentas escolas étnicas polonesas, ucranianas e italianas e em sua maioria o ensino era ministrado na língua materna do grupo ou de forma bilíngue. Quanto a organização pedagógica e administrativa, havia as escolas étnicas comunitárias (também denominadas de sociedade-escola, pertencentes as associações culturais ou instrutivas), as escolas étnicas religiosas e também as escolas étnicas subvencionadas. Nas

escolas étnicas comunitárias ou religiosas, a comunidade ou a Congregação Religiosa construía a edificação, providenciava e pagava o professor, adquiriam o mobiliário e o material didático. As famílias pagavam uma mensalidade. Os conteúdos escolares versavam sobre a história e a cultura do país que o grupo era oriundo. O ensino atendia os interesses e necessidades da comunidade e em sua maioria as aulas eram ministradas na língua de origem do grupo étnico. À medida que a legislação educacional exigia o ensino em língua portuguesa, intensificando a fiscalizando nas escolas, o ensino passou a ser bilingue.

Nas escolas subvencionadas federais ou estaduais, o docente recebia uma verba, mas, deveria ministrar o ensino em língua portuguesa, ter 20 alunos em sala e também ensinar História e Geografia do Brasil. A subvenção estadual era prevista na Lei 17 de 14 de setembro de 1854, artigo 10, e a Criação das escolas subvencionadas federais consta no Decreto nº 13.014 de 04 de maio de 1918 do governo federal objetivando suprir o atendimento escolar e expandir o ensino da língua portuguesa nas áreas de colonização estrangeira.

Nas áreas de colonização estrangeira, a comunicação no ambiente doméstico e em espaços públicos, era realizada na língua de origem do grupo, considerada a língua materna. Assim, muitas pessoas e mesmo estudantes pouco conheciam ou mesmo desconheciam a língua portuguesa. Para integrar estas comunidades à sociedade brasileira, desde 1900, a legislação educacional, exigia que o ensino fosse ministrado em língua portuguesa. Ante esta situação, na década de 1920, o governo estadual intensificou a fiscalização das escolas, especialmente particulares e étnicas. A inspeção escolar identificava o cumprimento da legislação educacional e outras medidas de homogeneização do ensino, como a adoção do programa oficial de ensino, dos livros didáticos prescritos, um calendário escolar único, ensino de música, a celebração de datas cívicas nacionais e a presença da Bandeira Nacional.

Os Inspectores e Subinspectores percorriam o Paraná visitando cada escola, identificando a situação pedagógica, a escrituração dos documentos, a situação administrativa, os livros e o registro das

atividades docentes, o mobiliário, a higiene das salas, do pátio, dos banheiros, a regularidade das matrículas e da frequência e o cumprimento dos regulamentos de ensino. Produziam os relatórios e os enviavam ao Inspetor Geral de Ensino, descrevendo a situação de cada escola, elogiando ou recomendando a substituição de professores, a abertura ou fechamento de mais salas e até de afastamento do docente ou fechamento da escola. Os Relatórios são documentos que revelam as condições das escolas públicas e privadas do Paraná, as ações de fiscalização escolar e do processo de nacionalização do ensino.

As políticas de educação na época buscavam ampliar o número de escolas primárias públicas, reduzir o analfabetismo, pois o ideal da democracia era “levar a instrução a todas as camadas sociais” (RELATÓRIO, 1920, p. 3). Isto se contrapõe ao fato de as autoridades reconhecerem a existência de escolas estrangeiras nas colônias de imigração que eram descritas como nocivas, pois não se submetiam ao regime legal. Portanto apontavam duas medidas: uma incorporar os filhos dos colonos à comunidade nacional ou fechar estas escolas (RELATÓRIO, 1920, p. 23-25)

Este capítulo pretende analisar o poder fiscalizador do Estado por meio das ações dos inspetores escolares, que de forma sistemática, buscaram coibir as manifestações étnicas junto às escolas públicas e particulares no Paraná nos anos de 1920. Este recorte se justifica pelas ações de cunho nacionalizador para garantir que estas escolas efetivamente ensinassem em língua vernácula e também formassem o cidadão nacional. Buscou-se investigar como o governo criou uma sistemática de fiscalização sobre as escolas étnicas para garantir o cumprimento da legislação. Da mesma forma, procurou-se compreender como estas escolas precisavam respeitar a legislação e ao mesmo tempo encontravam formas de burlá-la para não perder a identidade étnica.

Cumprе ressaltar que para o governo a língua vernácula era uma forma de integrar os imigrantes á sociedade nacional e a escola era o caminho para isso. Nas escolas étnicas a língua de origem era entendida como uma forma de manutenção da identidade cultural e estas

buscaram muitas formas de mantê-la, apesar da legislação restritiva e da fiscalização. A fiscalização buscava assegurar que as escolas ministrassem as matérias oficiais, adotassem os livros didáticos indicados e também formassem nos alunos o sentimento patriótico. Dessa forma, lançando mão de uma série de mecanismos de controle e efetuando discursos contundentes sobre a necessidade de instituir a educação nacional, as autoridades de ensino denunciavam a negligência das escolas quanto ao não ensino da língua vernácula; indicavam os livros e materiais de ensino que fizessem referência a história e a cultura nacional; e, promoviam o fechamento das escolas étnicas.

Os relatórios de governo e o desconhecimento da língua nacional

Nos anos de 1920 as ações das autoridades do ensino do Paraná eram expandir o número de escolas, aumentar a frequência escolas, reduzir o analfabetismo e nacionalizar a infância e juventude através escola. Para o Inspetor de Ensino da época, Professor César Prieto Martinez a escola deveria ter como missão os “interesses sagrados da Pátria, nesta campanha bendita de difusão e nacionalização do ensino” (RELATÓRIO, 1922, p. 45). No ano de 1923, as Estatísticas Escolares revelam que 67% da população do Paraná era analfabeta e que 30% da população em idade escolar freqüentavam as escolas particulares.

Nas áreas de imigração existiam poucas escolas públicas e muitas escolas étnicas com o ensino ministrado em língua estrangeira, o Inspetor César P. Martinez, relatava a situação encontrada:

(...) pouco adiante, em torno da igreja, o colégio mantido pelas religiosas. (...) Dentro do colégio a criança está dentro da própria Polônia. (...) As crianças aprendem a ler, a contar, a escrever e a rezar. (...) Na presença do visitante, os meninos se descobrem e logo ecoa uma saudação em polaco Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo. (...) E se esta lhe dirige a palavra, continuam calados como se nada entendessem. E de fato não entendem uma só palavra do que se lhe diz, por mais usual que seja (...). Dentro da sala, nota-se invariavelmente a

presença de mapas, cartas murais e livros em polaco (RELATÓRIO, 1924, p. 37).

A nacionalização da infância estava no horizonte das políticas governamentais da época. O Inspetor de Ensino relatava com apreensão o pouco conhecimento da língua nacional no interior do Paraná.

(...) crianças loiras, de bolsas a tiracolo e de livros embaixo do braço passam, apressadas, tagarelando em idioma estrangeiro rumo a escola. (...) É grande a nossa decepção ao sabermos que toda aquela infância estudiosa busca colégios particulares. Preterindo, portanto as escolas públicas. (...) A verdadeira causa, de tal desprezo às escolas públicas, não parece ser, entretanto esta. A falta de professores competentes e dedicados, parece ser o verdadeiro motivo que leva a população a preferir o colégio particular. (...) É lastimável (..) ver-se um prédio tão grande, tão bem localizado, que tão caro custou aos cofres públicos, em completo abandono. (RELATÓRIO, 1923, p. 56-57).

O relato anterior demonstrava que os imigrantes preferiam enviar seus filhos a uma escola que mantivesse uma identidade cultural e atendesse aos interesses da comunidade, ao invés da escola pública. Em algumas colônias étnicas especialmente dos povos eslavos, só passaram a ter escolas públicas a partir de 1938, com a nacionalização compulsória do ensino. O Inspetor Martinez lamentava que os imigrantes optassem pela escola étnica e desprezavam a escola pública e reconhecia que, estar numa escola étnica, era como estar em um país estrangeiro, pois não se ensinava em português. O material didático, como os livros, os mapas, os murais e as bandeiras eram do país de origem do grupo. Um ex-aluno de uma escola étnica relatava: “Eu me lembro que tinha um professor de polonês, antes de aprender o português. No começo aprendi polonês sim, um ano mais ou menos, depois foi abolido” (H.W in RENK, 2009). O depoimento corrobora com o relato do Inspetor do Ensino.

No caso dos italianos, a escola pública esteve presente no cenário da colonização desde os primeiros anos de fixação no território

paranaense. Os colonos buscavam escolas gratuitas, mas as queriam com professores oriundos do seu país de origem para perpetuar os traços culturais de sua etnia, acionados como símbolos de identidade étnica também por meio do ensino escolar. O aparecimento de escolas étnicas nas comunidades de imigrantes itálicos se fortaleceu no início do século XX, quando as Congregações Religiosas italianas organizaram escolas confessionais. Essas escolas passaram pelo crivo dos inspetores escolares, mas conseguiram perpetuar o sentimento de *italianità* por meio de táticas que buscavam articular a doutrina católica, ao ensino da língua e aos costumes italianos.

Submetendo-se menos as prescrições nacionalistas do governo paranaense, essas escolas conseguiram convencer as autoridades brasileiras que não ofereciam perigo a “desnacionalização da infância”. Em relatório datado de 1924, o Inspetor Geral do Ensino Cesar Prieto Martinez afirmava que a escola italiana não era mais motivo de preocupação no Paraná, pois as que existiam prezavam pelo ensino do catecismo e da doutrina.

Poucas, muito poucas são as escolas italianas existentes. Ellas não oferecem, na verdade, perigo algum. O italiano facilmente assimila a nossa língua e os nossos costumes [...] Não há, pois, que receiar da escola italiana. As que existem são freqüentadas mais com o intuito de aprender o Cathecismo e a prática religiosa. Em todo o Estado do Paraná uma única escola italiana existe regida por professores leigos: a Dante Alighieri, de Curityba. As demais pertencem a congregações religiosas (RELATÓRIO, 1924, p. 76).

Apesar da representação equivocada do Inspetor Escolar, as escolas italianas católicas continuavam em seu funcionamento preservando a cultura italiana e efetuando o ensino da língua, da História e Geografia daquele país como base principal do programa de ensino. Somente a partir da década de 1930, as aulas em língua portuguesa começaram a abranger todo o programa de ensino das escolas católicas nas colônias.

A intensificação das inspeções escolares

Buscando efetivar a nacionalização do ensino, com a Lei n. 2.157/1922, o governo estadual exigiu dos professores das escolas étnicas o exame de proficiência em Língua Nacional. O não cumprimento deste quesito acarretaria em multa ou fechamento da escola. Ministrar o ensino em língua portuguesa era entendido pelas autoridades de ensino como uma medida importante para nacionalizar a população através da escola. Para tanto, nas inspeções escolares, um dos itens registrados, era se os professores tinham domínio da língua nacional.

Nos relatórios das inspeções às escolas, a autoridade observava especialmente o uso e aprendizagem da língua portuguesa, como relatado: “Esta escola é mantida por uma sociedade polonesa e leciona as disciplinas obrigatórias (Português, História e Geografia do Brasil)”;

“Todos os alunos se expressam bem em português”;

“São adotados os livros recomendados”;

“Leciona as disciplinas oficiais” e “A frequência dos alunos é considerada elevada (87,5%)” (RELATÓRIO, 1922, p.6).

Nas escolas étnicas, a elevada frequência dos estudantes revelava que a escolarização era importante para os imigrantes.

Ainda sobre o ensino em língua nacional, o Relatório do Inspetor de Ensino 1923, informa que nas diversas colônias de Prudentópolis, existiam várias escolas públicas²⁵, subvencionadas (federal e estadual), mas, em sua maioria não ensinavam em língua portuguesa. Registrava também em todas as ‘linhas’ (estradas) haviam escolas étnicas, mas o ensino em língua nacional não era uma realidade: “o professor ensina exclusivamente em língua estrangeira e mal fala nossa língua (...) urge substituir a professora (...) e professores de pouca competência quais revelam pendor natural para o magistério”

²⁵ O documento não deixa claro qual é entendimento de escola pública, possivelmente considera as escolas subvencionadas como públicas. O relato de Padre Zinco, que nas décadas de 20 e 30 visitava as colônias ucranianas afirmava que dia a dia aumentava o número de escolas étnicas, apesar de que a maioria tinha auxílio do governo.

(RELATÓRIO, 1923, p. 57-60). Neste sentido, os relatos revelavam a resistência em adotar as prescrições legais.

Ante a fiscalização dos inspetores, muitas escolas étnicas taticamente adotaram o bilinguismo, atendendo a legislação escolar sobre o ensino em Língua Nacional e aulas de História e Geografia do Brasil, mas, sem deixar de ministrar as aulas em língua estrangeira.

Tinha livros em polonês e em português. Aprendia tudo sobre a Polônia, nas aulas em Polonês e sobre o Brasil nas aulas em língua portuguesa. Aprendi História Universal, muito sobre a História da Europa, também aprendi História e Geografia do Brasil. Festejavam as datas comemorativas da Polônia e do Brasil, na escola. Dia 06 de Setembro havia na escola uma cerimônia onde cantavam os Hinos. Comemoravam o Dia da Bandeira do Brasil. (E.K in RENK, 2009.)

Astutamente, as escolas mostravam aos inspetores o que consideram conveniente e estes, acreditando na nacionalização do ensino, relatavam que estas escolas “adotam os programas livros oficiais e se esforçam com relação ao ensino de História e Geografia do Brasil” (RELATÓRIO, 1923, p. 55-62).

Apesar da inspeção e controle estatal sobre as escolas, na visita dos Inspectores de Ensino, as escolas criavam táticas, combinadas com os alunos, que dificultassem ao Inspetor de perceber que o ensino era ministrado na língua materna do grupo.

Estudei no Saltinho, fiz a catequese lá, daí a gente viu que não podia falar ucraniano. Eu era criança, tinha seis sete anos, eu lembro de uma vez que veio uma visita e a professora, minha tia disse: Guardem todos os livros em ucraniano, tinha pelo menos um livrinho simples. Eu ainda não sabia ler e escrever ainda, mas, lembro disso. Todo mundo guardou o material em ucraniano e daí eles (a visita) foram fazer o Exame, naquele tempo faziam Exames (IK in RENK, 2009)

Michel de Certeau (1996) possibilita entender as táticas e as astúcias das escolas étnicas para continuar ensinando os saberes de seus interesses e também cumprir a legislação sobre o ensino em português, ou bilíngue, mas, sem perder o caráter étnico.

Muitos formulários para conhecer e fiscalizar as escolas étnicas

Nos anos de 1920, a Inspetoria Geral de Ensino do Paraná, criou vários formulários que deveriam ser preenchidos pelos inspetores de ensino nas visitas às escolas particulares, que esquadriavam o ambiente escolar. O Inspetor, em cada escola os preenchia com os seguintes dados: número de matrículas, de frequência, dados da edificação (propriedade, proximidade com cemitério, ambiente salubre); dados do lugar (se tinha população escolar suficiente, se havia interesse dos pais, se o ambiente era saudável e se comporta mais de uma escola; informações relativas ao professor (formação, qualificação, assiduidade, organização didática, se adotava os livros oficiais, o horário oficial, também questões bastante subjetivas; se está vestido decentemente, se estima os alunos e é estimado por eles e se tem alguma queixa a fazer); e informações relativas aos alunos (saúde, asseio, qual foi a última visita feita à escola) e o campo das observações.

Havia ainda o formulário de “Serviço de Inspeção às Escolas Particulares” a ser preenchido pelos Subinspetores, em visita às escolas. Ao visitar uma escola étnica, o subinspetor registrou no campo das observações do formulário, que o professor daquela escola pouco assimilou a Língua Nacional e propunha que não fosse mais concedida licença de funcionamento da escola. Era atribuição do Inspetor visitar, relatar e, se necessário, propor o fechamento das escolas ou substituição do (a) docente se o ensino da língua vernácula não fosse efetuado. Era o olhar minucioso e vigilante do Governo sobre as escolas, demonstrando as relações de poder e controle estabelecido para nacionalizar a infância.

Diversos formulários foram localizados nos arquivos consultados. Na imagem 1, é possível visualizar o formulário da Escola

Italiana Dante Alighieri de Curitiba preenchido pelo Subinspetor escolar Henrique Ribeiro no dia 19 de julho de 1921 (DEAP, 1921, p. 91). As informações inseridas pelos Inspetores colocavam em evidencia o conhecimento sobre o ensino da língua portuguesa, da História e da Geografia do país. Ademais, era fundamental saber se a escola recebia subsídio estatal, para verificar se cumpria a determinação legal que exigia as aulas de Português nas escolas subvencionadas. A Lei estadual nº 2005 de 9 de abril de 1920 além de determinar a obrigatoriedade do ensino do português, da História e Geografia do Brasil, instituía o tempo mínimo a ser dedicado pelas escolas particulares a essas aprendizagens e, disponibilizava o envio e manutenção de professores normalistas públicos para o ensino da língua vernácula nas escolas particulares estrangeiras (PARANÁ, 1921).

Observa-se que o Subinspetor conferiu que o ensino da língua vernácula era efetuado pela escola italiana Dante Alighieri, mas em aulas específicas de Português. Isso sugere que o italiano ainda continuava a configurar a organização curricular daquela escola. Chama a atenção ainda, que embora a escola fosse étnica, ela não era frequentada exclusivamente por crianças italianas, como se verifica em um dos campos do fragmento abaixo.

FIGURA 1- Formulário da Escola Dante Alighieri de Curitiba, 1921.

91

SECRETARIA GERAL DO ENSINO DO EST. DO PARANÁ

Serviço de Inspeção às escolas particulares

Anno de 1921

estabelecimento Escola Dante Alighieri - Curitiba, 19

data fundação há 20 anos - 1901

Director Francisco Giola Nacionalidade Italiano

professores? 3 Quantos brasileiros? 1 Quantos estrangeiros? 2

professor para o ensino de portuguez? há

as matérias são dadas em lingua portugueza? sim, as de portuguez

de Geographia e Historia Patria? sim

subvenção de algum Governo? não

pedagogia da Inspectoria Geral do Ensino para funcionar? sim

Dados relativos ao predio:

localidade de Da Sociedade D. Alighieri

salas? 3 São espaçosas e hygienicas? sim

Dados relativos aos alumnos:

matricula total? 68 masculinos 24 femininos 44

Classificação

| | |
|-----------|-----------|
| 1.ª serie | <u>30</u> |
| 2.ª serie | <u>18</u> |
| 3.ª serie | <u>8</u> |
| 4.ª serie | <u>12</u> |

matriculados exclusivamente de estrangeiros? não Quantos alumnos estão ali matriculados? _____

ações:

ESTADO PUBLICO

FONTE: DEAP, 1921, p. 91. Arquivo Público do Paraná.

Em mais um exemplar de formulário analisado, datado do ano de 1927 e preenchido pelo sub-inspetor escolar João Rodrigues no dia 18 de julho, correspondente ao Colégio Italiano Sagrado Coração de

Jesus da colônia italiana de Santa Felicidade, observa-se a manutenção da mesma estrutura das informações. O colégio era dirigido pela Madre italiana Josephina D’Ingenheim e, como a totalidade dos formulários referentes as escolas particulares italianas, averiguou-se a existência de pelo menos um professor de origem brasileira para o ensino da língua portuguesa, possivelmente eram professores normalistas públicos concedidos pelo estado como determinava a legislação (DEAP, 1927, p. 78). Havia também um formulário a ser preenchido pelas Escolas Subvencionadas. Esses continham os seguintes dados: relação de todos os alunos matriculados, idade, nacionalidade, filiação, nacionalidade do pai, data da matrícula, série frequentada e as frequências mensais. Cada série tinha o seu registro. Após ser preenchido, este documento era enviado às autoridades, que, desta forma, tinham as informações e o controle da quantidade de alunos e principalmente a frequência escolar. Não raras vezes, os relatórios dos Subinspetores informavam que o número de alunos registrados era maior que os que frequentavam, apontando indícios infidelidade entre os dados apresentados e a realidade cotidiana.

Além dos documentos solicitados, o Inspetor visitava as escolas para acompanhar o Exame Final. Para os alunos das escolas étnicas estas inspeções eram uma demonstração da interferência do poder público na organização escolar: “Lembro inclusive eu não passei de ano. O professor (inspetor) era diferente, eu não conhecia o seu jeito e reprovei, era uma autoridade” (AK in RENK 2009).

Os Relatórios dos Subinspetores de ensino podiam produzir intervenções nas escolas, e também o seu fechamento. Em ofício enviado pelo Sub-Inspetor de Ensino Levy Saldanha, ao Inspetor Cezar Prieto Martinez, datado de 1921, sobre o funcionamento de uma escola particular em Araucária, este informava que a mesma funcionava sem licença da Inspeção Geral, e fazia as seguintes considerações, que “o método adotado não produz resultados satisfatórios, deixando de satisfazer as exigências pedagógicas”, que o professor por ser descendente de estrangeiros pouco assimilou a língua portuguesa, “aculturando assim a nossa infância”. Ao final, ele propunha que não

fosse mais concedida licença de funcionamento da escola (DEAP, 1921, p. 26). Este mesmo Subinspetor oficiou ao Inspetor Geral que, ao visitar as escolas particulares do município de Araucária, suspendeu as escolas das colônias de Rio Abaixo, Campo Redondo, Roça Nova, Boa Vista e Tomás Coelho, que eram regidas por professores estrangeiros e ensinavam em língua polaca (polonesa), com prejuízo para a língua nacional. Ele observava que “Eram centenas de crianças que nascendo no Brasil e aqui vivendo, desconheciam a sua língua e mesmo a própria Pátria” (DEAP, 1921, p. 47).

Ante a pressão das autoridades do ensino, as escolas étnicas forçavam os professores para que aprendessem e ensinassem em língua portuguesa, pois os documentos relatam o fechamento de algumas escolas étnicas que assim não procediam.

A madre (...) ao visitar as irmãs recomendou e insistiu que estudassem o português, dominando pelo menos 10 palavras por dia, pois seria necessário para o futuro (...). Em consequência dos distúrbios da guerra de 1914 as exigências nas escolas foram aumentando e eram obrigatórias na língua portuguesa. No início de 1917 os Inspetores de Ensino começaram a visitar todas as escolas particulares tanto nas cidades como as do interior, para verificar se o ensino na língua portuguesa estava sendo observado. Ao visitarem a escola da Casa Provincial reconheceram como eficiente, mesmo que as Irmãs se sentiam pouco preparadas para isto. Visitaram também as escolas de Cruz Machado e Santa Ana e como lá o ensino era ministrado somente na língua polonesa, as duas escolas foram fechadas. As irmãs temporariamente não puderam lecionar (...) (CRONICAS DA PROVÍNCIA DA SAGRADA FAMÍLIA, 1917)

Algumas instituições cujos docentes não sabiam e não ensinavam em língua portuguesa, mobilizavam-se para resolver aprender a língua nacional, ante o temor da visita do inspetor e o medo de fechamento (temporário ou definitivo) da escola étnica.

Nas escolas havia o Livro de Visita, onde ficaram registradas as impressões dos Inspetores de Ensino, após a fiscalização na instituição.

Os registros que foram gravados neste livro permitem constatar as formas de fazer e como as escolas taticamente não deixavam transparecer às autoridades de ensino que ainda mantinham o caráter de escola étnica. A exemplo disso, em 1925 o Inspetor Geral do Ensino, Professor Lysimaco Ferreira da Costa, visitou a escola étnica polonesa do bairro Abranches (em Curitiba) e registrou que a mesma estava nacionalizando os colonos.

Depois de apreciar a sessão cívica que realizaram os filhos dos colonos aqui matriculados através de recitativos, cantos comédias e hinos patrióticos não posso deixar de reconhecer de maneira completa e decisiva minha mais rigorosa sinceridade de brasileiros, que o Colégio (...) realiza a mais bela obra de nacionalização dos colonos, inspirados pelos seus perfeitos ensinamentos de moral e civismo, o mais para o nosso estremecido Brasil, aos seus homens, às suas cousas e a sua fecunda natureza. É uma escola de trabalho, sobretudo; nada deixa a desejar sua educação dos meninos confiados aos seus professores. (...) Assinado: Lysimaco Ferreira da Costa – Inspetor Geral de Ensino, em 1925 (ARQUIVOS DA CONGREGAÇÃO VICENTINA SÃO JOSÉ DE CURITIBA).

Mas, esta escola adotava o bilinguismo, com aulas em português e na língua materna do grupo, o que era uma tática de manter-se aberta e ao mesmo tempo mostrar às autoridades que estava nacionalizando a infância e juventude, como relata a ex-aluna:

Na escola tinha livros em polonês e em português. Aprendia tudo sobre a Polônia, nas aulas em Polonês e sobre o Brasil nas aulas em língua portuguesa. Aprendi História Universal, muito sobre a História da Europa, também aprendi História e Geografia do Brasil. Festejavam as datas comemorativas da Polônia e do Brasil, na escola. Dia 06 de Setembro havia na escola uma cerimônia onde cantavam os Hinos. Comemoravam o Dia da Bandeira do Brasil. Também faziam trabalhos manuais, como o crochê e costura (E.K in RENK, 2009)

O bilinguismo foi adotado em muitas escolas étnicas para não perder a sua identidade e enfrentar as prescrições legais. Os alunos das escolas étnicas percebiam a presença do Inspetor de Ensino. “Lembro que tinha inspetor, ele vinha de Curitiba. Ele não olhava os cadernos da gente, ele tinha reunião com os professores, queria saber como eles davam a aula, os livros que eles tinham – isto na escola polonesa” (H. W. in RENK, 2009). Através da história oral percebiam a presença do inspetor de ensino na escola.

Assim, nas visitas dos Inspectores às escolas, a autoridade ao manusear livros, cadernos e outros documentos escritos em língua portuguesa, registrava os avanços na nacionalização dos estudantes. Em 1926, outro Inspetor de Ensino visitou à mesma escola, e registrou com entusiasmo como a escola ensinava o patriotismo e civismo. Mas, longe do olhar das autoridades, a mesma escola continuava funcionando de forma bilingue, mantendo o interesse da comunidade e, ao mesmo tempo, atendendo os preceitos legais.

Na presença do Inspetor, os alunos se esforçavam para mostrar o conhecimento da língua nacional, cantando os hinos patrióticos, leituras, declamando poesias e outros. Qualquer deslize significava sanções ou mesmo o fechamento da escola, portanto, havia um cálculo preciso da escola do que seria mostrado à autoridade de ensino. Neste sentido, a prática cultural é a combinação de elementos cotidianos concretos, transmitidos por uma tradição e o que é ‘prático’, é decisivo na identidade de um grupo ou indivíduo (CERTEAU, 1996). Assim, as escolas étnicas adotavam táticas que demonstram os mecanismos de luta, de resistência pela manutenção de uma identidade cultural que fazia parte da história do grupo.

Sabendo das visitas dos Inspectores de Ensino, as escolas étnicas, criavam táticas para não mostrar o que pudesse denotar que não estavam empenhadas em ensinar a língua portuguesa, portanto nacionalizando a infância. Assim, os alunos eram ‘preparados’ para não se expressar na língua estrangeira e também não mostrar outro material escolar que não estivesse escrito em língua portuguesa.

Estudei no Saltinho (...) daí a gente viu que não podia falar ucraniano. Eu era criança, tinha seis sete anos, eu lembro de uma vez que veio uma visita e a professora, minha tia disse: Guardem todos os livros em ucraniano, tinha pelo menos um livrinho simples. Eu ainda não sabia ler e escrever ainda, mas, lembro disso. Todo mundo guardou o material em ucraniano e daí eles (a visita) foram fazer os Exames, naquele tempo faziam Exames (I. K in RENK, 2009)

O depoimento demonstra os esforços em mostrar somente que nacionalizava os estudantes e que estava cumprindo os preceitos legais. Apesar dos esforços dos Inspectores de Ensino em anotar, olhar, esquadrihar, fiscalizar, preencher formulários, controlar e prescrever, não havia como apagar a memória e as práticas culturais que era parte da identidade do grupo, como pode ser observado na figura 02.

Nos anos de 1920, a política de nacionalização através da escola, produziu poucos resultados nas comunidades étnicas. O bilinguismo nas escolas permitiu a manutenção da identidade cultural, sem muitas alterações. A nacionalização só se efetivou de forma compulsória com o Decreto Federal n. 406, de 04 de maio de 1938 com o fechamento das escolas étnicas, proibindo o uso da língua estrangeira na escola, na imprensa, nas igrejas e outros espaços públicos, com o apoio do exército e da polícia.

FIGURA 02 -Escola Religiosa Polonesa de Ponta Grossa, Paraná, 1930



FONTE: Arquivos da Congregação da Sagrada Família, Curitiba, 1930

Na figura 02 está registrado o momento da fotografia na escola étnica polonesa de Ponta Grossa em 1930. Os estudantes alinhados, uniformizados com as docentes religiosas, ostentam o símbolo da Polônia, apesar da legislação escolar buscando a nacionalização.

O sentido da língua nacional a ser ensinada nas escolas étnicas

Para o governo, ensinar a Língua Portuguesa era fundamental para a nacionalização da população e era uma tarefa primordial da escola, em especial nas áreas de imigração, uma vez que a família não o fazia. A língua nacional era elemento essencial na formação da nação, portanto, deveria envolver toda a população, em especial nas áreas de colonização estrangeira. Benedict Anderson (2008) atribui à difusão da imprensa e a adoção de uma língua nacional como elementos fundamentais para a criação do nacionalismo. Para ele, as línguas impressas lançaram as bases para a consciência nacional ao criar campos unificados de intercâmbio e comunicação, quando os falantes puderam se entender através da letra impressa e tomam consciência gradual das centenas de pessoas dentro do campo linguístico.

Assim, no processo de construção da nacionalidade é necessária “a negação do estrangeiro e a ideia de que o ‘sentimento nacional’ é o mecanismo que une a nação, mais do que a própria ideia de pátria” (SEYFERTH, 1982, p. 9). Daí a importância atribuída pelo governo à língua nacional como um elemento fundamental da nacionalidade. Neste sentido, a língua nacional era uma fronteira a ser conquistada nas áreas de colonização europeia. “A homogeneidade do povo de cada país precisa ser construída. O Estado passa a agir para juntar estas pessoas em um povo que se sente unificado por origens comuns, passa a falar uma língua comum, aprende uma história comum” (OLIVEIRA, 1997, p. 186).

A língua materna dos imigrantes representava um universo de valores, elemento fundamental na identificação e distinção do grupo, também era um elemento de coesão e também de limite étnico. Pode ser considerada como uma prática distinta e distintiva, ou habitus

(BOURDIEU, 1983). “A língua de um povo é um sistema simbólico que organiza sua percepção de mundo, e é também um diferenciador por excelência” (CUNHA, 1986, p. 100).

Assim, a língua portuguesa a ser ensinada e falada por todos era um critério fundamental para homogeneizar a população e integrar os imigrantes e seus descendentes à sociedade nacional. No Paraná, os políticos e intelectuais, desde a Primeira Guerra Mundial, debatiam a nacionalização do ensino, denunciavam o ensino em língua estrangeira nas escolas de imigrantes, que foi amplamente registrado pela imprensa local. As matérias publicadas no jornal *Diário da Tarde* traziam estes discursos e tensões, como se pode conhecer: “Integrar o colono na nossa nacionalidade, pelo conhecimento da nossa língua e da nossa história”²⁶; “Os estrangeiros que buscam em nossas plagas os meios de vida, precisam identificar-se conosco”²⁷, “Nacionalização do Ensino”²⁸, “Nacionalização das escolas”²⁹ em prol da nacionalização do ensino e das comunidades étnicas. Os processos de identificação, de manipulação e utilização das categorias étnicas em diversos contextos sociais, irão determinar a emergência da identidade étnica. Assim, especialmente no período da Primeira Guerra Mundial, as tensões entre a sociedade brasileira e algumas comunidades étnicas evidenciaram as identidades e os sentidos dos elementos culturais, especialmente da língua.

Ante este processo, a “resistência” das comunidades de imigrantes em adotar o idioma nacional (seja na escola, na imprensa e nos espaços públicos) passou a ser motivo de preocupação do governo e objeto de sanções, visto que, a língua portuguesa era considerada como elemento essencial na formação da nação brasileira. A língua nacional era considerada como o principal elemento identificador da cultura nacional. Neste sentido, Chartier (1991) discute que na análise das culturas se apreendem os bens simbólicos, produzindo usos e

²⁶ Publicado no Diário da Tarde de 19-05-1917, matéria de capa

²⁷ Publicado no Diário da Tarde de 11.09.1916, matéria de capa

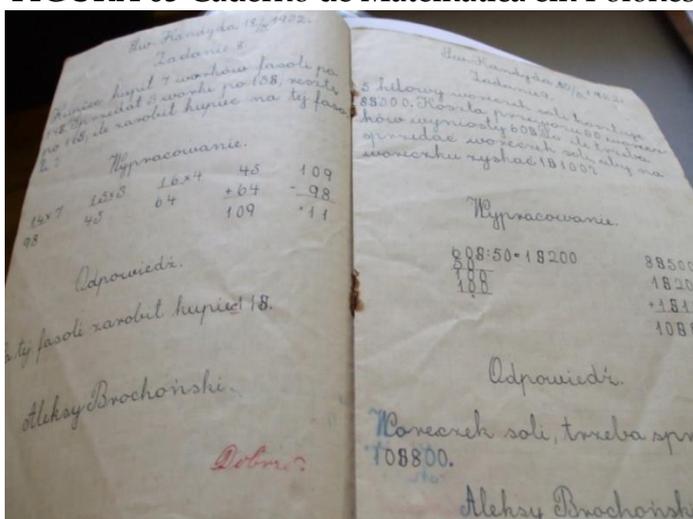
²⁸ Publicado no Diário da Tarde de 17.05.1917.

²⁹ Publicado no Diário da Tarde de 16.02.1918.

significações diferenciadas. Portanto a língua (portuguesa e/ou estrangeira) passou a ser objeto de atenção e sentidos distintos, tanto das autoridades como das comunidades étnicas. Portanto, para os imigrantes, falar e se expressar em língua portuguesa, era aprendido na medida da necessidade de comercializar e se comunicar com a sociedade brasileira. Além disso, aprender e compreender a língua portuguesa tinha por finalidade “não ser enganado nas atividades comerciais e na política” (SEYFERTH, 1982, p. 83). Mas, no lar, a língua estrangeira era a língua materna e na vida comunitária significava a identidade do grupo e o limite étnico ante os ‘brasileiros’ e outros grupos étnicos. Neste sentido, os grupos étnicos, nos processos migratórios trazem a sua cultura na bagagem, escolhem os valores culturais que irão garantir a sua identificação e a distinção dos outros grupos que estão em contato (CUNHA, 1986).

A escola étnica, foi importante espaço para garantir a identidade étnica e valores culturais do grupo e, para o Governo, representava o processo de desnacionalização da infância. Apesar dos investimentos das autoridades estaduais, a figura 03, mostra o caderno do aluno em 1932 em língua polonesa.

FIGURA 03 Caderno de Matemática em Polonês



FONTE: Museu-escola Colégio Estadual Santa Cândida, Curitiba (1932)

As figuras 02 e 03 são documentos importantes em revelar a resistência das escolas étnicas eslavas, em ministrar o ensino na língua materna do grupo, em uma escola polonesa de Curitiba. Em 1924, o Inspetor Geral de Ensino do Paraná, César P. Martinez externava sua preocupação com o apego à cultura de origem nas escolas étnicas e necessidade de fiscalização intensa.

O perigo reside nas escolas rutenas³⁰ e polacas, para as quais a Inspetoria geral do Ensino tem voltados todo o interesse e toda a fiscalização. O aferro à Pátria de além-mar pelas escolas rutenas e polacas é devido à localização em massa dos colonos dessas nacionalidades em um mesmo ponto distante e isolado dos centros nacionais (RELATÓRIO DE GOVERNO, 1924, p. 164).

O Inspetor de Ensino considerava que a persistência ao apego à cultura de origem, era devido organização das colônias étnicas homogêneas e escassa existência de escolas públicas. No Paraná, nas colônias étnicas, a língua nacional era praticamente desnecessária na comunicação evidenciando a pouca integração à sociedade brasileira. Ante esta situação, muitos alunos tinham pouco contato com a língua nacional, até ingressar na escola, apesar de serem brasileiros.

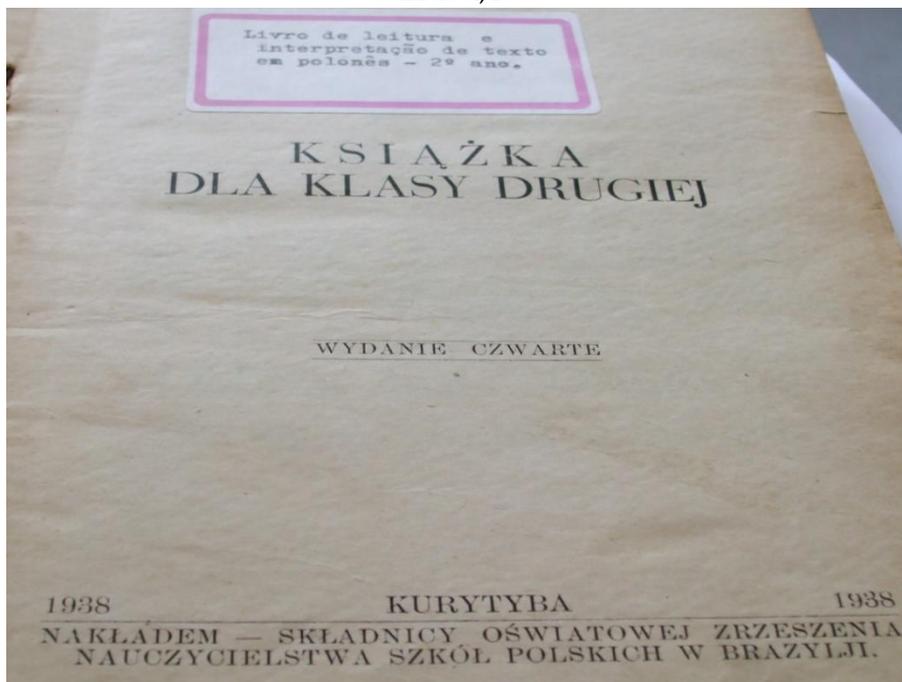
Ante este cenário, a partir da década de 1920, a legislação educacional tornou-se mais rigorosa, obrigando as escolas particulares em ensinar em língua vernácula História do Brasil, Geografia do Brasil e Língua Portuguesa, assim como solicitar ao governo professor para estas matérias, sem ônus (Lei 2005/1920). Posteriormente, com o Decreto Lei no. 2157/1922, as escolas particulares deveriam estar registradas na Inspetoria de Ensino, o que as obrigava a ter a documentação legal e seguir as prescrições legais. Também precisavam atestar a idoneidade moral dos professores, e estes deveriam comprometer-se a respeitar os feriados nacionais, ensinar em língua nacional, cumprir o programa oficial de ensino de Português, História e Geografia do Brasil, entre outras exigências (PARANÁ, 1922). A

³⁰ Escolas rutenas eram as escolas ucranianas.

legislação continuava a conceder professores normalistas para ministrar as matérias acima mencionadas, e os professores que não ministrassem aulas em língua portuguesa, não poderiam continuar lecionando.

Apesar de a legislação tornar-se mais rigorosa no intuito de nacionalizar os escolares, mas, a figura 04 mostra que, apesar deste rigor, continuaram a ser publicados didáticos em língua polonesa. Portanto, o Estado teve papel importante na formação do sentimento de nacionalização, na criação de uma memória nacional através da escola, com o ensino de uma história, da língua comum e com os símbolos da Pátria (Bandeira, Hino, feriados nacionais e elementos cívicos) (OLIVEIRA, 1997, p. 186).

FIGURA 04 - Livro do Segundo Ano em Polonês, Ed. Oswiata, Curitiba, 1938



FONTE: Arquivo pessoal das autoras

A figura 04 mostra que, apesar da legislação e fiscalização escolar, até a nacionalização compulsória, ainda eram publicados e adotados nas escolas étnicas os livros didáticos em língua estrangeira.

Além da legislação, houve investimento estatal em enviar para as escolas mobiliários (cadeiras, armários, quadros, apagadores, giz, banquetas, cadernos, tinteiros, papel, lápis), material de higiene (baldes, moringas, limpa-pés, creolina, escarradeiras, toalhas, escovas, vassouras e outros), mapas e Hinos do Brasil, Bandeiras do Paraná e do Brasil, livros didáticos prescritos e material para a secretaria da escola (livros atas, mapas de movimentos dos alunos, de frequência, de matrícula, programas escolares, livros ponto e outros). Portanto, cada escola, no entendimento das autoridades, deveria ter “a Bandeira Nacional hasteada na sala de aula, o Hino Nacional cantado com entusiasmo (...), uma bela exposição de trabalhos de agulha, o asseio, a ordem, a disciplina” (...) (RELATÓRIO DE GOVERNO, 1923, p. 41).

Persistindo na nacionalização, a Lei 2196 de março de 1923, oficializava o escotismo na instrução pública, aulas de ginástica obrigatória (RELATÓRIO DE GOVERNO, 1922, p. 80).

Por meio do enquadramento, o Estado inculca formas e categorias de pensamento ou de memória comuns (BOURDIEU, 1996). Cabe ao Estado promover a homogeneização da cultura, uniformizar os símbolos e os códigos. Assim, para construir a nação brasileira, era preciso que todos falassem a língua nacional, cultivassem os mesmos símbolos, a história e a cultura comum. A nação e o cidadão se forjam na escola (PETITAT, 1994, p. 142). Mas à medida que o Estado endurecia as cobranças pelo ensino em língua vernácula, as escolas criavam formas de resistir e cumprir/burlar as prescrições legais.

Para concluir

Desde as primeiras décadas do século XX, foram registradas tensões entre as autoridades brasileiras e as comunidades étnicas pela não adoção da língua portuguesa. O governo, através da Inspetoria de Ensino, deparou-se com um quadro elevado de escolas étnicas

organizadas à margem do sistema público de ensino. O principal elemento identificador era o uso da língua materna, o ensino da história e cultura do país de origem, assim como a comemoração de datas cívicas e a presença de elementos simbólicos dos países de onde as comunidades eram oriundas. Isto passou a ser um problema para as políticas de nacionalização e de construção do sentimento de pertencimento nacional. A língua tornou-se elemento diferenciador das identidades e, para as autoridades, uma importante medida para nacionalizar a população. Para isso, era preciso que todos falassem a língua portuguesa que passou a ser o elemento de unificação da cultura nacional. Para nacionalizar a população era necessário construir uma memória coletiva nacional, fundamentada na língua, história e cultura comum e a escola foi um dos espaços desta ação governamental. Assim, à medida que as crianças tivessem acesso ao aprendizado da língua vernácula, os valores simbólicos da cultura nacional seriam aprendidos e incorporados, através dos ensinamentos escolares. A familiaridade com a língua, hino nacional, símbolos pátrios faria com que as crianças incorporassem o sentimento de pertencimento à nação, apesar de serem brasileiras.

O investimento na legislação escolar que obrigava o ensino em língua portuguesa, assim como a implantação de um programa escolar único, adoção de livros didáticos, envio de materiais escolares e principalmente a fiscalização através da inspeção escolar buscou evitar a “desnacionalização da infância”. A inspeção escolar criou uma série de documentos que atestavam o cumprimento das normativas prescritas e davam ao inspetor o poder de remover professores até fechar as escolas. Para as escolas étnicas a fiscalização representou a interferência governamental, a mudança na organização pedagógica e o temor de ser fechada. Assim, inúmeras escolas étnicas reivindicaram a subvenção escolar, outras adotaram o bilinguismo que não proibido por lei e criaram várias táticas para se manter abertas, atendendo as necessidades das comunidades e também os prescritos legais.

Essas tensões vividas pelas comunidades em resistir à nacionalização do ensino, representavam a perda dos valores culturais e assemelhar-se às escolas públicas. Contudo, apesar dos esforços das autoridades de ensino, a nacionalização da população escolar naquele momento ficou aquém do esperado. Ao longo das décadas de 1920/30, a legislação educacional foi de certa forma negligenciada assim como a adoção da língua portuguesa nas escolas étnicas, e só foi obtida em 1938, com a nacionalização compulsória e o fechamento das escolas étnicas em todo o país.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

BORDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, R. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa:Difel, 1991.

CUNHA, M.C. **Antropologia do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1986.

OLIVEIRA, L.P. Questão nacional na primeira república. *In A década de 1920 e as origens do Brasil Moderno*. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

RENK, V.E. **Aprendi falar português na escola! O processo de nacionalização das escolas étnicas polonesas e ucranianas no**

Paraná. Tese (Doutorado em Educação). Universidade federal do Paraná. Curitiba, 2019, 243 f.

SEYFERTH, G. **Nacionalismo e identidade étnica:** a ideologia germanista e o étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí. Florianópolis: FCC. 1982.

FONTES

DEAP. Ofício enviado pelo Sub-Inspetor Levy Saldanha ao Inspetor geral Prof. Martinez, em e de agosto de 1921, p. 26.

DEAP. Ofício do sub Inspetor Levy Saldanha para o Prof. Martinez, em junho de 1921, p. 43.

DEAP. Ofício do sub-inspetor Henrique Ribeiro em 19 de julho de 1921, p. 91.

DEAP. Ofício do sub-inspetor João Rodrigues em 18 de julho de 1927, p. 78.

PARANÁ. Relatório apresentado ao Exmo Sr. Dr. Secretário Geral do Estado Pelo Professor Cesar Prieto Martinez. Curitiba: Typ. Da Penitenciário do Estado, 1920.

PARANÁ. Relatório apresentado ao Exmo Sr. Dr. Secretário Geral do Estado Pelo Professor Cesar Prieto Martinez. Curitiba: Typ. Da Penitenciário do Estado, 1921.

PARANÁ. Relatório apresentado ao Exmo Sr. Dr. Secretário Geral do Estado Pelo Professor Cesar Prieto Martinez. Curitiba: Typ. Da Penitenciário do Estado, 1922.

PARANÁ. Relatório apresentado ao Exmo Sr. Dr. Secretário Geral do Estado Pelo Professor Cesar Prieto Martinez. Curitiba: Typ. Da Penitenciário do Estado, 1923.

PARANÁ. Lei nº 2005, de 09 de abril de 1920. Leis de 1920. Curityba: Typ. d'A República, 1921.

PARANÁ. Lei nº 2157, de 08 de abril de 1922. Leis de 1922. Curityba: Typ. Da República, 1922.

JORNAIS

DIARIO DA TARDE. Curitiba. Edições 11/09/1916, 19/05/1917, 17/05/1917 e 16/02/1918.

ARQUIVOS INSTITUCIONAIS

ARQUIVOS DA CONGREGAÇÃO VICENTINA SÃO JOSÉ DE CURITIBA.

ARQUIVOS DA PROVÍNCIA DA SAGRADA FAMÍLIA DE CURITIBA.

CAPÍTULO 6

VIOLÊNCIA, MASCULINIDADES, HONRA E ARMAS DE FOGO: UM ESTUDO DE CASO DA COMARCA DE IRATI NO INÍCIO DA DÉCADA DE 1930

Marcelo Douglas Nascimento Ribas Filho
Hélio Sochodolak

Na década de 1930, um processo criminal se originava após a denúncia de um crime. Antes dele, havia um inquérito policial, que procurava comprovar a existência de uma ação criminosa. Posteriormente, dependendo do crime, se fazia o exame de corpo de delito. Após isso, era realizada a qualificação dos acusados e das partes envolvidas, junto das testemunhas, que seriam interrogadas. Com o encerramento dessas fases, as autoridades da Justiça consideravam se existiam ou não informações para que o processo prosseguisse. Se as acusações fossem aceitas, ocorreria o julgamento com base na legislação criminal vigente. A partir disso, as autoridades encaminhavam a sequência do processo, na qual se realizava uma batalha em que as partes logravam fazer prevalecer uma verdade.³¹

De forma geral, as peças presentes nos documentos judiciais eram traduzidas para a linguagem policial e jurídica desde o primeiro momento de investigação, em que as autoridades destacavam elementos que consideravam relevantes para a condenação de alguém, para a construção da imagem da vítima como “vítima”, para o arquivamento de uma denúncia etc. Esse mesmo processo envolvia a tomada de

³¹ Rosemberg e Souza (2009, p. 163) lembram que a lição foucaultiana sobre o conceito de verdade, em que ela significa um campo de luta, a batalha pela validação de uma versão. Assim, a realização do processo judicial se torna um instrumento legítimo e institucionalizado para o estabelecimento de uma justiça/verdade.

depoimentos, onde os questionamentos, perguntas, indagações, seriam realizadas a partir dos valores considerados adequados para os agentes da lei, ou seja, o que foi dito e está nos autos não pode ser pensado sem a relação com o não dito (Cf. FOUCAULT, 1999).

Nesse capítulo, apresentaremos um estudo de caso a partir de um inquérito policial de defloramento³² e um processo-crime de homicídio³³, sobre os episódios envolvendo Henrique³⁴ e Honorato. As práticas criminosas que originaram as autuações ocorreram na Comarca de Irati³⁵, no sudeste do Paraná, e os respectivos processos começaram a tramitar em 1930, com o desfecho em 1932. O encontro com a fonte se deu às avessas: nos deparamos, primeiramente, com o processo-crime, que teve os trâmites iniciados em 1931, o que justifica a demarcação temporal do título. De todo modo, esses documentos levantam questões a respeito das violências, das masculinidades e da honra, no cotidiano do interior paranaense. Com isso, intencionamos apontar para determinadas categorias que ficaram sobressalientes no desenvolvimento da dissertação intitulada *A produção da verdade: crimes sexuais em Irati-PR (1931-1950)*³⁶, em que 48 documentos judiciais – de defloramento, sedução e estupro – foram analisados.

O debate aqui apresentado, assim, foi suscitado pela análise de documentos judiciais que tramitaram em Irati na década de 1930. Nesse caso particular, um sujeito declarou às autoridades que procurou o ex-genro para que ele reparasse um mal: o de ter desonrado sua filha. O embate que originou o processo foi de um ultimato para o casamento – forma de reparar os danos causados à mulher, à família e à sociedade –, à uma troca de tiros e ao homicídio. Essa fonte instiga as discussões

³² Art. 267 – “Deflorar mulher de menor idade, empregando sedução, engano ou fraude” (PIERANGELI, 2001).

³³ Art. 294 – “Matar alguém” (PIERANGELI, 2001).

³⁴ Optamos por utilizar apenas o primeiro nome das partes envolvidas, bem como manter a grafia original.

³⁵ Os documentos policiais e judiciais da Comarca de Irati se encontram arquivados no Centro de Documentação e Memória da Unicentro, *campus* de Irati-PR (CEDOC/I).

³⁶ Ver: RIBAS FILHO, 2020.

em torno das violências motivadas pela defesa da honra: ora legalmente protegida, ora tão atingida ao ponto de a lei não ser o único e último recurso. Nesse sentido, esse trabalho trata de levantar algumas das questões que envolveram a moralidade no período, especialmente atrelada à relação direta da individuação da honra: refletida no corpo das mulheres e exterior ao corpo dos homens. Trata-se de perceber, ainda, as disputas pela legitimidade em um espaço marcado pelos conflitos e irregularidades, em que as armas de fogo faziam parte do cotidiano. Desse modo, um estudo de caso particular pode, mesmo que tacitamente, indicar problemáticas que envolvem os recentes discursos pró-armamento da população civil.

É importante destacar que a atividade de transformação de uma queixa em um crime era realizada a partir das operações de classificação das situações e de seus protagonistas, de interpretação de cenários e de decisão sobre o que aconteceu. Assim, o conflito gerador da denúncia era construído a partir da produção de um evento complexo em uma narrativa específica, de modo que outros pudessem se convencer de sua validade e da veracidade de determinada versão sobre o crime. É assim que a estrutura discursiva e o vocabulário empregado nas declarações das partes envolvidas e das testemunhas não são próprios do esperado de populares do interior paranaense, mas sim do escrivão que transcreveu e traduziu as versões para a linguagem jurídica.

Resultado das discussões promovidas pelo Núcleo de Estudos em História da Violência (NUHVI – UNICENTRO-PR/CNPq), a presente discussão possui inspiração foucaultiana, mas se embasa na historiografia brasileira que utilizou documentos judiciais como fonte de pesquisa. Principalmente, fundamenta-se em dissertações e teses que ajudaram a produzir interpretações sobre aspectos da História da Violência no Paraná.

A trama e as masculinidades

Apresenta ferimento em forma circular, bordas irregulares na região lombar, lado direito, outro ferimento de forma idêntica

ao já descripto e localizado na região umbelical do mesmo lado parecendo ser este ferimento a saída do projectil que penetrára no primeiro ferimento descripto e ainda um terceiro ferimento na região glútea de forma igual aos dois outros ferimentos descriminados, pelo que se conclui que foram todos produzidos por projectil de arma de fogo de igual calibre [...] Esses ferimentos pelas suas localizações podem produzir a morte e a vítima devido a gravidade dos mesmos está em estado precário (CEDOC/I, 1931, *fls.* 9).

Aos 6 de março de 1931, às vinte e três horas, junto ao Delegado de Polícia, os peritos foram até a casa de Verâncio, na comunidade rural de Cachoeira, na Comarca de Irati, para realizarem o exame de corpo de delito em Henrique, que possuía 18 anos e foi qualificado como lavrador. Tendo recebido três balaços, a situação da vítima não era das melhores. Pela gravidade da situação, ele estava em estado precário e, de fato, os ferimentos, no dia seguinte, lhe levaram a óbito.

No dia do ocorrido, mesmo gravemente atingido, Henrique conseguiu registrar sua versão para as autoridades locais. Já agonizando, contou que, naquele dia, às dezesseis horas, mais ou menos, em frente à casa de Honorato, havia tombado uma carroça, de propriedade de José. Como passava por lá, a cavalo, decidiu parar e ajudar a levantar a referida carroça. Terminando esse serviço, José seguiu o próprio rumo e ele ficou na estrada, apertando os arreios de seu cavalo, quando Honorato chegou e o confronto começou. Por fim, sem expor as razões, “Henrique declarou que tinha matado Honorato” (CEDOC/I, 1931, *fls.* 15).

José, o carroceiro, acrescentou algo à sua narrativa ao testemunhar. Em companhia de Henrique, realmente haviam desvirado a carroça. Rapidamente seguiu o seu caminho e, após quinze minutos de viagem, ouviu seis tiros de revólver, mas não voltou verificar “[...] porque se achava desarmado e tinha um tanto receio de Honorato, em virtude de saber que Honorato tem fama de valentão” (CEDOC/I, 1931, *fls.* 21-22).

Alderico declarou que, no dia do episódio, chegou à casa do pai da vítima e a viu ferida, prestando depoimento ao delegado. Segundo

ele, Henrique “[...] era muito estimado pela vizinhança e que nunca soube que entre Henrique e Honorato houvesse qualquer rivalidade” (CEDOC/I, 1931, *fls.* 23). Depois, Pedro comentou que viu Henrique entrando em agonia e que já não compreendia as palavras que saíam de sua boca (CEDOC/I, 1931, *fls.* 24). Francelino, com tão breves considerações quanto às de Pedro, disse que conhecia Henrique desde criança – ele era “bem comportado”, da mesma forma via que Honorato era “de bom comportamento” (CEDOC/I, 1931, *fls.* 26). A respeito do evento em si, nenhuma dessas testemunhas puderam somar. O que sabiam era o que estava sob seus olhos: Henrique, provavelmente um amigo de longa data, estava no leito de morte.

Outro sujeito, de nome João, falou mais sobre o que sabia. Em seu depoimento, disse que havia ouvido alguns tiros, à grande distância. Não teria dado importância a esse fato – seria costumeiro? Cerca de vinte minutos após ouvir os disparos, próximo à casa do pai da vítima, encontrou Henrique, que ia montado, quase caindo, em um cavalo. João completou as declarações com o que teria saído da boca do próprio Henrique no momento em que se encontraram: “[...] tive uma briga com o Honoratão, nós nos atiramos, mas estou muito ferido, quase que não aguento devido as horríveis dores que sinto” (CEDOC/I, 1931, *fls.* 27).

Aparentemente, as palavras das testemunhas não poderiam revelar muito acerca da trama ou do conflito. O que sabemos, com as falas da vítima e das testemunhas, foi que, após ajudar com uma carroça que havia tombado, Henrique foi cercado por Honorato e ocorreu uma troca de tiros. No entanto, as falas até aqui destacadas tocam, ao menos, em três questões que se entrelaçam: sobre as masculinidades, a respeito das violências e no tocante ao uso de armas de fogo. Tais elementos já foram debatidos por estudiosas e estudiosos que se debruçaram sobre um contexto próximo ao de Irati e do interior paranaense.

Ao analisar os processos criminais e subjetividades masculinas no Paraná, Kety Carla March (2015), a partir de Robert Connel e da proposta de se pensar uma “masculinidade hegemônica” e as construções de modelos masculinos a serem seguidos, discutiu como a demonstração física de poder fazia parte da formação da masculinidade,

de pertencimento ao grupo masculino. A sujeição de indivíduos masculinos era, por si, fruto de processos violentos, a ponto de certas posturas masculinas serem socialmente naturalizadas. Mesmo demonstradamente violentos, Henrique e Honorato ainda possuíam prestígio e estima, de acordo com as declarações dos populares. Assim, práticas de afirmação de virilidade e macheza, faziam parte da composição dos corpos masculinos que eram incentivadas à violência contra o “outro” feminilizado, contra os pares e contra o próprio corpo. Desafios que exigiam coragem, no interior de grupos masculinos, eram predominantes desde a infância. Esses rituais, naturalizados e colados à essência do “masculino”, seguiam até a vida adulta e continuavam nas práticas de violências cotidianas.

Como parte integrante da formação das subjetividades masculinas, a violência, física ou simbólica, conforme March (2015), estaria ligada a um processo de naturalização social que envolve questões de gênero e a afirmação da masculinidade. Essas violências, no dia a dia do interior do Paraná, se manifestavam nas brigas de bar, nas altercações em prostíbulos, nos ambientes de trabalho, nas plantações, nas estradas de terra. Um homem, nesse contexto, havia aprendido a revidar com violência e deveria fazer isso para corresponder ao padrão de masculinidade. Henrique, por exemplo, teria contado vantagem sobre o ocorrido: comunicou às autoridades e aos colegas que, de fato, havia trocado tiros com Honorato e acreditava tê-lo matado; Honorato, por sua vez, nas palavras de José, tinha fama de valentão e foi tirar satisfação com Henrique – característica própria de uma masculinidade modelar.

Lourenço e Sochodolak (2020), ao situar um contexto recente da violência contra mulheres no Paraná, ressaltaram: por mais que haja diferença entre os “homens concretos” e o padrão ideal de masculinidade, essa idealização já é suficiente para gerar comportamentos que buscam beirar-se no modelo idealizado. Em uma aproximação com o estudo de Durval Muniz de Albuquerque Júnior sobre a masculinidade no Nordeste, os autores compreenderam como

ser forte, dominante, violento, mesmo que de forma historicamente variada, fazia e faz parte de um código moral de sociedades patriarcais.

Em um estudo sobre os corpos e os espaços de Mallet, cidade vizinha de Irati, Gabriel José Pochapski (2018) também apontou para as relações entre masculinidade e violência. Entretanto, a partir de Robert Muchembled, buscou colocar em questão o padrão do homem enquanto detentor da violência. Segundo ele, a criminalidade esteve ligada a diversos atributos, como os ideários de virilidade, bruteza e a força que moldavam e produziam temporalmente as subjetividades masculinas. Isso não é uma inverdade, mas se trata de pensar que alguns essencialismos devem ser evitados para que se refute a visão que compreende o feminino é incapaz de praticar atos violentos. Indo na direção das análises que March fez, trata-se de buscar perceber os processos em que, em diferentes contextos, foram historicamente consolidando a normatividade que atribuiu ao gênero masculino os usos da violência.

A masculinidade hegemônica iratiense da década de 1930, com a análise de documentos judiciais, aponta para uma direção: os ideários de virilidade, macheza e demonstração de controle no uso de armas de fogo. No Código Penal da República de 1890 o artigo 377, *Capítulo X – do fabrico e uso de armas*, assinalava como crime “Usar de armas ofensivas sem licença da autoridade policial” (PIERANGELI, 2001). Não é possível ponderar se todos os sujeitos que estavam armados, ligados ao processo que estamos analisando, possuíam tal licença. É possível, sim, afirmar que era comum que as armas de fogo fossem utilizadas cotidianamente no sudeste paranaense da primeira metade do século XX.

Pochapski (2018) também percebeu, em seu estudo, que os disparos rompiam a sonoridade habitual de lugares como as estradas, os bailes, as casas comerciais, as residências, a tal ponto que o início da década de 1930 foi o período de maior ocorrência no uso de armas de fogo na Comarca vizinha de Irati. Em uma interessante aproximação com Dominique Kalifa, o autor considerou como os braços e as mãos

masculinas dos paranaenses daquele cenário poderiam se prolongar através das armas.

Lucas Kosinski (2018), que também estudou o cotidiano e as violências no contexto do interior do Paraná no início do século XX, foi outro que apontou como muitos homens andavam armados naquele período, indicativo de que as armas eram ferramenta de “forja” das masculinidades. Antes de seguirmos com as considerações desse pesquisador da historiografia da violência do Paraná, retomaremos a trama que envolveu Henrique e Honorato.

Relativamente mais revelador que os testemunhos anteriores, foram as afirmações de um outro sujeito, também de nome José. Segundo ele, “Henrique se achava muito ferido, mas declarava que tinha disparado por três vezes o seu revólver contra Honorato e tinha certeza de ter matado Honorato” (CEDOC/I, 1931, *fls.* 25). Essa informação não é nova, apesar de se encaixar bem nas análises envolvendo masculinidade e violência. A novidade da fala de José ficou para quando comentou que Henrique era noivo de uma filha de Honorato, de nome Carlota. Teria sido, então, o noivado o motivador da troca de tiros que teve como consequência a morte de Henrique e o processo de homicídio contra Honorato?

Dois dias depois do falecimento de Henrique, no dia 9 de março de 1931, foi a vez de Honorato, um lavrador de 52 anos, registrar sua versão. No dia, no horário e no lugar em que a carroça estava tombada, Honorato viu Henrique e decidiu lhe chamar a atenção, “[...] para este lhe dar satisfação sobre o namoro que Henrique tinha com sua filha de nome Carlota, que deste namoro resultou Henrique ter deflorado sua filha” (CEDOC/I, 1931, *fls.* 19). Com isso, Honorato deu um ultimato: o genro deveria “reparar o seu erro” e se casar com Carlota. Teria sido, após isso, o momento em que Henrique montou em seu cavalo e puxou um revólver e “[...] disparou contra o declarante por três vezes, foi quando o declarante rolou-se no chão e puxou do seu revólver e fez três disparos contra Henrique” (CEDOC/I, 1931, *fls.* 19). Por fim, Honorato declarou “[...] não podendo em absoluto explicar qual fora a razão de

Henrique ter assim procedido porque o mesmo não obstante ter rompido a honra de sua filha” (CEDOC/I, 1931, *fls.* 20).

De acordo com Kosinski (2018), no interior paranaense, a defesa da honra foi uma prática repetitiva que ocasionava a violência criminosa. Segundo ele, os homens defendiam a honra quando tinham suas virilidades afrontadas, daí o desencadeamento da violência – no caso analisado, por um lado, a pressão para que Henrique se casasse; por outro lado, a desonra causada à família. Na “ordem das coisas”, do cotidiano iratiense, a violência assassina refletia a obrigatoriedade de um pai que intencionava restaurar a honra. Mas a honra de quem? É nesse sentido que a discussão segue.

Em defesa da honra de quem?

A votação foi em escrutínio secreto por meio de pequenos cartões da mesma cor em que estavam escritas as palavras ‘sim e não’, sendo distribuído a cada jurado num cartão contendo cada uma dessas palavras. Em duas urnas foram recolhidos os cartões depositando cada jurado em uma delas o cartão correspondente ao seu voto, e na outra o cartão que ficava o cartão sem aplicação. Em seguida, o Secretário do Conselho de Sentença leu em voz alta as respostas dadas aos quesitos e o M. M. Juiz recebendo a alta das respostas dadas aos quesitos, alta essa que adiante se vê, passou a escrever a sua respeitável sentença, que leu em voz alta, absolvendo por unanimidade de votos o réu Honorato da acusação que nestes autos lhe foi intentada pela Promotoria Pública desta Comarca (CEDOC/I, 1931, *fls.* 99-100).

No dia 31 de junho de 1932, após um ano e três meses do conflito que originou a morte de Henrique, os homens que foram sorteados para compor o Conselho de Sentença cumpriram o ritual e ouviram do Juiz de Direito da Comarca de Irati a “respeitável sentença”. Por unanimidade dos votos, Honorato estava livre da culpa pelo homicídio de seu ex-genro, que anteriormente fora responsabilizado pelo defloramento de Carlota. No entender de José, Ladislau, Max, Nestor, Emílio, Manoel e Zeno – os homens do júri –, Honorato era, de

fato, inocente. Mais do que isso, a violência que cometeu se justificava, pois estava protegendo a própria vida e a honra de sua família.

Como bem apontou March (2015, p. 101), um homem casado, chefe de família, possuía obrigações naquele contexto: o provimento do lar, a potência sexual demonstrada na existência de filhos e, por fim, a defesa da honra da família, que se configurava como extensão da própria honra. Mas, enfim, o que seria essa categoria denominada “honra”? De fato, a honra apareceu como sentimento subjetivo para justificar a ocorrência de crimes e fez parte constitutiva das masculinidades no Paraná, de acordo com March (2015, p. 208-214). Ao citar Irene Maria Vaquinhas, a historiadora compreendeu que a honra aparecia como um instrumento de promoção pessoal e de valor socializado; assim, honra e consideração pública convergiam para a organização e fixação de “regras morais” que promoviam e rejeitavam atitudes e comportamentos. Desse modo, se a violência, em geral, era reprimida pela Justiça, poderia ser incentivada socialmente em alguns momentos para a proteção da honra. Se o homicídio era crime, a população, que compôs o júri, entendeu que o que fez Honorato não era uma ação criminosa.

Em meados de outubro de 1930, Honorato precisava resolver o que seria, para um pai da época, um grande problema: sua filha, Carlota, havia sido desvirginada antes do casamento. Mas essa pendência poderia ser facilmente resolvida, pois o Poder Judiciário ajudaria após a abertura de um inquérito e com o esclarecimento daquilo que configurava um possível crime de defloração.³⁷ E, assim, Honorato solicitou as providências necessárias contra Henrique: “[...] pelo facto de ter esse indivíduo deflorado, com promessas de casamento, a sua filha menor CARLOTA, em meados do mez de outubro de 1930, em

³⁷ No entendimento de Boris Fausto (1984), o defloração definia bem a preocupação central de uma sociedade que materializava a honra em uma peça anatômica. O hímen representava um acidente biológico que facilitaria a classificação das mulheres puras e impuras. Segundo o Código de 1890, no artigo 267, a honestidade das mulheres e a honra das famílias estava sempre associada à virgindade física. Não à toa, denúncias de defloração foram as mais numerosas na década de 1930. Ver: **RIBAS FILHO (2020)**.

um acampamento para o corte de herva-matte” (CEDOC/I, 1930, *fls.* 149).

Se a narrativa presente na denúncia fala, de certo modo, sobre o cotidiano do interior paranaense, e, também, sobre a trama, a dinâmica e o nível do relacionamento entre Carlota e Henrique, não eram essas as informações que importavam para o pai de uma vítima de defloramento. O que mais importava era o “facto de ter esse indivíduo deflorado, com promessas de casamento, a sua filha”.

Em um caso como esse, fazia parte do ritual jurídico a anexação de um atestado de pobreza: um documento que buscava comprovar que a vítima e a família não possuíam condições de arcar com as despesas de um processo que normalmente tramitaria na alçada privada. Para que o Ministério Público intervisse nos casos de miserabilidade comprovada, em defesa da vítima e da família, a ação penal poderia ser movida apenas com a manifestação do representante legal – normalmente, o patriarca. Esse elemento suscita a pergunta: em queixas onde a família buscava que o acusado “reparasse o mal” através do casamento, a defesa da honra de quem estava em jogo?

Na historiografia paranaense, foi March quem destacou como existia uma postura de individuação da honra nesses casos. Assim, Honorato estaria protegendo a própria honra, refletida no corpo de Carlota a ser mantido intocado. Na análise dos documentos judiciais do período, March identificou que “O corpo das mulheres, portanto, seria o espaço da sustentação da honra dos demais familiares. Esse corpo somente poderia ser acessível ao marido” (2015, p. 216). A autora também salienta como a honra possuía valores diferentes para homens e para mulheres: a honra delas estava sempre associada ao sentido sexual. Assim, era comum, ao atacar um homem, a afirmação de que ele era incapaz de manter correta a conduta sexual das mulheres de sua família. E isso traria desprestígio, vergonha.

Essas noções, que envolveram a categoria “honra”, nesses documentos do início da década de 1930, refletiam certa moralidade valorizada pelo grupo local. No entanto, tal conceito não se alocava exclusivamente no que uma comunidade rural do interior paranaense

considerava. A honra, e a proteção de uma moralidade média, esteve na doutrina jurídica, na letra da lei e no modo de operar dos trabalhadores da Justiça, na primeira metade do século XX.³⁸ Se tratando dos ditos crimes sexuais, a defesa da honra indicava o sentido da punição nesses casos: delitos como defloração e estupro, no Código Penal de 1890, estavam sob o título *Dos crimes contra a segurança e honestidade das famílias* (PIERANGELI, 2001).

Os homens que redigiam as leis brasileiras no início da Primeira República evidenciavam a preocupação com a honra e com a virgindade em correlação ao progresso do país. Para essas autoridades, as mulheres necessitavam de proteção no que possuíam de mais particular: sua virgindade e, portanto, a integridade de sua honra.³⁹ Junto das elites políticas que visavam a formação da nação após a Proclamação da República, os juristas viam uma relação simples e direta: a virtude sexual das mulheres era a base da família, a qual era o alicerce de um país em construção (RIBAS FILHO, 2020, p. 35-36). Rui Barbosa, um dos mais famosos políticos e juristas republicanos, foi quem melhor representou a formulação entre a família e a nação: “A pátria é a família amplificada. E a família tem como elemento orgânico a honra, a disciplina, a fidelidade, a benquerença, o sacrifício [...] Multiplicai a família e tereis a pátria” (Rui Barbora, *apud*. RIBAS FILHO, 2020, p. 36).

Os esforços em confiar às mulheres o cuidado da família, então, se materializaram nas medidas legais para promoverem a moralidade sexual, com a proteção da virgindade como valor fundamental, onde a honra deveria ser manifestada coletivamente pelo rigor, no controle e

³⁸ **Estudiosa que se voltou aos documentos judiciais do Rio de Janeiro das primeiras décadas da República, bem como sobre os aspectos da moralidade privada e pública nesse contexto, Sueann Caulfield (2000) também anuiu como os juristas recorreram a um conjunto de leis para definir a honra e aumentar a intervenção estatal na família a partir do crime de defloração.**

³⁹ Durante a década de 1930, Afrânio Peixoto fez duras críticas à himenolatria, pois, segundo ele, não era possível definir a virgindade apenas pela presença ou não de um hímen intacto. Tal discussão refletiu na letra da lei e extinguiu o termo “defloração” do Código Penal de 1940 (RIBAS FILHO, 2020).

vigilância da sexualidade feminina, ao custo da desmoralização das “desonestas”.⁴⁰

Ora, a tarefa de proteção das mulheres, de suas virgindades e honras, não ficou restrita a elas. Seguindo o estabelecido pela Escola Clássica do Direito Penal, a defesa da honra também dizia respeito à defesa social: assim, juristas apontavam que, especialmente nos crimes de defloração, as medidas públicas não deveriam estar sujeitadas apenas à queixa da parte ofendida, pois o homem que cometia um crime sexual não estaria ofendendo somente a vítima, mas os sentimentos morais da sociedade. A proteção da honra da mulher passava a requerer a ação do Estado, em um interesse particular: produzir uma família sob o princípio maior da higiene (RIBAS FILHO, 2020, p. 43). Tanto as autoridades, como os membros da sociedade, apoiavam a diligência que perdoava os homens que “reparassem o mal cometido” (sedução, engano ou fraude através de promessas de casamento) e se cassassem com suas vítimas.⁴¹ O casamento eliminava a necessidade de punição

⁴⁰ **A respeito disso, para Francisco José Viveiros de Castro, maior referência no período sobre os crimes sexuais**, com o clássico *Os delitos contra a honra da mulher*, de 1898, as mudanças da vida urbana da virada do século eram responsáveis pelo crescimento dos crimes contra a honra das mulheres e no alto número de “depravadas”. Nesse sentido, não seria qualquer uma a merecer proteção da Justiça: a manutenção da honra dependia do comportamento das mulheres, que necessitavam ter a honestidade comprovada. Para que uma mulher fosse considerada honesta, era preciso que tivesse um comportamento de acordo com o considerado adequando, com a preservação da fragilidade e do recato (RIBAS FILHO, 2020, p. 39-40). Segundo Margareth Rago (1990), existia um medo latente entre as autoridades públicas em relação às transformações da sociedade urbano-industrial, onde a conquista de determinados espaços e direitos no cenário público apontava para uma possível igualização entre os sexos. Esse medo também foi suscitado pelos movimentos das sufragistas que reivindicavam o direito ao voto, à igualdade de remuneração salarial pelos mesmos serviços que os feitos pelos homens, ou questionavam as teorias que justificavam a desigualdade biológica e social entre os sexos. De tal processo, decorreu a associação da “mulher pública” com a prostituta, que servia, a juristas e médicos, como um contra-ideal, necessário para atuar no limite à liberdade das mulheres.

⁴¹ Em *História da Sexualidade*: a vontade de saber, Foucault (1988) destaca que, entre as instituições de confinamento, a família possui papel nevrálgico para o dispositivo de sexualidade. Isso porque a família é o permutador da sexualidade com a aliança: transporta a lei e a dimensão do jurídico para o dispositivo de sexualidade; bem como

não somente porque pensava-se reparar os danos causados à mulher, mas à sua família e à sociedade.

Ainda em 1930, logo que foi notificado pelas autoridades policiais, Henrique enviou uma carta para Honorato, na intenção de não ter que acertar suas contas com a Justiça:

Em primeiro lugar pesso-lhe desculpa de minha fraquesa; mas sou obrigado, pelo que me dedico integralmente a sua filha, e o respeito que me impune o sr. E a exm. Senhora, me dirijo por carta assim o sr. Terá provas de minha sinseridade. Venho respeitosaente a v.s. pedir-lhe sua filha, Carlota, em casamento, não para proposições, mas para o meu futuro e minha felissidade (CEDOC/I, 1930, *fls.* 153).

A atitude de individuar a honra, como destacou March (2015), aparecia nas práticas cotidianas, nas falas dos populares e nos discursos jurídicos. Não se poderia pensar em masculinidades, nesse contexto, sem a articulação direta à honra, vinculada à exterioridade do corpo dos homens. Carlota havia sido a vítima do que, na época, era um crime. Mas, a pergunta pode ser repetida: afinal, a defesa da honra de quem estava em jogo? O pedido de desculpas “pela fraqueza” de Henrique foi dirigido ao pai da Carlota; também teria sido por respeito à Honorato o pedido de casamento; no fim, poderia ter sido apenas uma forma, estratégica, dele escapar da punição pelo crime de defloraento – de 1 a 4 anos de reclusão, segundo o Código Penal.

a economia do prazer e a intensidade das sensações para o regime da aliança. Para o pensador francês, a fixação do dispositivo de aliança e do dispositivo de sexualidade na forma da família possibilita apreender diversos elementos: “[...] que a família se tenha tornado, a partir do século XVIII, lugar obrigatório de afetos, de sentimentos, de amor; que a sexualidade tenha, como ponto privilegiado de eclosão, a família” (FOUCAULT, 1988, p. 100). Ou seja, o investimento sobre a família possui seus efeitos, entre eles a produção de uma conduta sexual regular – o sexo entre homem e mulher, adultos, após o casamento, dentro de casa, na cama do casal – e uma irregular. Os pais, os cônjuges, se tornaram os agentes fundamentais de um dispositivo de sexualidade que no exterior se apoia nos médicos, pedagogos, juristas e mais tarde nos psiquiatras, que logo passaram a “psiquiatrizar” as relações familiares.

Ainda que os juristas não assumissem diretamente a relação honra/corpo feminino, esse aspecto era recorrente nos autos. Acusados, testemunhas e até mesmo vítimas, utilizavam-se dessa argumentação; os homens da lei (delegados, advogados, promotores e juizes) também construía suas alegações fundamentadas na pauta da honra medida a partir do comportamento das mulheres (MARCH, 2015, p. 213). Dessa forma, a honra sexual tinha muita importância nas escolhas pessoais e nos conflitos vividos pela população: ora, teria sido esse o motivador de Honorato ao levar Henrique à Justiça. E, de fato, ele teria conseguido o que queria: um casamento para, assim, livrar a filha da desonra que levou à família. Como não foi bem sucedido, ou seja, como o recurso jurídico não deu conta de sanar o problema, de reparar a honra, a solução teria que ser extrajurídica. A honra aparecia ora legalmente protegida, ora tão atingida ao ponto de a lei não ser o único e último recurso.

Pelo Código Penal ou pela jurisprudência, as leis intervinham nas relações familiares, especialmente a partir de duas concepções que serviam aos populares que buscavam na Justiça uma forma de reparar a honra perdida: a noção patriarcal de honra como sendo um recurso familiar e o conceito burguês de honra como uma virtude individual. Ambas a serem protegidas, salvaguardadas e, quando feridas, defendidas.

Trâmites finais

Após a decisão unânime do Conselho de Sentença, foi expedido, em favor de Honorato, o alvará de soltura que o pôs em liberdade. As narrativas construídas em Irati afirmavam e legitimavam formas de ser homem no interior do Paraná, mediante engendramentos que foram interpretados por personagens em práticas consideradas aceitáveis, tais como portar e usar armas de fogo. De fato, isso se relaciona com a cumplicidade existente entre acusado e júri, em que os homens que julgaram Honorato viram no homicídio uma resposta à um código, partilhado pela sociedade, infringido por Henrique.

A distinção de gênero, antes disso, foi o que levou Henrique a não ser julgado por ser ativo sexualmente (foi confrontado, sim, por não ter mantido a palavra de honra), diferente de Carlota (com a honestidade comprometida por ter sido deflorada). Essas tramas discursivas nos permitem perceber certos padrões de normalidade e como determinadas subjetividades se orientaram a partir das categorias relativas ao masculino e ao feminino.

Entretanto, no moderno século XX, não se poderia mais falar em “lavar a honra com sangue”. Aí vemos os empasses e os confrontos entre as práticas de justiça (socialmente consideradas e aceitas) e as práticas da Justiça (institucionalmente reguladas e reguladoras). Se o júri inocentou Honorato, o Promotor Público que atuou no caso não se contentou com tal resultado e pediu deferimento. Em resposta, o advogado de defesa reafirmou que o réu “Não praticaria o crime em defesa própria se não fosse agredido por Henrique, que também era um deflorador” (CEDOC/I, 1931, *fls.* 128). Da batalha entre os homens⁴² da lei pela produção da verdade, resultou o parecer do Procurador Geral de Justiça que aceitava a apelação e solicitava um novo julgamento, pois “[...] a decisão do júri foi proferida contra a evidência da prova” (CEDOC/I, 1931, *fls.* 134). Sem julgamento, Honorato foi considerado culpado após ter fugido para Imbituva, cidade próxima à Irati. A racionalidade jurídica considerou Honorato um criminoso, mas seus pares não.

FONTE

CEDOC/I. CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), *campus* de Irati-PR. Fundo judiciário da Comarca de Irati. Processo-crime de 1931. Fundo PB005.

⁴² Por mais que seja tácito, é preciso afirmar, aqui, a predominância de homens, em todos os setores, quando o assunto era a Instituição Judiciária. No caso em questão, Carlota apareceu como mera coadjuvante nos trâmites judiciários.

REFERÊNCIAS

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000.

FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano: A criminalidade em São Paulo (1880-1924)**. São Paulo: Editora brasiliense, 1984.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

KOSINSKI, Lucas. **Violências e outras práticas cotidianas: Mallet-PR (1914-1940)**. Dissertação de mestrado – UNICENTRO. 193 f. Irati-PR, 2018.

LOURENÇO, Alexandra e SOCHODOLAK, Hélio. Masculinidades e violência contra a mulher no sudeste do Paraná em tempos de pandemia. In: SILVA, Tânia Maria Gomes da; BERNUCI, Marcelo Picinin (orgs.). **Olhares interdisciplinares sobre a pandemia de Covid-19: abordagens para a promoção da saúde**. 1. ed. Maringá: ICETI – Instituto CESUMAR de Ciência, Tecnologia e Inovação, 2020.

MARCH, Kety Carla. **“Jogos de luzes e sombras”: processos criminais e subjetividades masculinas no Paraná dos anos 1950**. Curitiba, 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, 2015.

PIERANGELI, José Henrique. **Códigos Penais do Brasil: evolução histórica**. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001.

POCHAPSKI, Gabriel José. **Entre Corpos e Espaços: Uma história da criminalidade nas matas de Araucária (Mallet-PR, 1931-1950)**. Natal, 2018. 442 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2018.

RAGO, Luiza Margareth. **Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)**. São Paulo, 1990. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, 1990.

RIBAS FILHO, Marcelo Douglas Nascimento. **A produção da verdade: crimes sexuais em Irati-PR (1931-1950)**. Irati, 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Centro-Oeste, 2020.

ROSEMBERG, André e SOUZA, Luís Antônio Francisco. Notas sobre o uso de documentos judiciais e policiais como fonte de pesquisa histórica. **UNESP- FCLAS CEDA**, v.5, n.2, 2009.

CAPÍTULO 7

REALIDADES DISFARÇADAS NA FICÇÃO: REPRESENTAÇÕES DO JAGUNCISMO NO OESTE DO PARANÁ (1940-1970)

Claércio Ivan Schneider

1. A modo de introdução

O sentido [...] é a entidade mais misteriosa do universo. Relação, não coisa, entre a consciência, a vivência e as coisas e eventos. O sentido dos gestos. O sentido dos produtos. O sentido do ato de existir. [...] Isso é próprio da natureza do sentido: ele não existe nas coisas, tem que ser buscado, numa busca que é a sua própria fundação. Só buscar o sentido, faz, realmente, sentido. Tirando isso, não tem sentido. (LEMINSKI, 1997, p.11)

A linguagem está no centro de toda a atividade humana. Falar, nomear, transmitir, conhecer, são atos que se organizam a partir da palavra, do discurso, da narrativa. Os seus sentidos podem incorporar toda a sorte de hierarquias e de juízos, intrínsecos às estruturas sociais de que emanam, ou seja, do complexo jogo de relações que os sujeitos estabelecem entre si e com a realidade que pretendem representar. Dentre as muitas formas que assume a produção discursiva, a que motivou este trabalho é o estudo da linguagem híbrida – entre a história e a ficção – produzida em torno de determinado espaço regional: o Oeste do Paraná. Mas antes de falar da fonte romance histórico, e de sua importância para a ressignificação e publicização da história deste espaço, cabe, rapidamente, apontar para a trajetória de estudos que leva à opção por este objeto de pesquisa.

Em 2002 publiquei a obra *Os senhores da terra: produção de consensos na fronteira (Oeste do Paraná, 1946-1960)*. A partir de vasta pesquisa documental em torno das narrativas e das práticas colonizatórias empreendidas pela Industrial Madeireira Colonizadora

Rio Paraná, MARIPÁ, analisei e problematizei a disseminação de imagens, de versões e de sentidos que identificavam esta empresa a um modelo racional e patriótico de ocupação e de colonização do território. Forjou-se uma história que se tornou consensual, replicada por meio da imprensa, na qual predominam narrativas que concedem sentido heroico e civilizador às ações de companhias colonizadoras e de empresários de terras⁴³ enquanto artífices do desenvolvimento regional. Nas narrativas elaboradas pelos dirigentes desta empresa⁴⁴ (e de outras que atuaram no Oeste do Paraná), em que buscam identificar a região, que a inventam, que a classificam, destacam-se, em tom jubiloso, a racionalidade do empreendimento, pautado na busca constante pelo progresso e pelo desenvolvimento que resultaram, segundo estes artífices, da seleção humana empreendida, que alocou ao território “o melhor tipo de colono do Brasil”, o eurobrasileiro, cujo heroísmo prático, por meio do trabalho obstinado, é alardeado aos quatro ventos sob o rótulo do pioneirismo. Esta versão oficializada da história, disseminada por meio de uma historiografia oficial e até mesmo acadêmica, em monumentos em praças públicas, em nome de ruas e cidades, nos museus, etc., é constantemente reatualizada em manuais escolares e por meio de narrativas oficiais, em especial em momentos de festividades cívicas municipais.

Nesta invenção estereotipada da ocupação e do povoamento do Oeste do Paraná, os conflitos agrários ou estão escamoteados ou sintetizam capítulos que os identificam a um passado longínquo de

⁴³ Para exemplificar esta afirmação, atentar ao papel atribuído, por exemplo, a Alfredo Pascoal Ruaro, dirigente e dono de empresas de colonização, como a MARIPÁ e a Pinho e Terras, cujo nome ainda hoje é referenciado pelos órgãos oficiais como desbravador e fundador de cidades no Oeste do Paraná. Consultar: <https://www.gazetadopovo.com.br/curitiba/falecimentos/alfredo-paschoal-ruaro-desbravador-do-oeste-paranaense-9fls2hp4esogp8ukp11ibf99x/> http://www.integracaotoledo.com.br/noticia/618-aos_102_anos_falece_o_fundador_de_cidades_alfredo_ruaro.html

⁴⁴ Esta visão da história pode ser compreendida por meio do estudo dos relatórios de prestação de contas das companhias colonizadoras; de seus planos de ação; da propaganda que promoviam e publicavam em jornais; das falas oficiais; dos livros encomendados, etc.

barbárie, onde predominava um ambiente de insegurança pública superado pela ação civilizatória conquistada com a chegada das empresas colonizadoras⁴⁵. Os índios, os caboclos, os posseiros, os grileiros de terras e os jagunços que por todo o Paraná – e Brasil – se fizeram presentes, nesta região de sentidos construídos pelos dirigentes das colonizadoras e replicados pelos órgãos oficiais não tem visibilidade histórica nem protagonismo.

No entanto, no imaginário social em torno da constituição histórico-social do Oeste do Paraná, em especial entre os primeiros colonizadores que se estabeleceram na região, predomina outras percepções e sentidos que, se não se mostram contrárias àquelas construídas e disseminadas pelas empresas de colonização, ao menos colocam interrogações sobre as versões publicadas. Neste imaginário, os litígios de terras, as grilagens e o protagonismo de jagunços e de posseiros são temas recorrentes e que destoam das caracterizações “harmônicas” edificadas pelos representantes das colonizadoras. Este contexto contraditório que envolveu a ocupação e a colonização do Oeste do Paraná, é sintetizado por Priori et al.:

Diante da miríade de conflitos que envolve a posse de terras, podemos dizer que a colonização do Oeste do Paraná ocorreu de forma ‘irregular’. A ‘propriedade’, ‘posse’ e ‘titulação’ se tornaram questões importantes para a efetiva colonização dessa região. Tamanho interesse por terras no Paraná ocorreu num momento em que a questão agrária, principalmente da reforma agrária, estava no centro de uma discussão nacional.

⁴⁵ O historiador Paulo Koling aponta para esta problemática do forjamento de uma história dualista na interpretação em torno das disputas agrárias no Oeste do Paraná. Segundo ele: “O que chama a atenção desta abordagem é o seu fundamento dualista que reproduz, consciente ou inconscientemente, o contraponto entre barbárie (sem lei) e a civilização (lei do Estado)” (KOLING. 2009, p. 239). Ou seja, uma história pautada num antes e num depois da presença do Estado. Essa leitura também é oportuna para a compreensão dos sentidos oficiais construídos em torno da presença e da atuação de colonizadoras na região. Nesta linha interpretativa oficializada, as empresas não apenas exploraram o mercado da madeira e de terras, elas trouxeram a ordem, a civilidade e o progresso, sentidos que fazem entender o porque de serem identificadas como sendo o próprio Estado, a lei.

Havia o desejo dos posseiros de permanecerem na terra, os interesses maiores das empresas colonizadoras, a questão da ilegalidade da terra ocupada e também o direito de quem já havia pagado pela sua terra, além das disputas nos tribunais estaduais e federais em torno das denominadas terras devolutas. Todos esses interesses, muito contraditórios, se chocavam e acabavam inevitavelmente gerando conflitos, muitas vezes intensos e violentos. (PRIORI, et al, 2012, p. 87)

Recentemente, no campo acadêmico, tem surgido estudos⁴⁶ que auxiliam na desconstrução desta versão que se tornou a oficial. Os conflitos agrários se tornaram importantes objetos de pesquisa, revelando novas dinâmicas sociais e a presença de inúmeros outros personagens que não apenas o seletivo grupo de imigrantes descendentes de italianos e de alemães. Embora esta historiografia revisionista consiga lançar luz a novas problemáticas relacionadas, em grande medida, aos conflitos agrários ocorridos na região – em especial por meio do estudo de processos judiciais –, a carência de documentação e mesmo de testemunhos históricos que queiram falar sobre a temática inibe novas tentativas de interpretação. No entanto, no escopo de contribuir com a desconstrução desta invenção oficializada do Oeste do

⁴⁶ Dentre os inúmeros trabalhos já publicados, recomenda-se para leitura: MYSKIW, Antonio Marcos. **Colonos, posseiros e grileiros: conflitos de terra no Oeste paranaense (1961-66)**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação Interinstitucional em História UFF/UNIOESTE, Niterói, 2002. CRESTANI, Leandro de Araújo. **Conflitos agrários e mercado de terras nas fronteiras do oeste do Paraná (1843/1960)**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo-Pr. 2012. ROMPATTO, M. **Piquiri: “O Vale Esquecido” - Memórias da Luta pela Terra, em Nova Aurora, Paraná, desde os anos 50**. São Paulo, 165 f. Dissertação (Mestrado em História) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1995. CHAGAS, Mayara da Fontoura das. **Narrativas de colonos e posseiros na luta pela terra: a (re)criação da memória da revolta de Três Barras do Paraná, 1964-2014**. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2015. ADAMY, Irene Spies. Terra, disputa e memória no oeste do Paraná. In: BRCARDO, D.; DEBIASI, R.; ORBEN, T. (Orgs.). **Terra e memórias: vivências, conflitos e conquistas no(s) rural(is) do Brasil**. Porto Alegre: Editora Fi, 2018. BORITZA, Rita. **Assis Chateaubriand: História e Memória**. PDE-SEED/ UNIOESTE, 2009.

Paraná, de romper com essa lógica identitária, busco em fontes híbridas outras possibilidades de interpretação histórica, em especial apontando para as memórias dos conflitos agrários e a presença e a atuação de jagunços⁴⁷ nesta região de sentidos.

Em artigo recentemente publicado na Revista Maracanan⁴⁸, intitulado *Polícia versus jagunços no Oeste do Paraná: os poemas de Joaquim Alves da Silva como memória dos conflitos agrários (1960-70)*, iniciei estudos na tentativa de analisar as representações construídas em torno da presença e da atuação de jagunços nos conflitos agrários ocorridos na região. Na literatura – poesia com características do cordel – produzida por Silva se destaca os inúmeros conflitos agrários que foram intermediados pela ação de agentes policiais – o próprio autor foi soldado da polícia militar – contra jagunços e posseiros. Embora busque transformar os militares em heróis civilizatórios da região, defendendo uma perspectiva dualista da história (antes da polícia chegar o que predominava era a barbárie, depois da ação da polícia se estabelece a civilidade), esta fonte se mostra rica ao evidenciar histórias e sujeitos até hoje pouco consideradas pela historiografia, dimensionando significativo volume de agitações criminosas que ocorriam em diferentes partes do território. A obra de Joaquim Alves da Silva contribui para a problematização da história produzida em torno da região, em especial por fornecer, ironicamente (por se tratar de um policial em serviço), um contraponto à história oficial e a grande parte da historiografia, que difunde perspectivas harmônicas e escamoteia os conflitos, em especial os litígios de terras e a presença de jagunços e posseiros.

Dando continuidade a este projeto, invisto, neste texto, na problematização de outra fonte literária, intitulada *Carangola, saga de*

⁴⁷ Sobre as especificidades da história da presença e da atuação dos jagunços no Oeste do Paraná são poucas pesquisas realizadas até o momento. O que existe são estudos, como os já apontados em nota anterior, em torno dos conflitos agrários e que tratam do jagunçismo de forma indireta. Nesse sentido, busca-se, a partir de registros híbridos, maiores possibilidades de problematização histórica destes sujeitos.

⁴⁸ Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/50198/36877>

um jagunço. Trata-se de um romance histórico de Carlos Valmor Bazanella⁴⁹, publicado em 2007, em Curitiba, pela Editora Interage. Nesta obra, o autor busca retratar a saga dos jagunços em um período em que diferentes disputas agrárias aconteciam no interior do Paraná, mais especificamente entre os municípios de Cascavel⁵⁰ e Nova Aurora, entre os anos de 1940 e início dos anos de 1970⁵¹. Bazanella dá protagonismo aos jagunços. Caracteriza-os assim como caracteriza o território, onde a luta pela posse definitiva se constitui em tema central. Para isso, como personagens não menos importantes, o autor traz à tona a figura do grileiro e do empresário de terras, cuja combinação da ganância com boas relações políticas torna-os senhores da terra. Nesta trama não há espaço para heroísmos oficiais. O que se revela são anti-heróis que se colocam acima de tudo e de todos na disputa pela propriedade da terra e pelo poder.

Importante registrar que Bazanella, antes de ser romancista, é historiador. Desenvolveu pesquisas e publicou livro de história em torno da formação de Nova Aurora-Pr, intitulado *Nova Aurora: sua história e sua gente*, em 1984. Acredita-se que sua trajetória de vida aliada ao campo de estudos em torno da história da formação histórico-social do Oeste do Paraná, lhe proporcionaram elementos sensíveis e críticos para retratar, por meio de uma narrativa híbrida, as complexidades da formação fundiária em partes do território, auxiliando ainda mais na revisão e na publicização da história deste espaço. Bazanella é historiador romancista que produz – o que poucos historiadores podem fazer – uma obra de cunho poético, ou seja, uma ficção histórica.

⁴⁹ Carlos Valmor Bazanella (1961-) é escritor, jornalista, biógrafo e historiador. Foi Diretor e Editor da revista *Caçara* de Curitiba e também é autor de **Nova Aurora – Sua História, Sua Gente**. Nova Aurora: Tatiane, 1984.

⁵⁰ Para compreender as especificidades da ocupação e da exploração de terras em Cascavel, consultar: PIAIA, Vander. **Terra, sangue e ambição: a gênese de Cascavel**. Cascavel: Edunioeste, 2013. CORDEIRO, Anselmo. **Ninho de Cobras**. Cascavel/PR: Editora Independente, [198-].

⁵¹ O município de Nova Aurora foi criado em 1967, com território desmembrado de Cascavel e de Formosa do Oeste.

É por meio de uma narrativa híbrida que o romancista histórico representa a experiência humana do jaguncismo no Oeste do Paraná. A busca do sentido de verdade é perseguida por Bazanella a partir da articulação de visões dos dois campos interpretativos, da história e da literatura, ambos produtos de linguagem. Na junção híbrida que promove, o que se destaca é a sobreposição de diferentes visões sobre um mesmo objeto histórico. Como destaca Thiana Cella et al.:

No panorama contemporâneo, os estudos sobre a produção de romances históricos apresentam-se como uma importante alternativa de possíveis informações sobre o passado histórico, além de munir-nos dos aspectos da geografia, dos mitos, lendas e crenças locais, bem como dos aspectos ideológicos vigentes à época que o romance escolhe ressignificar. Desse modo, por ser frequentemente motriz de reflexões sobre o passado de um grupo, lugar ou acontecimento histórico, as narrativas híbridas de história e ficção também são capazes de providenciar a compreensão mais acurada do processo de formação da sociedade, bem como da substância intrínseca de nossas identidades e sua afirmação, já que essa escrita, na atualidade, não está mais atrelada às exigências do poder vigente. (2020, p. 171,72)

O romance histórico, em especial de produção contemporânea, desatrelado às exigências do poder vigente, pode colocar em xeque as identidades e seus processos de afirmação. Assim, não é apenas enquanto meio de publicização da história que as escritas híbridas são importantes. O romance histórico se constitui fonte privilegiada enquanto capacidade representacional, capaz de promover compreensão mais acurada da sociedade. Ou seja, a sobreposição de diferentes visões e a riqueza de discurso são aspectos relevantes deste gênero literário.

Sabemos que a literatura e a história compartilham da sua constituição e condição discursiva. Ambas são formadas, em sua essência, por narrativas nas quais ocorrem as representações da experiência humana, as quais têm a categoria de tempo como eixo estruturador. Diferenciam-se,

entretanto, pela pretensão ao reelaborar o fato relido: enquanto o discurso histórico pretende alcançar a veracidade, o discurso literário busca, em algumas de suas criações, pela verossimilhança, já em outras, procura demonstrar a possibilidade de múltiplas perspectivas, revelando que história e ficção são produtos de linguagem, discursos produzidos sob distintas intenções. As múltiplas possibilidades de criação literária, no entanto, permitem ao texto ficcional transportar elementos factuais, reflexivos e críticos, tecer relações com o discurso histórico oficial sem deixar de serem consideradas obras de ficção. (CELLA et al., 2020, p. 171)

História e ficção são produtos da linguagem. No entanto, a verossimilhança e a possibilidade de narrar por meio de múltiplas perspectivas fazem da criação literária um instrumento de reflexão e de crítica. O romance histórico e a história não são narrativas análogas, mas apresentam muitas semelhanças na recuperação dos fatos e dos personagens do passado. No entender de Fleck:

Há grande semelhança entre a tarefa do historiador e do romancista histórico na recuperação dos fatos e personagens do passado, uma vez que a matéria que utilizam – embora de maneiras diferenciadas –, são os feitos que aí se produziram e que geraram conseqüências que se estendem até nossos dias. Suas investigações podem levá-los a visões diferentes, mas ambos procuram refletir sobre a natureza do homem, sobre o passado que o conduziu ao nosso presente. Por mais distintas que sejam as suas interpretações, os dois acabam produzindo a narração de uma história, uma reconstrução do passado que não está alicerçada somente nas fontes históricas, mas também no modo subjetivo de selecionar e ordenar as informações adotadas tanto pelo historiador como pelo romancista. (2017, p. 225-226)

Fleck argumenta que embora historiador e romancista tenham a natureza humana como objeto de reflexão, diferentes visões podem ser construídas a partir das fontes analisadas, em especial, pelo modo subjetivo de interpretar as informações. Por sua vez, o historiador

romancista Honor (2021 – s/p) entende o romance histórico enquanto constituinte da memória social, o que faz deste registro fonte documental também para historiadores.

Literatura e História unem-se espontaneamente na formação da memória social. Assim como nem todo relato histórico consegue ultrapassar o círculo de seus pares, tornando-se parte do debate social, nem toda literatura consegue alcançar impacto social. Contudo, vale ressaltar que é a possibilidade da narrativa ficcional se tornar parte da memória social que conduz o romance à coletânea de fontes documentais pelas quais os historiadores podem caminhar.

No uso que a história faz da literatura, é preciso levar em consideração que o texto literário fala “da realidade do imaginário de um determinado tempo, deste real construído pela percepção dos homens, e que toma o lugar do *real concreto*” (PESAVENTO, 2003, p.40). Fundamentado no campo interdisciplinar entre a história e a literatura, objetivo entender e analisar a visão de história que Carlos V. Bazanella constrói por intermédio do estudo de sua obra literária: Como sua narrativa caracteriza o espaço regional do Oeste do Paraná? Quais sentidos e percepções são colocados em evidência? Que histórias são apresentadas e de que forma elas se constituem enquanto registro crítico deste tempo? De que forma o autor caracteriza os jagunços?

Como será visto, *Carangola: saga de um jagunço*, de Bazanella auxilia no desvendar de capítulos terríveis da história da constituição territorial e populacional no Oeste do Paraná, mais precisamente da região de Nova Aurora-Pr⁵². Como aponta Paulo Afonso Gonçalves (2007, p. 07) em nota introdutória ao romance: “nenhum outro autor

⁵² As pesquisas realizadas pelo historiador Maurilio Rompatto são fundamentais para entender os sentidos dos conflitos agrários ocorridos na região de Nova Aurora. Atentar para: ROMPATTO, Maurilio. Conflitos agrários no oeste do Paraná - O caso do “Grilo Santa Cruz” na colonização de Nova Aurora (1952-1958). *ANALECTA*, Guarapuava, Paraná v.15 n. 1 p. 11 - 24 Jan./Jun. 2014/2016. ROMPATTO, M. **Piquiri: “O Vale Esquecido” - Memórias da Luta pela Terra, em Nova Aurora, Paraná, desde os anos 50**. São Paulo, 165 f. Dissertação (Mestrado em História) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1995.

estaria mais habilitado a descrever a saga dos jagunços que permearam de lutas e sangue o solo arroxeadado do Oeste do Paraná. Sim, porque Bazanella é cria desse lugar e foi testemunha dos atos ali perpetrados e fatos ali ocorridos”.

2. Grileiros no oeste do Paraná: terra e poder

O sertão do oeste do Paraná, que compreende grande parte dos vales dos rios Piquiri, dos Porcos, Melissa, Iguaçuzinho, Central, Jesuítas, dos Padres, Hong kong e Verde, estendendo-se por uma faixa de quase uma centena de quilômetros, desde o rio dos Porcos até o rio Verde, de outra centena do rio Piquiri ao rio Central Santa Cruz, é único. [...] Em nenhuma parte do Paraná ou mesmo do imenso Brasil se haverá de encontrar terras de tamanha fertilidade e mataria tão abundante de pau de lei. É um mundão de chão, com face homogênea. São nada menos do que quatro mil quilômetros quadrados de terra roxa, cobertos por uma das mais ricas e exuberantes vegetações do planeta. (2007, p. 21, 22).

Bazanella narra aos leitores um lugar paradisíaco. Descreve pormenorizadamente o ambiente, a flora e a fauna, sempre realçando suas infundáveis belezas e riquezas naturais. Mais importante, esse lugar não está vazio, embora seja nomeado como sertão, Bazanella identifica diferentes posseiros já estabelecidos, que chegaram ainda antes de 1940, por diversos motivos, em especial o de conquistarem um pedaço de terra que acreditavam ser devoluta. Segundo Bazanella:

No primeiro lustro da década de 1940, tanto no Sul como no Norte do Brasil, a fama da terra roxa e fértil descoberta no Oeste do Paraná corria de boca em boca. Afirmavam os mais entendidos que era o solo mais rico do país e estava lá, para quem quisesse. Era só chegar e tomar posse do tanto de chão que pudesse demarcar. [...] Muita gente, por esse tempo, com as notícias daqueles que vinham à frente, largou quase tudo para trás e se atirou na aventura de conquistar o Oeste bravo. Gente de todos os tipos, desde simples lavradores, de poucos recursos, até ricos fazendeiros e loucos aventureiros, fustigada pela tentação de conhecer as ricas terras devolutas

que diziam existir resolveu tentar a sorte e uma nova vida no sertão paranaense. [...] Sabiam apenas que a tal Nova Canaã ficava no Oeste do Paraná – mais precisamente no Médio Oeste. (2007, p. 55,56)

A fama da qualidade da terra roxa e a possibilidade de se transformar em proprietário dela por meio da posse, atraía gente de todos os tipos ao Oeste paranaense. Na representação inicial deste espaço, ainda em 1940, Bazanella o descreve como bravio, ou seja, como um lugar não civilizado, feroz, selvagem. Um sertão, no entender do autor, distante dos centros urbanos e ainda pouco povoado, o que implicava numa vida árdua para os posseiros, pelas dificuldades e necessidades que tinham ao se instalarem no meio da mata. Considerando o imaginário religioso dos posseiros e demais colonos atraídos para este médio Oeste, Bazanella expressa a idéia do lugar como uma Nova Canaã, ou seja, como sendo o lugar da terra prometida por Deus ao seu povo. Neste espaço:

Não demarcavam grandes áreas, apenas o que julgavam necessário a pequenos sítios, respeitando religiosamente as divisas dos futuros vizinhos. Auxiliavam-se mutuamente nas necessidades e apertos. Não raro reuniam-se em mutirões para roçadas, derrubadas, coivaradas e formação de plantações. Não eram ambiciosos e se contentavam com o pedacinho de chão que podiam cuidar e fazer produzir. Trocavam impressões, mudas de arvoredo e sementes. Viviam em paz. (2007, p. 56)

Essa realidade “harmosiosa”, no entender de Bazanella, existia apenas no início da colonização. “Depois apareceram aqueles que se diziam donos das terras, que tinham papéis – os grileiros – e com eles exércitos de jagunços, gente sem alma; de armas e fama; de ruindade desmedida” (2007, p. 57). Segundo o autor, isto ocorre no momento em que a região foi “descoberta”. Ou seja, quando a fama da fertilidade do solo passa a ser noticiada: “levas e mais levas de agricultores, lavradores, especuladores, grileiros, aventureiros e criminosos foragidos da lei passaram a ocupar a área” (2007, p. 19). Portanto, as

terras que se acreditavam inicialmente devolutas, rapidamente passaram a ter vários donos. Neste cenário de disputa, o grileiro se transforma no personagem chave dos conflitos. Segundo o autor:

Grileiro de terra é a pior praga de gente que existe neste mundo. Vivente da pior espécie. Sanguessuga. Raça do diabo. E essa desgraçada calamidade medrava no sertão Oeste do Paraná. Vinha de tudo quanto é lado, infestava o lugar. Gentinha daninha e sem escrúpulos, desprovida de princípios ou conhecedora da palavra honra. Laia de covardes, vermes miseráveis, com serventia só para o mal, para o logro e a desgraça. Chegavam rodoados de jagunços, com papéis frios, Como se fossem os donos da terra e colocavam os posseiros para correr. Quem resistia, pagava com a própria vida. A única lei que existia, era a lei do mais forte. A lei da carabina e do 38. (2007, p. 59).

Bazanella é enfático na representação pejorativa que constrói para caracterizar os grileiros de terra no Oeste do Paraná. *Pior praga, pior espécie, sanguessuga, raça do diabo, inescrupulosos e sem honra*, são algumas das inúmeras definições de que faz uso ao longo do romance sempre que tenta definí-los. O aparecimento destes sujeitos na região, acompanhados pelos jagunços, se transforma num divisor de águas na história da ocupação do território. Se antes os posseiros viviam em harmonia, auxiliando-se mutuamente, agora, com a presença de empresas colonizadoras e de grileiros, o cenário é de desagregação e de violência desmedida. Da ideia original de uma Nova Canaã, a região passa a ser identificada pela presença e atuação diabólica dos grileiros e seus jagunços que promovem *uma guerra em pleno sertão*. Neste contexto:

Os grileiros – gente preposta de políticos e altas figuras do governo – contratavam peões e jagunços, alugavam máquinas para abrirem estradas e demarcavam grandes glebas. Abraçavam – por assim dizer – o mundo com as mãos. Atropelavam tudo e todos. Negociavam imensas áreas. Aventureiros e criminosos, que procuravam se esconder da justiça, transformados em jagunços, alugavam-se Como

capangas para grileiros e fazendeiros. Outros tantos, já de ofício, vinham com o propósito único de se alugarem Como jagunços. Estava aviada a receita explosiva. (2007, p.19, 20)

Na representação de Bazanella, a história da ocupação do território está polarizada entre agricultores posseiros de um lado e, de outro, grileiros e empresas colonizadoras.

Papéis das mais variadas Origens e feitura, com carimbos e firmas de um rol de cartórios – em sua totalidade no mínimo suspeitos – serviram de combustível para a deflagração de uma guerra em pleno sertão. De um lado estavam os agricultores que, com a nova situação passaram a ser posseiros e de outro lado os grileiros e as empresas colonizadoras. Maracutaias e ‘caxixes’ feitos em cartórios da capital do Estado, à revelia das autoridades, legitimavam as propriedades em favor dos grileiros e das colonizadoras. [...] Longe dos tribunais e juízes, a questão foi para as armas. (2007, p. 20).

Bazanella historiciza os acontecimentos que ocasionaram as disputas, contextualizando aos leitores as especificidades da região. Sua preocupação não está em colocar em evidência os posseiros, os colonos ou os agricultores alvos da truculência e da violência. Na história que passa a narrar, desconhecida para grande parte dos contemporâneos, mas que ainda permanece na memória de muitos que viram e que viveram neste contexto, dimensiona os métodos fraudulentos e criminosos que atendiam aos interesses dos grileiros de terras. Bazanella, Na tentativa de mostrar como estes se tornaram os senhores da terra, coloca em relevo suas ambições e práticas.

Os grileiros, peste daninha que infestou o Oeste do Paraná, foram os que mais tiraram proveito das terras devolutas que se estendiam por mais de quatro milhões de metros quadrados da mais rica e fértil terra do Estado do Paraná. Geralmente eram prepostos de ilustres figuras, especuladores abastados ou políticos corruptos. Apareciam com papéis e escoltados por dezenas de jagunços e iam se apossando de tudo, como uma avalanche avassaladora. Vendiam terras que não lhes

pertenciam e expulsavam colonos que, pelo direito de posse, eram os legítimos proprietários. Sob o manto de uma justiça que não chegava ao sertão – mas que à distância era pelos grileiros – faziam e aconteciam. (2007, p. 60)

Na região que Bazanella faz compreender, o grileiro é um invasor. Expulsa os colonos que seriam os donos legítimos. Bazanella acusa também a ausência de justiça local, uma vez que as questões eram resolvidas à distância, na capital, favorecendo os grileiros. Nesse sentido, o grileiro é entendido Como um criminoso que tira proveito da situação na medida em que está protegido por ilustres figuras, como por políticos corruptos⁵³. Na trama construída, o grileiro não está sozinho. De um lado tem o apoio de políticos inescrupulosos e de especuladores abastados, ou seja, os empresários de terras. Bazanella, neste ponto, faz do romance histórico um documento que, embora não revele os nomes fidedignos dos empresários de terras e políticos envolvidos, se transforma em texto de denúncia, na medida em que dá sentido histórico às suas práticas que entende como criminosas⁵⁴. Acima de tudo porque, de outro lado, para que seus planos e desejos pudessem se concretizar, um personagem chave se transforma em protagonista central da trama: o jagunço.

⁵³ Como exemplo, destaca-se o caso de Moysés Lupion, governador do Paraná por dois mandatos (1947-1951 e 1956-1961), envolvido em muitos litígios e conflitos de terras, em especial no Sudoeste do Paraná. No Oeste, foi um dos proprietários da Imatar (Industrial Madeireira Paraná) que atuou em Cascavel. Também se envolve nos litígios de terras em Nova Aurora, por meio das disputas com a colonizadora União D'Oeste. Consultar: VAZ, Raul. **Moysés Lupion – a verdade**. Curitiba: Publicações Paratodos, 1986. ROMPATTO (2016).

⁵⁴ Paulo Afonso Gonçalves em texto introdutório ao romance afirma que: “Ao ler os originais da obra, percebi que estão patentes personagens sutis que o autor – talvez por discrição ou mesmo por pura picardia – optou por deixá-los ocultos, porém com um leve miragem exposta como simples fantasmas, ficando ao limite das sombras com aparições esporádicas. O livro bem poderia ostentar em seu frontispício, ao invés de ‘... qualquer semelhança com fatos e personagens da vida real, terá sido mera coincidência...’, conter – como em filmes americanos: ‘... este livro foi baseado em fatos da vida real...’, e só. Teríamos, então, uma obra mista de ficção e não ficção. [...] Conclui-se, então, que neste romance, há de se encontrar, não somente uma obra ficcional e histórica, como também um rico material didático, de interesse cultural e educativo” (2007, p. 06).

Os jagunços estavam por toda parte. Podiam ser contratados por diferentes fazendeiros⁵⁵ que admiravam e, ao mesmo tempo, temiam a ação destes, na medida em que podiam também serem seus próprios alvos. Bazanella descreve este ambiente exemplificando aos leitores uma das práticas mais utilizadas pelos jagunços: a tocaia. No fragmento abaixo, esta prática é motivo de pânico, mesmo entre os próprios grileiros. Sérgio Vareja é o personagem que sintetiza este sentimento:

Apesar de sempre estar escoltado por uma Malta dos mais temidos e experientes jagunços, Sérgio Vareja evitava ir à fazenda temendo tocaias. Sabia que tinha muitos inimigos e a maioria deles desconhecidos. Prejudicara muita gente. Ele sabia – e sabia muito bem – Como era fácil montar uma ‘espera’ nas curvas das Estradas ou nos vãos dos Rios. Ele próprio idealizara um sem número delas. Uma árvore atravessada no meio da Estrada, um atoleiro no vão ou mesmo um carro quebrado, obrigava até mesmo a um caminhão parar. Três ou quatro bons atiradores, bem posicionados na mata, atrás de troncos ou tocos, faziam o maior estrago. [...] Quem estava amoitado na mata via muito bem quem estava na estrada. (2007, p. 61).

Na trama construída por Bazanella, Sérgio Vareja se destaca como exemplo de grileiro ambicioso, invejoso e inescrupuloso:

⁵⁵ A fim de caracterizar este ambiente de negociata entre “proprietários” e jagunços na região de Cascavel, destaca-se uma fala de Elio Willy Fauth, de 1960. Segundo este: “– Tiroteios entre jagunços e posseiros eram quase que diários. Nunca entre pistoleiros e policiais, pois os primeiros eram como que auxiliares dos segundos. Normalmente hospedados em hotel, os proprietários comentavam entre si a necessidade de fazer com que suas terras fossem desocupadas com rapidez, pois tinham um bom negócio em vista. Não por acaso, aparecia alguém, sempre vestindo um casaco de couro e que se introduzia na conversa, dizendo que conhecia uma pessoa que poderia resolver o problema, mas que o assunto deveria ser resolvido reservadamente. A sós, o homem do casaco de couro – evidentemente um pistoleiro ou chefe de jagunços – perguntava ao dono da terra se a sua “carteira tinha ouvido a conversa”. Fechava-se o negócio da desocupação da terra. Passados alguns dias, o proprietário podia levar o eventual comprador para uma vistoria em que não era encontrado nem intruso nem rancho”. SPERANÇA, Alceu A. **Jornal O Paraná**, seção dominical *Máquina do Tempo*. s/d. Disponível em: https://pt.wikisource.org/wiki/Nossa_hist%C3%B3ria Acessado em Janeiro de 2021.

Em conluio com o deputado Souza e Silva ‘esquentara’ papéis, ainda no início da ocupação, abocanhara grande parte do sertão oeste. Em parte, com a conivência do ‘sócio’, em parte à revelia. Dizem que mandou matar muita gente, que engordou o Piquirizão com carcaças humanas. Logo se tornou poderoso e temido. [...] Tinha muitos jagunços e esperteza de sobra. (2007, p. 60).

Assim, em questão de anos, a sociedade entre o grileiro e o deputado fez triplicar o patrimônio. “Os lucros com a Companhia Colonizadora no Oeste se transformavam em novas propriedades no Norte do Paraná, apartamentos na Capital e fazendas de gado no Mato Grosso” (2007, p. 65).

Bazanella ajuda seus leitores a entenderem o funcionamento do sistema de grilagem que ocorria no Oeste do Paraná. Evidencia a corrupção política e a prática da violência como formas de apropriação de terras. Aponta, também, para o destino do dinheiro adquirido no negócio. Nessa representação da história da ocupação do Oeste, muitos heróis desbravadores são, na verdade, criminosos. São anti-heróis, egoístas e ambiciosos por mais terras e poder.

Na história retratada por Bazanella, esta ambição fez com que Vareja invejasse tomar a posse de outra fazenda, de João Custódio, personagem que representa o lado do fazendeiro que chegou na região ainda antes das companhias colonizadoras e que fixou residência e formou comunidade. Bazanella exemplifica aos leitores, a partir deste caso, como o grileiro atuava no local. Primeiro, infiltrava gente sua entre os trabalhadores de João Custódio, para saber de sua rotina e segurança. Depois, junto a um deputado na capital, levantava a vida pregressa do oponente, a fim de saber quais eram os seus laços de parentesco. Por fim, para não levantar suspeitas, precisava contratar um bom pistoleiro de fora: “alguém que nunca fora visto nas redondezas e que nunca mais seria visto depois” (2007, p. 62). Para que tudo isso desse certo, precisava contar com “o apoio, cobertura e respaldo do deputado Souza e Silva” (2007, p. 63), seu sócio. Na trama construída por Bazanella, é o deputado quem dá a indicação do jagunço a ser

contratado, na medida em que este já lhe prestara serviço em outras ocasiões.

Mas negócio é negócio e sociedade é sociedade. Meio a meio. Então não foi isso o combinado!? A cada um cabia a sua parte. Vareja cuidava da jagunçada, se ocupava da limpeza das áreas e vendia as terras. A ele, na Capital, cabia cuidar da papelada, arranjar-se com os cartorários, tapar a boca dos deputados, molhar a mão de importantes diretores de secretarias estratégicas e manter a justiça e a polícia longe de tudo. Isso sem contar que muitas vezes se obrigava a acalmar os ânimos do próprio governador, que já estava de olho nos negócios. Arriscava o mandato e o próprio prestígio! (2007, p. 66)

Bazanella, ao reconstituir este ambiente, demonstra que esta relação entre grileiros e políticos nem sempre era harmoniosa, levando em conta os interesses de cada um dos envolvidos. No caso do deputado, este já pensava na próxima eleição. O que lhe colocava a questão de conseguir eleitores. Neste ponto, Bazanella faz os leitores entenderem as articulações políticas buscadas pelo deputado no momento que antecede eleições. Precisa conquistar novos eleitores para sua reeleição. Inescrupulosamente trama com João Custódio, alvo de Vareja.

No Norte estava com o prestígio um tanto quanto abalado. A oposição estava batendo forte quanto ao inexplicável crescimento de seu patrimônio e até falava de seu envolvimento em ‘caxixes’ e grilagem de terras no Oeste. Uma aliança com João Custódio, que gozava de grande conceito junto aos posseiros e colonos da região Oeste do Paraná, significava muito mais votos do que precisava para a reeleição. (2007, p. 66, 67)

No decorrer da trama, Bazanella exhibe os passos do deputado, sua viagem pelo interior até chegar à fazenda de João Custódio, a tentativa de persuadí-lo em prol do seu interesse, revelando os planos de Vareja em lhe atacar por meio da contratação de um jagunço. Nesta história todos parecem jogar. Ambição e poder movem os personagens

– grileiros de terras, aventureiros, políticos corruptos e jagunços impiedosos – que buscam por meio da violência imporem a lei do mais forte. Bazanella recria um ambiente no qual as tramóias, as traições, as rivalidades, a violência e a persuasão são rotineiras “num sertão hostil e traiçoeiro, dominado por grandes interesses econômicos e por aventureiros que nada tinham a perder” (2007, p. 10).

Neste contexto de grandes interesses econômicos, Bazanella trás à cena o papel das companhias colonizadoras, como aquela gerenciada pelo grileiro Vareja, mas também de outras que se estabeleceram na região e que se tornaram concorrentes. É o caso da Colonizadora União⁵⁶ de propriedade do Comendador Fonseca:

A Colonizadora União era a maior empresa de toda a região. Tinha papéis de uma área de cerca de 90 mil alqueires paulistas de terra [...] constituindo-se na maior de todas as glebas do Médio Oeste. Há cinco anos se instalara na região, iniciara a formação de duas fazendas: Eldorado e Rio Melissa. Na Fazenda Eldorado estava a base e o escritório. No povoado de Novo Tupãssi, cerca de doze léguas dali, tinha outra base, também uma bela fazenda. Há três anos iniciara a venda de terras. Assim como as demais colonizadoras, tinham em seus limites centenas de posseiros e na folha de pagamento dezenas de jagunços, dos melhores. [...] A maioria dos negócios se fazia pelo escritório da Fazenda Eldorado, onde também estava concentrada a maior parte dos empregados da empresa.

⁵⁶ No romance, Bazanella narra com riqueza de detalhes as armações protagonizadas por fazendeiros, políticos, grileiros e companhias colonizadoras. Embora opte por não nomear fidedignamente as empresas colonizadoras que praticavam os grilos, revela suas relações, seus compromissos, e, o que tinham em comum, a ambição de se tornarem donos de grandes glebas de terra. Mas, para isso acontecer, na prática, precisavam expulsar os posseiros. Jagunços são contratados e um período de intensa violência e truculência é instaurado. Nesta visão da história, a atuação das empresas colonizadoras na região Oeste não sintetiza a chegada da lei e da ordem garantida pelo Estado, ao contrário, o que Bazanella revela é que estas empresas são as responsáveis pela violência desmedida cometida contra posseiros. É o estudo de Maurilio Rompatto que auxilia no desvendar desta história, apontando a Sociedade Colonizadora União D'Oeste Ltda, que chega na região de Nova Aurora em 1952, como uma das protagonistas das violências cometidas contra os posseiros e demais agricultores já instalados na terra. (2016, p. 01)

[...] De avião [...] o Comendador se transportava da fazenda até o Norte do Paraná e vice-versa e trazia compradores de terra. Os negócios andavam às mil maravilhas, não fossem contados os problemas com os posseiros. (2007, p. 119)

Na história retratada por Bazanella, os posseiros se tornaram um grande empecilho para as colonizadoras⁵⁷. A fim de ter a posse da propriedade da terra, cujos papéis lhes garantiam, contratavam inúmeros jagunços, que faziam a limpeza da área por meio da violência, expulsando ou mesmo assassinando posseiros indesejáveis.

3. Jaguncismo no Oeste do Paraná: a saga de Carangola

Eles existiram de Norte a Sul, de Leste a Oeste. As características, praticamente as mesmas: rudes, frios e impiedosos. Vestiam-se de acordo com os costumes sertanejos da época, em geral como os peões. Nem de longe se pareciam com os lendários *Pistoleiros* do Velho Oeste Americano [...] Esses eu não conheci. Conheci sim – e muito – os nossos jagunços brasileiros. De herói nada tinham, da lei sempre estavam longe (tinham suas próprias leis) e eram o flagelo dos oprimidos. Não se adestravam no saque rápido, mas eram de pontaria infalível. Não se batiam em duelos momoráveis, preferiam a segurança das tocaias. Alugavam seus serviços a políticos, fazendeiros e grileiros de terras. Tinham hábitos solitários, mas não raro se juntavam em bandos para espalharem terror e morte por onde passavam. (BAZANELLA, 2007, p. 09).

Na caracterização do espaço regional que compreende o Oeste do Paraná entre os anos de 1950 chegando até 1980, Bazanella coloca em evidência um território permeado pela presença de inúmeros jagunços. Contratados por fazendeiros e por agentes de companhias colonizadoras, “espalhavam terror e morte por onde passavam”. Na

⁵⁷ Joaquim da Silva, o soldado poeta, denunciou em suas memórias a apreensão de armas e a prisão de jagunços ligados a Colonizadora Pinho e Terras, de propriedade de Alfredo Pascoal Ruaro. Ler: SILVA, Joaquim Alves da. **Como era o sudoeste e porque matei Joaquim Coelho**. J. S. Impressora Ltda. Tipografia e Offset. Palotina-Pr., 1976.

descrição que promove, no qual dá existência e sentido prático a estes sujeitos foras da lei (ou que tinham suas próprias leis), Bazanella auxilia os leitores a entenderem como estes chegaram até a região, revela suas práticas, sobretudo a da tocaia, e o pavor que provocavam, principalmente entre os posseiros. Dentre os inúmeros jagunços presentes no Oeste do Paraná, um deles em especial, o mais afamado e temido, que nomeia como Carangola.

Bazanella busca historicizar aos seus leitores a trajetória deste jagunço de ofício. Desde a infância em Minas Gerais, Carangola, negro e pobre, já era “emburrado com a vida, não passava ainda de apenas um vagabundo” (2007, p. 41). Vagabundo e briguento. Por uma dessas brigas acabou preso, sofrendo dias de humilhação e espancamento na cadeia. Ao sair da cadeia busca a vingança. “Antes dos 18 anos Neguinho – como era tratado Carangola – sem nunca ter ouvido pronunciar o seu nome inteiro, que era José João Silvério, vira assassino” (2007, p. 43). Daí para adiante sua fama só aumenta.

Por conhecer tantas histórias de cangaceiros e cabras valentes que – como ele – por terem sido maltratados e judiados pela vida e pelas circunstâncias, sairiam um dia à forra, inculcara que seria jagunço. Perseguiria seus perseguidores, distribuiria justiça; defenderia os injustiçados, lutaria contra os grandes, crendo no seu íntimo que o seu nome correria de boca em boca e muitas histórias suas seriam contadas em noites de serões ou em torno das fogueiras nos bivates de boiadeiros, nas paradas de tropeiros, nos pátios da fazendas. (2007, p. 42).

Bazanella faz entender que Carangola, a semelhança de muitos cabras valentes maltratados pela vida, saíra pelo mundo buscando fazer sua própria justiça como jagunço de ofício. Com o tempo, depois de promover muitas mortes pelo Brasil a fora, inclusive de policiais, ganha consideração e renome. Passa a ser procurado para fazer serviços à figuras importantes, políticos e outras autoridades, ganhando reputação de jagunço eficiente. Era “paciente e destemido, preciso e tinoso, perspicaz e eficaz, infalível... Falava pouco e fazia muito. Era bem mais do que um simples alugado” (2007, p. 45, 46). Estas características

tornavam Carangola um jagunço singular. Mais do que expulsar posseiro, Carangola era contratado para serviços mais difíceis, contra a vida de outros fazendeiros que se colocavam no caminho dos grileiros.

Na trama composta por Bazanella, a chegada de Carangola ao Oeste do Paraná se dá em dois momentos. No primeiro, aceita um convite do amigo, aventureiro e jogador trapaçeiro João Custódio, para acompanhá-lo no reconhecimento e tomada de posse de uma gleba de terras que ganhou em um jogo de cartas. “Os mapas, constantes no memorial descritivo do título, estavam certos. Era um mundão velho perdido de mata alta. Madeira de lei. Pau de todo tipo. Incontáveis aguadas, rios de águas translúcidas. E, ao fundo, o *Piquirizão* afamado, peixe a dar com o pé. *Uma riqueza!* Mas só mata. Um sertão medonho...” (2007, p. 39). Carangola se considera um alugado de João Custódio, a quem chama, a partir do momento em que virara fazendeiro, de coronel.

A fazenda, primeiro nem imaginada, depois sonhada por João Custódio, tornou-se referência do lugar. [...] Assim que as primeiras levadas de trabalhadores chegaram para a derrubada da mata e a formação das primeiras plantações, frustrada a sua iniciação como jagunço de *ofício*, Carangola vendo sem serventia os seus préstimos para João Custódio, acertou as contas, meteu na mala da garupa os seus teréns e caiu no trecho. Somente muitos anos mais tarde, no clímax dos conflitos pela posse da terra, seu nome outra vez foi ouvido no bravo sertão do Oeste do Paraná. Não como fiel capataz de João Custódio, mas sim como o mais temível jagunço de que deu notícias a crônica do desbravamento do Oeste do Paraná (2007, p. 40).

Neste primeiro momento, Carangola, enquanto alugado de João Custódio, é um amigo que o auxilia na tomada de posse de terras num contexto que Bazanella caracteriza como desprovido de povoamento e de grilagens. Insatisfeito por não poder desempenhar seu ofício de jagunço, decide partir. O romancista faz os leitores acompanharem a trajetória de sua formação de jagunço de ofício:

Depois que deixou João Custódio, no Oeste do Paraná, tocou-se outra vez para o interior de São Paulo. Enfiou-se por pequenos povoados e fazendas. Agregou-se em uma delas, carregou sacas, carpiu roças, derriçou café, conheceu uma caboclinha, enamorou-se dela, quis casar e esqueceu que queria ser jagunço. Rosinha [...] queria só namorar, não tencionava casar. Namorava outros peões, deixou Carangola enciumado, acabrunhado, magoado, enfezado. Corneado, enganado, envergonhado, brigou com o patrão, socou o capataz, encheu a cara, deu tiros e perdeu a arma que nunca chegou a usar. Comeu cadeia, desistiu de amar, resolveu novamente ser jagunço e se vingar. Pegou mais raiva ainda da polícia. Conheceu ladrões e malandros, virou amigo de bandidos, e fascínoras, comprou outro revólver, matou Rosinha e o amante da caboclinha. Fugiu dali, matou mais um homem, recebeu uns cobres pela empreitada e aprendeu a profissão. Matou polícias. Ganhou consideração. Tinha coragem e vocação. Um servicinho aqui, outro ali. E assim foi de eitão. No começo foram empreitadas insignificantes: ora um colono que não concordava com o acerto do armazém da fazenda; ora um peão que começava a dar trabalho para o patrão. Depois um vizinho inconformado com a mudança da cerca; outro por questão de aguada; mais um outro porque, no acerto de contas, fora enganado e roubara uma vaquinha do fazendeiro para dar leite às crianças... E uns tantos outros – muitos outros – que nem nunca soube por que motivos. Serviços melhores apareceram. Figuras importantes, políticos e até mesmo autoridades. O ganho aumentou. Ao cabo de cinco ou seis anos conquistou reputação de jagunço eficiente. Não se dava mais a servicinhos. Só coisa grande. Passou a ter princípios. Virou jagunço de renome. (2007, p. 44,45).

Bazanella historiciza a trajetória de Carangola. Preocupa-se em evidenciar os motivos que o levaram a ser um jagunço de ofício. Relata os trabalhos que realizou e que lhe deram fama e reputação. Na sequência da história de Carangola, este deixa o interior de São Paulo e vai para Mato Grosso trabalhar em fazendas. “Fez das suas. Provou o seu valor. Não tinha sombra. No lugar, a centenas de léguas na redondeza, ninguém que lhe fizesse par. Fez fama” (2007, p. 46). Na saga de Carangola, este deixa Mato Grosso e passa a fazer serviços em

outros estados, Goiás, Bahia, São Paulo, perambulando durante anos por diferentes sertões. Anos mais tarde, Carangola retorna ao Oeste do Paraná, agora como jagunço de ofício, de renome, chegando a mando de deputado em conluio com o grileiro e dono de companhia colonizadora:

Dois meses depois da conversa no gabinete do deputado Souza e Silva, no escritório da *Colonizadora*, em Cascavel, apareceu um negro forte, alto, espadaúdo. Olhar frio e metálico, próprio dos felinos. Adentrando no gabinete, sem cerimônias, tinindo as esporas no assoalho de madeira, dirigindo-se direto à mesa de Vareja, anunciou: - Vim da parte do Doutor deputado Souza e Silva. [...] – Dr. Souza e Silva disse prá procurar o patrão. Disse que tem um serviço para o negro. (2007, p. 75)

Bazanella busca representar o momento em que grileiro e jagunço estabelecem contrato de empreita da morte de um fazendeiro, adversário de Vareja, que ambicionava suas terras. Desclassifica o fazendeiro, e propõem uma tocaia bem feita, que só Carangola seria capaz de fazer:

Sérgio Vareja, percebendo que Carangola não estava gostando do ambiente e do clima, tratou de explicar, à sua maneira, a situação. Disse apenas que um abastado fazendeiro da região, patrão de muitos jagunços, estava se metendo em seus negócios e se apoderando de suas terras. Era um homem perigoso, arguto, Jeito nele, só com uma tocaia bem tramada e sem erros. Que não tinha gente, no lugar, boa suficientemente, capaz para a empreitada. Disse que conhecia a fama de Carangola, seus feitos e que era o homem certo. Não importava o preço do serviço e desfiou um cem fim de elogios à reputação do negro e aos seus *princípios*, etc. e tal. [...] Por fim, para encurtar a entrevista, disse dos hábitos do fazendeiro, que seus informantes haviam falado. (2007, p. 76)

- Uma empreitada danada – resmungou Carangola.
- Um serviço à altura de sua reputação. Quanto vai custar? – perguntou Vareja, de chofre. [...]

- Cem mil cruzeiros. [...]
- Aqui tem os cem mil cruzeiros. Depois do serviço feito, passe aqui e terá mais... [...]
- Uma coisa o patrão não disse ainda.
- Qual?
- O nome do defunto.
- Tem importância?
- Tem não, mas gosto de saber. Sempre rezo uma Ave Maria na intenção do infeliz.
- Coronel João Custódio – disse Vareja (2007, p. 76,77)

No romance histórico de Bazanella os criminosos – grileiros e jagunços – tramam e rivalizam entre si. Nesta história, colonos e posseiros pouco protagonizam. O que predomina é a lei do mais forte. A ganância do grileiro dono de empresa colonizadora Sérgio Vareja e a justiça própria do jagunço de ofício Carangola são colocados em evidência. O primeiro trama para conseguir a fazenda de João Custódio. Para isso acontecer, envolve o recém contratado Carangola num plano mórbido.

O plano era bastante simples. Consistia em Argemiro Torno – assim era chamado o jagunço extremamente alto, excessivamente magro e totalmente torto – e Damião chegarem ao local da tocaia, na fazenda de João Custódio, antes de Carangola. Para isso, seguiriam de *jeep* pela Estrada de Corbélia, passariam na fazenda de Sérgio Vareja, onde tomariam montarias e se postariam na espera. [...] Assim que o jagunço despachasse o fazendeiro, Argemiro Torto e Damião, que estariam de tocaia, acabariam com a raça do negro petulante. (2007, p. 78)

Bazanella revela um plano que tornaria Vareja o novo dono da terra com o mínimo de contestação. Os seus infiltrados na fazenda de João Custódio, ao ouvirem os tiros, correriam junto aos demais moradores da fazenda para ver o que se passava, e o que encontrariam?

Encontrarão o patrão e o jagunço mortos! Argemiro e Damião dirão que eu, desconfiado da tocaia, já que o jagunço esteve em meu escritório fazendo perguntas acerca dele, mandei os

dois para prevenirem João Custódio. Chegaram tarde, mas conseguiram pegar o desgraçado do assassino. Não vai ser fácil aquela gente estúpida engolir a estória, mas disso me ocupo mais tarde. [...] Baixada a poeira dos acontecimentos, Sérgio Vareja – já com os papéis devidamente arranjados – apareceria na fazenda com um bom aparato, apresentaria um contrato de compra e venda devidamente “assinado” por João Custódio [...]. Quem não criasse caso ficaria, quem se metesse a espertinho teria o merecido. (2007, p. 79)

Na representação que Bazanella constrói, a fim de caracterizar a tomada de posse da terra do rival, os jagunços tem papel central. Tudo isso para passar a impressão de que não tinha nada a ver com o assassinato de seu rival. Logo após a “limpeza” do lugar, o grileiro apareceria com papéis “arranjados” afirmando que as terras eram suas. O plano parecia perfeito. Só não contava com a astúcia de Carangola, que percebendo a tocaia que os jagunços de Sérgio Vareja lhe prepararam, consegue se adiantar e, na surdina, elimina os dois jagunços atocaiados.

Na sequência da história, Bazanella promove o reencontro de João Custódio com Carangola. O jagunço revela ao fazendeiro que estava na mira de Vareja, que este estava interessado em tomar as suas terras, e que lhe contratara para isto. Disse também que quando o trapaçeiro do Vareja enviou jagunços atrás dele, quebrara o contrato.

- Mesmo sabendo que a encomenda era eu, aceitou o contrato!
- Não costumo perguntar o nome da encomenda. Qual a diferença? Só fiquei sabendo que era o Coronel depois que tinha fechado o negócio, acertado a empreitada e recebido o pagamento. Não tinha mais como voltar atrás. É regra. Se soubesse, talvez não teria aceitado. Que diferença faz? Outro aceitaria...
- E agora?
- Agora é pessoal. Vou dar troco ao tratante! (2007, p. 93).

Na representação do jaguncismo no Oeste do Paraná, Bazanella registra a saga de Carangola que se transforma num jagunço de ofício. É João Custódio quem compreende esta transformação.

Via diante de si um homem diferente, totalmente mudado, frio, que falava de assassinatos e tocais como se contasse as peripécias de uma pesacaria de dourado ou caçada de caítitu. A indumentária, a coronha da pistol à mostra, as cartucheiras cruzadas no peito, o chapéu de abas caídas, tudo em nada lembrava o Carangola de antes. O odor que exalava dele também era diferente, acre, cheirava morte! [...] Tinha diante de si não o velho parceiro, mas sim um desconhecido, um homem de pedra. Pedra de gelo! [...] João Custódio fazia um balanço da mudança que se operava com Carangola, de vagabundo a jagunço sanguinário, Frio e sem piedade. [...] Carangola virara um monstro, um assassino desalmado, Como ele próprio dissera na varanda, bebendo cachaça, fumando e admirando a lua viajante. (2007, p. 95)

Homem de pedra, jagunço sanguinário, assassino desalmado etc., são sentidos que Bazanella busca evidenciar aos leitores. Na caracterização de Carangola, o personagem chave, Bazanella investe na representação da vingança que trama contra o grileiro. Coloca os cadáveres dos jagunços no lombo dos cavalos e leva-os até a entrada da fazenda de Vareja. Ficou bem atocaiado. Esperando o momento certo de agir. Acerta o grileiro Vareja, que tomba, sem saber de onde vinham os tiros. Em outro confronto, liquida dois peões de João Custódio. É ferido, mas mesmo assim consegue fugir embrenhando-se na mata. É resgatado por um jagunço, desta vez representante do Comendador Fonseca, dono da Colonizadora União. No cenário de guerra que Bazanella tenta recriar, Carangola, pelo pavor que andava espalhando no Oeste, passa a ser caçado também pela Polícia Militar. Na fala de Tinoco, gerente da colonizadora: “O senhor fez um pandemônio danado! Ontem mesmo chegou, de Cascavel, um pelotão da Polícia Militar prá te caça. Tão batendo todas as Estradas, carreadores e picadas. Mas fique sossegado, aqui não tem perigo, com o pessoal do Comendador Fonseca ninguém mexe!” (2007, p. 119).

Bazanella ajuda os leitores entenderem um contexto no qual os poderosos estavam protegidos da ação policial. É a primeira e única vez que a polícia é considerada. Pode estar se referindo a chegada do Capitão Lapa no Oeste do Paraná, acompanhado por um pelotão de

soldados da Polícia Militar. Estiveram incumbidos de combater os inúmeros crimes que estavam ocorrendo na região, em grande medida derivados de conflitos agrários. Este fato ganhou notoriedade na imprensa da época⁵⁸. Também foi mencionado, com grande júbilo, por Joaquim Alves da Silva, em trabalho já referenciado neste texto. Para este último, foi a polícia quem civilizou o Oeste. Já para Bazanella, a polícia é pouco considerada, na medida em que os políticos e os empresários de terras eram protegidos da ação destes.

Na fazenda Eldorado, Carangola consegue cuidados, abrigo e esconderijo. Depois de recuperado, recebe nova proposta de trabalho.

Há muito a gente tá na cata de um cabra como o compadre. Serviço hai bastante, gente também. Temos aqui os melhores cabras, entre eles Barrada, Mordecai, Passo Preto, Ferreirinha e outros tantos, um melhor do que outro mas falta liderança. Alguém pra botar ordem. Alguém respeitado como o compadre” (2007, p. 121).

Carangola aceita, mas antes busca resolver as pendências que tinha deixado para trás. Elimina o Deputado Diocleciano de Souza e Silva, sócio de Vareja, e, na sequência, também promove o assassinato de João Custódio. A saga da vingança de Carangola está concluída.

⁵⁸ O escritor Alceu Sperança, relata episódios envolvendo o capitão Lapa e os jagunços em Cascavel. “O célebre coronel João Rodrigues da Silva Lapa, que por duas vezes foi delegado especial de polícia de Cascavel, também se hospedou no Hotel Americano. Sua missão era “limpar” a região de jagunços e também dos posseiros, que além de invadir terras, enfrentavam os jagunços e a polícia a bala. Mas da mesma forma que Lapa estava disposto a enfrentar os jagunços a “unha”, eles estavam dispostos a enfrentar o comandante da Polícia Militar em qualquer terreno. Lapa, no entanto, esperava ser atacado numa tocaia, que era o principal meio de ataque dos posseiros e dos jagunços, indiscriminadamente, sempre em ação no interior. Jamais imaginaria que eles estavam tão dispostos a enfrentá-lo que chegaram até a atentar contra sua vida na ação mais ousada de que se tem notícia. Um pistoleiro atacou Lapa no interior do Hotel Americano, em Cascavel, onde ele se hospedava, segundo conta o professor Paulo Rodrigues Pompeu, o Dodô. O jagunço não obteve sucesso na empreitada, mas mostrou ao caçador de jagunços que ele também poderia se tornar a caça em caso de descuido”. SPERANÇA, Alceu A. “Ataque ao Delegado. No Hotel”. In: **Jornal O Paraná**, seção dominical *Máquina do Tempo*. s/d.

Vingança que acaba por favorecer seu novo patrão, o Comendador Fonseca, dono de companhia colonizadora União.

4. Considerações finais

Se o historiador estiver preocupado com datas, nomes de um acontecido ou se buscar a confirmação dos acontecimentos do passado, a literatura não será a melhor fonte a ser usada [...]. Mas, se o historiador estiver interessado em resgatar as sensibilidades de uma época, os valores, razões e sentimentos que moviam as sociabilidades e davam o clima de um momento dado no passado, ou em ver como os homens representavam a si próprios e ao mundo, a literatura se torna uma fonte muito especial para o seu trabalho (PESAVENTO, 2003, p. 39).

Pretendeu-se, com este estudo, entender o lugar do romance histórico na produção e revisão da memória histórica, seja ela oficial ou acadêmica. Buscou-se apontar para a originalidade, a especificidade e a relevância desta fonte no campo da História Cultural, uma vez que permite viabilizar interpretações e análises em torno das memórias, das culturas, das identidades e das disputas pelas narrativas que tais fontes oportunizam. Soma-se a isso, a possibilidade do registro de novas sociabilidades históricas que focam e representam sujeitos marginalizados ou estigmatizados pela historiografia oficial.

Como visto, a versão histórica construída por Bazanella não está concentrada em narrar, como o faz boa parte da historiografia construída em torno do Oeste do Paraná, a história do progresso econômico da região, enaltecendo seus pioneiros, em especial os empresários de terras vinculados às empresas colonizadoras. Para Bazanella, a memória e a presença destes agentes na região ainda fazem parte da caracterização de um espaço que deixou marcas profundas na definição da estrutura fundiária e na formação populacional. Ao dar voz e sentido à presença e atuação de grileiros e jagunços, o autor contribui de forma significativa para trazer ao debate público a problemática dos inúmeros litígios de terras na região. Mais do que isso, ao transformar em sujeitos históricos os jagunços, atribuindo-lhes sentido e

visibilidade, Bazanella corrobora com a desconstrução de histórias consensuais que escamotearam as inúmeras formas de violência, de litígios e de corrupções que se fizeram presentes na constituição histórico-social do Oeste do Paraná.

Nesse sentido, *Carangola, saga de um jagunço* é romance histórico contemporâneo que se transforma em um importante registro de denúncia das inúmeras atrocidades cometidas neste território por meio da ação violenta de jagunços contratados por políticos, fazendeiros, grileiros e donos de companhias colonizadoras. Bazanella imprime sentido histórico à presença destes sujeitos, que entende como criminosos. Revela seus *modos operandi*, suas ligações, seus protagonismos. Nesta caracterização regional que promove, vai na contramão da historiografia oficial, apontando para as relações de poder que incidem sobre o discurso historiográfico.

Por seu conteúdo original e crítica contemporânea à história das disputas e litígios que repercutiram na definição da estrutura agrária no Oeste do Paraná, o romance histórico de Bazanella se transforma em importante fonte de consulta e referência. Os sentidos que trouxe a tona, com maior ou menor criticidade, colaboram com o intuito de desconstruir, por meio de novas significações, versões cristalizadas pela historiografia tradicional. Ao imprimir uma leitura crítica, revisionista e desconsensual da história da constituição populacional do Oeste do Paraná na contemporaneidade, Bazanella contribui para o ressignificar dos acontecimentos, colocando em suspeita as histórias patrocinadas pelos empresários de terras. Além disso, por se constituir em narrativa ficcional, desvinculada da academia, esta obra ajuda a popularizar a história.

Numa era de pós-verdade, na qual a academia está lutando para convencer políticos, mídia e público a se engajarem chamando atenção para nosso trabalho, ficção e outras formas criativas de escrita acadêmica possuem o potencial de abrir novos caminhos para alcançar leitores para além dos acadêmicos (e prover textos pedagogicamente mais acessíveis para os estudantes) (HONOR, 2021).

REFERÊNCIAS

BAZANELLA, Carlos Valmor. **Nova Aurora**: sua terra, sua gente. Nova Aurora/ PR: Tathiane Edições Jornalísticas Ltda., 1984.

BAZANELLA, Carlos Valmor. **Carangola, saga de um jagunço**. Curitiba: Editora Interage, 2007.

CELLA, Thiana Nunes; SANTOS, Fábio Luis dos; BERND, Jorge Antonio. O romance histórico paranaense: perspectivas e pluralidades, primeiras impressões. Revista **ENTRELETRAS** (Araguaína), v. 11, n. 1, jan./abr. 2020.

FLECK, G. F. **O Romance Histórico Contemporâneo de Mediação**: Entre a tradição e o desconstrucionismo – releituras críticas da história pela ficção. Curitiba: CRV, 2017.

HONOR, André Cabral. Podemos aprender História com romances históricos? Uma reflexão de um historiador romancista (Artigo).

In: **Café História**. Disponível

em: <https://www.cafehistoria.com.br/podemos-aprender-historia-com-romances-historicos>. Publicado em: 15 fev. 2021.

KOLING, Paulo José. Terra e poder: possibilidades e perspectivas.

Revista Tempos Históricos. Volume 13 - 1º semestre - 2009 - p. 237-250.

LEMINSKI, Paulo. **Ensaio e anseios crípticos**. Curitiba: Pólo Editorial do Paraná, 1997.

PESAVENTO, Sandra J. O mundo como texto: leituras da História e da Literatura. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 14, p.31-45, set. 2003.

PIAIA, Vander. **A Ocupação do Oeste Paranaense e a formação de Cascavel**: as singularidades de uma cidade comum. Niterói: UFF/Programa de Pós-Graduação em História - UNIOESTE, 2004. (Tese de Doutorado em História)

PRIORI, A., et al. A história do Oeste Paranaense. In: **História do Paraná**: séculos XIX e XX [online]. Maringá: Eduem, 2012. pp. 75-89.

ROMPATTO, Maurilio. Conflitos agrários no oeste do Paraná – o caso do “Grilo Santa Cruz” na colonização de Nova Aurora (1956-1958). **ANALECTA**, Guarapuava, Paraná, v.15 n. 1 p. 11 - 24 Jan./Jun. 2014/2016. Disponível em: <file:///C:/Users/user/Downloads/4592-21464-1-PB.pdf> Acessado em janeiro de 2021.

SCHNEIDER, Claércio Ivan. Polícia versus jagunços no Oeste do Paraná: os poemas de Joaquim Alves da Silva como memória dos conflitos agrários (1960-1970). **Revista Maracanan**. Rio de Janeiro, n. 26, p. 413-440, jan.-abr. 2021. DOI: 10.12957/revmar.2021.50198

SCHNEIDER, Claércio Ivan. **Os senhores da terra**: produção de consensos na fronteira (Oeste do Paraná, 1946-60). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2002.

SPERANÇA, Alceu A. Jornal **O Paraná**, seção dominical *Máquina do Tempo*. s/d. Disponível em: https://pt.wikisource.org/wiki/Nossa_hist%C3%B3ria Acessado em Janeiro de 2021.

CAPÍTULO 8

O TRABALHO INFANTIL NO DESENVOLVIMENTO DA LAVOURA CAFEEIRA EM SÃO PEDRO DO IVAÍ (1960- 1978)

Eliane Aparecida Miranda Gomes dos Santos
Guilherme Gomes dos Santos

INTRODUÇÃO

As crianças são hoje caracterizadas como indivíduos em formação, por essa razão são reconhecidas como pequenos cidadãos, dotados de direitos, como garantidos na própria Constituição Federal de 1988, que reconhece que as crianças e adolescentes devem ser admitidos como indivíduos de “absoluta prioridade” por suas famílias, pela sociedade e pelo Estado (SILVA e PEREIRA, 2013, p.58). No entanto, a concepção de criança adotada em nossa sociedade contemporânea consiste em um fenômeno relativamente recente na história da civilização humana.

A noção de infância, tal qual entendemos hoje, é caracterizada como um constructo histórico-social, que foi se desenvolvendo no decorrer do tempo (ARIÈS, 1981). Partindo, portanto, dos pressupostos metodológicos da história oral, o presente trabalho visa à produção de uma análise historiográfica acerca do papel desempenhado por crianças e adolescentes na agricultura cafeeira no município de São Pedro do Ivaí, dentro do recorte histórico de 1958-1980.

O recorte temporal se justifica por englobar os anos iniciais do município e também o contexto em que muitos moradores, desestimulados por questões climáticas, como a Geada Negra de

1975⁵⁹, e a desvalorização da lavoura, somada à ausência de ações políticas, iniciaram o processo de substituição da cafeicultura pelo cultivo de outras culturas agrícolas, como a soja. O trabalho buscou demonstrar que a criança foi um importante sujeito histórico em todo o contexto do desenvolvimento da cafeicultura no município em questão. Ademais, buscamos também evidenciar como as famílias enxergavam o trabalho infantil e como este era ensinado para as crianças, precocemente inseridas no trabalho rural.

No município de São Pedro do Ivaí, localizado na região noroeste do estado do Paraná, a cafeicultura teve grande importância para formação da cidade, sendo em grande medida resultado da atividade econômica, que atraiu os primeiros colonos à localidade. A formação do referido município ocorreu em 1948 e a sua emancipação em trinta (30) de Outubro de 1955. Diversos fatores contribuíram para que o cultivo da lavoura cafeeira fosse apresentado como uma atividade econômica ideal para a formação de São Pedro do Ivaí, já que o solo era propício ao cultivo do café, naquele período as terras poderiam ser adquiridas a “preços muito baixos”, dessa maneira, várias pessoas tiveram interesse em adquirir lotes de terras, visto como uma possibilidade de melhora do quadro social vivenciado por diversas pessoas que se aventuraram à região noroeste do Paraná. (POZZOBON, 2006, p. 30- 97).

Para a produção da pesquisa foram realizadas entrevistas com pessoas que acompanharam a história local da cidade em seus anos iniciais e também trabalharam na cafeicultura, essas consistiram em nossas fontes prioritárias, através das quais se buscou analisar como estes indivíduos se dedicavam aos trabalhos exigidos na manutenção da lavoura cafeeira quando ainda eram crianças no referido município.

⁵⁹ Ocorrida em 1975, a chamada geada negra foi responsável em ampla medida pela decadência e sequencialmente fim da monocultura cafeeira. Para mais informações sobre a geada negra ler: SAVIANI, Rodrigo. “Geada Negra” que destruiu pés de café no Paraná completa 40 anos. Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/nortenoeste/noticia/2015/07/geada-negra-que-destruiu-pes-de-cafe-no-parana-completa-40-anos.html>. Acesso em 30/10/2018.

Em um primeiro momento, realizamos um trabalho de contextualização sobre o entendimento de criança e desde quando esse conceito é considerado em nossa sociedade. Posteriormente, apresentamos os relatos das pessoas que nesse período eram crianças e cresceram lidando com a cafeicultura. Indivíduos como o Sr. Luiz Bozo de sessenta e nove (69) anos, morador do bairro “Dois Palmito”, que, desde os sete anos, já frequentava a roça para ajudar como podia a família em todo o processo exigido pela cafeicultura. A entrevista com o senhor Luiz foi realizada em 2021. Também nesse ano entrevistamos o senhor Antonio Carlos Cessel de sessenta e sete anos (67) que desde criança é trabalhador rural. Outro entrevistado foi o senhor Alci Antônio da Silva, de cinquenta e nove anos (59) funcionário público aposentado e também morador da localidade, entrevistado em 2017. A senhora Zilda Gobetti Bologhini de sessenta e quatro anos (64) aposentada e atualmente comerciante, entrevistada em 2017, a senhora Geni Fernandes Souza de sessenta e quatro anos (64) entrevistada em 2018 e Anita Bassanelo Berbel, setenta e cinco anos, entrevistada em 2018, também contribuíram com o presente trabalho. Entrevistas recentes e outras de alguns anos nos permitiram compreender um pouco mais acerca do contexto da cafeicultura tão importante para formação de São Pedro do Ivaí.

Dessa forma, almejamos contribuir, ainda que de maneira modesta, no âmbito local, com o processo que busca destacar as contribuições e participações efetivas das crianças e adolescentes dentro da conjuntura histórica. No caso da pesquisa, o papel infanto-juvenil na agricultura cafeeira. Ademais, como abordaremos adiante, faz-se bastante presente no imaginário popular da cidade de São Pedro do Ivaí, o sentimento de exaltação da cafeicultura, vista como uma época de ouro do município, porém identificamos a ausência de representação sobre a participação de crianças e adolescentes nesse processo, sendo essa, portanto, a principal justificativa da presente pesquisa, que busca elucidar a participação de sujeitos sociais frequentemente esquecidos.

A invenção da infância

Atualmente as crianças vivem em um tempo onde os adultos/pais buscam garantir os direitos dos pequenos cidadãos, respeitando a sua condição de indivíduos em evolução, tanto física como intelectual. A Constituição Federal de 1988 reconhece as crianças como indivíduos com prioridades, assim como o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) que passou a vigorar nos anos noventa (1990), precisamente em treze de julho, buscam garantir os direitos das crianças aos estudos, segurança física e psicológica.

Os esforços em prol da proteção às crianças dão legitimidade as instituições como: os Conselhos Tutelares, os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), conseqüentemente os promotores, juizes e policiais de delegacias especializadas buscam dar auxílio a esse público diante de violação de alguns direitos. Porém, é comum acompanharmos em noticiários a negligencia de tais direitos.

Devemos ter em mente, como apontado pelo Historiador Philippe Ariès, que a concepção moderna de criança se trata de um constructo social, moldado no decorrer dos séculos, como exemplificado por esse autor, foi a partir dos séculos XVI e XVIII, ainda de forma rudimentar que a concepção de criança começou a se desenvolver. Antes disso, as crianças a partir do momento em que se mostrassem aptas a se locomover com certa independência já eram inseridas de forma, hoje considerada precoce, ao mundo dos adultos, sem qualquer diferenciação (ARIÈS, 1981, p.10).

A indiferença com relação à infância de um modo geral, na Idade Média, é refletida inclusive nas artes, marcada pela imprecisão das representações artísticas de crianças, caracterizadas por traços que representariam hoje adultos em miniatura. (ARIÈS, 1981, p.51).

Ademais, como salientado pela pesquisadora Ana Lúcia Kassouf, a noção de criança, além de consistir em um constructo social moderno, possui suas particularidades em diferentes culturas, e a definição de criança ainda possui variações de um país para outro:

Enquanto, em algumas áreas, a infância é relacionada à idade cronológica, em outras, fatores sociais e culturais também são considerados. As legislações referentes ao trabalho infantil também variam significativamente. Em muitos locais, a existência de leis proibitivas induz autoridades e governo a ignorarem as estatísticas sobre o trabalho infantil, assim como os abusos que ocorrem em algumas atividades cujas crianças estão engajadas, como se estes fatos não existissem. (KASSOUF, 2002, p. 11)

Através da presente pesquisa pudemos observar que no século passado as famílias possuíam uma concepção acerca da criança e suas necessidades em muito divergente do que na atualidade, ao ponto do trabalho infantil não somente ser tolerado, mas valorizado enquanto uma ferramenta educacional, por meio da inserção precoce à moral do trabalho.

Para Vera Iaconelli (2019, s.p) “a infância é um momento especial de proteção e riqueza de experiências, em que a criança pode descobrir o mundo com a certeza de que alguém estará olhando por ela” nessa perspectiva as crianças de forma geral contam com o cuidado dos adultos, acatam e aceitam tudo o que vem deles. Sobre esse prisma, observou-se que somente após a Constituição brasileira de 1988 e o ECA, 1990, buscou-se medidas para conter a presença das crianças em ambientes de trabalho, até então, o dia a dia e discussões relacionadas ao público infantil não eram relevantes à sociedade.

[...] esses documentos legais tornam-se marcos da promoção, controle e garantia dos direitos das crianças, que balizam a adoção de políticas públicas, para a proibição e erradicação de todas as formas de trabalho infantil, em consonância com as doutrinas da ONU, Unicef e OIT.(MARIN et al 2012, p. 771)

Sem a existência dessas leis e mecanismos seria difícil garantir os direitos das crianças e certamente elas não seriam notadas e tão pouco atendidas em suas necessidades. A conscientização da sociedade acerca da necessidade de proteção dos direitos das crianças se deu

paulatinamente. Outro fator que contribui para a defesa dos direitos infanto-juvenis foi à ação de políticas públicas como as de transferência de renda às famílias carentes, para assim buscar garantir o direito de permanência das crianças nos ambientes educacionais, já que muitas famílias no Brasil contam com a mão de obra infantil para garantir o sustento do núcleo familiar. O trabalho infantil era em grande medida considerado normal até meados do século passado, em razão de que muitas famílias eram numerosas e os filhos menores, cuidavam de pequenas tarefas domésticas para desde cedo aprenderem a importância do trabalho para a formação do indivíduo, e auxiliarem no sustento familiar. Ademais, vale lembrar que todas as pessoas entrevistadas para o desenvolvimento da pesquisa, eram crianças em uma época em que não havia nenhuma lei em vigor que servisse de parâmetro para qualquer fiscalização sobre a mão de obra infantil.

Durante as entrevistas com as pessoas que trabalharam na cafeicultura quando crianças ficou evidente, o quanto seus pais consideravam importante naquele momento os trabalhos desses pequenos, que contribuiriam com os afazeres da roça de café, de certa forma, educaria seus filhos à luz da moral do trabalho.

O senhor Luiz Bozo de sessenta e nove anos, morador do município de São Pedro do Ivaí, desde 1951 ressaltou que já aos sete anos trabalhava na cafeicultura, assim como grande parte das crianças da época.

[...] até que porque a gente não tinha outra coisa para fazer, tinha que ajudar o pai, porque o pai era sozinho, nois era em bastante irmãos, então a gente começou cedo a trabalhar, até que naquela época, a gente e quase que todas as molecadas aí de sete, oito anos já trabalhava na roça, era comum trabalhar criança já desde pequenininho, uns dos meus irmãos, é a gente lembra lá que, tem uns que quase nasceu debaixo de um pé de café, né? (BOZO, 2021)⁶⁰

⁶⁰ As transcrições das entrevistas foram realizadas buscando preservar a autenticidade da fala dos entrevistados, dessa forma, foram mantidos os vícios de linguagem próprios da oralidade.

A ligação dessas pessoas com o trabalho na cafeicultura em São Pedro do Ivaí se iniciava com tenra idade, através das entrevistas pudemos observar que as infâncias por eles narradas foram perpassadas pelo trabalho infantil, inclusive no que se refere às brincadeiras, que ocorriam nos intervalos de trabalho nos cafezais. A mão de obra desses pequenos trabalhadores era importante para as suas famílias, já que a rotina de trabalho era imposta pela própria lavoura que exigia muitos cuidados desde o plantio, o crescimento, a maturação até o ponto da colheita, que não dispensava mão de obra, até mesmo a infantil.

Em paralelo ao depoimento de Luiz Bozo, o senhor Alci Antônio da Silva de cinquenta e nove anos (59) funcionário público aposentado e morador de São Pedro do Ivaí, originário de Nova Fátima, no Paraná, também reforça que era comum crianças trabalharem na cafeicultura.

Criança às vezes até com menos idade do que eu, tamém ia trabalhá, principalmente na colheita do café, colheita do café é um período assim, meio, é, como eu vou dizer, assim, é chegou naquele tempo você tem que colhê, né, você não pode deixar, qualquer ajudinha que tem, já conta ponto, então as crianças muitas vezes ia sim, mais era geralmente um servicinho mais leve igual eu fazia, né, lógico às vezes eu não ficava só no limpar tronco, às vezes eu ajudava tamém, até mesmo rastelando, até mesmo panhando o café, né, tinha o que panhava o café, colocava o pano por baixo do pé de café, iii, e ia panhando com mão mesmo, né, puxano nos cordãozinho lá os galhinho ia caindo o café, ou até mesmo com um bambu, ia bateno no pé de café, né, bambu ou outro tipo de madeira batia pra ele cai, o seco caia, algum não caia, onde ai a gente puxava com a mão. (SILVA, 2017)

Dessa maneira, a criança era envolvida nesse mundo de trabalhos manuais nas grandes, médias ou pequenas plantações de café. Observa-se que desde muito cedo o pequeno trabalhador tinha consciência ou ele era condicionado a entender que a sua participação era importante para que a família conseguisse dar conta da colheita do

valioso produto em suas terras, que geralmente ocorria entre maio e agosto.

O senhor Alci no decorrer de sua entrevista afirmou que o pai não o obrigava a trabalhar, algo que acontecia com o seu irmão mais velho; já no caso do senhor Luiz Bozo o pai exigia que todos os filhos estivessem na roça durante todo o dia.

A gente trabalhava porque era obrigado, viu. Era obrigado trabalhar sim, naquela época os pais não dava moleza não, tinha que trabalhar, viu. Podia tá geando, podia tá chovendo, o que fosse você tinha que tá ali junto trabalhando (BOZO, 2021).

No caso do senhor Antonio Carlos Cessel de sessenta e sete anos (67) morador de São Pedro do Ivaí, afirmou que chegou ao município no ano de 1961 na idade de oito anos, dessa maneira acompanhou a relação da família com a cafeicultura. Sendo ainda criança, seus pais não exigiam sua participação nos trabalhos na roça. “O pai não era muito de cobrar e levar a gente pra roça. A gente ia, sabe! Ia, catava os grãosinhos que ia ficando pra traz, procurando limpar o tronco do café. Então, sempre ajudava um pouco, né?”

Através das entrevistas colhidas, pudemos perceber que mesmo aqueles entrevistados que afirmaram que seus pais não os obrigavam a trabalhar na cafeicultura enquanto crianças, ainda assim se encontravam condicionados de forma direta ou indireta ao trabalho nos cafezais, por influência de seu convívio familiar, relacionado com a cafeicultura.

Brincadeira de criança e os trabalhos na cafeicultura

As pessoas que viveram quando crianças em torno do contexto da cafeicultura se referem a esse período com saudosismo, embora ponderem que o período era repleto de dificuldades. Afinal, afirmaram se sentir felizes em colaborar com suas famílias com os trabalhos no plantio e a colheita do café.

Perguntamos ao senhor Alci se ao trabalhar na cafeicultura ele sentia algum tipo de diferenciação por ser criança, recebendo tratamento especial de sua família por isso, havendo um zelo e preocupação familiar sob as atividades por ele exercidas na lavoura. O entrevistado respondeu que sim “meu pai, meus irmãos, né? Sempre eles se preocupavam comigo e não exigia assim, que eu me esforçasse mais [...] É, não tinha pressão, na verdade até se eu não quisesse ir trabalhar eu nem ia” (SILVA, 2017).

Sobre a carga diária de trabalho alguns entrevistados afirmam que normalmente trabalhavam meio expediente salvo exceções em que não tivessem aula ou estivessem de férias, nessas ocasiões trabalhavam o dia inteiro, essa era a realidade de Luiz Bozo, a senhora Zilda Gobetti Bologhini e o senhor Alci.

A senhora Zilda Gobetti Bologhini, 64 anos residente na cidade de São Pedro do Ivaí, quando questionada se havia trabalhado na lavoura do café, a resposta foi afirmativa. Primeiramente, por volta dos seis (6) a sete (7) anos de idade, Zilda auxiliava seu pai e seu irmão levando o almoço e o café da tarde no cafezal, trabalhando na lavoura apenas na época da colheita, período em que ajudava “limpando o café” e ela afirma que tinha receio de exercer tal função, pela possibilidade de ser picada por uma cobra que estivesse no pé de café, em virtude disso seu pai teria feito um “tipo de rastelinho”:

Meu pai fez um tipo de rastelinho assim, de 3 dentes, que era pra enfia bem no meio da cova do café, pra vê primeiro pra vê, né? Se não tinha nenhuma aranha perigosa, um bicho ali, uma cobra, se tinha chamava ele, se não tinha a gente ai limpava bem o tronco do café. (BOLOGHINI, 2017)

Logo, percebe-se o quanto os pais incentivavam o espírito de trabalho nas crianças, já que usavam de maneiras lúdicas para envolver os pequenos naquele universo e elas entravam no clima, a fala da entrevistada é carregada de contentamento ao rememorar o que a ela entende como demonstração de atenção e cuidado do pai.

Além disso, pudemos observar como os pais valorizavam a inserção dos pequenos na cafeicultura, já que buscavam educar seus filhos dentro da moral do trabalho, uma concepção muito presente nas classes baixas, ainda presente em nossa contemporaneidade.

[...] o trabalho infantil continua [...] sendo visto pelas camadas subalternas, como “a melhor escola”. Pais pobres, com renda inferior a meio salário mínimo, exigem que seus filhos trabalhem para incrementar os rendimentos do grupo familiar. “O trabalho —explica uma mãe pobre— é uma distração para a criança. Se não estiverem trabalhando vão inventar moda, fazer o que não presta. A criança deve trabalhar cedo”. E pior, hoje, afogados pelo trabalho, quase 60% desses pequenos trabalhadores, no Nordeste, são analfabetos e entre eles a taxa de evasão escolar chega a 24%. (DEL PRIORI, 2012, p. 238)

Pudemos analisar que discurso do trabalho como sendo a “melhor escola” está implícito na fala dos entrevistados. A senhora Zilda Gobetti Bologhini afirma que antes de completar doze anos estudava, cursando a quarta série do ensino fundamental, no entanto, após completar 12 anos, parou de estudar e, portanto, trabalhava das 07:00 horas às 18:00 horas. Quando questionada se quando tinha doze anos de idade ela sentia algum tipo de diferenciação ou recebia algum tratamento especial por ser uma adolescente, ou se ainda era considerada e tratada como criança por seus pais, ela afirmou que:

Não, já achava que era um adolescente pra trabalha mesmo na roça, já, só que não era nada de serviço pesado, no serviço mais leve que eles pnhava a gente para fazer, então o pai era assim, vai mais, como eu era muito miúda, a mais miúda de todos, né? Mais magrelinha, aí então ele falava assim, pra ela, ela vai fazer, ele tinha aquele cuidado comigo, ele sempre teve um cuidado comigo por eu ser a mais miúda de toda a família, né? Mas a gente fazia aquilo que podia tamém, tamém num tinha nada de obrigação, de fala tem que ser assim, e trabalhava o dia todo na roça o dia interinho, tem, sabe? Trabalha mesmo, nada disso, cê fazia o que o cê podia, mais ficava o dia todo na roça, o dia interinho, trabaiano. (BOLOGNHINI, 2017)

Analisamos que o município de São Pedro do Ivaí foi caracterizado pela agricultura familiar, nesse sentido o trabalho das crianças, como mencionamos, era encorajado por suas famílias. Por essa razão as crianças eram inseridas muito cedo ao mundo do trabalho.

[...] observa-se que tanto as famílias quanto outros setores da sociedade atrelam às justificativas de teor econômico razões de caráter subjetivo para estimular encorajar as crianças a, cedo, ingressarem em alguma atividade produtiva. Ao tratar-se de certa parcela dos adolescentes, então, observa-se a defesa intransigente do direito e da importância do trabalho produtivo, na maior parte das vezes em detrimento de atividades esportivas, estudantis etc., ainda que o trabalho desenvolvido represente sério dano físico ou mental. (CAMPOS; ALVERGA, 2001, p. 228)

Nota-se que o trabalho era entendido como uma ferramenta de “transmissão do patrimônio de práticas, habilidades e saberes historicamente acumulados”. (SILVA, 2013, p.59). Portanto, o agricultor buscava ensinar seus filhos sob a moral do trabalho, iniciando-os desde muito cedo na prática produtiva, na condição de ajudantes.

As gerações mais velhas atribuíam ao trabalho das crianças um significado primordial em sua socialização, uma vez que elas se preparavam para tornarem-se os futuros agricultores ou donas de casa, assim como seus pais. Nessa perspectiva, o trabalho das crianças assumia um caráter fundamental no ciclo da formação intergeracional dos camponeses. (VENDRUSCOLO 2010, p 767)

Utilizado como um mecanismo para a transmissão de conhecimentos, o trabalho infantil era compreendido como um fator formativo da cidadania, e a sua prática foi, entre outras razões, justificada pelo “objetivo de diminuir a vagabundagem e a criminalidade e formar cidadãos” (RIZZINI; PILLOT, 2009, apud SILVA E PEREIRA, 2013, p.60).

Kassouf (2004) destaca que atualmente os estados da Região Sul do Brasil possuem um dos maiores índices de proporção de trabalho infantil na agricultura “(203.281 ou 16,4% do total de meninos e 109.122 ou 25,1% do total de meninas)”, sabe-se, porém que a condição social da sociedade atual é que colabora para que esses índices sejam ainda relevantes. (KASSOUF, 2004, apud SILVA e PEREIRA, 2013, p.60).

Como destacado por Mary Del Priori.

Trabalhando em lavouras domésticas ou na monocultura, as crianças interrompem seus estudos na época da colheita, demonstrando que estar inscrito numa escola primária, não significa poder frequentá-la plenamente. Assim, o trabalho, como forma de complementação salarial para famílias pobres ou miseráveis, sempre foi priorizado em detrimento da formação escolar. (DEL PRIORI, 2012, p. 238-239)

O trabalho infantil ainda está presente em nossa sociedade, e no que concerne sua existência no sul do Brasil, podemos analisar sua permanência por meio de aspectos comuns aos três estados dessa região, como o maior peso da agricultura familiar, em que o trabalho infanto-juvenil, por conseguinte, é também caracterizado em um contexto familiar. A terra nessas circunstâncias assume um “papel simbólico” que povoa o imaginário infantil como sendo “provedora do futuro”. Várias famílias que se instalaram na região de São Pedro do Ivaí, são formadas por descendentes de imigrantes europeus, cujos filhos ajudavam na “plantação de grandes lavouras”, sendo o trabalho “internalizado como valor, forma de aprendizado, ajuda e distração”. Mesmo nas famílias que não cobravam muito dos pequenos, todo o contexto presenciado por elas, a rotina familiar contribuía para que as crianças fossem introduzidas aos trabalhos na cafeicultura. (MARIN, 2012, apud SILVA e PEREIRA, 2013, p.60).

Contudo, nos intervalos do trabalho nos cafezais ainda sobrava tempo para os pequenos trabalhadores criarem brincadeiras ao redor dos muitos pés de café, ou como os entrevistados diziam, entre as ruas

de café. A imaginação corria solta, independente se a vida infantil naquele momento era tida como sofrida.

[...] mais assim, tinha os intervalo do almoço, do café da tarde que o pai mandava descansar sempre uma hora e meia, e uma hora e meia pra nós, naquele tempo a gente ainda brincava no meio da roça, a gente catava mamão, a gente catava fruta e se divertia, fazia tanta coisa de brincadeira na roça, sabe? A gente inventava, com os grão do café, fazia bugalha, iiiii, tanta coisa que a gente inventava, fazia cerquinha com pauzinho de café e a gente brincava, ai os irmão que era mais pequeno ia leva o café da tarde pra nós, ai eles ficava caçano aqueles caramuginho pra ponha lá dentro, pra fala que era os bois era bem legal! (BOLOGNHINI, 2017)

Para os pequenos a vida seguia, com a cafeicultura envolvida em todas as fases de suas infâncias, na passagem para a adolescência e até a vida adulta e após constituírem suas famílias. Em um tom poético, um dos entrevistados apresenta uma analogia de sua vida em paralelo à cafeicultura “assim a gente foi crescendo com o café, eu ajudava o meu pai a rastelar, puxar o café, cada ano vinha uma colheita né?” (BOZO, 2021). A formação desses indivíduos esteve interligada a cafeicultura, afinal apenas aquele ambiente era acessível a elas. Suas residências eram construídas muito próximas as lavouras e muitas vezes os lares ficavam no centro das plantações.

O entrevistado Luiz Bozo destacou em sua fala que “tudo o que ele é”, deve-se ao período vivido na lavoura de café, destacando a interação com as demais pessoas. Bozo (2021) “tudo aquilo que eu tenho assim a respeito do ser humano, as pessoas, eu adquiri ali na roça, junto com o meu pai no meio do cafezal.”. Aquele espaço das lavouras de café era tudo os que essas crianças conheciam, dessa maneira, os hábitos e costumes eram passados. Estamos falando de um período em que não existia fácil acesso à energia elétrica e a água encanada. Ao encerrar o dia, após o pôr do sol, as crianças se banhavam com água aquecida no fogão a lenha, jantavam, reuniam-se por um curto espaço

de tempo à luz de lamparina e no mais tardar às 20:00 horas estavam dormindo recompondo-se para a nova jornada do dia posterior.

Voltando a análise das entrevistas, a senhora Anita Bassanelo Berbel de setenta e cinco anos (75) apresentou uma realidade diferente dos demais entrevistados, na idade de dezesseis anos, já mocinha, ela levava o almoço à família que trabalhava na cafeicultura e o restante do tempo estava em casa com a mãe cuidando dos sobrinhos para as cunhadas trabalharem

“[...] aí eu e minha mãe ficava cuidando e eu ficava bardeando água de uma mina que não tinha encanamento das 14:00 horas da tarde até as 17:30, 18:00 bardeando água na cabeça, uma lata na cabeça e um caldeirão na mão, água pra porco, pra todas as criação” (BERBEL, 2018).

Por meio da análise das entrevistas, observamos que a rotina dos ivaíenses dentre do recorte da pesquisa foi sendo descrita, ao ponto que podemos abstrair como os dias dessas crianças foram repletos de tarefas que exigiam um esforço físico considerável no cumprimento dos afazeres da vida rural. Nota-se que todo esse movimento de ações das crianças naquele cenário vai ao encontro do que Mary Del Priori nos apresenta acerca das dificuldades enfrentadas pelas crianças trabalhadoras, a diferença entre o que deveria ser do que ela tem no momento nesse mundo, muitas vezes as crianças não vivem, mas sim sobrevivem a tantas situações que lhes são impostas (DEL PRIORI, 2012, p. 233).

Através da pesquisa pudemos acessar certos aspectos do cotidiano das crianças em São Pedro do Ivaí durante a segunda metade do século XX, constatamos que muitas delas trabalhavam o dia todo no processo exigido pela cafeicultura, como limpar os troncos do café, capinagem da lavoura, a derriça manual do fruto, a peneiragem, a lavagem dos grãos, a secagem que normalmente eram realizadas em grandes “terreirões”, para então ensacar o café em sacos geralmente de 60 kilos, prontos para a comercialização. Um processo descrito por outra entrevistada, a senhora Geni Souza de setenta e cinco (75) nos descreve:

Lavar o café e secar no terreirão dá muito trabalho, explica que no terreirão tinha uma caixa para lavar o café punha lá e ele subia e eles iam retirando a sujeira ficava no fundo da caixa feito isso várias vezes no dia, era preciso retirar o barro que acumulava no fundo dessa caixa. (SOUZA, 2018).

Cultivar o café era uma tarefa complexa, pois até chegar ao ponto para a venda eram necessários vários processos para que os grãos chegassem ao ponto ideal ao consumo. Geni Fernandes de Souza nos descreve que desde menina lidou com a lavoura cafeeira, criou-se na roça, casou-se com o senhor Rubens e continuou a trabalhar com a cafeicultura. Sua rotina era

As 17:00 horas ao retornar pra casa ia fazer todos os afazeres domésticos, lavar louça, lavar roupa, cozinhar no fogão a lenha e passar as roupas com o ferro a brasa (colocava fogo no fogão, pra fazer o fogo colocava uns sabugos para fazer a brasa para por no ferro) cuidar das crianças e tudo isso no clarão da lamparina, não tinha água encanada, tinha que tirar a água do poço, não tinha geladeira ou fogão a gás, não tinha nada disso. (SOUZA, 2018).

Os afazeres domésticos eram realizados ao clarão da lamparina que era mantida acesa através do pavio encharcado com querosene, o que era utilizado por todos os moradores das localidades da época. Tudo isso era realizado com bastante esforço para que ao amanhecer tudo estivesse pronto para iniciar novamente o ciclo nas plantações do ouro verde.

Memória e história oral

A presente pesquisa foi realizada por meio da história oral, que permite ao pesquisador/historiador perceber reações em seus entrevistados que não seriam possíveis através de fontes escritas. Mudanças de tom de fala, de semblantes, perceber como determinados fatos mexem com as emoções das pessoas nos permitindo intuir a intensidade daquele momento na história desses sujeitos que nos

presenteiam ao partilhar suas memórias. Como escreveu Portelli (2016, p.17) “a história oral nos oferece acesso a historicidade das vidas privadas” que estão ligadas ao lugar de pesquisa.

Ao conversar com o senhor Luiz Bozo, observamos que rememorar e descrever o que ele viveu quando criança, na adolescência e vida adulta com a cafeicultura o remete a um lugar de pertença. Ele descreve esse momento vivenciado com muita propriedade, relatando o lugar que viveu durante anos de sua vida, realizando cotidianamente as mesmas tarefas de colheita a colheita:

[...] a gente já cresceu mais um pouquinho, já tinha toda as experiências junto com o pai sobre café, né? A gente panhava, rastelava, banava, levava pro terreirão e ali no terreirão ele secava parece que eu to fazendo hoje Eliane falando isso. Aí ele secava, aí a gente levantava de madrugada pra lavar o café, aquele que já tava seco, deixava esparramadinho no terreirão e ia pra roça colher o outro. (BOZO, 2021).

Possivelmente, ao relembrar esses momentos vêm a tona várias memórias do lugar vivido, ou seja, do sítio da família no bairro dois Palmito.

Quando um indivíduo constrói sua história, ele se engaja em uma tarefa arriscada consistindo em percorrer de novo aquilo que acredita ser a totalidade de seu passado para dele se apropriar e, ao mesmo tempo, recompô-lo em uma rapsódia sempre original. O trabalho da memória é, então, uma maiêutica da identidade, renovada a cada vez que se narra algo. (CANDAUI 2011, *apud* LAVERDI 2013, p.386).

Dessa maneira, observa-se que a memória das pessoas que cederam as entrevistas se renova a cada narrativa dos fatos da história por eles vivenciadas, ou seja, “lembança puxa lembrança e seria preciso um escutador infinito” (BOSI, 1994, p.39). Para tanto, reserva-se aos indivíduos do município de São Pedro do Ivaí o [...] direito do conhecimento do passado (DUARTE, 2012, p. 289). O que os entrevistados relatam são experiências vividas por eles, ou seja, eles

compartilham trechos de suas vidas e do seu cotidiano que auxiliam a visualizar uma parte da história do município.

A priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 20-30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes. (POLLAK, 1992, p. 1)

Na coleta das entrevistas, percebe-se que uma fala está interligada a outra, apesar das entrevistas serem coletadas de forma individual, o discurso dos entrevistados converge.

É possível que no dia seguinte de um acontecimento que sacudiu, destruiu em parte, renovou a estrutura de uma sociedade, um outro período começa. Mas disso nos aperceberemos somente mais tarde, quando uma nova sociedade, realmente tiver tirado de si mesma novos recursos, e quando ela se propuser outros objetivos. (HALBWACHS, 1990, p.83).

A sociedade ivaíense conforme as entrevistas, após a Geada Negra de 1975 conseguiu tirar de “si” novas maneiras de sobrevivências, procurando “esquecer” o ocorrido que em concordância, tratou-se de um fator climático traumático a essas pessoas e concomitantemente a todos os envolvidos com a cafeicultura, que se viram obrigados a migrarem para outras lavouras que sofressem menos os impactos climáticos e garantissem o sustento de suas famílias.

No que diz respeito à memória, os entrevistados ivaíenses nos apresentam o passado de São Pedro do Ivaí que está relacionado ao que descreve Halbwachs:

Não esquecemos nada, porém esta proposição pode ser entendida em sentidos diferentes. Para Bergson, o passado permanece inteiramente dentro de nossa memória, tal como foi para nós; porém alguns obstáculos, em particular o

comportamento de nosso cérebro, impedem que evoquemos dele todas as partes. Em todo caso, as imagens dos acontecimentos passados estão completas em nosso espírito (na parte inconsciente de nosso espírito) como páginas impressas nos livros que poderíamos abrir, ainda que não os abrissemos mais. (HALBWACHS, 1990, p. 77).

As entrevistas fazem com que os entrevistados abram novamente esse livro para rever o que lá foi registrado que possa contribuir sim, ou não com essa história local tão complexa devido à separação dessas memórias. Onde há sim, a memória coletiva com um comportamento individual. A memória pertence a alguém que a partir de uma motivação contribui com a história da sociedade de um lugar. Assim sendo, cada vez mais se percebe a grande contribuição que a memória de cada indivíduo através da história oral pode nos ajudar a compreender muitos sujeitos históricos que passam por uma invisibilidade histórica dentro da história regional.

Considerações Finais

No presente trabalho analisamos o uso da mão de obra infantil na cafeicultura em São Pedro do Ivaí, atividade econômica em grande medida responsável pela formação do município. Como abordado no decorrer do texto, as crianças tiveram um papel importante dentro daquele contexto da segunda metade do século XX, contribuindo para a complementação da mão de obra necessária à cafeicultura, que parecia não dispensar braços.

Como pudemos evidenciar na época em questão, o uso da mão de obra infantil em São Pedro do Ivaí era não somente tolerado, como incentivado por diversas famílias da localidade, visto que as crianças eram introduzidas, hoje considerada de forma precoce ao mundo dos adultos, e o labor visto como uma ferramenta educacional, que visava ensinar os pequenos a moral do trabalho.

Nesse sentido, em paralelo aos estudos de diversos historiadores da infância pudemos observar as transformações na concepção de

infância e criança ocorridas a partir do recorte histórico até a nossa contemporaneidade. Ademais, através da pesquisa constatamos que a infância das pessoas por nós entrevistadas foi perpassada pelo trabalho rural, entendido inclusive como um espaço de socialização entre as crianças que conciliavam o trabalho do campo com as brincadeiras e a ludicidade tão característica dessa fase da vida.

REFERÊNCIAS

ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**. Lembranças de Velhos. Ed. São Paulo. Companhia das letras. 1994

CANCIAN, Nadir Aparecida. **Cafecultura paranaense- 1900/1970**. Curitiba-PR, 1981.

CAMPOS, Herculano Ricardo; ALVERGA, Alex Reinecke. Trabalho infantil e ideologia: contribuição ao estudo da crença indiscriminada na dignidade do trabalho. **Estudos de Psicologia**, Natal, v.6, n.2, 2001.

LAVERDI, Robson. Et.al. **História Oral, Desigualdades e Diferenças**. Recife. Edit. Universitária, 2012, p. 15- 333.

Kassouf, Ana Lúcia. **Aspectos socioeconômicos do trabalho infantil no Brasil**. 2002. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_uepg_ge_o_artigo_eliana_bojanoski_ribeiro.pdf . Acesso em 20 de fev. 2021.

HALBWACHS, Maurice. **A memória Coletiva**, São Paulo, 1990.

HOSHINO, Camila. Parentalidade: “vivemos tempos de incertezas” diz Vera Iaconelli. Era digital, carga mental das mulheres e ser criança em um mundo do futuro. Como criar filhos no século 21? 2019.

Disponível em: <https://lunetas.com.br/vera-iaconelli/#:~:text=Para%20ela%2C%20a%20inf%C3%A2ncia%20%C3%A9,algu%C3%A9m%20estar%C3%A1%20olhando%20por%20ela.&text=%E2%80%9CPrecisamos%20pensar%20em%20formas%20coletivas,%C3%A9%20respons%C3%A1vel%20por%20este%20cuidado> .

Acesso em 18 de fev. 2021.

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua, Schneider, Sergio, VENDRUSCOLO, Rafaela, SILVA, Carolina Braz de Castilho e. O Problema do Trabalho Infantil na Agricultura familiar: o caso da produção de tabaco em Agudo-RS. Rev. Econ. Sociol. Rural vol.50 no.4 Brasília Oct./Dec. 2012. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032012000400010 . Acesso em 20 fev.2021.

MARTINS, Ana Luiza, **História do Café**. Editora contexto. São Paulo, 2008.

MARZULO, E.P. Espaços dos pobres. Identidade social e territorialidade na modernidade tardia. In: ARAUJO; HAESBAERT (Orgs.). **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: 2005

MIRANDA, Eliane Aparecida; RAGUSA, Helena. **Os efeitos da geada negra de 1975 para os trabalhadores da lavoura de café de São Pedro do Ivaí-Paraná**. Ateliê de História UEPG, v. 2, n. 2, p. 67-75, 2014.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

PORTELLI, Alessandro. **História Oral como arte da escuta.**

Tradução Ricardo Santiago. São Paulo: Letra e Voz. 2016.

PRIORI, Del Mary. **Infâncias, adolescências e famílias.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. p. 232- 253.

SILVA, Ana Cristina Serafim, PEREIRA, Joelma Sirqueira. **O trabalho infanto-juvenil na agricultura no município de Tocantinópolis.** Belo Horizonte, 2013.

RAINATO, Luiz Gonzaga. **A história do nosso município.** 1997.

TOMAZI, Nelson Dacio. **“NORTE DO PARANÁ” HISTÓRIA FANTASMAGORIAS.** Curitiba, 1997.

ENTREVISTAS

BERBEL, Anita Bassanelo. 75 anos. Entrevista concedida em 11 de dez. de 2018.

BOLOGNHINI, Zilda Gobeti. 64 anos. Aposentada. Entrevista concedida em 24 de jul. de 2017.

BOZO, Luiz. 69 anos. Entrevista concedida em 14 de jan. de 2021.

CESSEL, Antonio Carlos. 67 anos. Entrevista concedida em 02 de mar. 2021.

SILVA, Alcy Antônio da. 59 anos, funcionário público. Entrevista concedida em 13 de jul. de 2017.

SOUZA, Geni Fernandes. 64 anos. Entrevista concedida em 30 de out. de 2018.

CAPÍTULO 9

ESPAÇO GEOGRÁFICO, PRÁTICAS SOCIAIS E PATRIMÔNIO CULTURAL NAS COMUNIDADES FAXINALENSES DE IMBITUVA

Cleusi T. Bobato Stadler

Espaço geográfico, território, lugar são termos afins que indicam as relações sociais, as experiências comuns, como as pessoas se relacionam com o espaço físico e simbólico. Mas é necessário diferenciar território de espaço. RAFFESTIN (1993) em sua construção conceitual entende o território como sendo decorrente de uma apropriação do espaço. Em suas palavras:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator territorializa o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Territorializar o espaço é estabelecer as relações de poder, as relações sociais e práticas culturais que ocorrem com as sociedades, e/ou grupos sociais, através do tempo, em determinados lugares. Dessa forma, o lugar pode ser compreendido enquanto um espaço vivido e uma construção social, fundamentado nas relações espaciais diretas, no cotidiano e na articulação entre a cooperação e o conflito. Compreender o lugar, suas práticas e cultura vêm ao encontro das reflexões sobre os grupos faxinalenses, as mudanças (sociais, econômicas, culturais) que ocorrem em seu interior, sobretudo com a chegada dos imigrantes e suas adaptações a um sistema de relações dialéticas, o tradicional e o moderno, as mudanças e as permanências.

Na obra de HAESBAERT (2007), encontramos que Lefebvre também se refere a espaço, e não a território. Ele não trata de espaço num sentido genérico e abstrato, muito menos natural-concreto, mas sim, de um espaço-processo, um espaço socialmente construído. Dessa forma, devemos distinguir os territórios/espaços de acordo com aqueles que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sócio/culturais, o estado, empresas, instituições. Cria-se um "território" ou "área geográfica", visando influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos.

HAESBAERT (2007) nos afirma também que a territorialidade, além de incorporar uma dimensão mais estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está "intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar". Quando o espaço nos é inteiramente familiar, torna-se um lugar.

Para TUAN (1983), o lugar é marcado por percepção, experiência e valores. Os lugares guardam e são núcleos de valor, por isso eles podem ser totalmente apreendidos através de uma experiência total englobando relações sociais próprias e relações externas.

Muitas dessas relações externas e de nossas experiências e vivências cotidianas envolvidas pelas emoções são “despertadas” em distintos lugares, como defende SILVA (2016). Determinados processos históricos e práticas culturais modificam nossa relação com o espaço, pois nos transportam para as emoções, para o lugar enquanto espaço vivido, que privilegie as subjetividades compreendidas a partir da nossa experiência nos lugares.

Essa perspectiva vê as emoções por meio de eventos espaciais, sendo o conceito de “lugar” o mais apropriado para compreender a discussão, visto que tal conceito prioriza as experiências, vivências e sentimentos das pessoas. Colocar as pessoas como centrais nas discussões da geografia, especialmente a partir de suas vivências e experiências, traduzidas a partir de suas narrativas, rompe com uma tradição geográfica que é/ está desinteressada em questões

mais subjetivas presentes no nosso cotidiano e na relação com o espaço. Propomos pensar a cidade a partir das pessoas e suas espacialidades, buscando discutir as relações emocionais com os lugares. (SILVA, 2016, p.100).

A geografia defendida por Silva vai de encontro à experiência emocional vivida pelos imigrantes quando chegam ao Brasil e precisam se adaptar a um novo território, as paisagens dos faxinais, transportando para estes “espaços”, às sensações e os sentimentos que integram suas experiências, vivências e cultura própria, tornando este espaço seu “lugar”.

O lugar é à base da vida cotidiana e da sociabilidade entre as pessoas. O sentimento de pertencimento a este lugar está relacionado com o trabalho, com a relação de vizinhança, as formas de solidariedade religiosa, possibilitando entender à relação dialética do espaço de origem com o novo lugar onde se estabelece. A sociabilidade não fica restrita apenas ao grupo familiar, mas aos grupos de vizinhanças que extrapolam os limites de uma comunidade rural. Estreitam-se os laços entre os vizinhos e parentes. As formas de solidariedade e atividades religiosas encontram nos faxinais, a sua base para materializar-se, seja no sistema de “mutirão”⁶¹, nas festas, troca de dias, ajuda mútua e reciprocidade entre os vizinhos e parentes. Dessa maneira, adotaram-se os faxinais dos imigrantes em Imbituva, como um conceito de lugar, que abrange a relação de identidade, sociabilidade e de uma comunidade coletiva.

Para CERTEAU (2009), o espaço é criado por uma interação que corresponde à ação dos sujeitos históricos em um determinado lugar, o espaço praticado. Os Faxinais são “lugares praticados”, onde o espaço pode ser visto como geográfico, mas principalmente de vivências, cultura, história e cotidiano de uma sociedade. Essa

⁶¹ Mutirão ou Puxirão: Um sistema de entre ajuda sem data pré-fixada. Reúnem-se os interessados, para semear, carpir, roçar, fazer a colheita, para a construção ou reparação de cercas e de portões comunitários, para construção de casas, ou qualquer outra empreitada que exija mão de obra bastante. STADLER, Cleusi T. B. et al. *Unidade Didática: Os Faxinais e o Ensino de História*. Irati: Unicentro, 2016. p.19.

sociedade faxinalense é formada por relações sociais entre o cotidiano, costumes, tradições, movimentos sociais, influências externas que ocorrem no espaço geográfico, através do tempo.

Cada sociedade apresenta um contexto diferenciado, uma cultura e história. Todo lugar, formado pelas relações sociais, tem sua cultura. A cultura local é caracterizada por uma simbologia do lugar. É o seu patrimônio, diante da cultura nacional, mundial.

A cultura então é definida, de acordo com CANEDO (2009), como um sistema de símbolos e significados criados pelos grupos sociais, sendo produzida pela interação entre os indivíduos que elaboram seu modo de pensar, de agir, seus valores, identidades e diferenças. A cultura não é vista apenas no sentido universal, mas de acordo com o conceito contemporâneo, defendido por Franz BOAS, Lévi-STRAUSS e Denys CUCHE (1999), onde ela pode ser considerada como um conjunto de sistemas simbólicos, linguagem, regras matrimoniais, relações econômicas, arte, ciência e religião. Portanto, a cultura se estabelece não na sua primeira natureza a biológica, mas sim em sua segunda natureza, as relações sociais.

Marilena CHAUI (2006), também chama a atenção para a necessidade de alargar o conceito de cultura, onde “todos os indivíduos e grupos são sujeitos culturais”.

[...] a cultura passa a ser entendida como criação coletiva da linguagem, da religião, dos instrumentos de trabalho, das formas de habitação, vestuário e culinária, das manifestações do lazer, da música, da dança, da pintura e da escultura, dos valores e das regras de conduta, dos sistemas de relações sociais, particularmente os sistemas de parentesco e as relações de poder. A partir de então, a cultura é compreendida como o campo no qual uma comunidade instituiu as relações entre seus membros e com a natureza, conferindo-lhes sentido ao elaborar símbolos e signos, práticas e valores, ao definir para si própria o possível e o impossível, a linha do tempo (passado, presente, futuro), as distinções no interior do espaço, o verdadeiro e o falso, o belo e o feio, o justo e o injusto, o permitido e o proibido, a relação com o visível e o

invisível, com o sagrado e o profano, a guerra e a paz, a vida e a morte. (CHAUI, 2006, p.131).

A partir deste conceito, podemos identificar nos sistemas de Faxinais de Imbituva formados em sua maioria por nativos da região (bugres), portugueses, italianos e alemães um processo coletivo de simbologia, práticas, valores, que formam sua cultura. Mas também ocorre uma “aculturação” natural, segundo CUCHE (1999, p. 115), “o conjunto de fenômenos que resultam de um contato contínuo e direto entre grupos de indivíduos de culturas diferentes e que provocam mudanças nos modelos (*patterns*) culturais iniciais de um ou dos dois grupos”. São grupos diferentes que os formam, com seus patrimônios imateriais, que ao entrar em contato com os outros grupos, provocam mudanças, assimilam-se da cultura destes grupos, que também não são culturas originais, são resultados de fusões, aculturação.

Os faxinais de Imbituva enquanto espaços de práticas culturais possuem muitos símbolos, muitos significados, de acordo com a semiótica de BOURDIEU (1989), pois italianos e alemães, fundaram um espaço social específico através de suas práticas cotidianas, centradas na policultura de subsistência e no trabalho familiar em pequenas propriedades. Inicialmente eles adquiriram a posse e depois construíram a propriedade a partir de suas referências de origem, ou seja, procuravam reproduzir suas identidades e as características provenientes de seus países. Consagraram e impuseram seus valores sociais, culturais, religiosos, seu modo de agir, de vivenciar as práticas cotidianas, no espaço por eles construído a partir da colonização, ou seja, eles construíram o campo no qual podiam manifestar e instituir como predominante o seu “habitus⁶²” perante os bugres e portugueses da região.

⁶² O habitus para Bourdieu se refere à incorporação de uma determinada estrutura social pelos indivíduos, influenciando em seu modo de sentir, pensar e agir, de tal forma que se inclina a confirmá-la e reproduzi-la, mesmo que nem sempre de modo consciente. (BOURDIEU, 1989: 61)

Para compreender a formação de parte da identidade desses grupos portugueses, italianos e alemães, nos faxinais, destacam-se alguns aspectos.

O primeiro aspecto, a família (ou as relações familiares), porque é nela que se estrutura o grupo e se estabelecem as relações sociais com os demais. O segundo aspecto, as manifestações religiosas, porque sintetizam valores e crenças do mundo camponês. Entretanto, a igreja se constituiu em espaço de exteriorização das práticas culturais e de socialização das pessoas. Por fim, as práticas culturais (alimentação, festas e casamentos), pois estes são elementos culturais que estão presentes em destaque nestas comunidades. Estes aspectos reforçam os valores familiares e religiosos, que são referências importantes do mundo rural de onde esses imigrantes são oriundos. Por essa razão podem ser entendidos como um signo de identidade deste grupo imigratório.

Dentre as principais tradições que ainda se conservam na atualidade, estão às relações familiares, a religião e a culinária, que ajudaram a constituir o jeito de ser dos imigrantes e suas gerações, conforme o que Bourdieu chamou de *habitus*. O *habitus* é o que permite aos indivíduos se orientarem em seu espaço social e adotarem práticas que estão de acordo com sua vinculação social e memória coletiva. As práticas modificadas e transformadas que são o elo de ligação entre o passado e o presente, entre a memória coletiva destes grupos e as memórias individuais de cada descendente, como forma de autoafirmação e perante os demais; a constituição de um sentimento de grupo ligado às memórias de seu passado. É através do que foi vivido, sonhado, imaginado pelos colonos e depois recordado, lembrado e reinterpretado pelos seus descendentes, que se compreende a invenção do cotidiano nos faxinais dos imigrantes e no seu espaço praticado⁶³.

⁶³ Espaço praticado se refere aos espaços onde se desenvolvem as práticas cotidianas dos imigrantes, que se tornam o palco das relações culturais, interculturais e étnico-raciais, como o espaço religioso, o familiar, o econômico (agricultura), os festivos (casamentos). CERTEAU, 2009, p.184.

Para SAHR (2008, p. 214), “os faxinais do Brasil representam uma antiga formação sócio espacial agrícola que possui uma história e uma cultura própria”. Para a mesma autora, os faxinais no século XVIII se originaram nas matas do interior paranaense, onde havia floresta de Araucária, principalmente na Região Centro-Sul e Campos Gerais. Quando chegam os colonos imigrantes, nos séculos XIX e XX, eles assimilam o modo de vida dos caboclos, dando origem a comunidades de faxinais de poloneses, italianos e alemães⁶⁴.

Os imigrantes europeus (italianos e alemães), muito contribuíram para a formação de propriedades faxinalenses, para a extração da atividade ervateira, no final do século XIX e, juntamente com a pecuária, a madeira e a produção agrícola, imprimiram uma nova realidade ao sistema econômico-social da época.

O que pode identificar as Comunidades Faxinalenses, segundo SAHR (2008), são alguns elementos como: a prática da agricultura de subsistência, da pecuária e do extrativismo; a partilha das terras para criar sendo de uso comum; a forte convivência e integração com o meio ambiente através da conservação da biodiversidade e de culturas de extrativismo. Acrescenta-se ainda sua história e cultura própria, suas tradições e seus costumes, bem como sua vivência comunitária.

O Faxinal é o local onde se cria os animais à solta e de modo coletivo e onde se extrai a erva mate e os pinhões em época de colheita, sendo que a área agricultável é fora da área do criadouro comum. Por criadouro se entende o local ou o modo de criar os animais de forma comunitária. Segundo CHANG (1988), era esta área reservada para a “criação de animais domésticos, tanto para o trabalho, quanto para o consumo próprio, na técnica ‘à solta’ em criadouros comuns, destacando-se os eqüinos, suínos, caprinos e aves domésticas”, que se tornava a característica fundamental de união das famílias em torno deste sistema.

⁶⁴ STADLER, Cleusi T. B., SCHORNER, Ancelmo. Estudio de las comunidades tradicionales: los faxinales integración entre la escuela y las vivencias del alumno. *Estudios del ISHiR, Investigaciones Socio Históricas Regionales, Unidad Ejecutora en Red – CONICET*. Argentina, v. 4, n. 10, p. 05-22, 2014.

O cercamento das áreas do criadouro comum ocorria pelo fato de a erva-mate estar localizada nestes locais e, sendo a criação de suínos e o manejo da erva-mate as bases econômicas dessas comunidades, no mesmo espaço dos ervais, era possível a criação de animais à solta, uma vez que não estragavam a erva e alimentavam-se quase que somente dos frutos da mata, em especial o pinhão, diminuindo os custos da criação. As cercas eram construídas para impedir que o gado que era criado solto, invadisse as áreas de plantação. Elas eram construídas coletivamente e separavam o Faxinal em duas partes: a área de agricultura e o criadouro comum.

Porém, segundo CARVALHO (1984) um dos primeiros a se dedicar ao estudo dos faxinais:

(...) no passado o faxinal se referia ao mato denso ou grosso, ou seja, a área de vegetação mais cerrada, se comparada com outras áreas às quais se denominava de mato ralo. No faxinal ocorria à presença das espécies florestais, pinheiro (araucária) e erva mate, além de apresentar razoáveis condições de pastagem natural. O faxinal era preservado para as práticas extrativistas da madeira (pinho) e da erva mate, além de servir de espaço para a criação extensiva e semi-extensiva de animais. As derrubadas de mato para a formação de lavouras eram realizadas em áreas onde se observava a presença do mato ralo, no qual não se verificava a ocorrência, ao menos intensiva, das espécies florestais acima assinaladas. (CARVALHO, 1984, p.14-15).

Assim, faxinal é a terminologia dada à vegetação típica das matas densas com espécies florestais de araucária, erva-mate e pastagem natural, que propicia a criação extensiva. Já o “Sistema Faxinal” é uma forma de organização econômica onde há um aproveitamento econômico integrado da mata às áreas circunvizinhas. Uma forma comunitária específica de produção rural, da região centro-sul do Paraná, na qual se utiliza a terra de forma coletiva para a criação de animais e o uso da mata e extração da erva-mate.

As terras agrícolas (terras de plantar) normalmente estão situadas perto dos criadouros comuns, separadas pelas cercas, mas

localizadas em áreas de relevo ondulado ou fortemente ondulado⁶⁵, caracterizadas pela existência de solos rasos, mais férteis pela existência de arenitos cálcicos. De acordo com GUBERT Filho (1987) uma das explicações da separação entre as terras de cultivo do criadouro comum, foi essa fertilidade natural do solo.

Segundo esta concepção, os solos mais rasos e predominantes nas áreas com relevo ondulado a forte ondulado, principalmente os solos derivados de diabásico, teriam, pela própria gênese, maior fertilidade natural, se comparados aos solos com elevada acidez e pobres em elementos nutritivos predominantes nas áreas de relevo suave ondulado e plano. Além disso, era sobre os solos mais profundos que se desenvolvia de forma mais abundante a maioria das espécies de importância econômica, notadamente a araucária e a erva-mate. (GUBERT FILHO, 1987, p.32-33).

Nas terras de plantar que ficava próximo ao criadouro comum, o percurso era feito a pé e a produção era transportada nos lombos de cavalos, burros ou nas carroças.

Segundo ZUBACZ (2007), a relação harmoniosa com a natureza, levou os faxinalenses ao uso comunal da terra.

Nesse sistema havia uma relação relativamente harmoniosa entre o homem e a natureza, pois a produção da erva-mate não requer o corte das árvores. Da mata dos pinhais era utilizada a madeira para a construção das casas e das cercas. Separar as áreas de pastagem e as áreas de cultivo era uma das alternativas para economizar recursos materiais e humanos e também para o aproveitamento das águas disponíveis no Faxinal. Talvez essa situação somada ao aproveitamento das áreas de erva mate, levou ao o uso comunal da terra [...]. (ZUBACZ, 2007, p.12).

Nas áreas de cultivo, os principais produtos cultivados eram o milho e o feijão, mas também o arroz, trigo, cevada, batata inglesa,

⁶⁵ Essas áreas para os faxinalenses são chamadas de serras. Plantar nas serras, segundo alguns deles.

mandioca para o consumo próprio e da comunidade. Os trabalhos nas áreas de cultivo eram manuais e realizados pela própria família ou com a ajuda da comunidade, utilizando-se apenas de adubo natural (excremento dos animais). Os instrumentos utilizados eram a enxada, facões, machados e arados de tração animal.

Os produtos comercializados que davam sustento aos Faxinais eram a erva-mate e o porco. Era o porco que fornecia carne e banha. Esta carne era conservada em banha durante meses, chamada “carne de lata”, porque era conservada em latas permanecendo em perfeito estado para o consumo.

O porco sendo uma das principais mercadorias do faxinal era criado de forma simples e sem muitos gastos. Ficava solto no criadouro e alimentava-se principalmente daquilo que a natureza oferecia, como as frutas silvestres (jerivá, graviola, cereja, pinhão, jabuticaba, guabiroba, araçá), as raízes e as minhocas, e também colaborava com a limpeza dos faxinais já que pastavam toda a gramínea rasteira eliminando o trabalho das roçadas nos faxinais. A venda do porco era realizada principalmente em cidades próximas e o dinheiro da venda do porco era investido em produtos que não existiam nos faxinais, como sal, açúcar, tecidos, ferramentas, etc.

Outra característica marcante é a existência de outros elementos como o campo de futebol onde aos domingos a comunidade se reunia para socializar-se e das escolas que ofertavam as séries iniciais para as crianças, sendo chamadas de escolas isoladas.

Uma prática comum entre os faxinalenses era o trabalho comunitário (em grupos) nos momentos de carpir as lavouras, arrumar as cercas, ou até mesmo colher os produtos em época de colheita. Essa prática era chamada de “puxirão ou mutirão”. Os faxinalenses se reuniam ao amanhecer, tomavam o café juntos, iam para o trabalho até à tardinha e depois como forma de agradecimento pelo serviço prestado, o dono da propriedade oferecia um jantar e um baile para o divertimento. Era uma organização de trabalho e de sociabilidade dos faxinalenses.

É este sistema que vamos encontrar nas narrativas de muitos moradores das comunidades rurais de Imbituva. Pelos levantamentos realizados, conseguimos identificar algumas localidades rurais em Imbituva que receberam o nome de Faxinais, onde foram identificados elementos que os caracteriza como tais. Por exemplo: Faxinal dos Galvão, Faxinal dos Penteados, Faxinal dos Galvões, Faxinal dos Augustos, Faxinal dos Rodrigues, Faxinal dos Santana, Faxinal dos Ávilas, Faxinal dos Camargo, Faxinal dos Stadler, Lambedor (Nova Esperança), Bella Vista e Ribeira dos Leão⁶⁶.

É este sistema que vamos encontrar nas narrativas dos descendentes de várias comunidades faxinalenses em Imbituva, ou seja, depois que os imigrantes alemães e italianos se estabeleceram em suas terras e/ou colônias, tiveram que se adaptar aos recursos naturais e a terra. Como nessas terras havia muita erva-mate nativa, araucárias e alguns portugueses já praticavam este sistema nas terras imbituvenses, alguns grupos de alemães e italianos também passaram a adotar o sistema nas suas terras.

Podemos identificar que italianos e alemães foram se adequando ao sistema de faxinais em suas terras, como uma estratégia e prática de adaptação ao lugar, ao espaço vivido, da mesma forma que levaram seus sobrenomes para aquele espaço. Os imigrantes alemães e italianos mudaram de espaço, mas introduziram ao novo espaço os conhecimentos adquiridos, as práticas incorporadas de outros grupos, o “habitus”⁶⁷, ou seja, os conhecimentos incorporados da sociedade que os recebeu – os faxinalenses, que eram moradores descendentes de bugres e portugueses.

Antes mesmo dos italianos e alemães chegarem à região Centro-Sul do Paraná, mais especificamente em Imbituva, no século

⁶⁶ Ver: STADLER, Cleusi T. Bobato. *Imbituva e suas Histórias*. São Leopoldo/RS, Oikos, 2019. 381p. Capítulo: Imbituva e os sistemas de faxinais, p.71-88.

⁶⁷ Para Pierre Bourdieu, o habitus é uma mediação entre a estrutura e a prática, uma gramática geradora de condutas. Uma prática social internalizada pelo indivíduo. BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. p.104. Nesse sentido a emigração, para muitos italianos e alemães, representava uma forma de sobreviver como camponeses, mantendo suas tradições e modos de vida.

XVIII, muitos imigrantes portugueses, espanhóis⁶⁸, junto com os nativos da região, foram responsáveis por criarem o sistema de Faxinais, o qual foi expandido para os poloneses, alemães e italianos que chegaram aos Campos Gerais e Centro-Sul do Paraná, no século XIX.

Nos Campos Gerais, pequenas propriedades se estabeleceram perto dos povoados ou a beira dos caminhos onde se dedicavam a prestação de serviços como mão de obra nas atividades do tropeirismo e produção de alimentos. Essa produção agrícola era desenvolvida com base nas técnicas apreendidas com os indígenas, como a coivara, a derrubada e queima da floresta, plantio por três ou quatro anos e pousio para a regeneração da floresta. Essas técnicas foram também desenvolvidas pelos caboclos camponeses que se estabeleceram nos faxinais, no interior das matas de araucária.

⁶⁸ Os primeiros colonizadores brasileiros foram portugueses e espanhóis. Dessa forma, o uso de terras comuns no sistema faxinal na Região Centro-Sul do Paraná possui uma herança ibérica, adaptada as especificidades regionais. Na Península Ibérica, há evidências de um passado pastoril, pois em determinada época do ano, deslocavam-se grandes rebanhos em buscas de pastos, percorrendo um longo caminho entre Espanha e Portugal, principalmente na região fronteiriça e terras de uso comunal. As etapas da vida sociocultural e as formas comunitárias de aproveitamento pastoril e agrícola de determinados grupos, tornam-se o elemento fundamental na formação das comunidades. A relação dessas regiões com o Sistema de Faxinal principalmente quanto à forma de uso da propriedade é corroborada pela afirmativa de “Gutierrez (1998)”, de que existe uma estreita relação, “quanto à origem e implantação das comunidades rurais do sistema comunal no Brasil, ou seja, das comunidades faxinais, com os modelos similares, originários e ainda existentes na Península Ibérica, especificamente na zona fronteira de *“Traz-os-Montes (NE. Português), Beira (E.-NE. Português) y comarcas occidentales de León, Zamora y Salamanca (en La Comunidad Autónoma de Castilla y León, en España) y Del sur de Orense (Galicia)”*. NERONE, Maria Magdalena (2015, p. 39). Entrevista feita pela pesquisadora com o professor JUAN PLAZA GUTIERREZ, do Departamento de Geografia da Universidade de Salamanca, Espanha, no dia 20 de julho de 1998. Ver: STADLER, Cleusi T.B.; FLORIANI, Nicolas. Agrobiodiversidade e sementes crioulas: agenciando novas territorialidades rurais em comunidades da Região Centro Sul do Paraná / BR. *Polígonos. Revista de Geografía, [S.l.]*, n. 32, p. 83-94, nov. 2020. ISSN 2444-0272. Disponível em: <<http://revpubli.unileon.es/ojs/index.php/poligonos/article/view/6406/4928>>. Acesso em: 19 jan. 2021. doi:<http://dx.doi.org/10.18002/pol.v0i32.6406>.

Muitos imigrantes entrosaram-se na economia regional dos Campos Gerais de outras formas. Alguns grupos em contato com os caboclos camponeses, incorporaram práticas dos “Sistemas de Faxinais”, passaram a extrair a erva-mate, produzir alimentos agrícolas, além de implementar práticas trazidas de suas regiões de origem. Compraram terras e constituíram suas propriedades. Entraram para o ramo do comércio de erva mate e de produtos agrícolas.

Com os faxinalenses imbituvenses foi possível verificar que viviam dentro do Criadouro Comum, onde a abundância de pinhão sustentava os porcos. Plantavam para comercialização de milho, feijão, abóbora, amendoim, batata e criação de gado, e usavam somente semente crioula - de *paiol*⁶⁹. Utilizavam o arado puxado a cavalos e a carpideira. O feijão era plantado junto com o milho para que suas bainhas subissem no milho. Plantavam geralmente em agosto/setembro e colhiam a partir de dezembro. Era para subsistência e trato dos animais, mas o que sobrava vendiam, inclusive para comprar mais terras. No início moíam farinha no monjolo e faziam o fubá de milho. O plantio em suas terras não exigia adubo, pois faziam à queimada e a roça de toco com tração animal e arado de lâmina de metal. A Capoeira se refazia com 8 a 10 anos, por isso havia necessidade de terreno para revezamento. Quase todos os moradores do Faxinal faziam o que chamavam de reunião para o trabalho (era o mesmo que puxirão ou mutirão). Na alimentação se destaca as paçocas: a carne de porco frita na sua própria banha e guardada na “lata de banha”, de onde era tirada a carne para socar no pilão manual com farinha de biju (milho), e a paçoca de amendoim, socado com açúcar e farinha de milho.

A adaptação dos imigrantes italianos e alemães aos faxinais vai ocorrer de forma lenta e gradual, pois é através da aculturação e da assimilação de culturas diferentes que vão adaptando-se e formando o “lugar”. Nesse lugar os novos grupos que se formam nos faxinais estabelecem a “cultura dos imigrantes”. O emprego da expressão

⁶⁹ Paiol, ou paió era o local onde armazenavam as sementes e guardavam as ferramentas e carroça de trabalho.

“cultura dos imigrantes” remete quase sempre a sua cultura de origem, do país de onde se originam, com uma identidade imutável. Segundo Cuche, esse é o grande erro ao tratarmos da identidade e cultura dos imigrantes, pois não se analisa a especificidade cultural de cada grupo de emigrantes de um mesmo país, e nem a relação de cada um com a cultura nacional, antes de sua instalação no país que o recebe. A cultura nacional sofre mudanças em seu país de origem, portanto, para CUCHE (1999, p.228), “o imigrante não pode ser então o representante da cultura de seu país nem mesmo de sua comunidade particular original, pois se encontra fora da evolução (sobretudo cultural) do país e de sua comunidade”. O imigrante está sempre em defasagem de sua cultura original, depois da partida de seu país, mesmo que se esforce para mantê-la intacta no país que o recebe.

A cultura dos imigrantes italianos e alemães nos faxinais é definida a partir de uma série de sinais exteriores, práticas alimentares, religiosas, sociais, que permitem situar o imigrante enquanto imigrante, lembrar suas origens, e transformar suas práticas, signos e memórias em “patrimônio cultural imaterial”.

É dessa forma que os imigrantes alemães e italianos criaram seu patrimônio cultural imaterial e simbólico nos Faxinais, pois através de suas práticas cotidianas, suas tradições, eles impuseram sua concepção de comunidade e seus domínios econômicos, sociais, religiosos e culturais, e aculturaram práticas pertencentes a outras culturas e patrimônios imateriais locais.

Para CUCHE (1999, p.233), a cultura dos imigrantes é parcial, está mais relacionada às promoções de suas manifestações folclóricas, e aí está um grande problema, pois ela torna-se fragmentada, descontextualizada, expatriada, desintegrada, que não forma mais um sistema coerente, pouco suscetível à evolução e dificilmente transmissível a uma geração seguinte. Mas estes imigrantes se apegam a estes fragmentos de cultura, pois isto lhes permite afirmar uma identidade de grupo e provar sua fidelidade à comunidade de origem, mesmo sofrendo a aculturação de outras culturas, como a faxinalense.

Elas são culturas vivas e dinâmicas que animam os grupos de imigrantes, compostos de várias gerações.

As culturas das diferentes coletividades de imigrantes não são um dado acabado, como qualquer outra cultura. Elas são a resultante de inúmeras interações no interior de cada coletividade, bem como das interações entre cada coletividade e as outras coletividades de seu ambiente social. Tomadas globalmente, como sistemas, as culturas dos imigrantes não param de evoluir, mesmo que certos elementos particulares possam ser conservados em um estado quase inalterado. (CUCHE, 1999, p.233).

As culturas imigrantes faxinalenses seriam então culturas sincréticas, mestiças, constituídas através da “bricolagem”⁷⁰ que resultam de contatos culturais profundamente diferentes. Sua criatividade se manifesta na capacidade de integrar-se em um mesmo sistema elementos emprestados de outras culturas distantes e fazer coexistirem de maneira coerente aspectos totalmente distintos e de origem diversa. A bricolagem se efetua em torno da cultura de origem, dos valores, normas e práticas cotidianas que parecem essenciais aos grupos imigrantes para a preservação de sua representação de identidade coletiva. Sendo assim, os objetos e códigos na vida material e imaterial de uma comunidade, por mais que se modifiquem deixam marcas em seu meio.

A análise cultural é necessária para compreender a coerência simbólica do conjunto de práticas faxinalenses, o sentido que os

⁷⁰ Lévi-Strauss (1970) o primeiro autor a utilizar o termo “bricolagem” nas ciências sociais, para definir um tipo de conhecimento até então chamado de primitivo. Para a Antropologia é a bricolagem de várias culturas (norte-americana, européia, asiática...) para a formação de uma própria e identitária. Esse conceito de Bricolagem significa um arranjo novo de elementos que já existem – uma cultura dominada tem que agir pelo menos em parte como tal, lidar com aquilo que a cultura dominante lhe impõe ou recusa. Mas também, o importante para estas culturas dominadas é o esquecimento desta dominação, que lhe garante a autonomia, evitando o confronto entre as culturas. Não existe cultura pertencente a um único grupo social, toda cultura é baseada em fatos históricos que implicam na formação cultural e na aceitação de valores e costumes, como no caso dos imigrantes e faxinalenses.

imigrantes alemães e italianos tentam dar a sua existência. Através de seus modos de vida, eles são produtores de uma cultura, de uma criatividade, de um patrimônio imaterial onde afirmam sua identidade imigrante-faxinalense.

As práticas sociais e cotidianas faxinalenses construídas pela interação histórica, social e cultural dos imigrantes portugueses, italianos e alemães os identificam e tornam-se um espaço praticado e simbólico, relacionados às práticas agrícolas, religiosas, a maneira como preparavam os alimentos, a sociabilidade, que definem as fronteiras simbólicas e criam um território. Esse território é produzido pelas relações que os atores sociais mantêm entre si e com a natureza (os faxinais). São eles que produzem o território, partindo do espaço. “Ao se apropriar de um espaço concreta ou abstratamente, o ator ‘territorializa’ o espaço” (RAFFESTIN, 1993, p.143). O território é então um espaço modificado pelo trabalho e por relações de poder, é objetivado por relações sociais, de poder e dominação, o que implica a cristalização de uma territorialidade, ou de territorialidades, no espaço, a partir das diferentes atividades cotidianas.

Os faxinalenses vivem relações sociais, a construção de seus territórios, interações e diferentes atividades cotidianas, que se assentam na construção de territorialidades que se manifestam em distintas escalas espaciais e sociais e variam no tempo. O território é um lugar de relações a partir da apropriação e produção do espaço geográfico”. (RAFFESTIN, 1993, p.53-58).

Entender o espaço geográfico, as práticas sociais como patrimônio cultural nas comunidades faxinalenses em Imbituva é estudar os fenômenos e processos do real, do cotidiano, na construção histórica e multiescalar do território. Essas práticas econômicas, religiosas, cotidianas, no espaço dos “faxinais” abordam a construção social de um território e as práticas como territorialidades dos sujeitos. Através das diferentes atividades cotidianas, como se organizaram e adaptaram-se aos sistemas de faxinais, se cristalizam as territorialidades desses imigrantes no espaço, produto de práticas e relações sociais das comunidades rurais faxinalenses, historicamente condicionados e

caracterizados econômica, política e culturalmente. É entender o espaço desses grupos nas comunidades, enquanto um produto histórico, uma organização espacial, onde a ação humana modela a superfície da terra.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano I: as artes do fazer**. Petrópolis: Vozes, 2009. 316p.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania Cultural O Direito à Cultura**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. 147p.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 1999. 256p.

HAESBAERT, Rogério. **Território e Multiterritorialidade: um debate**. Revista GEOgraphia, Ano IX, n.17, 2007.

NERONE, Maria Magdalena. **Sistema de Faxinal: terras de plantar, terras de criar**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2015. p .81.

QUINTO ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 5°. 2009, Salvador/Ba. CANEDO, Daniele. **“Cultura é o quê?” – Reflexões sobre o conceito de cultura e a atuação dos Poderes Públicos**. Salvador: Faculdade de Comunicação/UFBa, 2009.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SILVA, MARCIA ALVES SOARES DA. **Por uma Geografia das Emoções**. Revista GEOgraphia, Ano 18, n.38, 2016.

STADLER, Cleusi T. B. et al. **Unidade Didática: Os Faxinais e o Ensino de História**. Irati: Unicentro, 2016.

STADLER, Cleusi T. B. **Imbituva e suas Histórias**. São Leopoldo/RS, Oikos, 2019. 381p.

STADLER, Cleusi T. B.; FLORIANI, Nicolas. Agrobiodiversidade e sementes crioulas: agenciando novas territorialidades rurais em comunidades da Região Centro Sul do Paraná / BR. Polígonos. Revista de Geografía, [S.l.], n. 32, p. 83-94, nov. 2020. ISSN 2444-0272. Disponível em: <<http://revpubli.unileon.es/ojs/index.php/poligonos/article/view/6406/4928>>. Acesso em: 19 jan. 2021. doi:<http://dx.doi.org/10.18002/pol.v0i32.6406>.

TUAN, Yi Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

CAPÍTULO 10

EDUCAÇÃO INFANTIL NO PARANÁ: UM ESTUDO EM ESCOLAS LOCALIZADAS NO CAMPO NOS MUNICÍPIOS DE GUAMIRANGA E PRUDENTÓPOLIS

Adriana Senetra

Sandra Aparecida Machado Polon

Tendo em vista a realidade diversa do campo em suas formas de organização, atividades, culturas, e ainda, acerca do que caracteriza a Educação Infantil como contexto educacional que exige um olhar diferenciado para os sujeitos-crianças em relação às suas necessidades e demandas. Vale destacar aqui que o direito constitucional à educação inclui todas as crianças brasileiras, e como dever do Estado (BRASIL, 1988), ao se estabelecer a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica pela LDB 9394/96 (BRASIL, 1996), a sua oferta deve ser contemplada também nas comunidades rurais, resguardadas as características socioculturais dos sujeitos envolvidos. Contudo, além da realidade sociocultural da comunidade, a organização de sua proposta pedagógica se constitui das especificidades da etapa, uma vez que a Educação Infantil tem como finalidade o atendimento à faixa etária de 0 a 5 anos de idade.

Entretanto, a oferta da Educação Infantil e da Educação do Campo ainda é insuficiente para a realidade brasileira, que se mostra precária e com significativa diferença em relação à oferta urbana. Sendo assim, a demanda pela oferta do atendimento na Educação Infantil em áreas rurais revela-se superior⁷¹ ao contexto urbano, o que suscita maior

⁷¹ O termo *superior* aqui, não é pelo número de crianças, mas, pela quase inexistência de turmas de educação infantil.

incisão da Política Nacional para compor junto aos Municípios ações que propiciem a sua implementação (OLIVEIRA, *et. al.*, 2010).

A escolha da temática parte inicialmente do projeto de Iniciação Científica desenvolvido no curso de Pedagogia na modalidade EaD da UNICENTRO no período de 2018/2019. Aproveitamos da oportunidade deste estudo para ampliar as leituras, os dados e aumentar o recorte espacial, trazer para dentro do curso de graduação a temática da Educação do Campo e da Educação Infantil e a luta pela afirmação do direito de acesso dos sujeitos do campo, ainda a escolha do tema perpassa pela intensão de reconhecer as particularidades que cerca a educação e o nosso local de vivência. Tendo trabalhado como docente em escolas do campo, localizadas em comunidades distantes da sede do município e vivenciado o cotidiano dos pequenos agricultores e suas lutas, provocou as inquietações que norteiam o objetivo do presente estudo que é compreender as demandas da Educação Infantil nas localidades rurais dos municípios de Guamiranga e Prudentópolis – PR, e, além disso, buscou verificar as principais necessidades de oferta na Educação Infantil; mapear a Educação Infantil nas escolas dos municípios; examinar o número de alunos, turmas e professoras inseridos na Educação Infantil no contexto do campo; caracterizar a população rural dos municípios. Para alcançar os objetivos, lançamos mão da pesquisa qualitativa com coleta de dados, realizada através da aplicação de entrevistas⁷² estudo de campo com visitas⁷³ as localidades - objeto do estudo.

O presente capítulo está organizado nos seguintes tópicos: A Educação do Campo e a Educação Infantil: reflexões teóricas; Aspectos da organização social, econômica e educacional do município de Guamiranga e Prudentópolis – PR; A Educação Infantil no contexto do campo: Resultados e discussões.

⁷² Neste momento de Pandemia que o distanciamento social está em vigor, as coletas de dados foram realizadas através de aplicativos e também contato via e-mail e telefone.

⁷³ As visitas, devido à situação de Pandemia foram suspensas, o estudo de campo está se baseando no momento em relatórios de visitas realizadas anteriormente.

O aporte teórico deste estudo utilizou-se de autores para o aprofundamento da temática da Educação do Campo como Amorim (2009); Breitenbach (2011); Souza (2008); Rocha (2009) entre outros autores. Na temática da Educação Infantil utilizou-se para o embasamento os documentos legais, como LDB 9394/1996; PNE (2014); Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998); Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo (2002), além dos autores Ariés (2006); Corsaro (2011) entre outros.

A Educação do Campo e a Educação Infantil: reflexões teóricas

Tema frequente na área da Educação desde a década de 1990, a Educação do Campo constitui uma área voltada à pesquisa e a prática educacional no que se refere à educação dos sujeitos que produzem e reproduzem seu modo de vida nos espaços rurais.

Podemos ressaltar que ao longo da história a educação do campo foi marginalizada e negligenciada, e que isto advém de discursos difundidos que evidenciam os aspectos negativos do campo, sendo relacionado à pobreza e ao subdesenvolvimento, na contramão nega suas riquezas e potencialidades. Contestando esses estereótipos, os movimentos sociais - formados principalmente pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra), pela FETRAF (Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar) e também pelas lideranças sindicais, indígenas e quilombolas – vêm denunciando os descasos políticos com esta população, destacando as riquezas econômicas, políticas e culturais do campo, construídas a partir da agricultura familiar, que são ignoradas e/ou invisibilizadas pelos discursos hegemônicos comprometidos com o modelo de desenvolvimento capitalista, pautado no processo de industrialização e no agronegócio. (LIMA, 2020).

Contudo, observamos o início da preocupação em ofertar a educação em escolas do campo, pensando em conteúdos e metodologias adaptadas à realidade do educando, a partir da promulgação da LDB nº

9394/96, documento este que norteia a educação básica no Brasil. Com a aprovação desta lei, abrem-se precedentes para demais parâmetros e diretrizes incluírem a educação do campo em suas propostas, nesse sentido os autores expõem que,

Outras medidas foram sendo tomadas como a inclusão no Plano Nacional de Educação (PNE, 1998) que também propõem que essas escolas devem receber atenção e tratamento diferenciado, assegurando o acesso ao ensino básico a todos e a formulação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Parecer nº 6/2001 e Resolução nº 1 //2002 do CNE, 2002) este documento expõe que a identidade da escola do campo é definida a partir dos sujeitos a que se destina, sendo esses: agricultores assalariados ou assentados, ribeirinhos, caiçaras, extrativistas, pescadores, indígenas, remanescentes de quilombos, enfim, todos os povos do campo brasileiro (AMORIM, 2009 *apud* SANTOS e POLON, 2019, p.36).

Pesquisas e discussões voltadas a Educação do Campo tem permitido a ampliação da visão em relação à temática, assim como, as inúmeras questões que envolvem o meio rural e suas implicações nos processos de ensino, formação de professores e da prática em sala de aula.

Esse processo resulta em mudanças de concepções em relação à Educação do Campo, principalmente no que se refere à visão do homem no campo e a importância da Educação em seu contexto sociocultural. Segundo Souza (2008) a concepção da Educação do Campo:

Valoriza os conhecimentos da prática social dos camponeses e enfatiza o campo como lugar de trabalho, moradia, lazer, sociabilidade, identidade, enfim, como lugar da construção de novas possibilidades de reprodução social e de desenvolvimento sustentável (p.1091).

Portanto, podemos compreender a Educação do Campo como um processo sociopolítico e pedagógico não reduzido apenas a educação escolar, mas que envolve todos os elementos presentes no

contexto e na realidade das escolas localizadas no campo. Ressaltando assim o trabalho pedagógico desenvolvido nas escolas do campo, conforme elucidado por Lima (2020), “deve estabelecer um diálogo permanente com os elementos simbólicos e materiais que compõem esse universo cultural, buscando, pela imersão, compreender o modo como os sujeitos pensam este contexto e reelaboram suas estratégias de ação e de relação com o mundo” (p. 551).

Cabe salientar que a denominação Educação do Campo se refere a um conceito que supera os significados de educação no campo ou para o campo, pois, essas não respeitam as singularidades e o que é produzido nesse contexto (BREITENBACH, 2011).

Dessa forma, a Educação do Campo é entendida como um processo pensado e formado a partir da participação dos sujeitos que o compõe, sendo necessário estar atrelada a sua cultura e as suas necessidades sociais. No entanto, os autores ressaltam que:

Apesar dos avanços observados nas últimas décadas ainda encontramos diversos desafios quando analisamos as singularidades vivenciadas no campo, e as práticas desenvolvidas nesse âmbito, observamos ainda inúmeros problemas e necessidades dessas escolas, para o desenvolvimento de uma educação de qualidade principalmente relacionado à maior investimento das políticas públicas, formação de professores e as práticas pedagógicas desenvolvidas nesse contexto (SANTOS e POLON, 2019, p.36).

No âmbito da Educação do Campo, este estudo destaca especificamente as demandas da Educação Infantil, que compreende as escolas ou Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI's) que recebem crianças de 0 meses a 5 anos de idade. A educação infantil é a primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (LDB, 1996, art.29).

A preocupação em relação ao tratamento integral das diferentes dimensões do desenvolvimento infantil exige a indissociabilidade do educar e do cuidar no atendimento às crianças. A Educação Infantil, como primeira etapa da educação básica e também como dever do Estado, é ofertada em instituições próprias — creches para crianças até três anos e pré-escolas para crianças de quatro e cinco anos — em jornada diurna de tempo parcial ou integral, por meio de práticas pedagógicas cotidianas. As práticas pedagógicas na educação infantil devem ser intencionalmente planejadas, sistematizadas e avaliadas em um projeto político-pedagógico que deve ser elaborado coletiva e democraticamente com a participação da comunidade escolar e desenvolvido por professores habilitados. Segundo o Ministério da Educação,

A Educação Infantil, cuja matrícula na pré-escola é obrigatória para crianças de quatro e cinco anos, deve ocorrer em espaços institucionais, coletivos, não domésticos, públicos ou privados, caracterizados como estabelecimentos educacionais e submetidos a múltiplos mecanismos de acompanhamento e controle social (MEC, 2020).

E ao pensarmos a sociabilidade dos cuidados à educação das crianças entre a família, a sociedade e o Estado, reconhecemos a participação na vida social e econômica das mulheres, consolidando um novo padrão de responsabilidades do ato de cuidar e educar de modo compartilhado nos espaços coletivos, de tal modo, a oferta da Educação Infantil no campo, implica não só no direito da criança como também das mulheres, corroborando o exposto com a citação a seguir:

Compreender a histórica reivindicação das mulheres por direitos e autonomia, aliada ao tema da socialização dos cuidados entre a família, o Estado e a Sociedade significa que, ao se construir perspectivas para uma educação infantil do campo, com qualidade, deve-se desconstruir a imagem idealizada de que a mulher é a única responsável pelo ato de “cuidar e educar” na primeira infância (MEC, 2014, p.9).

Seguindo a conceituação de criança onde mudou muito nos últimos anos, as leis que norteiam o processo educacional têm acompanhado essas mudanças. Se antes a criança era vista como um “adulto em miniatura”,

Assim que os pequenos se tornassem menos dependentes dos adultos, se misturavam a eles, em seus afazeres, diversões, se tornando legítimos adultos em miniatura. Elas eram a esperança do adulto, que depositavam nelas as expectativas de que seus valores e costumes tivessem continuidade nas gerações seguintes (ARIÉS, 2006, p.17).

Hoje ela é vista como um ser diferente de um adulto, que precisa de cuidados e de orientação pedagógica. Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988 e a LDB 9394/96, asseguram à criança o direito de acesso ao egresso na Educação Infantil pública e gratuita, e também está expressa no Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil, uma grande conquista moderna no reconhecimento à Educação Infantil, diz que “A criança como todo ser humano é um sujeito social e faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura, em um determinado momento histórico” (RCNEI, 1998, p. 21).

Segundo Corsaro (2011) a infância é apresentada como uma categoria geracional como uma etapa com características próprias e com uma diversidade na forma de viver a infância, o autor ainda esclarece, as crianças não reproduzem a cultura, mas a interpretam e adaptam a sua realidade. Sarmiento (2003), refere que dentro do conceito de infância há várias infâncias, explica que existe a desigualdade na infância global e este dado é importante quando contemplamos as várias infâncias na contemporaneidade (*apud* PELOSO, *et al*, 2018).

Sobre as crianças e suas infâncias é preciso refletir e compreender essa fase como uma experiência humana total, e seus fatores biológicos não devem limitá-las, mas relacioná-las ao contexto em que vivem e interagem. Alinhado a este pensamento, a infância da

criança se torna objeto de frequentes estudos relacionados ao meio social onde está inserida, produzindo várias concepções ao longo do tempo, de acordo com Müller (2006),

As concepções sobre a infância variam historicamente e as crianças ao serem parte da sociedade são mutantes, por um lado, adaptáveis, mas por outro, criativas e criadoras. Portanto, não podemos enquadrá-las como seres passivos, mas sim como agentes ativos que constroem suas próprias culturas e conhecimentos (*apud* PELOSO e UJIIE, 2020, p. 317).

Com uma significativa demanda e também com a expansão da Educação Infantil, cabe a União coordenar a Política Nacional de Educação, prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento da educação e estabelecer diretrizes para a Educação Infantil. Não obstante, o Ministério da Educação vem implementando ações com vistas a garantir não apenas a expansão da oferta de educação infantil, mas também a qualidade no atendimento às crianças de zero a cinco anos de idade, em creches e pré-escolas (MEC, 2020).

A Educação Infantil é reconhecida como um direito humano e social de todas as crianças até seis anos de idade, independente das diferenças, da localização geográfica, bem como de características de cor da pele, traços de rosto e cabelo, da etnia, nacionalidade, sexo, de deficiência física ou mental, nível socioeconômico ou classe social. Também não está atrelada à situação trabalhista dos pais nem ao nível de instrução, religião, opinião política ou orientação sexual, ou seja, é destinada a todas as crianças indistintamente.

Podemos apontar que o conceito e as abordagens consideradas pelo Ministério da Educação, sobretudo a partir da criação, em 2004, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD, por meio da Coordenação Geral de Educação do Campo – CGEC, no que se refere à Educação do Campo, são recentes, conforme indicado no site do MEC nos programas e ações para educação Infantil e ressalta que:

Essa abordagem surge a partir da mobilização histórica dos movimentos sociais, especialmente na última década, contra a situação de exclusão ou desigualdades no atendimento as demandas dos povos que vivem no campo. Essas desigualdades se expressam também, através da não afirmação do direito ao acesso e a condições educacionais dignas para os povos que vivem no campo (MEC, 2020b).

Apesar do tratamento dado à temática pelo Ministério da Educação e outros atores envolvidos, a abertura de espaços de diálogo e eventos realizados com a participação de entidades e movimentos sociais ligados ao campo, que culminou na elaboração de Diretrizes curriculares e operacionais na Educação do Campo e Educação Infantil, são marcos importantes para a luta, porém, não são suficientes, e as ações governamentais como a abertura para essas discussões, segundo o exposto pelo próprio MEC em seu sítio datam até o ano de 2014. Portanto, a mobilização dos movimentos sociais, sociedade civil, acadêmicos, professores e instituições de ensino superior continuam no esforço para o reconhecimento e ampliação dos direitos ao acesso a educação de qualidade a todas as modalidades de ensino, especialmente a Educação Infantil à população do campo (agricultores familiares, assentados, quilombolas, povos indígenas, faxinalenses, sem-terra, meeiros, assalariados rurais entre outros sujeitos do campo).

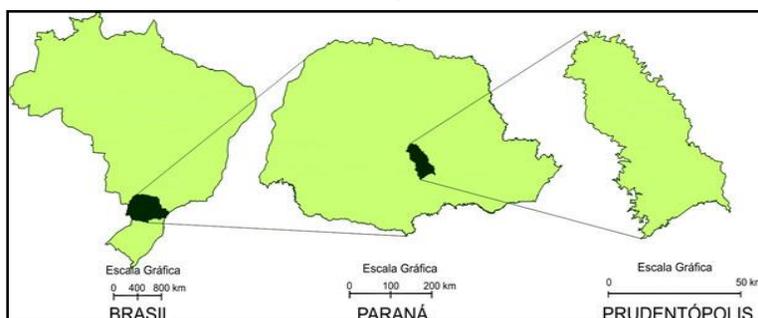
Aspectos da organização social, econômica e cultural do município de Guamiranga e Prudentópolis-PR

Diante do contexto a ser apresentado a seguir e do recorte espacial do presente estudo, enfatizamos os aspectos da organização social, econômica e cultural do município de Prudentópolis e Guamiranga.

O município de Prudentópolis atualmente ocupa uma área de aproximadamente 2.308.505 km², localizando-se ao lado da BR-373 entre Ponta Grossa e Guarapuava, pertencendo à mesorregião geográfica Sudeste do Paraná, e incorporando a microrregião

geográfica de Prudentópolis, abrangendo os seguintes municípios: Fernandes Pinheiro, Guamiranga, Imbituva, Ipiranga, Ivaí, Prudentópolis e Teixeira Soares (IBGE, 2010). Fica a uma distância de aproximadamente 230 quilômetros da capital paranaense e têm como maioria de sua população, aproximadamente 50 mil habitantes segundo estimativas do IBGE (2019), sendo 75% de descendentes de ucranianos.

FIGURA 1 - Localização do município de Prudentópolis - PR – Brasil



Fonte: www.prudentopolis.pr.gov.br/cidade/geofisicos.

Acesso em: 01/08/2019.

O município de Prudentópolis junto ao contexto do Território Centro-Sul⁷⁴, no qual está inserido, que segundo IPARDES (2007), soma cerca de 23.781 estabelecimentos rurais, com predominância do modelo familiar que corresponde em torno de 74,8% do total. O município de Prudentópolis apresenta 7.810 estabelecimentos agropecuários respectivamente (SISTEMA IBGE DE RECUPERACAO AUTOMATICA – SIDRA, 2012). O município de Prudentópolis, em 2010, correspondia a 20% da população total do

⁷⁴ “O Território Centro-Sul está localizado no segundo planalto paranaense e corresponde a cerca de 5,3% do Território estadual [...] faz divisa, ao norte, com o Território Caminhos do Tibagi; a oeste, com o Território Paraná Centro e Cantuquiriguaçu, ao sul, com o Território União da Vitória; ao sudeste, com Grande Lapa; e a leste, com Ponta Grossa. [...] é constituído por 13 municípios: Fernandes Pinheiro, Guamiranga, Imbituva, Inácio Martins, Ipiranga, Irati, Ivaí, Mallet, Prudentópolis, Reboças, Rio Azul, São João do Triunfo e Teixeira Soares” (IPARDES, 2007. p. 11).

Território. A maior concentração de pessoas está nas áreas rurais, representando 23% da população rural do Território e acompanham a tendência dos demais quanto às reduções no contingente populacional rural (SENETRA, 2014).

Conforme o quadro 1, visualizamos a diferença populacional entre o urbano e rural, das últimas quatro décadas, a população se manteve rural, superando a população urbana. Com isso o município se destaca por representar sua estrutura demográfica com base na população rural e principalmente a dos agricultores familiares.

QUADRO 1 – Censo Populacional

| PRUDENTÓPOLIS | 1980 | 1991 | 2000 | 2010 | 2020 |
|-------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|--|
| População Censitária - TOTAL | 39.723 | 47.014 | 46.346 | 48.792 | No caderno estatístico do município de Prudentópolis esses indicadores permanecem os mesmos. |
| População Censitária – URBANA | 8.738 | 11.392 | 18.276 | 22.463 | No caderno estatístico do município de Prudentópolis esses indicadores permanecem os mesmos. |
| População Censitária – RURAL | 30.985 | 35.622 | 28.070 | 26.329 | No caderno estatístico do município de Prudentópolis esses indicadores permanecem os mesmos. |

Fonte: IBGE – Censo Demográfico; IPARDES (2020) - Banco de Dados do Estado.

QUADRO 2 – População Estimada para 2020

| MUNICÍPIO | POPULAÇÃO ESTIMADA - 2020 |
|---------------|---------------------------|
| PRUDENTÓPOLIS | 52.513 habitantes |

Fonte: IPARDES (2020).

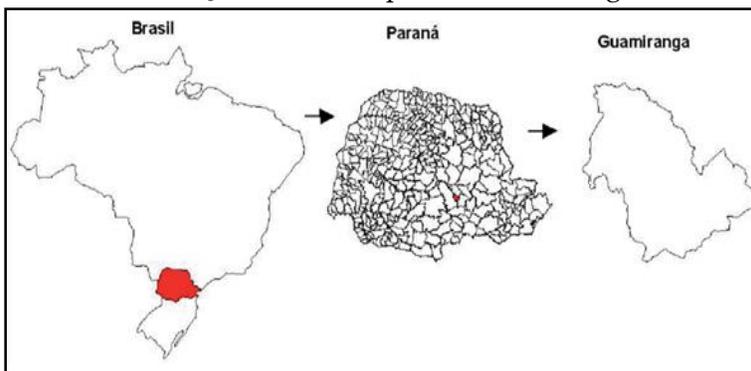
Porém, mesmo observando esta perda populacional ao longo dos anos, e a evasão rural, Prudentópolis ainda é marcado pela agricultura, como principal fonte da economia e considerado um município com um baixo grau de urbanização. Segundo dados do IPARDES (2020, p. 41), o grau de Urbanização do município é de 46,04%. Diferenciando-se de outras regiões, pelo maior número de habitantes ocuparem a zona rural, apesar de atualmente essa diferença não estar tão marcante. Importante mencionar que os dados acima fazem referência à população total do município, bem como o total de população urbana e população rural.

Levando em consideração as características gerais para o município de Guamiranga, estas são semelhantes às de Prudentópolis, onde o mesmo também integra o Território Rural Centro-Sul, conforme exposto anteriormente. No entanto, num breve relato histórico sobre o município podemos perceber algumas diferenças culturais, sociais e econômicas que marcaram a sua história.

Criado pela Lei Estadual de nº 11.203 de 16/11/95 e instalado em 01/01/97, Guamiranga foi desmembrado de Imbituva de onde era sede de distrito. Colonizado por volta de 1860, sendo que os primeiros moradores fixaram residência em Água Branca e Barreiro, pontos de passagem obrigatórios dos tropeiros. Entre 1890 e 1910, chegaram os imigrantes poloneses, italianos e alemães. Na ocasião a sua primeira denominação foi “Monjolinho”, esta denominação segundo alguns moradores mais antigos provem de três monjolos que existiam na localidade. Mais tarde foi elevado a Distrito do município de Imbituva passando a se chamar “Natal”. Em 1943, pelo Decreto – Lei N.º 99 de 30/12/1943 passou a nova denominação de Guamiranga, que

permanece até hoje, em homenagem aos povos indígenas que habitavam a região, a origem do nome “Guamiranga” vem do tupi-guarani, tendo o significado de “árvore de pequenas folhas de cor vermelha”.

FIGURA 2 - Localização do município de Guamiranga - PR – Brasil



Fonte: Organizado pela autora (SENETRA, 2020).

Guamiranga possui muitas riquezas naturais em seu território, destacando-se o Salto do Bocó, do Rio Lajeado, o Salto Grande do Rio dos Patos, o Salto Nova Boa Vista, do Rio Água Podre, além de outros pontos turísticos. O município possui também algumas grutas que foram utilizadas pelos Jesuítas durante o período colonial. Localiza-se às margens da BR-373, dividindo suas fronteiras territoriais com o município de Ivaí (a nordeste), com o município de Imbituva (a sudeste) e com o município de Prudentópolis (a sudoeste). Em sua organização administrativa, possui além da Sede, localizada na área urbana, mais dois distritos: Água Branca e Boa Vista, ambos localizados na área rural. As principais atividades econômicas são agricultura, indústrias cerâmicas e a fumericultura. Destacando os produtos como fumo, soja, milho, feijão, bem como a produção de tijolos e telhas, com várias indústrias cerâmicas estabelecidas no território municipal.

**QUADRO 3 – População Censitária segundo tipo de domicílio e sexo
– Guamiranga - 2010**

| TIPO DE DOMICÍLIO | MASCULINA | FEMININA | TOTAL |
|--------------------------|------------------|-----------------|--------------|
| Rural | 2.883 | 2.781 | 5.664 |
| Urbano | 1.125 | 1.111 | 2.236 |
| TOTAL | 4.008 | 3.892 | 7.900 |

Fonte: IBGE - Censo Demográfico; IPARDES (2020).

Como podemos observar no quadro 3, em Guamiranga a maior concentração populacional está na área rural, segundo o IBGE (2010) dos 7.900 habitantes aproximadamente 70% estão no campo, o que representa 5.664 pessoas, restando 2.236 moradores na área urbana, destacando assim o município com uma ocupação predominantemente rural.

A Educação Infantil no contexto do campo: Resultados e discussões

Neste estudo cabe-nos ressaltar dentre os dados demográficos de Prudentópolis a população censitária segundo a faixa etária que compreende as crianças de 0 a 5 anos de idade, abrangendo um total de 4.211 (IBGE, 2010), sendo 2.046 crianças na zona urbana e 2.165 crianças na zona rural entre a faixa etária de 0-5 anos, não obstante percebemos também um maior número de crianças dentre a população rural do município. Importante mencionar que o caderno de 2020 não apresenta alterações censitárias. E este recorte nos permite apresentar as crianças em idade escolar para a Educação Infantil.

No tocante a organização educacional do município de Prudentópolis, este apresenta um total de 1.911 matrículas no ensino regular segundo a modalidade de ensino da Educação Infantil, compreendendo as creches e pré-escolas (MEC/INEP, 2018). Os estabelecimentos de ensino estão organizados conforme o atendimento e compreendem 7 Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI/Creche), atendendo crianças de 0-3 anos de idade, e também 54 estabelecimentos de Pré-escola com atendimento de crianças entre 4-5 anos de idade.

No entanto, identificamos na zona rural apenas um estabelecimento de ensino voltado exclusivamente ao atendimento da educação infantil no campo, é o CMEI São José de Arimatéia, localizado na comunidade do Rio dos Patos, distante 5 km da sede do município.

IMAGEM 1 – Comunidade de Rio dos Patos onde o CMEI está inserido



Fonte: SENETRA, A. (2020)

Este centro de educação atende 40 crianças, entre 0-5 anos de idade, distribuídas em 5 turmas do infantil 1 ao infantil 5, no entanto - as classes no CMEI são organizadas de forma bisseriada, compreendendo uma sala do infantil 1 (com 7 alunos), uma sala do infantil 2 e 3 (com 15 alunos) e uma sala do infantil 4 e 5 (com 18 alunos), o CMEI conta com 4 professores e 2 estagiárias para o atendimento das crianças e também com 1 agente de limpeza e merendeira.

IMAGEM 2 – Entrada e fachada do CMEI reformadas recentemente



Fonte: SENETRA, A. (2020)

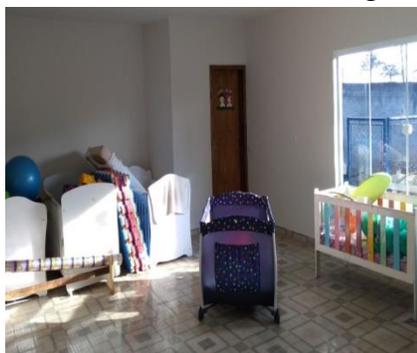
IMAGEM 3 – Organização do pátio e área externa do CMEI



Fonte: SENETRA, A. (2020)

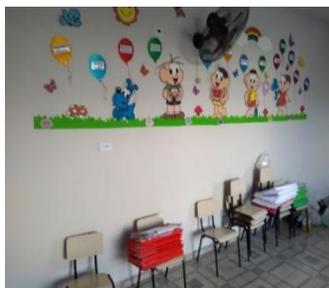
O terreno que se localiza o CMEI São José de Arimatéia é da Prefeitura Municipal, onde a mesma é mantenedora das instituições de ensino localizadas neste endereço, a Escola Municipal do Campo Presidente Kennedy e o CMEI compartilham do pátio externo e amplo para as atividades lúdicas que contam com equipamentos de parquinho e brinquedos. A entrada se dá por uma rampa de acessibilidade tanto para a escola quanto para o CMEI, que também passou por reformas em sua estrutura predial, ampliando as áreas internas para um melhor atendimento das crianças.

IMAGEM 4 – Organização da sala do Infantil 1



Fonte: SENETRA, A. (2020)

IMAGEM 5 – Organização da sala do Infantil 2 e 3



Fonte: SENETRA, A. (2020)

IMAGEM 6 – Organização da sala do Infantil 4 e 5



Fonte: SENETRA, A. (2020)

IMAGEM 7 – Refeitório e banheiros adaptados para as crianças



Fonte: SENETRA, A. (2020)

A organização física, bem como o espaço pedagógico do CMEI São José de Arimatéia, exposto nas imagens acima, cumpre com os requisitos no amplo atendimento as crianças, constituindo assim um espaço de socialização, conforme a afirmação explanada pelas autoras:

A instituição de Educação Infantil se constitui em um espaço de socialização por excelência, que cumpre papel de promover o cuidar e o educar da infância e o favorecimento da inserção da criança nas relações éticas e morais que permeiam a sociedade que os cercam. Assim, visualiza a criança como ser social, ao qual deve ser garantido um espaço adequado, digno e sadio com uma prática pedagógica, que propicie a construção do conhecimento e o afeto, bem como o desenvolvimento global, tendo em vista interações sucessivas de valores, cultura, conhecimentos sociais, entendimentos de representações, relações intra e interpessoais, num processo de humanização da criança e transformação desta em cidadã do mundo (PELOSO, *et al*, 2018, p. 76).

Dessa forma, vale ressaltar a importância do Centro de Educação Infantil, segundo o relato dado na entrevista com a professora responsável, o CMEI juntamente com a Escola Municipal exercem um importante papel no atendimento às famílias, contribuindo para o desenvolvimento das crianças e dos alunos, reforçando assim os laços entre a comunidade e a instituição escolar, pois, é um importante ponto de referência da região.

Para os dados demográficos de Guamiranga, a população censitária segundo a faixa etária que compreende as crianças de 0 a 5 anos de idade, abrange um total de 733 (IBGE, 2010), importante mencionarmos que o caderno municipal de 2020 do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) no qual os dados são compilados a partir da publicação estatística do IBGE, não apresenta alterações censitárias. Sobre a organização educacional do município, este apresenta um total de 190 matrículas no ensino regular segundo a modalidade de ensino da Educação Infantil, compreendendo as creches e pré-escolas (MEC/INEP, 2018). Os estabelecimentos de ensino estão organizados conforme o atendimento e compreendem 1 (um) Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI/Creche), atendendo crianças de 3-5 anos de idade, e também 4 estabelecimentos de Pré-escola com atendimento de crianças entre 4-5 anos de idade. Dentro dos estabelecimentos de ensino que atendem a educação infantil não há nenhuma turma ofertada para o infantil 1 e infantil 2 (crianças de 0 a 2 anos de idade), segundo a Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, apesar de haver a demanda, não há espaço físico no CMEI para o atendimento dessa faixa etária.

Na organização da função docente, Prudentópolis possui um total de 146 professores distribuídos entre a zona urbana e a zona rural, na modalidade da Educação Infantil, já no município de Guamiranga possui 11 professores, estes profissionais compõe o quadro municipal do funcionalismo público, sendo contratados mediante concurso com formação de nível superior na área de Pedagogia.

Este estudo permitiu apontar que mesmo inscrito na Constituição Federal de 1988 e a LDB 9394/96, que asseguram à criança o direito de acesso ao egresso na Educação Infantil pública e gratuita, encontramos desafios na oferta desse ensino. Lembrando também que como expressado no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, como uma grande conquista moderna do reconhecimento à Educação Infantil, no qual, “A criança como todo ser humano é um sujeito social e faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura, em um

determinado momento histórico” (RCNEI, 1998, p. 21). Os dois municípios investigados, Prudentópolis e Guamiranga, vêm buscando esforços para oferta da educação infantil no campo. Desse modo, como indicado por Souza (2008) a educação do campo na educação infantil também deve valorizar “os conhecimentos da prática social dos camponeses e enfatiza o campo como lugar de trabalho, moradia, lazer, sociabilidade, identidade” Portanto, deve ser pensado “como lugar da construção de novas possibilidades de reprodução social e de desenvolvimento sustentável” (p.1091).

Os dados destacados neste capítulo revelaram a organização educacional de Prudentópolis e Guamiranga e principalmente, o atendimento da Educação Infantil nas áreas rurais do município, comprovando através dos dados coletados que a população rural conforme a faixa etária (0-5 anos) é superior à população urbana, demonstrando assim, uma demanda da Educação Infantil nas áreas rurais que atualmente não é sanada. Portanto, a realização desse estudo voltada a compreensão das dinâmicas presentes nos espaços rurais, bem como na Educação do Campo e na oferta da Educação Infantil, aponta caminhos para a ampliação da temática pesquisada, deixando ainda inúmeras questões a serem debatidas em estudos futuros - Como a possibilidade de ampliação de infraestrutura de atendimento da Educação Infantil na zona rural; A necessidade de atendimento das crianças no local onde residem; O deslocamento e a utilização do transporte escolar pelas crianças pequenas; O trabalho didático-pedagógico do professor nas áreas rurais. Essas questões ainda podem ser sanadas em projetos futuros e contribuir para a melhoria na qualidade da educação pública e valorização dos aspectos socioculturais das escolas do campo que ainda se encontram a margem das políticas educacionais nos municípios investigados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os debates entre a Educação Infantil e a Educação do Campo certamente podem gerar dois aspectos fundamentais: potencializar a concepção de criança como sujeito de direito e protagonista de sua história, bem como a necessidade da escola como instrumento de justiça social num país tão díspar quanto o Brasil. Considerando essa heterogeneidade de modos de vida, de inserção nos processos produtivos e das diferentes identidades socioculturais da população que reside no campo, as análises e a formulação ou expansão de políticas educacionais necessitam levar em consideração todos esses aspectos.

Todavia, precisamos levar em conta que muitos são os desafios enfrentados, mas não podemos deixar de promover o debate sobre o assunto e a pesquisa se torna uma importante ferramenta para demonstrar as peculiaridades existentes nos diversos espaços rurais, ainda que houvesse grandes conquistas em marcos legais e em práticas que estão em andamento, à luta não pode cessar.

Ao resgatar o objetivo geral do presente estudo que norteou a compreensão das demandas da Educação Infantil nas localidades rurais dos municípios de Guamiranga e Prudentópolis – PR, e, além disso, buscou-se a verificação das principais necessidades de oferta na Educação Infantil, mapeando a Educação Infantil nas escolas dos municípios através do levantamento do número de alunos, turmas e professoras inseridos na Educação Infantil no contexto do campo, e por fim a caracterização da população rural dentro do recorte espacial. Dessa forma, podemos afirmar que as demandas da Educação Infantil nas localidades rurais dos municípios de Guamiranga e Prudentópolis estão relacionadas à infraestrutura - construção e ampliação de escolas que ofertam a educação infantil em todos os níveis; e também relacionadas à questão pedagógica - os trabalhos desenvolvidos nesses espaços devem oportunizar que os conteúdos e atividades sejam desenvolvidos segundo a realidade do campo e em conformidade com a cultura e vivência das crianças.

Constituir um processo de ampliação da oferta de Educação Infantil, na perspectiva da Educação do Campo, significa refletir no mais amplo aspecto as mudanças na sociedade, como as novas relações familiares, o papel da escola, a afirmação da mulher nos variados espaços de trabalho e na vida social, e não deixando de mencionar as realidades rurais que contribuíram para colocar em pauta o direito das crianças à educação.

REFERÊNCIAS

AMORIM, A. G. **Práticas Pedagógicas no campo**: Um Estudo no município de Barra do Choça - Sudoeste da Bahia. (Monografia de Conclusão de Graduação) Vitória da Conquista: UESB, 2009.

ARIÉS, P. **História social da criança e da família**. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

BEDUSCHI FILHO, L. C.; ABRAMOVAY, R. **Desafios para a gestão territorial do desenvolvimento sustentável no Brasil**. Paraíba, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil**. Brasília, 2005a. Disponível em: <http://www.proterritorios.net>. Acessado em 04/09/2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais**. Brasília, 2005b. Disponível em <http://www.proterritorios.net>. Acessado em 04/09/19.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Sistema de Informações territoriais**. Brasília, 2013. Disponível em HTTP: // www.sistemas.mda.gov.br. Acessado em 15/02/19.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura (MEC). **Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo.** Resolução CNE/CEB N° 1. Brasília: 2002.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura (MEC). **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira** – LDB de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura (MEC). **Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024**, instituído pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília: MEC, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura (MEC). **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.** Brasília: MEC/SEF, 1998. (Vol.1,2,3).

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura (MEC). **Educação Infantil do Campo:** Proposta para a expansão da política. Documento produzido pelo Grupo de Trabalho Interinstitucional - GTI, instituído pela Portaria Interministerial nº 6/2013. Brasília: MEC/MDA/MDS, 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16264-gti-educacao-infantil-campo-09-04-pdf&category_slug=agosto-2014-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 23/11/2020.

BRASIL, Ministério da Educação. **Portal da Educação Integral – Educação Infantil.** 2020. Disponível em: <http://educacaointegral.mec.gov.br/educacao-infantil#:~:>. Acesso em: 01/07/2020.

BRASIL, Ministério da Educação. **Educação Infantil do Campo.** 2020b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-diversidade-e-inclusao/programas-e-acoes?id=16219>. Acesso em: 01/07/2020.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE). **Banco de Dados**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/html>. Acesso em 24/07/2019.

BREITENBACH, F. V. A Educação do Campo no Brasil: uma história que se escreve entre avanços e retrocessos. **Revista Espaço Acadêmico**, nº121, 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/12304>. Acesso em: 18/03/2019.

CORSARO, W. A. **sociologia da infância**. Porto Alegre, Artmed, 2011.

GOMEZ, J. R. M. **Desenvolvimento em (Des) Construção: Narrativas Escalares sobre Desenvolvimento Territorial Rural**. 2006. 413p. Tese (Doutorado em Geografia – Universidade Estadual Paulista). Presidente Prudente, 2006.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES. **Cadernos Municipais**. Guamiranga. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=84435&btOk=ok>. Acesso em: 15/09/2020.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES. **Cadernos Municipais**. Prudentópolis. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=84400&btOk=ok>. Acesso em: 10/09/2020.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES. **Diagnóstico socioeconômico do Território Centro-Sul**. Curitiba: IPARDES, 2007.

LEITE, S; DELGADO, N. (Org). **Políticas Públicas, Atores Sociais e Desenvolvimento Territorial no Brasil**. Brasília: IICA (Série Desenvolvimento Rural Sustentável), 2011.

LIMA, E. S. Arte e educação nas escolas do campo: do reconhecimento das tradições à releitura crítica do mundo. **Revista Espaço Pedagógico**. Universidade de Passo Fundo - Faculdade de Educação, Passo Fundo, Vol. 27, n. 2, p. 549-563, maio/ago 2020. Disponível em: www.upf.br/seer/index.php/rep. Acesso em: 05/08/2020.

OLIVEIRA, L. L. N. de A.; MONTENEGRO, J. L. de A. Panorama da educação do campo. In: MUNARIM, A.; BELTRAME, S.; CONTE, S. F.; PEIXER, Z. I. (orgs.). **Educação do campo: reflexões e perspectivas**. Florianópolis: Insular, 2010.

PELOSO, F. C; UJIIE, N. T. Infâncias e direitos na contemporaneidade: em foco as crianças do campo. **Revista Espaço Pedagógico**. Universidade de Passo Fundo - Faculdade de Educação, Passo Fundo, Vol. 27, n. 2, p. 313-328, maio/ago 2020. Disponível em: www.upf.br/seer/index.php/rep. Acesso em: 05/08/2020.

PELOSO, F. C; UJIIE, N. T; PAULA, E. M. A. T; PINHEIRO, N. A. M. O ser mais na educação da infância: um pensar freiriano acerca da criança, da diversidade e da prática educativa na Educação Infantil. In: VASSAO, A. M (org). **Acessibilidade e inclusão: algumas perspectivas**. Curitiba: CRV, 2018.

PNUD – Programa das nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2010**. A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano, 2010. Disponível em: http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2010_PT_Complete_reprint.pdf. Acesso em: 23/06/2020.

PNUD - Programa das nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano**, 2012. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/> . Acesso em: 14/04/2020.

ROCHA.H.O. **Da educação rural à educação do campo**: as “velhas” lutas políticas como espaço de emergência de novos conceitos. I Seminário Nacional Sociologia e Política UFPR,2009. Disponível em: www.humanas.ufpr.br/eventos. Acesso em: 18/03/2019.

SANTOS, S. A; POLON, S. A. M. O índice de desenvolvimento da educação básica e suas implicações para a prática educativa das escolas do campo no município de Prudentópolis – Pr. **Revista APROXIMAÇÃO**, vol 01. n° 01, p. 35-46, OUT/NOV/DEZ 2019. Disponível em: <https://revistas.unicentro.br/index.php/aproximacao/article/view/6247/4342>. Acesso em: 29/09/2020.

SENETRA, A. **Dilemas sócioterritoriais da agricultura familiar em Prudentópolis-PR**. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) Universidade Estadual de Ponta Grossa. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Ponta Grossa, 2014.

SOUZA, M. A. de. Educação do Campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 29, n° 105, p. 1089-1111, set./dez. 2008. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 18/03/2019.

SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS

ADRIANA SENETRA

Professora da Secretaria Estadual de Educação e Esporte do Estado do Paraná, atua na área de Educação Especial. Pós-Graduada (2014) em Gestão do Território pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Especialização (2011) em Educação Especial e Inclusiva pela Faculdade Internacional de Curitiba. Graduada (2009) em Geografia e graduada (2020) em Pedagogia ambos pela Universidade Estadual do Centro-Oeste. E-mail: asenetra@yahoo.com

ANDERSON PRADO

Doutor em História pela UNISINOS. Professor no IFPR.

ANGELA CACIANO

Mestre em História pela UEPG; Graduada em História pela UNICENTRO; Especialista em Filosofia pela UFPR; Graduanda em Direito pela UEPG; Estagiária do Ministério Público do Paraná.

CARLOS ALBERTO MEDEIROS LIMA

Professor do DEHIS/UFPR e do PPGHIS/UFPR; bolsista de produtividade em pesquisa nível 2 do CNPq. Doutor em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

CLAÉRCIO IVAN SCHNEIDER

Professor Associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Graduado em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Mestre em História pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista – UNESP.

CLEUSI T. BOBATO STADLER

Mestre em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO/PR; Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG/PR.
E-mail: cleusibobatost@gmail.com

ELAINE CÁTIA FALCADE MASCHIO

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná – UFPR; Professora da UFPR. Pesquisadora do Centro de Estudos Vênets no Paraná – CEVEP.

ELIANE APARECIDA MIRANDA GOMES DOS SANTOS

Mestre em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO). E-mail: elianeamgs@hotmail.com

GUILHERME GOMES DOS SANTOS

Mestre em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: guilhermegomessantos1995@gmail.com

HÉLIO SOCHODOLAK

Professor permanente no Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em História e Regiões da Universidade Estadual do Centro-Oeste, *campus* de Irati-PR, e docente do departamento de História na mesma instituição. Doutor (2005) em História Social pela Universidade Estadual Paulista, *campus* de Assis-SP. Mestre (2001) em História Social pelas Universidades Estaduais de Londrina e Maringá. Membro do Núcleo de Pesquisas em História da Violência (NUHVI). E-mail: sochodo@gmail.com

JAIR ANTUNES

Pós-doutor em Filosofia pela UNICAMP. Graduado em Direito pela UEPG. Professor de Filosofia na UNICENTRO.

JOSÉ JUNIO DA SILVA

Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Mestre e Licenciado em História pela Universidade Estadual de Maringá – UEM. Professor da Faculdade de Apucarana – FAP. Professor pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná – SEED. E-mail: jj_silva@yahoo.com.br

LOURENÇO RESENDE DA COSTA

Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Mestre e Licenciado em História pela Universidade Estadual do Centro-

Oeste do Paraná – UNICENTRO. Professor pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná – SEED. E-mail: resendedacosta@gmail.com

LUCIMARA KOSS

Doutora e Mestre em História pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Especialista em História e regiões pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná – UNICENTRO. Licenciada em História pela UNICENTRO. Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Luterana do Brasil – ULBRA. Professora de História e Sociologia pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná – SEED.

E-mail: lucimarakoss@yahoo.com.br

LUCIO TADEU MOTA

Professor Associado no Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá, e pesquisador no Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História - UEM. E-mail: ltmota@uem.br

MARCELO DOUGLAS NASCIMENTO RIBAS FILHO

Doutorando em História pela Universidade Federal do Paraná, na linha de pesquisa *Arte, Memória e Narrativa*. Graduado (2017) e mestre (2020) em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste, *campus* de Irati-PR. Membro do Núcleo de Pesquisas em História da Violência (NUHVI). E-mail: marcelodribas@gmail.com

SANDRA APARECIDA MACHADO POLON

Professora do Departamento de Pedagogia de Irati e do *campus* avançado de Prudentópolis da Universidade Estadual do Centro-Oeste. Coordenadora do Curso de Pedagogia à Distância UNICENTRO/UAB. Doutora (2014) em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná. Mestre (2002) em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná. Graduada (1995) em Pedagogia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail: sandrapolon@yahoo.com.br

VALQUIRIA ELITA RENK

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná - UFPR; Professora da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR.

QUER SABER MAIS SOBRE A EDITORA OLYVER?

Em www.editoraolyver.org você tem acesso a novidades e conteúdo exclusivo. Visite o site e faça seu cadastro!

A Olyver também está presente em:



facebook.com/editoraolyver



[@editoraolyver](https://twitter.com/editoraolyver)



Instagram.com/editoraolyver

The logo for Olyver Editora features a stylized green fan-like graphic above the word "OLYVER" in a large, black, serif font. The word "EDITORA" is written in a smaller, black, sans-serif font above the "Y" in "OLYVER".
OLYVER
EDITORA
www.editoraolyver.org
editoraolyver@gmail.com

Faces da História do Paraná, no plural, é o tema central do livro que chega ao público. O atual território paranaense já era habitado muito antes dos europeus reivindicarem a posse da terra em nome de coroas europeias. A sua História não começou em 1500; ela foi construída no estabelecimento de relações entre pessoas com as mais variadas origens. Portanto, quando a imigração e as migrações internas são postas em pauta, a questão é pensada em sentido *lato*, pois mesmo os indígenas também podem ser considerados imigrantes e todos os grupos socioculturais, anteriores e posteriores à chegada de Cabral, migraram e estabeleceram contatos com o “outro”. **Faces do Paraná: (i)migrações, cultura e identidades** tem o intuito de contribuir com as discussões que colocam no centro da análise a construção das identidades, a compreensão da diversidade cultural e os deslocamentos populacionais no Paraná.

